

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

A Escola Superior de Guerra (ESG) e a guerra fria (1949-1964):
uma análise a partir do Curso Superior de Guerra.

Thiago da Costa Amado

(versão corrigida)

São Paulo

2023

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
Programa de Pós-Graduação em História Social.

A Escola Superior de Guerra (ESG) e a guerra fria (1949-1964):
uma análise a partir do Curso Superior de Guerra.

Thiago da Costa Amado

Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Elizabeth Cancelli.

São Paulo
2023
(versão corrigida)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Thiago da Costa Amado

Data da defesa: 24/08/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Elizabeth Cancelli

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 27/08/2023

(Assinatura do (a) orientador (a))

AMADO, Thiago da Costa.

Título: A Escola Superior de Guerra (ESG) e a guerra fria (1949-1964): uma análise a partir do Curso Superior de Guerra.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

À minha avó Guilherma, por aquilo que, não
sendo do mundo das palavras, é indizível

À memória de minha avó Carolina: que era
avó, mas tinha nome de menina

À memória de Lorival Gomes Veloso, que levou
sua filha conhecer o gelo e, com isso, transformou o mundo

A todos aqueles que, no passado e no presente,
seguraram, nos dentes, a primavera!

AGRADECIMENTOS

CNPQ e FAPESP financiaram, em momentos distintos, minha pesquisa, motivo pelo qual os agradeço. O financiamento da FAPESP ocorreu através do processo de nº 2018/19369-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Feito este agradecimento, ao final do dia, eu me desprendo desta senha e, finalmente, solto o ar...

A tese que apresento está repleta de descobertas intelectuais e pessoais. Ela traz, em si, não apenas uma mudança em minha maneira de pensar alguns temas específicos, mas uma transformação na forma de interpretar a história e, conseqüentemente, indagar minha presença no mundo. É não unicamente exercício de construção historiográfica, mas de questionamento ético e político. Como todo empreendimento de natureza verdadeiramente humana, meu trabalho é tributário da colaboração de outras pessoas, às quais passo a agradecer.

Aos profissionais da Biblioteca General Cordeiro de Farias, na Escola Superior de Guerra, agradeço por terem me recebido como pesquisador e viabilizado meu trabalho. Destaco, aqui, os seguintes nomes: General Leite, Capitã de Mar e Guerra Patrícia Ajus, Major Rizzatti, e o sempre sorridente Tenente Milhomens. Faço, ainda, menção mais do que honrosa à Marli, que durante minha estadia na biblioteca me indicou praias cariocas e me presenteou com um delicioso pedaço de bolo: ambos gestos indispensáveis para os pesquisadores.

Agradeço, também, à minha orientadora. Beth Cancelli me acolheu na USP e me ajudou a trilhar novos caminhos. Crítica dura, Beth dividiu comigo parte de suas inquietações e, com isso, produziu estímulos intelectuais que me mantiveram em movimento. Penso que ela lê e escreve textos como Rita Lee compunha músicas: desafia o óbvio e desfaz o lugar-comum.

Meu encontro com Beth está mediado por meu antigo orientador, Michael Hall. Registro aqui, com carinho, seu nome. Ao me apresentar à Beth, Michael me possibilitou novas trajetórias de pesquisa. Ele é um dos responsáveis por eu ter ido para a USP e, agora que já temos um culpado, os descontentes sabem com quem reclamar! Thanks and Cheers Michael!

A Francisco Carlos Teixeira da Silva, João Roberto Martins Filho e Eduardo Munhoz Svartman agradeço por aceitarem compor minha banca e debaterem meu texto. Francisco Ferraz, de maneira especialmente cortês, não apenas me enviou documentos indispensáveis para a pesquisa, como também aceitou participar da suplência de minha banca. Pelas duas

razões, sou mais do que grato. De igual maneira, agradeço a Samantha Quadrato e Marcos Napolitano por sua presença como avaliadores suplentes deste trabalho.

Benjamin Cowan foi incrivelmente gentil e, desde nosso primeiro contato, tem sido interlocutor importante, sempre disposto a dar dicas, construir pontes e viabilizar caminhos. Coisa cada vez mais rara, sua abertura me comove.

Quando cheguei à USP, minha compreensão sobre a Guerra Fria não ia muito além do óbvio factual, recheado de impressões generalizantes e muito pouco profundas. Felizmente, de um momento para outro, me vi cercado por um grupo de especialistas no assunto, sem os quais não teria conseguido reverter esta situação e realizar meu trabalho. Meus agradecimentos ao Grupo de Estudos sobre Guerra Fria da USP. Muito obrigado aos colegas Paula Palamartchuk (em memória), Pâmela Resende, Gustavo Mesquita, Renata Meirelles, Aruã Lima, Gabriel Cassab, Ozias Paese, Nathália Nóbrega de Mello, Felipe Amorim, Diego Penholato, Julio Cattai e Wanderson Chaves. Se todos foram interlocutores importantes, os quatro últimos me deixaram atento aos sinais. Não apenas leram versões preliminares, como as corrigiram e comentaram. São meus cúmplices em tentar fazer da universidade o jardim do solar, onde possamos plantar folhas de sonhos.

Geovanni Timbó, meio brasileiro, meio carioca, me recebeu no Rio nas vezes em que fui pesquisar lá. Foi ele que, numa manhã de ressaca, me presenteou com uma homilia matinal interminável a respeito do consumo excessivo de álcool. Estranhamente, tenho a impressão de que nossa amizade começou ali! Desde então, no palco, na praça, no circo ou no banco de jardim, temos sabido um do outro.

São muitos os amigos que acumulei ao longo do tempo. Com Janaína Santos, Letícia Badan, Felipe Simiquelli (Batman), Vinícius Cajueiro (Caju), Rafael Coca (Palmito), Katrin Roth, Pedro Coca, Diogo Pataro, Juliana Panza, Aline Assêncio, Kelly Freitas, Bruna Valença, Lucelli Anita, Marina Diotto, Marcela Chiapina, Osmar Campos, Solange Coca, Nívea Yamagami e Luiza Bueno tenho tido, desde sempre, trocas das mais significativas. O apoio destas pessoas, em momentos difíceis e decisivos, me faz dobrar as esquinas de olhos firmes, enfrentar o perigo atento e forte e encontrar uma vida que é, também, divina e maravilhosa. Eduardo Akiyama partilha comigo um humor peculiar, que nos dá habilidades telepáticas. Juntos, conseguimos batermacumba e descobrir as várias caras do Brasil. Camila Abreu, transgressora nata, abriu seu universo rebelde para mim e, com isso, me transformou. Victório Breno chegou atrasado nesta caminhada, mas, tal qual uma pluma, bem leve, nela pousou. Este parágrafo foi escrito, de forma emocionada, ao som de Balada do Louco. Todos nós já reinamos sobre reinos que não existem, fomos deuses cultuados em altares irrelevantes,

fizemos viagens cósmicas sem sair do lugar e, cada qual a seu modo, juramos que é melhor não ser o normal. Por exigirmos nosso direito ao sonho, o mundo é que nos parece desajustado. Se conheci muitas destas pessoas ao acaso, não é por acaso que as considero minhas amigas. O que nos une é o mesmo interesse: aquele por amar e mudar as coisas!

Agradeço à minha prima, Juliene, por não medir esforços em me ajudar e à minha tia, Meire, por me receber sempre com alegria e carinho genuínos. Minha mãe, Rosilene, por sua capacidade constante de se reinventar, aprender incessantemente, descobrir a vida e acolher outras possibilidades de existência. Em relação à minha irmã, Thaís, resta recorrer aos momentos descritos por Virgínia Woolf, aqueles em que “nós dois abríamos passagem pelas névoas da infância e víamos o outro emergindo, e sentíamos novas qualidades, ele em si mesmo, eu em mim mesma; e os dois um no outro”. É simples, porquê assim tem sido sempre. Estas mulheres, junto com minha avó Guilherma, formam minha família. Elas vivem dentro de mim e me lembram que não apenas é possível, mas desejável e essencial guardar, de si, o melhor de sua feminilidade. Através delas, sei que Deus não é homem com H, cabra macho para danar, mas uma menina: uma menina que dança!

À Elida Marcelina, por me ajudar a driblar as previsões de um anjo safado, querubim dos mais chatos. Através de sua generosidade e acolhimento, consegui lidar com questões paralelas, consertar meu bandolim, desempacar minha mula, atravessar uma estrada torta já de saída, e ir até o fim. Agora que, graças a ela, ensaiei um progresso, posso esperar bom futuro.

À Darlene Rocetti, que foi essencial quando de minha mudança para São Paulo. Pelos cafés da tarde, seguidos de passeios no jardim do Museu do Ipiranga, me resta abraçar e agradecer!

Esta tese está atravessada pelos tempos sombrios nos quais foi escrita. Ela é dedicada a todos aqueles, conhecidos ou não, que resistiram ao fascismo, àqueles que não se submeteram, que não aceitaram. A todos que disseram “não”. Aos outros, de alma bem pequena, gente careta e covarde, resta pedir piedade. Senhor, piedade!

Em meu trabalho está a esperança de que possamos construir tempos melhores, mais dignos e humanos. Que, apesar da aspereza do terreno, liberdade, igualdade e democracia, gritos de estrela vindos do infinito, desabrochem como as mais belas flores de cactos: uma primavera de flores astrais.

A Roberta Veloso e Lucas Pereira pelo dia em que, juntos, ouvimos Maria Maria...

RESUMO

AMADO, Thiago da Costa. **A Escola Superior de Guerra (ESG) e a guerra fria (1919-1964): uma análise a partir do Cursos Superior de Guerra**. 2023. (Doutorado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023).

O presente trabalho analisa o processo através do qual a Escola Superior de Guerra (ESG) elaborou seu projeto político para o Brasil, tendo como foco de nosso estudo o principal curso da instituição, o Curso Superior de Guerra (CSG). Compreendendo o intervalo entre os anos de 1949 e 1964, a análise situa o Curso a partir dos embates da Guerra Fria. À luz deste conflito, desvenda as maneiras como os temas da Guerra Total, Segurança Nacional e Desenvolvimento, além de seus derivados, foram discutidos e rediscutidos no interior da instituição. Tomando o CSG por locus principal da pesquisa, a tese insere a ação política da Escola na agenda de Guerra Fria, explicita os pressupostos em torno dos quais esta ação se organizou e a maneira como conduziram à formulação de um projeto político para o Brasil.

Palavras-chave: Guerra Fria, Escola Superior de Guerra, Forças Armadas, Militarismo, Ditadura Militar. Doutrina de Segurança Nacional.

ABSTRACT

AMADO, Thiago da Costa. **The Escola Superior de Guerra (ESG) and the Cold War (1949-1964): an analysis of the Curso Superior de Guerra** . 2023. (Doutorado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023).

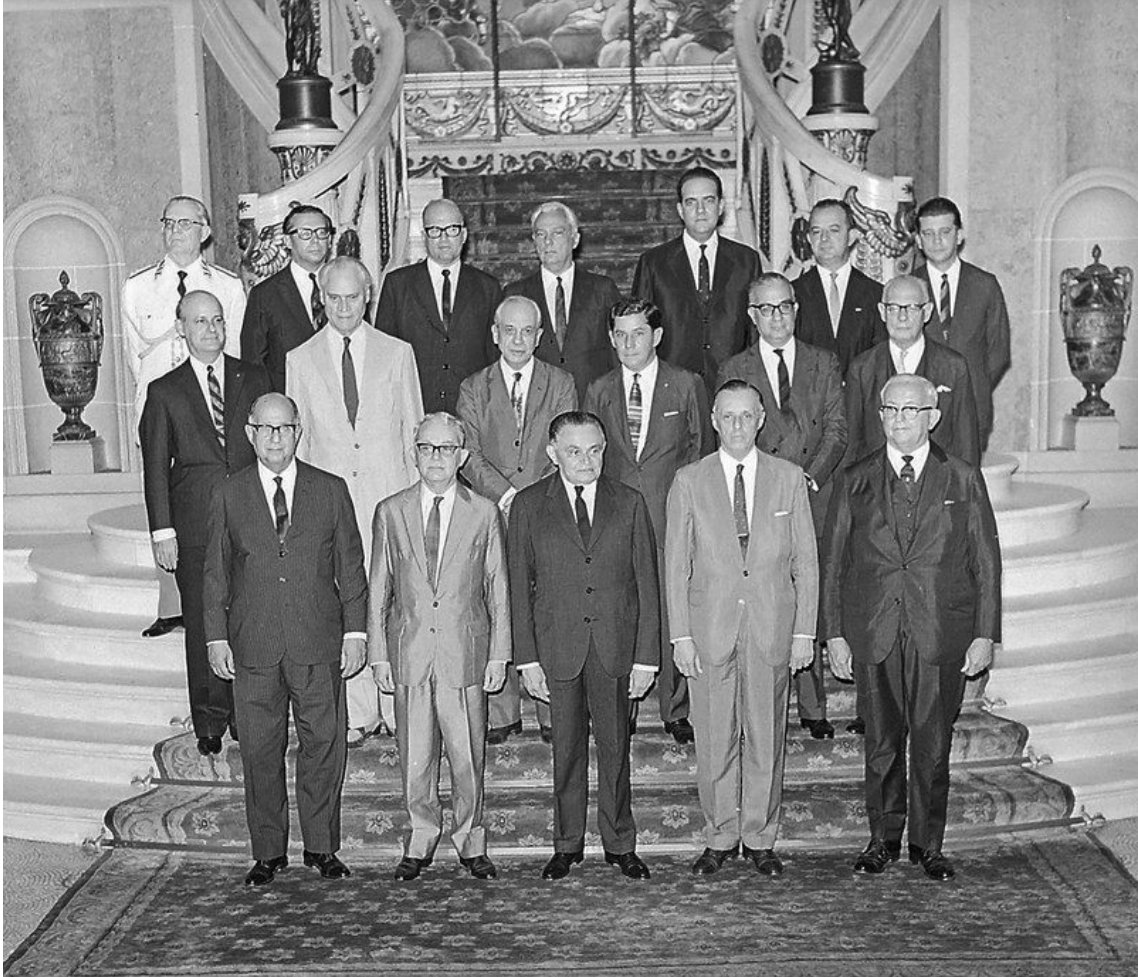
The present research analyzes the process through which the Escola Superior de Guerra (ESG) elaborated its political project for Brazil, focusing on the main course of the institution, the Curso Superior de Guerra (CSG). Concentrated between the years 1949 and 1964, the analysis situates the course within the context of the Cold War clashes. In light of that conflict, the thesis unravels the ways in which the subjects "Total War," "National Security," and Development, and those derived from them, were discussed and reconsidered within the institution. Taking the course as the main research locus, the thesis explores the Escola's political action in the Cold War agenda, explains the assumptions around which that action organized itself, and the ways in which they led to the formulation of a political project for Brazil.

Keywords: Cold War, Escola Superior de Guerra, Armed Forces, Militarism, Military Dictatorship, National Security Doctrine.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1. A DOCTRINA E O PLANEJAMENTO.....	19
1.1. Montando um Estado de Guerra Total: Planejamento, Segurança Nacional e Desenvolvimento.....	25
1.2. Montando as operações da ESG.....	33
1.3. O Curso Superior de Guerra.....	40
1.4. Uma Doutrina para enfrentar uma Guerra: a Guerra Total e a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.....	42
1.5. Análises de Conjuntura: o Poder Nacional.....	55
1.6. Planejamento.....	60
1.7. O Curso Superior de Guerra: formando elites.....	64
CAPÍTULO 2. O DESENVOLVIMENTISMO NO CURSO SUPERIOR DE GUERRA: UMA AGENDA.....	70
2.1. Desenvolvimento como agenda antitotalitária: um diagnóstico.....	74
2.2. Planejar a Economia.....	83
2.3. Uma economia em transição.....	90
2.4. Rever a transição: a construção do novo consenso.....	98
CAPÍTULO 3. OS CONFLITOS DO ESPÍRITO: A GUERRA PSICOLÓGICA E A DISPUTA POR CORAÇÕES E MENTES.....	104
3.1. Propaganda como Arma.....	115
3.2. Administrando a desigualdade: bem-estar social.....	126
3.3. Rumo ao futuro: modernizar a sociedade.....	134
CAPÍTULO 4. A POLÍTICA COMO GUERRA.....	144
4.1. Democracia, construção do Estado e Ciência Política.....	152
4.2. Elites, Massas e Democracia.....	160
4.3 Democracia, Ditadura e Antitotalitarismo: a reorganização do consenso.....	165
CAPÍTULO 5. O BRASIL E O MUNDO: INTEGRAÇÃO DE GUERRA TOTAL.....	182
5.1. Planejamento Diplomático: o Curso Superior de Guerra e o Itamaraty.....	184
5.2. As Relações Internacionais e a Inteligência na agenda de Guerra Fria.....	187
5.3. A Comunidade Internacional.....	190
5.4. Guerra Fria nas Américas.....	199
6. A TÍTULO DE EPÍLOGO: OS MILITARES E O PODER MODERADOR.....	214
7. ANEXOS.....	219
8. BIBLIOGRAFIA.....	230

INTRODUÇÃO



20 de abril de 1964. O general Castelo Branco desce as escadarias do Palácio do Catete, olha para a câmera e posa para a foto¹. A cerimônia é de posse: atrás dele se reúnem aqueles que serão os novos Ministros de Estado. Nas palavras do General, o “governo se completa”², o que equivale a dizer que o golpe, iniciado dias antes, está consumado. A partir de então, a Ditadura está instaurada. Durará vinte e um anos até, finalmente, ruir.

1 AGÊNCIA NACIONAL. **Humberto de Alencar Castelo Branco, e seus ministros**. 1964. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Fundo: Agência Nacional. Localização: BR_RJANRIO_EH_0_FOT_PPU_08926_0005. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Humberto_Castelo_Branco#/media/Ficheiro:Humberto_de_Alencar_Castelo_Branco_e_seus_ministros.tif. Consulta em 02/05/2023.

2 BRANCO, Humberto de A C. Discurso na solenidade de posse dos novos Ministros de Estado. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *A Revolução de 31 de Março*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República. PP. 1. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/04.pdf/view>. Consulta em 02/05/2023.

Os homens enfileirados atrás de Castelo Branco não foram escolhidos ao acaso. Ao contrário: fazem parte de um amplo processo de formação de elites e ocupam seus postos com um objetivo específico: modernizar, autoritariamente, o país. Dentre os tantos laços que os unem, há a Escola Superior de Guerra (ESG). Dos dezesseis novos ministros, pelo menos doze possuíam vínculo com a Escola³. Fossem alunos, conferencistas ou ambos, o caso é que, em algum momento, se sentaram nos bancos da instituição. A título de exemplo, seus dois primeiros Comandantes, os generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora, assumiram, respectivamente, as pastas de Coordenação dos Organismos Regionais e de Viação e Obras Públicas, enquanto o General, agora feito presidente, havia sido diretor do Departamento de Estudos da Escola.

Se saíssemos do primeiro escalão do governo, os exemplos de antigos membros da Escola em postos relevantes poderiam se multiplicar. O esforço, entretanto, não é necessário. A lista anterior mais do que basta para o argumento: ela coloca fora de dúvida a relevância da Escola Superior de Guerra na construção e viabilização do Golpe de 1964, assim como seu papel central na organização da Ditadura. Ou, dito de outro modo, evidencia a centralidade da instituição na vida política nacional daqueles anos. Isso, sejamos completamente francos, não parece novidade. Ao contrário: trata-se de lugar-comum, estabelecido de há muito pela historiografia. O que é menos evidente, penso, é a compreensão das razões, motivos e mecanismos através dos quais este processo aconteceu.

A compreensão sobre o significado da atuação política da Escola Superior de Guerra que, diga-se de passagem, é mais ampla do que sua ligação com o Golpe de 1964, exige que olhemos para além dela. A história da Escola é um dos tantos capítulos da história da Guerra Fria. Parte integrante daquele conflito, ela é atravessada por seus postulados, arranjos e estruturas ao mesmo tempo em que contribui para reforçá-los e construí-los. É produto e produtora, compõe e é composta, define e é definida.

3 Passaram pela Escola Superior de Guerra: Cordeiro de Farias (Ministro Extraordinário de Coordenação dos Organismos Regionais); Roberto Campos (Ministro Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica); Octávio Gouveia de Bulhões (Ministro da Fazenda); Arthur da Costa e Silva (Ministro da Guerra); Nelson Freire Lavanère-Wanderley (Ministro da Aeronáutica); Ernesto de Mello Baptista (Ministro da Marinha); Daniel Agostinho Faraco (Ministro da Indústria e do Comércio); Milton Campos (Ministro da Justiça e Negócios Interiores); Juarez Távora (Ministro de Viação e Obras Públicas); Vasco Leitão da Cunha (Ministério das Relações Exteriores); Arnaldo Sussekind (Ministério do Trabalho e Previdência Social); Iberê Gilson (Ministro do Tribunal de Contas da União).

Raimundo de Moura Brito (Ministro da Saúde) e Mauro Thibau (Ministro de Minas e Energia) passaram pela Escola após o Golpe de 1964. Não encontrei registros de ligação com a instituição para os nomes de Oscar Thompson Flores (Ministro da Agricultura) e Flávio Suplicy de Lacerda (Ministro de Educação e Cultura).

Esta constatação tem um significado imediato em meu argumento. Não tomo a Guerra Fria como fato externo à Escola, mas como sua dimensão constitutiva. Consequentemente, não vejo a instituição e seus participantes como reflexo. Não os entendo como atores mambembes, a improvisar um texto escrito por autores de centros distantes. A Guerra Fria não é batalha longínqua, de superpotências centrais, que respinga de várias formas em um Brasil periférico. Compreendê-la significa abandonar a dimensão contextual com a qual é frequentemente tratada. O conceito não pode funcionar, para a análise, como caixa improvisada de ferramentas, estoque mal organizado de acontecimentos distantes e externos no qual, por vezes, as narrativas colhem, instrumental e seletivamente, algum fato que as sustente. A Guerra Fria, como a entendo, não aparece aqui ou acolá, mas está na raiz da história que pretendo contar.

Talvez o leitor se surpreenda, tanto quanto eu me surpreendi, ao descobrir algumas coisas sobre aquele conflito. Sua abrangência, complexidade, multiplicidade e sofisticação são algumas delas. Que a Guerra Fria foi embate de força física parece, a esta altura, evidente. Seus muitos conflitos armados, somados aos regimes autoritários que sustentou e à montagem de aparelhos repressivos bastam para a conclusão. Afinal, como não pensar nas Guerras da Coreia e do Vietnã? Na invasão da Baía dos Porcos? Ou mesmo nos muitos golpes militares que varreram a América Latina ao longo dos anos 1960 e 1970? Tudo isso é especialmente correto. Mesmo assim, não é possível adotar uma visão tão reducionista. Se é inegável que ela foi *também* isso, é igualmente inegável que não foi *apenas* isso. A bem da verdade, a violência física e bélica não podem ser separadas dos postulados mais amplos em torno dos quais o confronto se organizou: não são meros instrumentos para o exercício gratuito do poder, mas estão assentadas em leituras sobre o mundo.

A Guerra Fria recolheu, de momentos anteriores, muito do repertório que formará aquelas leituras. Marcada pelas experiências dos regimes totalitários e da Segunda Guerra Mundial, ela as reinterpreta e, ao atualizá-las, as ressignifica. A partir de então, do ponto de vista do chamado bloco ocidental, se tornará embate por dois modelos de civilização: de um lado, o mundo moderno e cristão, com suas promessas de democracia e desenvolvimento econômico, de outro o totalitarismo soviético. Modernidade e totalitarismo se tornarão, então, prismas a partir dos quais o mundo é disputado.

Combate por ideais, a Guerra Fria se trava na linguagem, no pensamento, nas maneiras de racionar sobre o mundo, de elaborá-lo e ordená-lo. A disputa civilizatória acontece no

imaginário e no intelecto, articula comportamentos e entendimentos, o que equivale a dizer que opera também no nível das aspirações e emoções. Suas premissas marcam o horizonte de expectativas e estruturam compreensões sobre o fazer político. Isso explica a série de conteúdos que, integrados, a compõem e fundamentam: conteúdos em torno dos quais ela mesma se organiza e desdobra. O papel dos militares, assunto que parece mais atual do que nunca, é um deles. Outros dizem respeito à democracia, ditadura, desenvolvimento, questão social, racismo, ideologia, propaganda, ciência, cultura e guerra. Apesar de sua multiplicidade, todos foram disputados pelos projetos de Guerra Fria. Eles demonstram os muitos desdobramentos e tensões do conflito, mas também suas intersecções: apontam para a necessidade de lê-lo como conjunto, embora não de maneira unívoca. Através deles, surge o desafio de pensar uma Guerra Fria menos esquemática e mais multifacetada⁴.

Isso explica, também, pensar os espaços nos quais o conflito ocorreu. Seus campos de batalha estão para além de fronteiras cruzadas por tanques ou linhas imaginárias sobre as quais sobrevoam aviões. O embate acontece nas instituições, nos lugares onde se organiza a vida social, econômica, cultural. Forças Armadas, partidos políticos, parlamento, imprensa, igrejas, tribunais, sindicatos, escolas, indústrias, comunidades rurais e organizações não governamentais são alguns deles. Em locais aparentemente insuspeitos, como as universidades, bibliotecas ou exposições de arte, a batalha ideológica irrompe para alcançar conferências, quadros, esculturas e livros.

4 Muitos são os trabalhos que embasam este argumento. Para ficar em alguns exemplos, podemos destacar: PARMAR, Inderjeet. **Foundations Of American Century: the Ford, Carnegie, Rockefeller Foundations in the Rise of American Power**. New York: Columbia University Press, 2015.
 GILMAN, Nils. **Mandarins of the Future**. Modernization Theory in Cold War America. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2003
 COHN, Deborah. **The Latin American Literary Boom and U.S. Nationalism during the Cold War**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2012.
 SAUNDERS, Frances S. **Quem Pagou a Conta?** Rio de Janeiro: Record, 2008.
 Para trabalhos que enfatizam o Brasil, ver:
 AMORIM, Felipe C. **“The Birth of a Discipline”**: o convênio Ford-Iuperj e a modernização da Ciência Política no Brasil. São Paulo: USP, 2021. (Dissertação de Mestrado).
 CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil na Guerra Fria Cultural**. São Paulo: Intermeios: USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.
 CATTAL, Julio B P. **Guerra Fria e Propaganda: a U.S. Information Agency no Brasil, 1953-1964**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
 CATTAL, Júlio. **U.S. Power and the Social State in Brazil: Legal Modernization in the Global South**. London & New York: Routledge, 2022..
 CHAVES, Wanderson S. A. **Questão Negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)**. Curitiba: Editora Prismas, 2018.
 COWAN, Benjamin. **Securing Sex**. Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil. Raleigh: University of North Carolina Press, 2016
 PENHOLATO, Diego. **José Garrido Torres nas sombras do poder: um economista na construção do projeto de modernização de 1964**. 2017. São Paulo: USP. (Dissertação de mestrado).

Meu objeto de estudos, a Escola Superior de Guerra, é um dentre estes tantos espaços. Ela é uma frente específica de trabalho, unida a muitas outras. Centro de formação de elites, a Escola se somou aos ideais do chamado bloco ocidental. A partir deles, defendeu que o país ocupasse uma posição no mundo e elaborou, para ele, um projeto de modernização que se contrapunha àquilo que entendia ser a ameaça totalitária colocada pelo regime soviético. Suas interpretações sobre a Guerra Fria como Guerra Total formaram pilar essencial. Em torno delas, construiu uma doutrina, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, pensada como corpus aberto, sempre atualizado, de conhecimentos e referências. A despeito das divergências que abrigou, modernidade e totalitarismo, verso e anverso da mesma moeda, formam suas premissas de base: funcionam como matrizes consensuais, que fundamentam um projeto partilhado. Foram elas que informaram sua criação e em torno delas organizou sua ação política entre os anos 1949 e 1964. Foram as mesmas premissas que, revistas e ressignificadas, resultaram no novo consenso que levou à instalação da Ditadura.

Assumida esta perspectiva, penso me contrapor a leituras mais generalizantes sobre a Escola Superior de Guerra. Em geral, tais interpretações inserem a Escola em uma história mais ampla das Forças Armadas: veem nela ideologias e modos de agir dos militares encontrados em períodos mais recuados da história republicana. Ao fazê-lo, penso, deslocam sua historicidade. O procedimento modifica as coordenadas através das quais ela foi pensada e passa a explicá-la por uma lógica que lhe é exterior. Explico-me.

Muitas vezes, o pensamento esguiano é apresentado como herança direta do pensamento autoritário dos anos 1920 e 1930, dos movimentos tenentistas e do governo getulista. Daí que a participação política da Escola tenha se revestido do mesmo componente tutelar com o qual as Forças Armadas agiriam desde aqueles anos: restauradoras da ordem, elas tomam esta sua condição como etos militar. Posteriormente abrigado na ESG, este etos conteria um golpismo genético que, através de longa tradição, empurraria as Forças Armadas para intervenções na política⁵. Os acontecimentos que levam ao suicídio de Vargas, aqueles

5 As dimensões se misturam, em vários níveis, nas análises. Michel Debrun, como Douglas Puglia, inserem a ESG numa longa tradição de pensamento autoritário brasileiro, que remontaria aos anos 1920 e 1930. Alfred Stepan lista as muitas vezes em que os militares agiriam na política entre 1945 e 1964. Para ele, as intervenções fariam parte de um “padrão moderador”. O mesmo faz José Murilo de Carvalho que, embora apresente descontinuidade e divisões, afirma que “o projeto das Forças Armadas interventoras a serviço da ordem vem da década de 1930, e é de autoria do general Góes Monteiro”, uma premissa que, segundo ele, foi mantida em 1964. Siguenoli Myamoto é explícito em dizer que a ESG foi montada para tomar o aparelho de Estado. Ver: DEBRUN, Michel. Os dois níveis da ideologia militar. In OLIVEIRA, Eliézer R. *Militares: pensamento e ação política*. Campinas, SP: Papirus, 1987. PUGLIA, Douglas B. *As ideias políticas como alicerce: os padrinhos do Brasil e a formação da Escola Superior de Guerra (1949 – 1954)*. Franca, SP: UNESP (Doutorado em História), 2012. STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

envolvendo a posse de JK, os incidentes do governo Goulart e, é claro, 1964, aparecem como provas conjunturais de uma tendência remota. Elos de uma única cadeia, eles apontam o mesmo fenômeno: uma ação militar autoritária que se impõe como consequência de uma democracia historicamente frágil, incapaz de se organizar em bases estáveis. O golpismo das F.A., esvaziado de projetos e fundamentos específicos, sobrevoa décadas da história brasileira e, a depender das condições que ela lhe apresenta, sobretudo as de crise, pousa na vida política nacional. Nestes momentos em que a mão encontra a luva, a persistência irrompe na contingência: um dispositivo de longa data no funcionamento da história nacional, do qual a ESG é mero instrumento.

A suposta constância na ação das Forças Armadas acaba por recobrir projetos políticos diferentes. Tomadas como padrão, elas passam a se revestir de uma única lógica que, por sua vez, é estendida no tempo. A conclusão é que, por mais de quarenta anos, nos quais o país e o mundo se transformaram abruptamente, os militares agiram essencialmente do mesmo modo e pelas mesmas razões. O autoritarismo da Ditadura aparece como consequência do autoritarismo militar, da constante tutela que exercem em um país social e institucionalmente invertebrado, e não como parte de um projeto político cuja concepção e estruturação eram, na origem, autoritários: projeto do qual os militares são parte relevante, mas não única. O autoritarismo, é preciso se diga, não nasce, cresce, floresce e toma o aparelho de Estado como consequência de sua presença nas Forças Armadas. Ele é construído e aceito, amplamente, como alternativa. Foi assim em 1964.

Em outras interpretações, a ESG aparece ligada a amplo processo através do qual as Forças Armadas se profissionalizam. Iniciado no século XX, primeiro com os militares que estagiaram no exército alemão (os “jovens turcos”), mais tarde com a missão militar francesa, o tenentismo e o governo Vargas, a modernização militar encontraria, na Escola, mais um passo. Apesar dos apontamentos de descontinuidade e conflito ao longo do processo, as análises sublinham, de forma não necessariamente consciente, uma linha progressiva. A maneira de formular o problema sustenta uma visão teleológica sobre o profissionalismo da corporação e, a partir daí, estabelece os pontos através dos quais a história teria, de forma mais ou menos bem-sucedida, conduzido a ele⁶. A Escola Superior de Guerra é um destes

CARVALHO, José M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. PP. 134. . MIYAMOTO, Shiguenoli. O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980). São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado – Ciências Sociais), 1981.

6 Dois trabalhos são especialmente elucidativos a este respeito: CARVALHO, José M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. E: COELHO, Edmundo C. *Em busca de identidade*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1976.

pontos: surgida da exigência de modernizar os militares, decorrência da necessidade de modernizar o país, ela aparece como imposição do processo histórico.

Penso que os dois conjuntos de análises, que se encontram e permeiam de várias formas, trazem um risco. Ambos apagam, mais do que revelam, a Escola Superior de Guerra. As categorias com as quais trabalham, atravessadas pelo pensamento da Guerra Fria, fazem o contrário do que pretendo: em vez de recuperar os pressupostos do projeto político gestado na Escola, o deixam encoberto. Parecem fazer o mesmo com o pós-guerra e, conseqüentemente, com o golpe de 1964.

Ao final do percurso, espero que o leitor encontre algumas reflexões não apenas sobre a Escola Superior de Guerra, mas sobre a Guerra Fria. Meus questionamentos envolvem os postulados políticos e intelectuais que informaram aquele momento e que, de muitas maneiras, persistem. Se, de alguma forma, meu texto contribuir para desnaturalizar conceitos e descolonizar o imaginário, se ajudar a enfrentar o autoritarismo e fecundar novas possibilidades para os ideais de liberdade, igualdade e democracia, considero que tenha atingido seu objetivo.

CAPÍTULO 1

A DOUTRINA E O PLANEJAMENTO

Se uma instituição começa quando adquire forma jurídica, então a Escola Superior de Guerra nasceu no dia 20 de agosto de 1949. Foi nesta data que o então presidente Eurico Gaspar Dutra sancionou a Lei 785, que estabelecia:

Art 1º É criada a Escola Superior de Guerra, instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional.

Art 2º A Escola Superior de Guerra funcionará como centro permanente de estudos e pesquisas e ministrará os cursos que, nos termos do artigo 4º, forem instituídos pelo Poder Executivo.⁷

A Lei resultou de meses de trabalho: trabalho que havia começado em outubro de 1948, quando o mesmo presidente baixou decreto ordenando ao Estado-Maior Geral que organizasse a Escola.⁸ Se é fora de dúvida que estes são os marcos legais que criam a ESG, a história mais ampla, da qual ela é fruto, começa muito antes: entendê-la exige recuo no tempo.

Após anos de uma escalada de tensões, no dia primeiro de setembro de 1939, tropas nazistas invadiram a Polônia. Imediatamente, Inglaterra e França declararam guerra à Alemanha. Iniciava-se aquele que seria um dos conflitos mais violentos da história. Através dele, por terra, ar e mar, o mundo se engajaria em uma batalha de proporções inusitadas. Divididos entre as forças Aliadas e as do Eixo, os países foram paulatinamente arremessados em uma espiral crescente de destruição. Decorridos seis longos anos, o conflito, que havia começado com a marcha de tanques sobre uma fronteira europeia desprotegida, terminou com a explosão de duas bombas atômicas sobre o Japão. Atrás de si, deixou um rastro de morte, fome, destruição, miséria, desorganização e caos.⁹

7 BRASIL. Lei nº 785: Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – 20 de agosto de 1949.

8 BRASIL. Decreto nº 25.705: Estabelece normas para a organização da Criação da Escola Superior de Guerra. **Diário Oficial da União** – 25 de outubro de 1948.

9 Um balanço sobre o legado da Guerra pode ser encontrado em: JUDT, Tony. **Pós-Guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. Ver, especialmente, o primeiro capítulo: “O Legado da Guerra”.

O Brasil entrou na II Guerra no dia 22 de agosto de 1942. Pouco antes, em dezembro de 1941, a base norte-americana de Pearl Harbor foi atacada e destruída por forças japonesas. Os EUA, a partir daí, entraram no conflito: após o ataque, Franklin Roosevelt declarou guerra ao Eixo. As negociações para a participação do Brasil, ao lado dos Aliados, começaram pouco depois. O pan-americanismo e a defesa continental foram acionados. Militares brasileiros foram mandados para treinamento nos EUA, dando origem à Força Expedicionária Brasileira que, entre 1944 e 1945, lutou junto ao V Exército dos EUA na campanha da Itália. Após a perda de muitas vidas, a FEB selou a participação do Brasil na guerra ¹⁰.

A Segunda Guerra Mundial terminou oficialmente no dia 2 de setembro de 1945, quando o Japão, a última das potências do Eixo, declarou rendição. Seu ineditismo causou impressões profundas: a humanidade teve que se defrontar com o imenso potencial de destruição que ela, ao longo de sua história, havia sido capaz de acumular. A guerra havia deslocado populações completas de seus lares, assassinado civis em massa e mostrado que era possível varrer do globo cidades inteiras com uma única bomba. O mapa do mundo foi profundamente alterado. A respeitável e civilizada sociedade europeia, dentro da qual surgiram os regimes totalitários, teve que se confrontar com a queda de valores nos quais, durante séculos, havia se apoiado. À aposta na razão e no progresso, marcas do Iluminismo, se sobrepôs a destruição. Encerrada a guerra, tanto as tradições quanto as construções europeias estavam em ruínas, explodidas por um combate de ferocidade sem precedentes.

A dimensão do conflito, sua escala, sua técnica e seu sentido alteraram a percepção a respeito da guerra como fenômeno. Em torno dela, nova imaginação e linguagem foram construídas: de atividade restrita, a guerra passava a dimensões totalizantes, que extrapolavam seus campos convencionais. Era uma Guerra Total, que não apenas cobria a superfície do globo como também mobilizava as principais atividades militares, econômicas, políticas e psicossociais. A Segunda Guerra Mundial havia transformado a natureza da guerra, imprimindo novo significado a ela. Ponto de transformação na história, as mudanças que desencadeou vinham para ficar. Era preciso lidar com elas.

O cenário mundial a que a Segunda Guerra deu origem trazia consigo nova configuração, com novos desafios. O conflito, dada sua intensidade, tinha caráter disruptivo:

10 Para análises sobre a participação do Brasil na guerra, com a formação e estruturação da FEB, ver: McCANN, Frank D. **A Aliança Brasil-Estados Unidos 1937/1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. Ver: FERRAZ, Francisco C A. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Ver: DAVIS, Sonny. **A Brotherhood of Arms**. Denver: University Press of Colorado, 1996. Ver: SVARTMAN, Eduardo M. Da II Guerra Mundial à Guerra Fria. In: **Latin American Research Review**, Vol. 49, Nº 1. 2014.

havia desagregado várias das coordenadas em torno das quais o mundo estava habituado a pensar e se organizar. Refletir sobre ele, sobre sua origem, força e significado se tornou tarefa premente, tarefa em cujo centro estava também a disputa por valores. O reconhecimento de que a II Guerra era um ponto de inflexão civilizatório, e a necessidade de reorganização política em larga escala que este reconhecimento trazia, se tornaram elementos definidores do pós-guerra. Foi neles que a Guerra Fria se alicerçou. Ela era, à sua maneira, produto do conflito que a antecedeu: trazia, como marca, seu legado.

A avaliação do espólio da II Guerra se tornou elemento central na Guerra Fria. Por um lado, os soviéticos se apressariam em declarar que os EUA e seus aliados vinham desenvolvendo uma política externa beligerante e imperialista, uma espécie de novo fascismo, ao qual se contrapunham como legítimos defensores da paz. Os norte-americanos e seus aliados, por sua vez, fixariam a interpretação de que os regimes de Stálin, Hitler e Mussolini faziam parte de um mesmo fenômeno político, o totalitarismo, combatido por eles em nome da liberdade e da democracia. Derrotados fascismo e nazismo, os dois grandes vitoriosos da guerra cuidariam de inventariá-los: carregariam os regimes italiano e alemão para o centro de uma disputa que, reatualizada constantemente ao longo do tempo, definiria pressupostos morais e políticos em torno dos quais a Guerra Fria seria travada.

Herdeira da II Guerra e dos eventos políticos que a originaram, a Guerra Fria teve que lidar, à sua maneira, com o vocabulário, os problemas e as divergências que ela havia colocado. A continuidade com o período que a precedeu ficou estabelecida. Como explicaria o primeiro comandante da Escola Superior de Guerra, o general Cordeiro de Farias¹¹:

Examinadas, grosso modo, as características da última guerra e pesando os seus resultados, forçoso é concluir que ao tremendo esforço dispendido, não corresponderam a tranquilidade e a harmonia que o sacrifício de milhões de vidas humanas tinham o direito de exigir. Vivemos um período tremendamente difícil nas relações internacionais e o mundo – dividido em dois campos opostos e dificilmente conciliáveis – parece viver um entre ato de duas guerras. Os primeiros dias de

11 Nascido em 1901, Cordeiro de Farias era natural de Jaguarão (RS). Tendo estudado na Escola Militar do Realengo, participou das conspirações tenentistas de 1922, 1924 e, depois, juntou-se à coluna Prestes. Em 1930, apoiou o movimento que levou Getúlio Vargas ao poder. Nos anos seguintes, participou ativamente da repressão à Revolução Constitucionalista de 1932 e da Insurreição Comunista de 1935. Em 1938, foi nomeado interventor no Rio Grande do Sul, deixando este cargo em setembro de 1942, para se integrar à FEB. Em 1945, envolveu-se na campanha para deposição de Vargas. Participou das articulações para formação da ESG e tornou-se seu primeiro comandante: cargo que exerceu até 1952, quando assumiu o comando da Zona Militar Norte, em Recife. Em 1954 se tornou governador de Pernambuco, cargo no qual permaneceu até 1958. Jânio Quadros o nomeou chefe do EMFA em 1961. Com a queda de Quadros, passou a conspirar para o Golpe que depôs Goulart. No pós 1964, assumiu o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, depois Ministério do Interior, função que exerceu até 1966. Morreu no Rio de Janeiro, em 1981. Ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/cordeiro_de_farias. Consultado em 05/10/2020.

Outubro de 45 – em que reuniram e se prepararam em Londres pela primeira vez, após a cessação das hostilidades, os representantes norte-americanos, ingleses, franceses, russos e chineses sem nada resolverem marcam o início dessa nova situação mundial, que desta data em diante só se tem agravado. Vive-se hoje a guerra fria que prenuncia nova hecatombe¹².

Assinados acordos e cessados os confrontos militares, o mundo permanecia em contenda: em vez de paz, tensão. Se havia passado a seu estado frio, o conflito continuava não apenas a ser uma guerra, mas uma guerra de proporções totalizantes. Isso explica a continuidade: balizada pelo conflito que a antecedeu, a Guerra Fria foi recolher, na experiência daquela luta, boa parte de seu repertório, de seus pressupostos e de sua organização. Daí que tenha sido pensada e administrada como Guerra Total, travada não apenas no campo militar, mas em seus aspectos político, econômico e psicossocial.

Se até 1945 poderia haver alguma dúvida, a partir desta data ela desaparecera: a humanidade havia descoberto o ponto ao qual poderia chegar, o que incluía não apenas o acionamento de uma máquina imensa de destruição, mas também a diluição de valores sobre os quais ela havia, até então, construído seu patrimônio civilizatório. Não foi outra a tônica da Guerra Fria: por quase cinco décadas, as duas potências procurariam reorganizar os vários ramos de atividades humanas, catalisando as discussões sobre as dimensões moral, intelectual e ética de seus projetos políticos para a humanidade. Repensar a formatação política, econômica, militar e social parecia tarefa essencial para o mundo: era parte de sua nova guerra.

O reconhecimento da capacidade bélica de que a humanidade dispunha colocava na ordem do dia a possibilidade de sua aniquilação. O aspecto total explica o caráter frio do conflito. A mobilização militar generalizada, com a utilização de tropas e armamentos traria, como resultado inexorável, o fim da existência humana. Sendo este o objetivo a ser evitado, era prudente agir por outros meios. Tratava-se de uma “guerra fria, que perturbando os estadistas, confundindo os políticos, enervando a massa e criando o ambiente de insegurança generalizado, pretende conseguir o objetivo político sem desencadear as ações militares”, sintetizava o então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil, general Canrobert Pereira da Costa,¹³.

12 FARIAS, Oswaldo C. Palestra sobre a Organização da Escola Superior de Guerra, realizada na Escola de Estado-Maior pelo Exmo Sr General Div. Oswaldo Cordeiro de Farias. (Folheto). 18/05/1949. PP. 3. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

13 Canrobert Pereira da Costa nasceu no Rio de Janeiro, em 1895. Dedicou toda sua vida à carreira militar, tendo estudado no Colégio Militar do Rio de Janeiro, na Escola Militar do Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola do Estado-Maior do Exército. Em 1937, tornou-se Chefe de Gabinete do Ministério da

O uso ostensivo da força militar para combate deveria ser evitado: era preciso impedir um confronto armado aberto e generalizado. Isso explica que os conflitos militares, embora não excluídos, tenham se mantido relativamente localizados. Se a força militar tinha importante papel de pressão, trazia, também, uma mal disfarçada ameaça de catástrofe. A possibilidade de destruição absoluta mantinha o mundo em tensão permanente, tensão que, ao trazer para o primeiro plano o desastre que um conflito armado em larga escala promoveria, acabava por evitá-lo. A inquietação operava um deslocamento: outras dimensões do combate deveriam ser priorizadas. Economia, sociedade, política e diplomacia se tornariam importantes campos de batalha. O estado frio da guerra, longe de apagar sua dimensão total, fazia justamente o contrário: a reforçava.

Pensada como Guerra Total, a Guerra Fria se tornou embate por projeções civilizatórias. Mais do que meros sistemas econômicos, capitalismo e comunismo eram verdadeiros modos de vida, que traziam consigo premissas mais profundas de organização ideológica, social e política: premissas em cujo centro estava a disputa pelos sentidos de estar no mundo e nele exercer poder. Parte componente do conflito, nele integrado desde o início, o Brasil se engajou ativamente nos dilemas que colocava. Os significados que trazia, seus conteúdos e definições, foram disputados, das mais diversas formas, no país. Foi assim que a Escola Superior de Guerra, fundada em 1949, passou a integrar este esforço: fruto da Guerra Fria, se tornou desde a primeira hora, para o Brasil, um dos mais importantes espaços onde o conflito foi pensado e travado. Como explicaria, em 1954, o então comandante da Escola, general Juarez Távora:

Esse estado permanente de guerra fria entremeadado de guerras efetivas como as lutas civis da China, da Coréia, e da Indochina (para só citar as principais) – cria uma ameaça sempre presente de guerra global e total – isto é, capaz de envolver, desde o seu início, quase todos os povos da terra, e de flagelar, a tudo e a todos, em cada parte atingida do Universo.

Essa luta que ameaça o mundo será agravada, na obstinação e brutalidade de seu caráter totalitário, de um lado, por ser uma luta de vida e de morte entre duas concepções antagônicas da vida – o espiritualismo e o materialismo, entre dois sistemas de governo – a democracia e o totalitarismo, e de outro lado, pelo emprego maciço das novas armas - atômicas, químicas, bacteriológicas, com poder incrível

Guerra e dois anos depois, Chefe de Gabinete do Estado-Maior Geral. Participou dos esforços brasileiros na II Guerra Mundial: integrou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Oficiais de Estado-Maior, realizou cursos no Forte Leavenworth e lutou na FEB. Durante o governo Dutra, seria Ministro da Guerra, deixando o cargo com a eleição de Getúlio Vargas, de quem era ferrenho opositor. Participou da Cruzada Democrática e se tornou Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas no governo Café Filho. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1955. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/costa-canrobert-pereira-da>. Consulta em 05/10/2022. COSTA, Canrobert P. A Guerra Total – Concepção Moderna da Guerra – Formas de Guerra. (Folheto) C -19 -54. 1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 8.

de destruição – e pela capacidade crescente de aplicá-las, com segurança e rapidez, a distâncias que cobrem toda a superfície da terra.¹⁴

Dados sua dimensão e seu caráter, a Guerra Fria era assunto universal. EUA e URSS eram centros proeminentes na articulação de um conflito que, entretanto, não se reduzia a eles: a natureza do confronto, em cujo centro estava o destino da humanidade, acabava por envolver o mundo. Daí que a Escola Superior de Guerra, aliada de primeira hora ao que se convencionou chamar de “Bloco Ocidental”, capitaneado pelos EUA, tenha integrado aquilo que foi pensado como uma grande frente antitotalitária. Se é verdade que a Escola abrigou posições divergentes sobre muitos assuntos, também é verdade que, como instituição, se organizou em torno do que considerava ser os ideais de modernidade, democracia, liberdade e espiritualidade, compreendidos em contraposição aos ideais totalitários. Entendeu a si mesma como parte de uma luta que lhe era muito maior. Ao se associar às interpretações que tornavam nazismo, fascismo e comunismo fenômenos correlatos, se colocou em oposição ao totalitarismo e em defesa do que via como seu contrário: o mundo ocidental, cristão e democrático. Organizadas estas premissas fundamentais, manteve, a partir delas, a unidade de sua agenda política. Como declararia o mesmo Juarez Távora: “politicamente, porém, pelo menos para as nações de formação cristã, não há lugar justificado para neutros, ou divergentes do Grupo de Nações Ocidentais, lideradas, dentro dos princípios da Organização das Nações Unidas, pelos EUA da América”¹⁵. Se duas concepções civilizatórias estavam em choque, era preciso escolher um lugar, tomar posição: coisa que a ESG, desde o início, já havia feito.

Órgão de Guerra Fria, a Escola era parte da reestruturação do aparelho militar do pós-guerra: reestruturação que tinha, no conceito de Guerra Total, sua base. Os conceitos de

14 Juarez Távora nasceu em Jaguaribemirim (CE), em 1898. Formado pela Escola Militar do Realengo, Távora participou dos levantes tenentistas e da Coluna Prestes, tendo sido posteriormente preso. Participou do movimento de 1930. Empossado Getúlio Vargas, assumiu por alguns dias o Ministério de Viação e Obras Públicas e, posteriormente, o Ministério da Agricultura (1932), cargo no qual permaneceu até 1934, quando a nova Constituição foi promulgada. Após a promulgação da Carta, voltou-se para a carreira militar: no início de 1936, ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército e terminou o curso em fins de 1938. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ajudou a organizar a FEB e, terminado o conflito, filiou-se à UDN. Ajudou a fundar a ESG em 1949, tornou-se seu conferencista e, de 1952 até 1954, comandou a Escola. Foi, também em 1954, vice-presidente do Clube Militar, atuando como ferrenho opositor do então presidente Vargas. Empossado Café Filho, devido ao suicídio de Vargas, Távora tornou-se Chefe do Gabinete Militar. Em 1955, disputou a Presidência com Juscelino Kubitschek. Em 1962 foi eleito Deputado pelo Partido Social Cristão, no estado da Guanabara. Apoiador do Golpe de 1964, Távora permaneceu como Ministro de Viação e Obras Públicas de 1964 até 1967. Morreu no Rio de Janeiro, em 1975. A citação foi extraída de: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juarez_tavora. Consultado em 05/10/2020. TÁVORA, Juarez F. A Segurança Nacional e a ESG. (Folheto) C – 01 – 54. 1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP 12.

15 TÁVORA, Juarez F. A Segurança Nacional e a ESG. (Folheto). C – 01 – 54. 1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP 15.

Segurança e Desenvolvimento, repensados a partir do primeiro, adquiriram centralidade na tarefa de recomposição não apenas das Forças Armadas como de boa parte da estrutura do Estado brasileiro. Alçados a lugar proeminente, aqueles conceitos se tornaram o eixo em torno do qual o combate foi organizado: o centro da agenda de enfrentamento da nova guerra. A institucionalidade foi sofrendo alterações para incorporar as demandas que colocavam. Um Estado de Guerra Total, planejador da segurança nacional, foi sendo montado, o que implicava estabelecer, para o país, novas bases políticas, psicossociais, econômicas e militares. A premissa base, o acionamento destas quatro dimensões como elos relacionados da mesma cadeia, partes do mesmo fenômeno, impunha a necessidade de coordenação. As recém-adquiridas proporções da guerra não poderiam mais ser enfrentadas de forma isolada e improvisada. Ao contrário, exigiam ação ordenada e conjunta na promoção de Segurança e Desenvolvimento. Em outras palavras: o enfrentamento da Guerra Fria demandava ampla cadeia de planejamento, da qual a ESG era um dos elos. No enfrentamento da nova luta estava a razão de ser da Escola.

1.1. Montando um Estado de Guerra Total: Planejamento, Segurança Nacional e Desenvolvimento

Em 1954, o então tenente-coronel Golbery do Couto e Silva¹⁶ realizou, na ESG, uma série de três conferências onde explicava a importância do “Planejamento da Segurança Nacional”. Na primeira delas, afirmou:

Anomia ou totalitarismo – eis aí o dilema que se oferece à sociedade dos nossos dias, se não formos capazes de formular, em termos precisos e seguros, um planejamento democrático que, como síntese feliz daquela oposição dialética, abra uma nova era para a história da humanidade, a era do planejamento, de liberdade e

16 Golbery do Couto e Silva nasceu em Rio Grande (RS), em 1911. Realizou seus primeiros estudos militares na Escola Militar do Realengo onde, em 1930, se formou. A partir desta década progrediria constantemente na carreira, até que em 1941 ingressou na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME) e concluiu o curso em 1943. No ano seguinte, embarcou para os EUA para estudar em Fort Leavenworth, e depois participou, no cargo de oficial de informações estratégicas, na campanha da FEB na Itália. Nos anos subsequentes à Guerra, Golbery trabalharia no EMFA e seria palestrante assíduo na ESG. Em 1961, foi figura proeminente do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), participando ativamente das articulações do golpe de 1964. Consumado o golpe, Golbery articulou a criação do SNI (Serviço Nacional de Informações), que ele próprio dirigiu. Com a posse de Costa e Silva, afastou-se do governo e passou a presidir a filial brasileira da empresa norte-americana Dow Chemical. Golbery voltou à cena pública com a posse de Ernesto Geisel, sendo um dos principais teóricos e articuladores do processo de transição. Faleceu em São Paulo em 1987. Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/dicionarios/verbete-biografico/silva-golberi-do-couto-e>. Consultado em 05/10/2020.

de justiça, eficácia e pleno rendimento para as atividades humanas, ampla e livre expansão à personalidade individual consciente de seus deveres sociais, reconhecimento de direito de todos ao gozo das quatro liberdades que Roosevelt soube anunciar à humanidade como um radioso evangelho dos novos tempos.¹⁷

Embora a palestra de Golbery seja de 1954, ela sistematizava discussões que vinham se desenvolvendo desde muito antes: aquelas relacionadas à nova era, de “planejamento democrático”. Se o mundo havia se transformado, um primeiro caminho para rearranjar-se como parte dele era eliminar soluções apressadas e disparatadas, coordenando as diversas partes numa atividade de conjunto. A isso se chamava “planejamento”: a articulação das várias partes numa estratégia geral de ação.

O princípio do planejamento trazia consigo a discussão a respeito das funções e da natureza do Estado. Pensar as estruturas estatais era imperativo fundamental. Daí que a questão síntese de Golbery pudesse ser colocada da seguinte maneira: como produzir um Estado capaz de desempenhar suas funções de coordenação estratégica sem que para isso se transforme naquilo que ele próprio chamou de um “Leviatã monstruoso”? Ou, em outras palavras: como criar um Estado sem anomia, isto é, dotado de poder de ação, e ao mesmo tempo evitar que esta ação se transforme em um despotismo implacável, em um Estado totalitário ao estilo nazista ou soviético? O planejamento democrático parecia uma solução. O Estado de Guerra Total, de Segurança Nacional e Desenvolvimento, deveria ter uma estrutura que fosse limitada, porém não vazia: ela poderia, e deveria, conviver com a democracia.

Uma das funções do planejamento deveria ser a de estabelecer um conjunto de objetivos: a partir deles seria possível construir diretrizes de ação. Se bem pensados, eles funcionariam como a bússola para a travessia segura. De qualquer forma, não poderiam ser estáticos: tanto os objetivos quanto o planejamento, umbilicalmente ligado a eles, deveriam passar por revisões constantes. Golbery salientava que os reajustes deveriam ocorrer em três instâncias fundamentais: no “conjunto do planejamento considerado”, ou seja, no setor ou nos órgãos relacionados; no tempo, nas etapas programadas; no espaço, de acordo com a área

17 As quatro liberdades de Roosevelt seriam: liberdade de imprensa, religiosa, de viver sem penúria e de viver sem medo. SILVA, Golbery do C. Planejamento da Segurança Nacional – 1º Parte. (Folheto) C- 083 -54. 29/10/1954. PP. 12. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. As duas outras conferências são: SILVA, Golbery do C. Planejamento da Segurança Nacional – 2º Parte: Planejamento do Fortalecimento do Potencial Nacional. (Folheto). C – 83 - 54. 09/11/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. E: SILVA, Golbery do C. Planejamento da Segurança Nacional – 3º Parte: Planejamento de Guerra. (Folheto). C- 83 -54. 11/11/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Como seus próprios nomes e referências indicam, são partes de um mesmo conjunto.

envolvida. Seriam, portanto, ajustes “múltiplos, sucessivos e reiterados”.¹⁸ Isso indica que, se objetivos e planejamento deveriam guardar boa dose de perenidade, sem o que se esfacelariam, perdendo sua razão de ser, deveriam também permitir rearranjos. Importava menos a busca estática de cada resultado congelado e mais o princípio ordenador do processo. Nas palavras de Golbery: “o que realmente deve orientar o planejador são os princípios básicos da doutrina de planejamento”. Planejamento não era um fóssil, mas uma ciência que alicerçava a instauração de um trabalho constante.

Se a atividade de planejamento estatal era permanente e científica, permanentes e científicas deveriam ser também as instituições relacionadas a ela. Era essencial equipar o Estado de órgãos capacitados para amparar sua função de planejador, órgãos cujo trabalho fosse contínuo. Em conferência de 1950, o Coronel Emílio Maurell Filho¹⁹, à época ligado ao Estado-Maior das Forças Armadas, fazia balanço retrospectivo sobre a montagem destes órgãos. Como princípio, enunciava:

Este reforçamento do Poder Executivo, destinado a constituir uma cabeça estratégica vigorosa, é realizado nos países democráticos:

- 1º) pelo acréscimo de autoridade capaz de conferir ao Executivo uma maior independência e fazê-lo experimentar uma maior contração numérica;
- 2º) pelo aumento do seu poder de coordenação, que o permite, se inspirando na unidade de objetivo, grupar um feixe convenientemente orientando atividades ordinariamente bastante diferentes;
- 3º) dotando, enfim, o Executivo dos necessários órgãos de coordenação e instrumentos de execução indispensáveis.

18 SILVA, Golbery do C. Planejamento da Segurança Nacional – 2º Parte: Planejamento do Fortalecimento do Potencial Nacional. (Folheto). C – 83 - 54. 09/11/1954. PP. 13. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Couto e Silva elenca as situações nas quais há reajustamentos: 1- entre necessidades decorrentes dos objetivos e linhas de ação estabelecidas, de um lado, e possibilidades delimitadas pelos fatores críticos identificados, por outro lado. 2 - entre metas e objetivos tentativamente fixados para cada campo ou setor e a importância relativa destes tal como evidenciada pelo critério de dominância. 3 – entre metas e empreendimentos de cada setor e os relativos aos demais, em face das exigências, dependências ou servidões recíprocas.

19 Emílio Maurell Filho nasceu em Rio Grande (RS), em 1900. Ingressou na Escola Militar do Realengo em 1921 e formou-se três anos depois. Participou da repressão ao movimento tenentista, no Forte de Copacabana e na Escola Militar do Realengo, quando integrava a 1º Bateria do 1º Grupo de Obuses. Posteriormente progrediu na carreira, tendo cursado a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército. Nos anos subsequentes serviu no EME (Estado-Maior do Exército). Em 1944, tomou parte nos cursos preparatórios nos EUA, cursos do Fort Leavenworth, e posteriormente participou da campanha da FEB na Itália. Com o final da II Guerra, trabalhou no EMFA e, após o suicídio de Vargas, tornou-se Secretário-Geral do Gabinete do Ministério da Guerra. Participou, ao lado de Lott, do movimento que garantiria a posse de Juscelino Kubitschek. Em 1957, foi designado representante do exército Brasileiro junto à ONU para tratar da organização das Forças de Emergência. Após esta atividade voltou a trabalhar no EMFA e se tornou, em 1961, Chefe do Departamento de Estudos da ESG. Entre 15 de Outubro e 28 de Novembro de 1961, assumiu interinamente a Direção da Escola. Maurell Filho participou ativamente no Golpe que derrubou o governo Goulart. Durante todo o Governo Castelo Branco presidiu o Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Após passar para a reserva, concentrou suas atividades na iniciativa privada, integrando a direção da Mineração Rio Xingu S.A. e da Companhia Brasileira de Estireno. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1977. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maurell-filho-emilio>. Consultado em 05/10/2020.

Para tanto, os órgãos ministeriais têm evoluído constantemente para uma especialização muito nítida, criam-se novos órgãos, cada um deles sendo encarregado de uma determinada natureza de atividades e todos sujeitos a uma coordenação de conjunto levado a termo por órgãos ou autoridades diretamente dependentes do Chefe do Poder Executivo.²⁰

Comparando os sistemas de Segurança Nacional dos EUA, França, Argentina e Brasil, afirmava que a construção de um Executivo planejador, que organizasse suas tarefas amparado em órgãos capacitados, era tarefa indispensável aos países democráticos. Embora admitisse o primado de um Executivo forte, via na participação civil, através do Parlamento e dos próprios órgãos executivos, maneira de evitar arroubos totalitários²¹. Tratava-se de capacitar o Executivo, racionalizá-lo e evitar que ele sequestrasse funções que não eram suas: empoderá-lo sem inflá-lo. Era em torno destas diretrizes que o Coronel, retroagindo, afirmava ter sido montado o complexo de Segurança Nacional do Estado brasileiro do pós-guerra.

De fato, as mudanças começaram já na Constituição de 1946. A nova Carta estabelecia que as Forças Armadas, compostas por Exército, Marinha e Aeronáutica, eram “instituições nacionais permanentes” que, sob a autoridade do Presidente da República, se organizariam com “base na hierarquia e na disciplina”, com os objetivos de “defender a Pátria” e “garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”²². A fim de dotar as Forças Armadas de capacidade para cumprir sua missão, o complexo militar foi reestruturado. Antigos órgãos ganharam atribuições diferentes e órgãos novos foram criados. Dois são particularmente expressivos: o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

Segundo a mesma Constituição: “os problemas relativos à segurança do país serão estudados pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais das Forças Armadas, incumbidos de prepará-las para a mobilização e as operações militares”²³. O Estado-

20 MAURELL FILHO, Emílio. A Organização da Segurança Nacional. (Folheto). C – 042 – 50. 1950. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 3.

21 Maurell Filho afirmava: “as soluções existentes até o presente, como veremos a seguir, trazem as marcas das instituições a que servem: ou são democráticas ou ditatoriais. Nas primeiras a direção da guerra sofre uma enorme influência do poder civil, representado este pelo Conselho de Ministros ou pelo Executivo e pelo Parlamento; nas segundas, tudo se submete à vontade de um Chefe Supremo, verdadeiramente onipotente, como ocorre na Rússia Soviética e ocorreu na Alemanha e na Itália”. Ver: MAURELL FILHO, Emílio. A Organização da Segurança Nacional. (Folheto). C – 042 – 50. 1950. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 4.

22 Trata-se dos artigos 176 e 177 da Constituição de 1946. BRASIL. **Constituição de 1946**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Consulta em 26/08/2020.

23 Trata-se do artigo 179 da Constituição de 1946. BRASIL. **Constituição de 1946**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Consulta em 26/08/2020. O grifo é meu. A Constituição definia as bases para a

Maior Geral, depois transformado em EMFA, foi instituído pelo Decreto-lei 9.520, de 25 de julho de 1946, que declarava como seu objetivo “preparar as decisões relativas à organização e emprego em conjunto das Forças Armadas e os planos correspondentes. Além disso, colabora no plano geral de mobilização total da Nação para a Guerra”²⁴. A determinação legal de suas funções definia a natureza dos órgãos mencionadas pelo coronel Maurell: funcionar como elementos integradores, tanto das três Forças Armadas entre si quanto delas com outros ramos do Estado e da sociedade, e articulá-los num plano conjunto de segurança coordenado pelo Executivo. Era o motivo pelo qual o Decreto-Lei 9.107, anterior à Constituição, definia o CSN e o EMFA como “órgãos consultivos”, de “estudo e preparo de suas decisões (do Presidente, o encarregado pelo comando da guerra)”²⁵. Estudar e preparar, princípios fundamentais de uma terceira ação: planejar.

Tornado princípio fundamental, o planejamento tinha, na pesquisa, a sua primeira fase²⁶. Travar a nova guerra implicava conhecer pormenorizadamente os campos que a compunham para, a partir daí, organizar um plano seguro de intervenção. Entendida desta maneira, a pesquisa se tornava ferramenta: deveria prover o Estado dos conhecimentos necessários para a realização de políticas de segurança e desenvolvimento, conhecimentos que demandavam, como ponto de partida, informações. O comandante do Estado-Maior da Aeronáutica, Ismar Psaltzgraff Brasil, seria preciso ao definir a situação: “poucos instrumentos haverá de uso mais corrente para o homem do que a informação. É à luz do

estruturação do Conselho de Segurança Nacional, depois regulamentados pelo Decreto-Lei nº 9.775, de 6 de Setembro de 1946. Nele definia-se que o Conselho, sob a presidência do Presidente da República, seria composto pelos Ministros de Estado, pelo Chefe do Estado-Maior Geral e pelos Chefes dos Estados-Maiores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e possuiria os seguintes órgãos: Secretaria-Geral, Comissão de Estudos; Secções de Segurança Nacional dos Ministérios Civis; Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. Ver: BRASIL. Decreto nº 9.775. Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – 6 de setembro de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9775-6-setembro-1946-417547-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consulta em 27/08/2020.

24 BRASIL. Decreto nº 9.520. Dispõe sobre a Organização do Estado-Maior Geral. **Diário Oficial da União** – 25 de julho de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9520-25-julho-1946-417643-publicacaooriginal-1-pe.html>. O decreto foi alterado em 24 de dezembro de 1948, quando o Estado-Maior Geral passa a se chamar Estado-Maior das Forças Armadas. Sua atribuição anterior, de cuidar “da mobilização total da nação para a guerra”, foi mantida intacta. Ver: BRASIL. Lei nº 600-A. Altera a organização do Estado Maior Geral e dá nova redação ao Decreto-lei nº 9.520, de 25 de julho de 1946. **Diário Oficial da União** – 24 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-600-a-24-dezembro-1948-367081-publicacaooriginal-1-pl.html>. Consulta em 21/09/2022.

25 Decreto nº 9.107. Estabelece a Constituição das Forças Armadas no País. **Diário Oficial da União** – 1º de abril de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9107.htm. Consulta em 27/08/2020.

26 A observação é de Golbery do Couto e Silva. SILVA, Golbery do C. Planejamento da Segurança Nacional – 1º Parte. (Folheto). C- 083 -54. 29/10/1954. PP. 41. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias

conhecimento que ela encerra que fazemos previsões, decidimos e agimos”²⁷. Ou, dito de modo mais sintético: é à sua luz que planejamos. Ao serem carregadas para a base das operações de planejamento, as informações adquiriram função estratégica primordial, o que acabou por transformá-las em preocupação central no pós-guerra. Pesquisa e informação, indissociáveis, passaram a compor um todo genérico abrigado sob o nome de inteligência.

Moldada para o enfrentamento da Guerra Total, a inteligência deveria abranger dimensões econômicas, políticas, psicossociais e militares. Seu alcance era amplo e sua importância fundamental: produziria conhecimentos relevantes em todos os campos considerados, o que permitiria uma ação coordenada, circunstanciada e segura sobre eles. O cumprimento de suas funções dependia da estruturação burocrática do aparato de inteligência. Os primeiros passos para sua organização foram dados já no imediato pós-guerra e avançaram ao longo dos anos, incorporando novas demandas. Quando, em 1946, o Conselho de Segurança Nacional foi reorganizado, incluiu, como algumas das incumbências de sua Secretaria-Geral, “estudar as questões ligadas ao interesse da Segurança Nacional”, “preparar documentação básica, inclusive análise e parecer” sobre as mesmas questões, além de “convocar os militares ou civis, servidores públicos ou não, habilitados a prestar informações ou esclarecimentos aos trabalhos da Secretaria”. Não por acaso, um dos principais órgãos do Conselho tinha a denominação de Comissão de Estudos e estava encarregado de “estudar, discutir e propor decisões ao Presidente da República, relativamente aos assuntos administrativos de interesse nacional que forem submetidos ao seu exame pelo Chefe do Governo”²⁸.

O Conselho possuía, como órgãos complementares, as “Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Civis”. Subordinadas aos respectivos ministros, as seções deveriam manter

27 .Nesta época, Ismar Brasil era, também, assistente do Comandante da Escola Superior de Guerra. BRASIL, Ismar P. A Informação Estratégica. (Folheto). C -14 – 51. 10/09/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

Ismar Pfaltzgraf Brasil nasceu no Rio de Janeiro, em 1902. Estudou na Escola Naval, tendo realizado Curso de Aviação Naval. A partir de 1929, passou a trabalhar com Aviação Militar e em 1941 foi transferido para o recém-criado Ministério da Aeronáutica: instituição que ele ajudara a organizar. Durante a II Guerra, realizou cursos no Fort Leavenworth. Em 1950, tornou-se comandante da Escola de Aeronáutica e no ano seguinte Chefe do Departamento de Estudos da ESG. De 1955 até sua morte, em 1964, comandaria a II Zona Aérea e o Estado-Maior da Aeronáutica. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/brasil-ismar-pfaltzgraff>. Consulta em 05/10/2022.

28. BRASIL. Decreto nº 9.775. Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – 6 de setembro de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9775-6-setembro-1946-417547-publicacaooriginal-1-pe.html>.

“estreita ligação com a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança, à qual prestarão todas as informações que lhe forem solicitadas”. As Seções tinham como atribuições:

- a) estudar, no tempo de paz, os problemas que se relacionem com os interesses da segurança nacional, no âmbito das atribuições de seus Ministérios;
- b) centralizar, na esfera da competência do Ministério, todas as questões relativas à segurança nacional, principalmente as concernentes ao papel que aquele caberá desempenhar em tempo de guerra;
- c) assegurar, nos assuntos de sua competência, as relações entre o seu Ministério, a Secretaria-Geral, o Estado-Maior Geral e os outros Ministérios ²⁹.

Peças de uma engrenagem mais ampla, as Seções de Segurança foram implementadas ao longo do tempo e passaram a funcionar como órgãos de inteligência: levantavam informações, produziam estudos e ajudavam na integração entre os Ministérios Cíveis e as Forças Armadas. O CSN funcionava como instância centralizadora que, ao canalizar as operações, evitava que se fragmentassem excessivamente, organizando-as para um mesmo fim: o planejamento das medidas relacionadas à segurança e desenvolvimento. A integração do sistema permitia que funcionasse como dispositivo mais ou menos unificado: uma cadeia integrada ao complexo de inteligência.

Em 1958, Juscelino Kubitschek reestruturaria o CSN. Desdobramento das premissas relacionadas à inteligência, as modificações administrativas atingiriam a Secretaria-Geral do Conselho que, além do Gabinete, passaria a ser composta por três seções, cada uma delas responsável pelo “estudo” de uma área específica: : 1ª – setores industrial e comercial; 2ª – campos psicossocial e político; 3ª – campo econômico³⁰. Às três seções se somaria órgão novo, o Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFICI), cuja finalidade era “superintender e coordenar as atividades de informações que interessam à Segurança Nacional”³¹. Tendo por base as divisões de Guerra Total, o CSN foi, ao longo do tempo,

29. BRASIL. Decreto nº 9.775. Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – 6 de setembro de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9775-6-setembro-1946-417547-publicacaooriginal-1-pe.html>.

30. A reestruturação é produto do Decreto nº 45.040, de 6 de Dezembro de 1958. Ver: BRASIL. Decreto nº 45.040. Aprova o Regulamento da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. **Diário Oficial da União** – 6 de Dezembro de 1958. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45040-6-dezembro-1958-384005-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consulta em: 22/09/2022.

31. A definição está contida no artigo oitavo. O SFICI contaria, para suas atividades, com: chefia; subseção do exterior; subseção do interior; subseção de segurança interna e subseção de operações. As divisões mostram o alcance de suas operações e o vasto campo do que se entendia por “informação”. Ver: BRASIL. Decreto nº 45.040. Aprova o Regulamento da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. **Diário Oficial da União** – 6 de Dezembro de 1958. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45040-6-dezembro-1958-384005-publicacaooriginal-1-pe.html>.

especializando sua burocracia. Ao se capacitar para as sempre crescentes tarefas de inteligência, se tornou órgão central na articulação das políticas de segurança e desenvolvimento do Estado.

De estatura assemelhada, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) trabalharia integrado ao Conselho de Segurança. A integração vinha consubstanciada no artigo 11 da lei que o instituía:

Artigo 11. - As Seções de Estado-Maior devem manter a mais íntima ligação entre si. No interesse de uma melhor coordenação de trabalhos, podem as Seções ligar-se diretamente com as Seções da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e com as de Segurança Nacional dos Ministérios Cíveis³².

Através do artigo, as fronteiras entre o EMFA e o CSN se tornavam porosas. Parte de um mesmo aparelho, dividindo funções, os órgãos se auxiliavam mutuamente. Material, pessoal e informações eram partilhados. O intercâmbio, constante, era justificado pelo que tinham em comum: suas atribuições e as premissas que as definiam. Produto da totalização da guerra, respondiam às demandas de método e organização colocados por ela: equipavam e protegiam o Estado, coordenando suas atividades junto à sociedade, e preparando a ambos para o enfrentamento do novo conflito. Ainda que em boa medida herdados de momentos anteriores, se tornaram instrumentos de Guerra Fria, pensados para lidar com suas ameaças e desafios.

CSN e EMFA eram órgãos de cúpula. Estavam no cume da burocracia estatal e, da posição privilegiada que possuíam, ajudavam a organizar os rumos da política nacional. De qualquer forma, se eram relevantes, não eram solitários: ampla cadeia de outros órgãos se misturavam às suas atividades. Dada a amplitude de sua agenda, as demandas de segurança nacional e desenvolvimento se organizavam em torno de um complexo: complexo de inteligência e planejamento, que exigia a participação de uma série de instituições. Dentre elas, ocupando lugar de destaque, a Escola Superior de Guerra (ESG).

Subordinada ao EMFA, a Escola foi pensada como órgão para o “exercício das funções de direção e planejamento da segurança nacional”. Uma palestra proferida pelo general Cordeiro de Farias, um de seus fundadores e primeiro comandante, explica as razões de seu surgimento:

[publicacaooriginal-1-pe.html](#). Consulta em: 22/09/2022.

32. BRASIL. Lei nº 600-A. Altera a organização do Estado Maior Geral e dá nova redação ao Decreto-lei nº 9.520, de 25 de julho de 1946. **Diário Oficial da União** – 24 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-600-a-24-dezembro-1948-367081-publicacaooriginal-1-pl.html>. Consulta em 21/09/2022.

A questão da segurança nacional – o primeiro dos deveres de um Estado -, precisa ser equacionado de maneira racional no Brasil e a procura de sua solução, deve ser o rumo firme de seus dirigentes.

O conflito futuro, afirmam todos, terá mais do que o último (II Guerra Mundial), características de guerra integral. Todas as forças morais, econômicas, diplomáticas e militares nele serão lançadas com a máxima intensidade e a maior extensão. Daí a complexidade de sua preparação que, como a afirmamos, deve ser obra do Governo, em seu conjunto. (...)

Só com uma organização apropriada de Governo, será possível uma política de segurança nacional, cuja realização em tempo de paz é uma política premente e permanente – pois a preparação da guerra comanda e domina sua execução. (...).”³³

Unir dirigentes para, diante da Guerra Total, organizar políticas para a segurança nacional. Disso, segundo Farias, “decorre natural, quase espontaneamente, a necessidade da criação da Escola Superior de Guerra”. Assentada na premissa da racionalização da política de guerra, a ESG era órgão especializado de assessoria: um elo da extensa e complexa cadeia de planejamento governamental. Ponto de suporte na construção de um Estado de Guerra Total, foi descrita como “centro permanente de estudos e pesquisas”, uma “Escola laboratório”, destinada tanto às atividades de ensino como à produção de informação e conhecimento especializado. Dito de outro modo, um centro de inteligência. Órgão capacitado, criado para ajudar a orientar o Estado em relação aos novos desafios do momento, a Escola era o produto direto das demandas da Guerra Fria Total: a partir delas, montou suas operações.

1.2. Montando as operações da ESG

O artigo 4º dos Estatutos da ESG apontava, como suas finalidades:

4º - De um modo geral a ESG, através de seus trabalhos, procurará criar uma convergência de esforços no estudo e solução dos problemas de segurança nacional, mediante:

- a) um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico.
- b) um ambiente de ampla compreensão entre os estagiários, de forma a desenvolver o hábito de trabalho em conjunto e de colaboração interdepartamental.

33 FARIAS, Oswaldo C. Palestra sobre a Organização da Escola Superior de Guerra, realizada na Escola de Estado-Maior pelo Exmo Sr General Div. Oswaldo Cordeiro de Farias. (Folheto). 18/05/1949. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 4. Para fundamentar sua ideia de Guerra Total, Farias recorre várias vezes aos discursos do General Eisenhower.

- c) um conceito amplo e objetivo de segurança nacional que sirva de base à coordenação da ação de todos os órgãos, civis e militares, responsável pelo desenvolvimento do potencial e da segurança do país.³⁴

A organização refletia a posição da ESG como instituição de assessoria governamental. Sua estrutura burocrática correspondia às suas finalidades: estabelecer métodos de análise, integrar os alunos em trabalho conjunto e organizar um plano de segurança nacional. Foi a partir destes pontos que as atividades se desenvolveram, não sem que antes tenham sido discutidos.

A primeira delas, a questão do método, foi sistematizada pelo tenente-coronel Idálio Sardenberg³⁵. Sardenberg apontava, na falta de método adequado, um dos principais problemas que impediam a solução dos problemas brasileiros. Seu diagnóstico era que o chamado “método dos pareceres”, caracterizado por um conjunto de “estudos e soluções personalistas”, frequentemente levava a proposições fragmentárias e conseqüentemente à paralisia da administração pública. Sua proposta era estabelecer um esforço articulado, uma base comum de referências, em torno das quais se organizassem “soluções harmônicas e equilibradas”. Tratava-se de formular um campo de convergências, de diretrizes para a coordenação do pensamento. Em síntese: criar um método significava estabelecer balizas que integrassem as partes no esforço de planejamento global.³⁶

A participação de civis e militares, em trabalho conjunto, era fruto da mesma concepção. A expansão das atividades de guerra atingia áreas nas quais os civis eram protagonistas. Daí a necessidade de envolvê-los na formulação conjunta da política de segurança nacional e desenvolvimento: era preciso articulação entre civis e militares para

34 BRASIL. Decreto nº 27.264: Aprova e manda executar o regulamento da ESG. **Diário Oficial da União** – 28 de setembro de 1949.

35 Nascido em 1906, em Porto Alegre (RS), Idálio Sardenberg ingressou na Escola Militar do Realengo em 1924. Posteriormente, participou da Aliança Liberal, que levou Getúlio Vargas ao poder. Tendo cursado a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, combateu as tropas da Revolução de 1932. Após ser Deputado Constituinte em 1933, voltou à carreira militar para cursar a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército. Em 1949, ajudou a fundar a ESG e atuou como adjunto da Divisão de Assuntos Militares e Chefe do Departamento de Estudo. Entre 1958 e 1961, foi Presidente da Petrobrás. Depois disso, assumiu diversos comandos militares: “ao longo de sua carreira militar foi instrutor da Escola de Estado-Maior do Exército, da Escola de Estado-Maior de Fort Leavenworth, nos Estados Unidos, onde fez o curso de estado-maior, chefe da 3ª seção do estado-maior da III Região Militar, chefe de divisão do gabinete do ministro do Exército, adjunto da 2ª seção e chefe de gabinete do EMFA, diretor do Material de Engenharia do Exército e diretor de Ensino e de Formação do Exército”. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1987. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sardenberg-idalio>. Consultado em 05/10/2020.

36 SARDENBERG, Idálio. Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra, 1949. Reproduzido em: **Revista da ESG**, ANO III, nº 8. PP. 10-11. É sintomático que dos sete “princípios fundamentais” enunciados no documento, a questão do método apareça em quatro deles. Há, também, uma segunda parte intitulada “métodos a adotar na Escola”.

lidar com a extensão e complexidade destes problemas. Mesmo assim, o chamado não era destinado a todos os civis. Ainda que se reconhecesse que a sociedade como todo era parte integrante da guerra, os civis chamados consistiam, nas palavras da Escola, daqueles com “notável competência e atuação relevante na orientação e execução da política nacional”³⁷. Em outras palavras, uma elite. A ESG pensava a si própria como sendo um espaço no qual se pudesse formar elites e, ao mesmo tempo, colocar a expertise destas elites a trabalhar para a agenda geral de segurança e desenvolvimento. Tanto os palestrantes da instituição quanto aqueles que estivessem frequentando seus cursos, os chamados estagiários, eram membros deste grupo: a elite era ao mesmo tempo arregimentada e formada.

Não por acaso, a Escola recrutava como alunos e palestrantes aqueles que tivessem atuação em campos que considerava essenciais: notadamente pessoas ligadas à burocracia estatal, à vida política institucional interna e internacional ou profissionais liberais do setor privado. A intenção era produzir tanto um corpo de informações e conhecimento a respeito dos temas que interessavam à segurança nacional quanto preparar quadros para atuar, aos padrões da ESG, em campos considerados de ingerência necessária pela Escola. Tais operações aconteciam ao mesmo tempo e de maneira interligada: a Escola tanto arregimentava o que ela compreendia como sendo os “técnicos”, os especialistas que poderiam fornecer diretrizes e panoramas de interpretação a respeito das questões de interesse da instituição, quanto tentava preparar quadros para a agenda que ela estava formulando.

Criada para assessorar as políticas de Estado, a ESG tentou traçar um conjunto de diretrizes que servissem de base a tais políticas. A necessidade de estipular um “conceito objetivo de segurança nacional” era tida como pré-requisito na orquestração da ação conjunta de diversos órgãos: para que eles fossem capazes de se integrar, era preciso que se alinhassem em torno de coordenadas gerais. O trabalho de planejamento exigia arranjo de vocabulário próprio. Ajudar a produzi-lo era uma das tarefas da Escola.

Todos estes aspectos aparecem expressos claramente em conferência do general Juarez Távara, o segundo comandante da Escola:

A meu ver – e já o disse em palestra inaugural do nosso curso – o fim último dos estudos que aqui fazemos é insuflar na consciência da nossa elite, sem distinção entre civis e militares, uma compreensão ampla e uniforme sobre os problemas de Segurança Nacional, capaz de se condensar, com o correr dos anos, numa adequada Doutrina de Segurança Nacional. Só assim garantiremos, através da

37 BRASIL. Decreto nº 27.264: Aprova e manda executar o regulamento da ESG. **Diário Oficial da União** – 28 de setembro de 1949. Ver, artigo 2º.

necessária mutação periódica dos governos democráticos, a continuidade indispensável de uma sã Política de Segurança Nacional.³⁸

Assinalando a necessidade de elaborar procedimentos interpretativos partilhados, que orientassem a ação das elites para além dos governos, Távora deixava claro que a ESG era um órgão de Estado. Era função da Escola blindar a “Política de Segurança Nacional” de flutuações periódicas que, ao fim e ao cabo, poderiam destruí-la. Tal qual um muro, a ESG protegeria os objetivos primordiais de segurança nacional e desenvolvimento, exercendo sobre eles função estabilizadora.³⁹

Foi nesta perspectiva geral que a ESG se institucionalizou. Para cumprir suas funções, a Escola montou uma estrutura burocrática e administrativa que permitia seu funcionamento. Seus órgãos fundamentais eram: Direção, Junta Consultiva, Departamento de Administração e Departamento de Estudos. Cada órgão trazia gravado em si o sentido da existência da Escola.

A Direção era definida como “o órgão superior que orienta e coordena todas as atividades escolares”. Através dela se definiam as “questões de planejamento e execução do Departamento de Estudos”⁴⁰: era ali que as diretrizes das atividades pedagógicas e o plano de trabalho da instituição se firmavam. Contava, para isso, com outro órgão: a Junta Consultiva. Composta por “eminentes personalidades civis e militares, do ensino superior do País, ou de notável projeção na vida pública nacional”, seu objetivo era aconselhar o Comandante em relação aos “métodos de estudo” e “orientações de trabalho, referentes tanto a assuntos nacionais quanto internacionais.”⁴¹ Funcionava como conselho técnico. Articuladas, a Direção e a Junta Consultiva pautavam as atividades daquele que era o principal centro de operações da Escola: o Departamento de Estudos⁴².

38 TÁVORA, Juarez. A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia. Conceituação e Interrelações. (Folheto). A – 01 -53. 23/03/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 16. Os grifos são do original.

39 É notável que o coronel Emilio Maurell Filho tivesse assinalado que os princípios básicos para o comando de guerra consistissem de “continuidade, estabilidade e unidade”. Isso parece expressar o espírito dentro do qual as atividades da Escola foram pensadas. MAURELL FILHO, Emilio. A Organização da Segurança Nacional. (Folheto).C – 042 – 50. 1950. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

40 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Métodos e processos de trabalho. (Folheto). D -001-52. 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 4. A Direção se subdivide em duas partes: Comando e Gabinete. A primeira era formada pelo Comandante da Escola e a segunda pelos Assistentes: um oficial-general de cada força (exército, marinha e aeronáutica) e um representante do Ministério das Relações Exteriores. A função dos assistentes era assessorar o Comandante em “assuntos técnicos”, na colaboração com os Ministérios, e nas questões pedagógicas em geral.

41 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Métodos e processos de trabalho. (Folheto). D -001-52. 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 4.

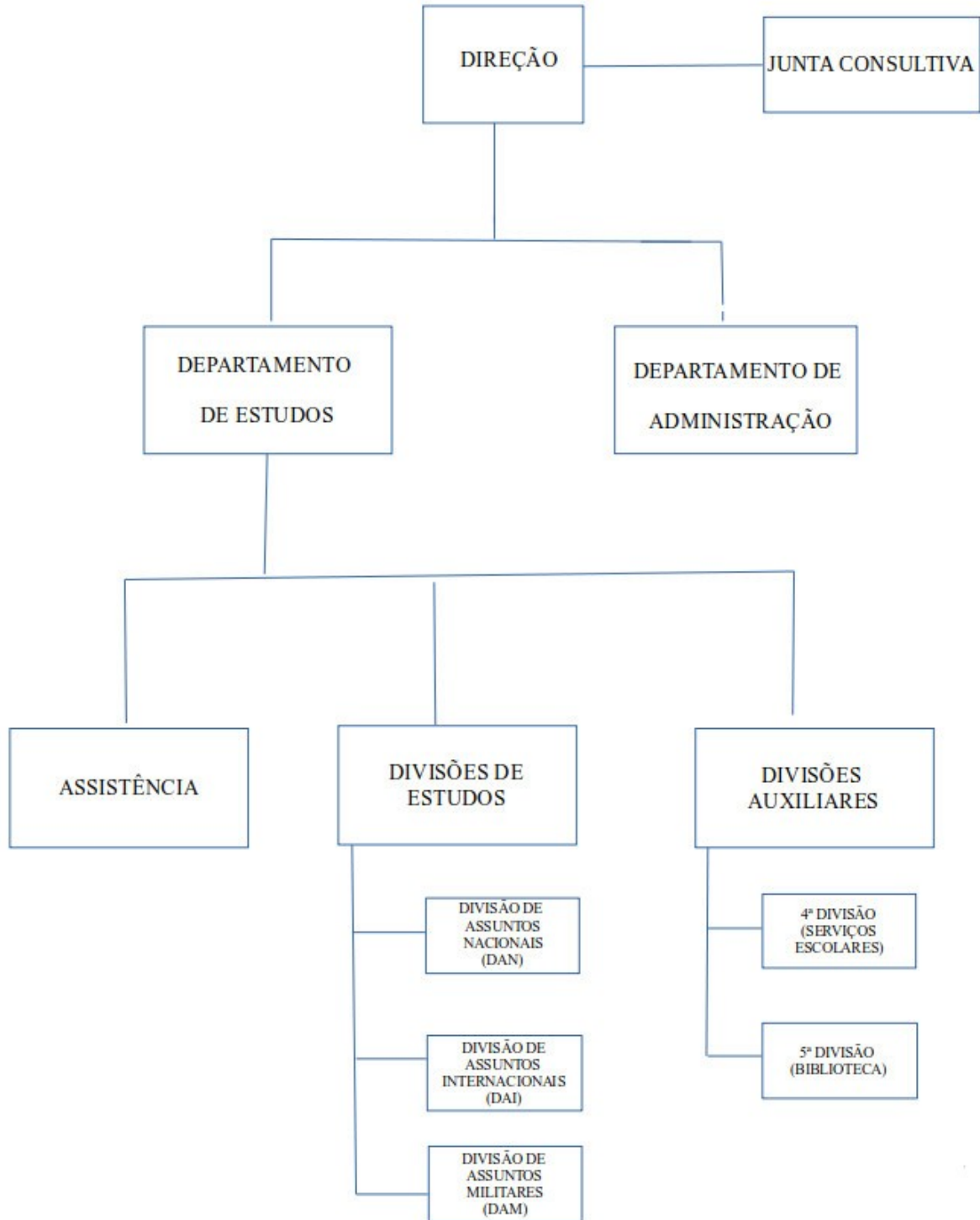
42 Como disse acima, a ESG possuía também o Departamento de Administração, encarregado de suas atividades práticas cotidianas: almoxarifado, limpeza, instalações e gestão financeira. Excluí sua avaliação do corpo do texto por não ser relevante para o argumento.

O Departamento de Estudos (DE) “centralizava o planejamento e a execução do currículo Escolar”. Era composto por “uma Assistência, três Divisões de Estudos e duas Divisões Auxiliares, cada uma delas com as seguintes atribuições gerais:

- a) Assistência: é o estado-maior da Chefia do DE e o ELEMENTO DE LIGAÇÃO entre o DE e os Estagiários;
- b) Divisão de Assuntos Nacionais (DAN): Estudo dos problemas básicos que interessam ao desenvolvimento do potencial nacional;
- c) Divisão de Assuntos Internacionais (DAI): Estudo da política exterior e sua coordenação com as necessidades da segurança nacional. Tendências Mundiais. Problemas Internacionais, principalmente os referentes ao hemisfério ocidental;
- d) Divisão de Assuntos Militares (DAM): Estudo do emprego de forças combinadas. Determinação do valor das Forças Armadas necessárias à execução da política nacional na paz e na guerra. Planejamento Estratégico. Mobilização Nacional;
- e) 4ª Divisão (Serviços Escolares): Tradução, Auditório;
- f) 5ª Divisão (Biblioteca): Sessão de livros, sessão de periódicos, sessão de Cartas, Mapas e Arquivo de Sigilosos ⁴³.

43 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Métodos e processos de trabalho. (Folheto). D -001-52. 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 6. Esta é a divisão inicial do Departamento de Estudos.

Organograma da ESG⁴⁴



O organograma da Escola era produto das referências que orientaram sua criação. Em sua espinha dorsal estava a concepção da Guerra Fria como Guerra Total, a envolver civis e

militares na tarefa coordenada de planejar seus diversos campos. Ainda que, ao longo dos anos, mudanças administrativas tenham ocorrido, o princípio geral nunca foi abandonado. Ao contrário: as modificações ocorreram justamente para fortalecê-lo. Na medida em que o tempo foi passando, as atividades da Escola não apenas se consolidaram como se expandiram em torno destes eixos. Em 1954, o Departamento de Estudos foi reestruturado e, além de chefia e divisão executiva, passou a abrigar as divisões de assuntos “políticos (DAP)”, “psicossociais (DAPS)”, “econômicos (DAE)” e “militares (DAM)”⁴⁵, divisões às quais, em 1961, veio se somar a de “assuntos doutrinários e de coordenação (DADC)”⁴⁶. A Escola espelhava, em si mesma, a organização de Guerra Total.

Ao Departamento de Estudos, com sua profusão de temas, estavam ligados os cursos da ESG. Podemos citar ao menos quatro: Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), Curso de Mobilização Nacional (CMN) e Curso de Informações (CI), os dois últimos com periodicidade irregular, e aquele que era definido como o “curso de nível mais alto ministrado na ESG”⁴⁷, o Curso Superior de Guerra (CSG)⁴⁸. Se, à sua maneira, os cursos representavam uma especialização de funções, relacionadas, respectivamente, à formação específica dos militares, aos aspectos mais imediatos de ações de mobilização e ao trato de informações, o CSG era o mais abrangente deles, considerado o de formação mais ampla. Embora a fronteira muitas vezes fosse porosa, com conferências e conteúdos partilhados, do CSG é que partiam as coordenadas gerais da reflexão. Daí o motivo de ser o objeto de meu estudo.

45 BRASIL. Decreto nº. 35.187: Aprova e manda executar o regulamento da ESG. **Diário Oficial da União** – 11 de março de 1954. Ver, artigo 11. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35187-11-marco-1954-323315-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consulta em 12/09/2022.

46 BRASIL. Decreto nº 50352: Aprova o Regulamento da ESG. **Diário Oficial da União** – 17 de março de 1961. Ver, artigo 13. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/81958-aprova-o-regulamento-da-escola-superior-de-guerra.html>. Consulta em 12/09/2022.

47 BRASIL. Decreto nº. 35.187: Aprova e manda executar o regulamento da ESG. **Diário Oficial da União** – 11 de março de 1954. Ver, artigo 23. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35187-11-marco-1954-323315-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consulta em 12/09/2022

48 Os cursos considerados dizem respeito ao período da pesquisa, o intervalo entre os anos de 1949 e 1964. O CEMCFA iniciou suas atividades em 1953 e permaneceu em funcionamento durante todo o período estudado. O CMN funcionou nos anos de 1958 e 1959. Já o CI funcionou apenas no ano de 1959. Estes dados referem-se ao período por mim abordado, já que muitos destes cursos foram, depois, recriados. Além disso, uma vez que a ESG ainda existe, cursos tem sido criados ou alterados ao longo do tempo, até hoje. Para uma apresentação geral dos cursos, ver: LIMA FILHO, Sebastião Alves de. **O que a ESG ensinava**. Fortaleza: UFC (Tese de Doutorado), 2011. PP 44.

1.3. O Curso Superior de Guerra

O Curso Superior de Guerra (CSG) era o principal curso ministrado pela ESG. Se a função da Escola era justamente tratar dos amplos temas relacionados ao planejamento da segurança nacional e do desenvolvimento, formando quadros de elite que fossem capazes de ocupar postos-chave para levar tais projetos adiante, o Curso era o instrumento para isso. Como definia o general Juarez Távora:

Esse Curso se tem desenvolvido, fundamentalmente, através de:

- a) uma análise objetiva da nossa conjuntura, em face da conjuntura internacional;
- b) a fixação, mediante a avaliação estratégica dessa conjuntura, dos objetivos nacionais (internos e externos) que devemos alcançar ou salvaguardar;
- c) o estabelecimento de linhas políticas gerais, que devemos melhor impor-nos para alcançar este desideratum;
- d) o planejamento de execução desta política, partindo de Diretrizes Governamentais dela decorrentes.⁴⁹

Do ponto de vista de sua estrutura formal, o CSG era integral e durava em média 44 semanas. Compunha-se de conferências (realizadas tanto por professores da ESG quanto por convidados), de estudos sobre a conjuntura e os problemas brasileiros (sobretudo aqueles que impediam o desenvolvimento do país) e, por fim, da elaboração de trabalhos monográficos envolvendo questões de desenvolvimento e segurança. Muitas vezes, as atividades eram acompanhadas de viagens tanto ao interior do Brasil quanto ao exterior, sobretudo aos EUA. Montado desta forma, o CSG reunia as atividades de ensino e pesquisa, consolidando a Escola como “instituto de altos estudos” voltada ao planejamento estatal.⁵⁰ A estrutura metodológica, inspirada em padrões norte-americanos, tornava a formação e a função da ESG semelhante àquela adotada no National War College⁵¹.

49 TÁVORA, Juarez N F. A Segurança Nacional e a ESG. (Folheto). 15/03/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca Cordeiro de Farias. PP. 25.

50 Esta maneira de organizar as atividades estava atravessada pela concepção de um método geral, dividido em duas partes: método direto e método indireto. Por método direto entendia-se aquele onde os “oradores e instrutores apresentam-se a uma assistência para lhes transmitir ou dar instruções na base de conhecimentos e fatos”. Tratava-se, sobretudo, das conferências e palestras. Já o método indireto era aquele onde os “estagiários se reúnem e discutem os assuntos e problemas com o objetivo de esclarecê-los, resolvê-los, chegar a uma conclusão ou formular normas sobre os mesmos”. Ver: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Métodos e processos de trabalho. (Folheto). D002. 1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2.

51 Ver: VERBECK, W L; BIBBY, L H; ANDERSON, A V.. **Relatório Inicial para a Organização de uma Escola Nacional de Guerra no Brasil**. Rio de Janeiro, 01 out 1948. Ver, a este respeito: FERRAZ, Francisco C A. **À Sombra dos Carvalhos**. Londrina: Editora UEL, 1997. Ver, especialmente, a parte II. O documento citado pertencia a uma sessão da ESG que foi extinta. Neste momento, seu paradeiro é incerto. Agradeço imensamente ao professor Francisco César Alves Ferraz que, com rara gentileza, me disponibilizou

A proposta pedagógica do CSG era bastante coordenada. Tudo era organizado: uma série de procedimentos regravam cada atividade. Coerente com seu método, o Curso privilegiava trabalhos coletivos. Após receber um “problema” para estudo, o grupo deveria escolher um dirigente dos trabalhos que, por sua vez, “considerará o aspecto total do problema, analisando os termos em que o mesmo se acha formulado e escolherá um método de pesquisa dos dados”. Depois dos debates no interior do grupo, um relatório estruturado deveria ser apresentado ⁵². Os trabalhos eram realizados periodicamente e versavam sobre temas variados. Funcionavam como estudos dirigidos. Havia um procedimento definido que envolvia fixação teórica, coleta de dados, sua sistematização, os melhores meios de analisá-los e expô-los. O objetivo era que, juntos, os alunos pudessem estruturar suas concepções e desenvolver planos de racionalização.

Formação de quadros; levantamento e análise de questões relacionadas à realidade brasileira; formulação de propostas para lidar com esta realidade: todas as dimensões aconteciam simultaneamente no CSG, ainda que relativamente compartimentadas. O Curso era pensado como ferramenta para a elaboração de pesquisas sobre o Brasil. Como explicava o professor de assuntos psicossociais da Escola, tenente-coronel Geraldo de Menezes Cortes⁵³:

Em quaisquer dos dois graus (de planejamento), após a ambientação, isto é, compreensão do trabalho a empreender, há duas grandes ordens distintas de atividade: a pesquisa, que constitui a base intelectual do trabalho e a elaboração propriamente dita.

A parte mais difícil de organizar, e no entanto dela depende a eficiência do planejamento, é justamente a pesquisa. Nada é mais importante e difícil quando se lida com os problemas socioeconômicos, como é o caso do planejamento governamental, que saber o que se necessita para decidir, com a requerida precisão e

um exemplar de seu acervo pessoal.

52 Segundo o regulamento da ESG, os relatórios se organizariam da seguinte forma: “1. Exposição do problema; 2. Resumo das premissas de base (se for o caso); 3. Exposição dos fatos relativos ao problema, informações categorizadas e observações de conjunto; 4. Discussão e análise do n. 3 acima; 5. Conclusões; 6. Sugestões.”

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Métodos e processos de trabalho. (Folheto).D002. 1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 7.

53 Geraldo de Menezes Cortes nasceu no Rio de Janeiro, em 1911. Formou-se em 1930 pela Escola Militar do Realengo e logo depois se engajou no combate às forças da Revolução Constitucionalista. Nos anos seguintes, ao longo da década de 1930 e primeira metade da década de 1940, atuaria na Escola Militar do Realengo, na Escola de Aviação Militar e na Escola de Estado-Maior do Exército. No final dos anos 1940 e começo dos 1950, trabalhou no Conselho de Segurança Nacional e no Serviço Nacional de Trânsito. Em 1953, foi professor de assuntos psicossociais da ESG. Conspirou contra a posse de JK e em 1958 foi eleito Deputado Federal pela UDN, partido no qual teve intensa atuação. Faleceu em acidente aéreo, em 1962, em Brasília. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geraldo-de-menezes-cortes>. Consultado em 05/10/2020.

completamente atualizado na ocasião desejada. Por isto a pesquisa de dados e informações deve ser organizada e ter caráter permanente.⁵⁴

A atividade de pesquisa deveria orientar a elaboração do plano. Aí estava a premissa que organizou o CSG. Ainda que tenha havido variações ao longo do tempo, o sentido geral da estrutura do Curso permaneceu o mesmo. Dividia-se em três partes: “teórica”, “de aplicação” e de “planejamento”. Juntas, compreendiam um todo, cuja ideia básica era a de que o planejamento sólido exigia levantamento de informações, organização de dados, detecção de tendências. Em uma palavra sintética: inteligência. A ação só seria devidamente coordenada se estivesse ancorada em suportes que permitissem uma visualização precisa de seu objeto. Se era necessário identificar para depois interferir, o CSG poderia auxiliar no processo.

A estruturação teórica, primeira fase do Curso, era importante para estabelecer as coordenadas mentais gerais: os parâmetros dentro dos quais organizar as reflexões. Nele, os alunos eram apresentados ao repertório básico de temas, problemas e conceitos considerados relevantes pela Escola. Não por acaso, era aí que se definiam os suportes interpretativos básicos do Curso: o significado da Guerra Total e sua correlata Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

1.4. Uma Doutrina para enfrentar uma Guerra: a Guerra Total e a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

Importante como era, o conceito de Guerra Total foi tratado em várias conferências. Muitas delas faziam um apanhado filosófico sobre a ideia de Guerra em geral e sobre sua evolução para um estágio totalizante. Em 1952, o Chefe do Gabinete da ESG, coronel Sady Folch,⁵⁵ introduzia a questão da seguinte forma:

De fato, a guerra – esse fenômeno social tão conhecido das gerações que participaram das duas últimas guerras mundiais e sofreram, e ainda sofrem, suas

54 Os dois graus de planejamento consistem em “concepção” e “execução”, ou seja, formulá-lo e desenvolvê-lo. Ver: CORTES, Geraldo de M. Introdução à técnica de planejamento governamental: o planejamento governamental (Folheto). 06/05/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 17.

55 Não há muitas informações sobre Sady Folch. Sabe-se que havia servido no Gabinete do Ministro da Guerra. Premiado com a “Medalha de Ouro do Serviço Militar”, a “Medalha de Guerra” e a “Ordem do Mérito Militar”, era conferencista assíduo da ESG. Ver: FOLCH, Sady. As transformações da Guerra: sua evolução histórica. (Folheto). C – 001 – 52.25/03/1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

consequências - tendo suas origens nas próprias origens da sociedade humana, e mesmo antes se a encararmos sob a simples acepção de luta – encerra uma história que é toda a história das civilizações – cujas transformações vem evoluindo sob a influência dos diversos e complexos fatores condicionantes da própria existência dos povos em suas relações de interdependência: políticos, econômicos, psicológicos, geográficos e militares.⁵⁶

Como o próprio título da palestra deixa claro, o objetivo de Folch era analisar as “transformações da guerra”. Sua visão, partilhada por muitos outros palestrantes do CSG, era de que se tratava de fenômeno social inato: alguma coisa inerente à espécie humana e, portanto, pertencente à própria civilização. Guerras não eram nenhuma novidade, faziam parte do comportamento dos homens. Mesmo assim, elas não teriam sido sempre a mesma coisa: haviam passado por longo processo evolutivo que as teria levado, lentamente, à totalização. Os estágios da evolução eram definidos a partir dos critérios relacionados ao uso de inovações técnicas. Em conferência no ano seguinte, o então chefe do Estado-Maior do Exército, general Álvaro Fiúza de Castro,⁵⁷ os dividia em três. Seriam eles o período de “arma branca”, “armas de fogo” e aquele “em que vivemos”, ou seja, aquele da “guerra moderna”, da Guerra Total. Segundo a explicação do General, o primeiro teria existido desde o início da humanidade e se caracterizaria pela preponderância, “na decisão da luta, mediante o choque do corpo a corpo”. Já o segundo teria se originado de maneira um tanto imprecisa por volta do Renascimento e tomado forma mais definida ao longo do século XVII. Nele as novas tecnologias de guerra teriam feito com que fosse promovida a “destruição do adversário à distância” e, portanto, o abandono do combate corporal. O terceiro, por sua vez,

(...) caracteriza-se pelo emprego em alta escala dos assombrosos aperfeiçoamentos técnico-industriais que destacam o acelerado progresso do século XX; é a era do intenso potencial de fogo em vertiginosa evolução, dos engenhos mecânicos e

56 FOLCH, Sady. As transformações da Guerra: sua evolução histórica (Folheto). C – 001 – 52. 25/03/1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

57 Álvaro Fiúza de Castro nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 1889. Oriundo da Escola Militar de Porto Alegre, onde estudou de 1907 a 1910, Fiúza de Castro possuiu carreira militar extensa. Atuou como adjunto do coronel Panchar quando da passagem da Missão Militar Francesa pelo país. Entre janeiro e dezembro de 1929, foi adjunto do Estado-Maior do Exército. Após 1930, trabalhou por duas vezes no Gabinete do Ministério da Guerra: uma vez como Oficial de Gabinete (1930-1932) e outra como Chefe de Gabinete (1938-1939). Quando de sua saída, assumiu o comando da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Em julho de 1946, foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército (EME), cargo no qual permaneceu por sete anos, atravessando os governos Dutra, Vargas e Café Filho. Durante o final dos anos 1940 e ao longo dos anos 1950 atuou como conferencista na ESG. Envolveu-se na campanha da Cruzada Democrática: grupo que disputou a diretoria do Clube Militar defendendo a participação do capital internacional na exploração do petróleo. Participou em articulação para depor Vargas. Foi contrário às posses de Juscelino Kubitschek e João Goulart e apoiou o Golpe de 1964. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1971. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-fiuza-de-castro>. Consultado em 23/10/2019.

eletrônicos, dos agentes químicos e biológicos, do telecomando, da propulsão a jato e da desintegração atômica (...).⁵⁸

Tratava-se de guerra capaz de mobilizar volume de recursos e tecnologia nunca antes visto. Fiúza de Castro a definia com base em uma cronologia geral feita por outros palestrantes do Curso Superior de Guerra.⁵⁹ Para eles, a ascensão da última modalidade de guerra tinha um antecedente histórico necessário: a Revolução Industrial. A partir dela surgiram não apenas novas tecnologias produtivas, que poderiam ser aproveitadas em combate, como também um processo de massificação, que tenderia a se acentuar ao longo do tempo.

De qualquer forma, se a Revolução Industrial era pré-condição para a Guerra Total, a ligação entre elas não era automática. Sem a experiência das duas guerras mundiais, os instrumentos da Revolução Industrial não teriam sido empregados de forma bélica: foi neste cruzamento que a Guerra Total se produziu. As observações frequentes eram de que a Primeira Guerra havia esboçado uma ligação entre novas tecnologias para produção industrial, gerenciamento populacional de massa e atividade beligerante: ligação que teria se consagrado definitivamente na Segunda Guerra Mundial. Partindo de um raciocínio evolutivo, a conclusão era de que a Segunda Guerra havia potencializado e coroado um processo embrionário já contido na Primeira, cujo desenvolvimento era inevitável. A Guerra Total era o ponto necessário, posto que mais aperfeiçoado, do fenômeno da Guerra.

O mundo que surgia era, portanto, o resultado de longo processo histórico. A todos os elementos que haviam garantido a integração da guerra em uma totalidade, a Guerra Fria somaria outro: a tecnologia nuclear, com seu potencial de eliminação de toda a vida terrestre. Só era possível entender o novo conflito, e se preparar para ele, se fossem observadas tanto sua evolução histórica quanto suas múltiplas partes. Como diria o mesmo Fiúza de Castro, no “moderno conceito de guerra” as operações acontecem “na resultante geral do emprego de todas as forças – morais, intelectuais e materiais – dos povos ou nações que se engajam no

58 CASTRO, Álvaro F. Conceção moderna de Guerra: sua evolução através dos tempos, formas de guerra e respectivos instrumentos e conceito de mobilização nacional. (Folheto). A – 10 – 53.1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 7.

59 Seu trabalho apoiava-se em formulações já enunciadas por outros conferencistas, como João Roberto Batista Magalhães e o próprio Sady Folch. Ver: MAGALHÃES, João R. B. Guerra Total: noções gerais relativas à direção política da guerra. (Folheto). C- 004 -51.1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. E: FOLCH, Sady. As transformações da Guerra: sua evolução histórica. (Folheto). C– 001 – 52. 25/03/1952. PP. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

conflito”.⁶⁰ Aspectos morais, intelectuais e materiais, aí os elementos que compunham a totalidade do conflito e que se desdobravam em quatro campos estruturantes: econômico, psicossocial, militar e político. Somados, formavam o poder da nação, sua capacidade de travar a guerra. Agir sobre eles, fortalecendo-os, deveria ser tarefa primordial e permanente.

A reorganização do conceito de Guerra vinha de entendimento mais amplo: estava em diálogo com reflexões desenvolvidas fora do país. Importante fonte, que inspirava a interpretação de Fiúza de Castro e de outros conferencistas do Curso, havia sido publicada em 1949, nos EUA. Escrito por Vannevar Bush,⁶¹ *Modern Arms and Free Men* era um tratado sobre a Guerra Total: “um exame do vasto processo de mudança no qual ciência e democracia estão afetando a natureza da guerra”⁶². Como ele próprio esclarecia, “os dois estão intimamente entrelaçados, porque a ciência não opera em um vácuo, mas é condicionada pelo sistema político que controla suas operações e aplicações”⁶³. Condensando importante experiência, adquirida ao longo de seus muitos anos de trabalho no esforço de guerra norte-americano, Bush argumentava que a ciência, por um lado, havia impregnado todas as dimensões da Guerra, potencializando-as, enquanto a democracia havia permitido novos meios de administrá-la. Daí que o conflito fosse menos exercício exclusivo de força bruta primitiva e mais conjunto amplo de expertises que precisava ser desenvolvido e comandado adequadamente. Lidar com a Guerra Total exigia não apenas o aprimoramento constante de técnicas científicas, mas também técnicas de gerenciamento. Tratava-se de produzir verdadeira engenharia de guerra, atividade na qual o CSG estava se especializando.

Era à sistematização e ao planejamento da engenharia de guerra que se dedicava a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN). A Guerra Total não era apenas um aspecto da DSN, mas seu ponto de partida e estruturação. Segurança e Desenvolvimento eram temas derivados da interpretação da Guerra Fria como Guerra Total e sua organização em doutrina era o início do processo de reflexão e de trabalho, não o produto acabado do mesmo processo.

60 CASTRO, Álvaro F. Concepção moderna de Guerra: sua evolução através dos tempos, formas de guerra e respectivos instrumentos e conceito de mobilização nacional. (Folheto). A – 10 – 53. 1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 8.

61 Vannevar Bush nasceu em 1890 em Everett, Massachusetts. Formou-se em engenharia pelo Chelsea High School. Depois de trabalhar na General Electric e no Massachusetts Institute of Technology (MIT) começou, em 1938, sua carreira governamental. Dentre outras coisas, foi presidente do National Advisory Committee on Aeronautics; diretor do National Defense Research Committee e do Advisory Committee on Uranium, dentro do qual cresceu o Projeto Manhattan; e presidente da Carnegie Institution. Ver: BUSH, Vannevar. **Modern Arms and Free Men**. New York: Simon and Schuster, 1949. PP. 274.

62 BUSH, Vannevar. Idem Ibidem. PP. 2.

63 BUSH, Vannevar. Idem Ibidem. PP. 5.

São os diretores da Escola, responsáveis por elaborar suas diretrizes, que explicitam esta visão. Ao mesmo tempo em que o general Oscar de Barros Falcão⁶⁴, Chefe do Departamento de Estudos, dizia que a DSN não era uma “doutrina definitiva”, cabendo a ele não a função de “impor definições, mas de precisar uma terminologia que sirva como segura base de entendimento para os estudos desta escola”⁶⁵, o general Juarez Távora a tomava por um conjunto de “conceitos básicos” e “princípios gerais que fundamentam e condicionam estes estudos”⁶⁶. Ou, como em 1955 sintetizou o Vice-Almirante Ernesto de Araújo, então comandante da instituição⁶⁷:

Doutrina, em sua verdadeira acepção, é um conjunto de conceitos, ideias ou princípios relativos a um determinado ramo de conhecimento ou atividades práticas que se destina a orientar a generalidade dos que se dedicam a este ramo.

Doutrina de Segurança Nacional será, pois, o conjunto de conceitos, básicos ou derivados, relativos a essa Segurança, que deverão nortear todos aqueles que tiverem de atuar na formulação da respectiva política.

A significação real, o valor prático de uma Doutrina, está em ter sido livremente aceita por convicção e um dos seus característicos essenciais é a sua estabilidade relativa, só podendo ser alterada com mui sólidas razões.

O esforço desta Escola, em seus seis anos de funcionamento, tem sido dirigido neste sentido: firmar uma Doutrina, sã e estável, que permita a formulação de uma Política de Segurança Nacional, adequada sempre às condições do momento.⁶⁸

A Doutrina servia como instrumento para a elaboração de políticas de segurança nacional. Sua função era fornecer coordenadas, direções, um alicerce sobre o qual construir o

64 Oscar de Barros Falcão nasceu em Porto Alegre, em 1900. Estudou na Escola Militar do Realengo entre 1916 e 1918 tendo, depois, combatido os movimentos tenentistas de 1922 e 1924. Nos anos seguintes cursaria a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1929) e a Escola Maior do Exército (1931-1933). Estagiou no Estado-Maior do Exército e a partir daí progrediu continuamente na carreira militar. No pós-guerra foi aluno da ESG, entre 1950 e 1951, tendo, depois, servido na Escola como Chefe do Departamento de Estudos (1954). Após ocupar os cargos de Secretário-Geral do Ministério da Guerra (1955), Diretor de Aperfeiçoamento e Especialização, Diretor de Pessoal da Ativa e Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, passou à reserva, em 1958. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1976. Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/falcao-oscar-de-barros>. Consultado em 05/10/2020.

65 FALCÃO, Oscar de B. A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia. Conceituação e Interrelações. (Folheto). C-05 -54. 22/03/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

66 TÁVORA, Juarez. A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia. Conceituação e Interrelações. (Folheto). A - 01 -53. 23/03/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 16.

O fato de as duas conferências possuírem o mesmo título, com uma preocupação explícita com o problema da conceituação, reforça o argumento.

67 Ernesto de Araújo nasceu em 1892, em Porto Alegre. Estudou na Escola Naval em 1908 e, posteriormente, participou de operações durante a Primeira Guerra Mundial. Ao longo da década de 1930 progrediu sucessivamente em sua carreira, na Marinha, tornando-se Contra-Almirante em 1946. Em 1948, foi delegado naval na IX Conferência Interamericana e passou a ser membro do Conselho do Almirantado. De setembro de 1954 até novembro de 1955, comandou a ESG, Escola na qual havia estudado. Faleceu em 1964. Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/araujo-ernesto-de>. Consultado em 18/11/2020.

68 ARAÚJO, Ernesto de. Segurança Nacional, Política e Estratégia. Conceituação e Interrelações. (Folheto). C-11- 55. 21/03/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 13.

planejamento para estas políticas. O major brigadeiro Ajalmar Vieira Mascarenhas, sucessor de Araújo no comando da Escola, seria preciso ao defini-la. Para ele, a doutrina era uma “linguagem”⁶⁹.

A criação de um vocabulário estável cumpria duas funções: organizar as balizas em torno das quais os alunos deveriam pensar os temas e problemas e, ao mesmo tempo, resguardar a agenda essencial, protegendo-a de alterações bruscas. O pressuposto era o de que, a despeito das diferentes pesquisas e opiniões, os termos nos quais se colocariam as discussões seriam partilhados, o que possibilitaria convergência ou, ao menos, a convergência necessária para coordenação ampla da Política de Segurança Nacional. Era uma maneira não apenas de pautar as agendas de pesquisa, mas de construir seu arcabouço teórico. Daí que a Doutrina fosse o início do trabalho do Curso, não seu fim.

Estabilidade e dinamismo encontravam-se na Doutrina. Em vez de se anularem, complementavam-se. Se seu vocabulário oferecia continuidade, pautando os termos nos quais os debates se estruturavam, também guardava espaço para modificações. Seu conteúdo não apenas não era definitivo como precisava ser constantemente reatualizado, processo resultante tanto das pesquisas que ela originava quanto do mundo com o qual estava lidando: mundo que, em Guerra Fria, passava por constantes e aceleradas mutações. Daí que a “estabilidade relativa” fosse tida por “característica essencial”⁷⁰ da Doutrina.

A Doutrina era produto da maneira como a Escola pensava a si mesma, suas funções e, conseqüentemente, seus Cursos. Organizada como órgão de inteligência para o assessoramento governamental, a instituição trabalhava com processo de formação e de produção de conhecimento compatíveis com suas finalidades. Seu currículo, como explicava o coronel-aviador Eglon Marques, adjunto na Divisão de Assuntos Doutrinários e de

69 Ajalmar Vieira Mascarenhas nasceu em Anádia (AL), em 1897. Estudou na Escola Militar do Realengo e na Escola de Aviação Militar. Preso em 1922 pela participação nas revoltas tenentistas, foi promovido a Capitão em 1926 e, neste mesmo ano, passou a integrar o setor de aviação do exército. Atuando na Escola de Aviação Militar, em 1941 foi transferido para o recém-criado Ministério da Aeronáutica. A partir de então, ocuparia diversos cargos no Ministério até ser, em 1946, transferido para o Estado-Maior das Forças Armadas. Posteriormente, ocupou a chefia do Estado-Maior da Aeronáutica. Em 1955 presidiu, na condição de Chefe da Delegação Brasileira, a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos e, posteriormente, assumiu o comando da ESG. A partir de então, se dedicaria a atividades relacionadas ao Ministério da Aeronáutica, inclusive ocupando, por diversas vezes, a chefia de seu Estado-Maior. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mascarenhas-ajalmar-vieira>. Consulta em 05/10/2022. MASCARENHAS, Ajalmar V. A Segurança Nacional – Conceitos Fundamentais. (Folheto). C – 04 – 56. 19/03/1956. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 17

70 A definição é do major brigadeiro Ajalmar Vieira Mascarenhas. Ela explica o fato de muitas das conferências realizadas na Escola terem, como seu objetivo principal, apresentar os principais “conceitos” que compunham a Doutrina de Segurança Nacional. Ver: MASCARENHAS, Ajalmar V. A Segurança Nacional – Conceitos Fundamentais. (Folheto). C – 04 – 56. 19/03/1956. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 18.

Coordenação, tinha “caráter evolutivo”, o que significava, para ele, “sua atualização, constante consolidação dos conhecimentos já apresentados e sistematização da técnica de planejamento da Segurança Nacional”⁷¹. A organização curricular previa transformações sucessivas e cumulativas do conteúdo ensinado: processo que possibilitava, ao mesmo tempo, resguardar sua estrutura fundamental e realizar releituras. A Doutrina, flexível, operacionalizava o amálgama. Funcionava como instrumento que, ao fornecer uma diretriz geral, ancorada em mesma base conceitual, fixava o entendimento do conjunto temático em um arcabouço teórico partilhado. Agindo assim, garantia que a expertise produzida no Curso, a despeito de sua multiplicidade, compusesse o mesmo corpus de conhecimento.

Arsenal de referências, a Doutrina cumpria, ainda, uma segunda função: possibilitava a convergência de esforços. Pensada desde a origem como centro de formação de elites, a ESG via, no trabalho em equipe, ponto essencial de suas atividades. Dado que o planejamento para a guerra implicava em ação estratégica coordenada, era preciso que o conjunto de seus atores partilhassem das mesmas orientações básicas. A Doutrina possibilitava a comunicação: a partir de sua terminologia, elaborava entendimentos mútuos que, se por um lado permitiam divergências, por outro estabeleciam os limites das diferentes posições, o que acabava por abrigá-las em um eixo comum de atuação. Ao mesmo tempo que sua elasticidade era fundamental, também demarcava fronteiras de discussão. Os termos da Doutrina poderiam ser transformados, adaptados, melhorados, mas não negados: deles dependia a coesão do grupo e sua consequente capacidade de ação articulada.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento surgia como decorrência da agenda colocada para o enfrentamento da Guerra Fria Total. Sua relativa flexibilidade possibilitava ajustes de conteúdo considerados necessários e mantinha as elites unidas em torno de algumas perspectivas comuns. Na capacidade de se adaptar, sem perder de vista o essencial, estava sua força, não sua fraqueza. Constituída assim, servia às finalidades da Escola de organizar: um método de análise e interpretação; um ambiente de ampla compreensão e um conceito amplo e objetivo de segurança nacional. Em outras palavras, tornou-se um mecanismo através do qual o Curso Superior de Guerra ajudou a pautar o debate e a ação políticos.

71 Neste caso, Marques está se referindo tanto ao CSG quanto ao CEMCFA. MARQUES, Eglon. A ESG: finalidade, organização, atividades e cursos. (Folheto). C – 02 – 62. 1962. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 17.

Se a Doutrina era linguagem, em seus termos estava o ponto de partida. Da Segurança e do Desenvolvimento dependiam a vida da nação. Elas eram, portanto, seus Objetivos Nacionais Permanentes, aqueles que “visam à sobrevivência nacional, em função de instituições que lhes propiciem segurança e bem-estar econômico, político e social”⁷². Em um mundo conflagrado, garantir a própria existência deveria ser objetivo básico e constante. Segurança e Desenvolvimento, na medida em que eram pré-requisitos para defesa contra ameaças internas e externas, funcionavam como escudo elementar, sem o qual a nação seria destruída. Separá-los era impossível: um era condição indispensável para a realização do outro.

O conceito de Segurança Nacional mobilizado no CSG tinha, em Ralph Williams Jr, sua principal fonte. Membro da Marinha Norte-Americana, Williams servia em Pearl Harbor quando a base foi atacada pelos japoneses. Desde então, atuou no cenário de guerra do pacífico e, terminado o conflito, integrou o Naval War College⁷³. Foi na condição de membro desta instituição e com base na experiência da II Guerra que, em 1951, escreveu *National Security and Military Policy*. Publicado na revista do Instituto Naval dos EUA, o artigo recebeu, do mesmo instituto, o prêmio de melhor ensaio daquele ano, uma decorrência de seu poder de síntese: em poucas páginas, conseguia reunir e repercutir a série de discussões que vinham se travando desde a II Guerra. A partir da preocupação com a guerra que acabara de eclodir na Coreia, o autor esboçava uma definição do conceito de Segurança Nacional. Considerando-o como “termo de referência”, originado da “necessidade de entendimento” sobre os objetivos a serem alcançados, propunha três enunciações que, no conjunto, o caracterizassem:

1- “Primeiro de tudo, Segurança Nacional é uma condição social”. Segurança Nacional está relacionada à defesa de determinados valores e instituições, ou seja, à preservação da orientação ideológica e da estrutura organizacional que dão forma à nação. Ela é, portanto, uma garantia que extravasa em muito os aspectos meramente militares, incluindo os campos econômico, político e psicossocial;

72 As palavras são do Capitão de Mar e Guerra, Hélio de Almeida Azambuja. Ver: AZAMBUJA, Hélio A. Conceito Estratégico Nacional e Diretrizes Governamentais. (Folheto). C – 30 -55. 20/04/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 3.

73 Ao longo da vida, exerceria outros cargos. Seria assistente do Chefe de Operações Navais e do Secretário da Marinha dos EUA. Durante os dois últimos anos da administração de Eisenhower, serviria na Casa Branca. Aí ajudou a cunhar a expressão “complexo industrial militar”. Após deixar a Casa Branca, voltou a servir em Pearl Harbor onde, em 1965, se aposentou. Williams recebeu por cinco vezes o Naval Institute’s Prize Essay Contest, inclusive pelo trabalho ao qual me refiro. Ver: <https://www.usni.org/people/ralph-e-williams-jr>. Consulta em 14/09/2022.

2 – “A manutenção da Segurança Nacional é um processo contínuo e incessante”. Da dimensão processual da Segurança Nacional deriva sua constante preparação. As fronteiras entre paz e guerra esboroam-se. Totalizado o conflito, não há um momento em que os embates cessem: a batalha pela sobrevivência da nação é ininterrupta, nunca chega ao fim e nunca é concluída;

3 - “Segurança Nacional é o produto de uma bem-sucedida Política Nacional”. Segurança Nacional não é elemento isolado. Na medida em que é composta pelos campos político, econômico, psicossocial e militar, exige que estas esferas sejam articuladas, interna e externamente, no mesmo esforço de ação política.⁷⁴

Williams reconhecia que a ideia de Segurança Nacional era “uma abstração infinitamente complexa e, como tal, não sujeita às definições convencionais do dicionário”. Sua sistematização consistia menos de dogmas e mais de princípios gerais, o que explica o valor que teve na Escola Superior de Guerra no Brasil. Embora o texto tratasse dos EUA, as prescrições que trazia, na medida em que eram deliberadamente flexíveis e abertas, foram interpretadas como possuindo sentido geral, que poderia informar a situação brasileira. Isso explica sua incorporação na bibliografia do CSG: o texto, citado direta ou indiretamente, ajudou a pautar a compreensão do conceito de Segurança Nacional. Ao fazê-lo, adquiriu dimensão teórica estruturante, organizando as interpretações no interior do Curso⁷⁵.

Ao conceito de Segurança Nacional se somaria o de Desenvolvimento. Assentada na teoria de modernização, a ideia de desenvolvimento continha um sentido geral de evolução, de progresso. Propunha uma mudança que pudesse tirar o país do atraso e fortalecê-lo em suas dimensões econômica, política, psicossocial e militar. Organizar uma economia industrial e urbana; um sistema político com instituições sólidas e democráticas; uma sociedade pacificada ideologicamente pelo bem-estar; e Forças Armadas integradas, bem treinadas e equipadas eram elementos indispensáveis. Juntos, eles estabeleciam padrões de organização, estruturação e governança entendidos como modernos, ocidentais, capitalistas e democráticos:

74 WILLIAMS JR, Ralph. National Security and Military Policy, March, 1951. **United States Naval Institute Proceedings**, Vol Nº 77, Nº 3, Whole Nº 577. PP. 236-237.

75 Em 1961, o general de divisão Armando Villa Nova Pereira de Vasconcellos, então Chefe do Departamento de Estudos, seria explícito ao afirmar que foi em Ralph Williams “que a Escola se inspirou”. Ver: VASCONCELLOS, Armando V N P. A Segurança Nacional – Conceito Fundamentais e sua Caracterização. (Folheto). C – 02 -61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 14.

tornavam-se eixos em torno dos quais se travava a disputa civilizatória. Eram formas de combater a ameaça totalitária, modos de lutar a Guerra Fria⁷⁶.

Carregada para o centro da Guerra Total, a agenda desenvolvimentista se organizou como poderosa engenharia de transformação. Seu pressuposto fundamental era o de que o país deveria passar por um processo de modernização que, ao modificar suas estruturas fundamentais, o conduziria aos padrões desejados de civilização. A modernidade aparecia como o ponto a ser alcançado, o momento no qual a nação, consubstanciando seu ideário, encontraria sua concretização plena. Através dela, o potencial nacional evoluiria e se tornaria poder efetivo, o que garantiria a integração definitiva e completa no mundo ocidental, democrático e cristão. Conduzir o país à modernidade significava efetivar suas constantemente desejadas, ainda que nem sempre bem formuladas, aspirações de realização. Tratava-se de efetivar o seu tantas vezes adiado encontro com a história.

Assim entendidos e combinados, os conceitos de Segurança Nacional e Desenvolvimento formavam a base de operações do CSG. Deles erguia-se o restante do vocabulário. Aos Objetivos Nacionais Permanentes de Segurança e Desenvolvimento somavam-se os Objetivos Nacionais Atuais, ou seja, os objetivos de mais curto prazo, ancorados na conjuntura. Esta última era definida, em suas múltiplas formas, como o Poder Nacional, ou seja, a capacidade do país de realizar seus objetivos. A projeção máxima de onde o Poder Nacional poderia chegar era o Potencial Nacional. Os pontos de estrangulamento, que ameaçavam a consecução dos objetivos, eram denominados Óbices, Antagonismos ou Pressões. As coordenadas amplas para superar tais pontos e criar uma síntese entre Objetivos Nacionais e Poder Nacional era o Conceito Estratégico Nacional, definido pelo general César

⁷⁶ A respeito da Teoria de Modernização, ver: GILMAN, Nils. **Mandarins of the Future**. Modernization Theory in Cold War America. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2003.

Obino⁷⁷ como “o primado do pensamento na arte da guerra”⁷⁸. Tratava-se de esforço de síntese estratégica que, após passar pelas decisões governamentais, poderia se transformar em execução política através das Diretrizes Governamentais. Ao fim e ao cabo, os conceitos formavam uma corrente que desaguava no Planejamento da Segurança Nacional e do Desenvolvimento. Como em um círculo, partia-se das premissas de Segurança e Desenvolvimento e a elas se voltava⁷⁹.

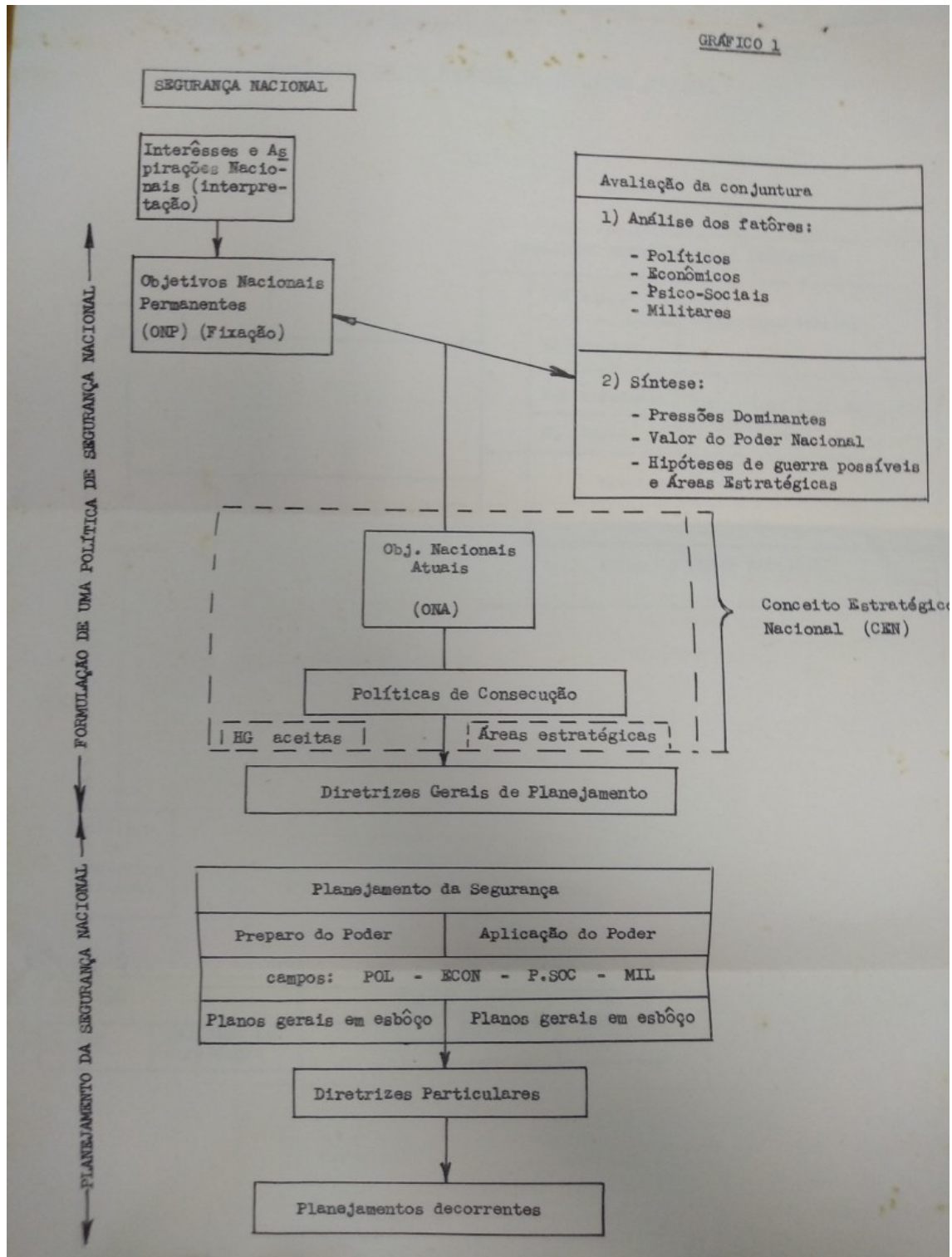
Os conceitos podem ser melhor observados em dois organogramas, sistematizados pelo então Diretor Chefe do Departamento de Estudos e Subdiretor Geral de Estudos da ESG, general Armando Villa Nova Pereira de Vasconcellos⁸⁰:

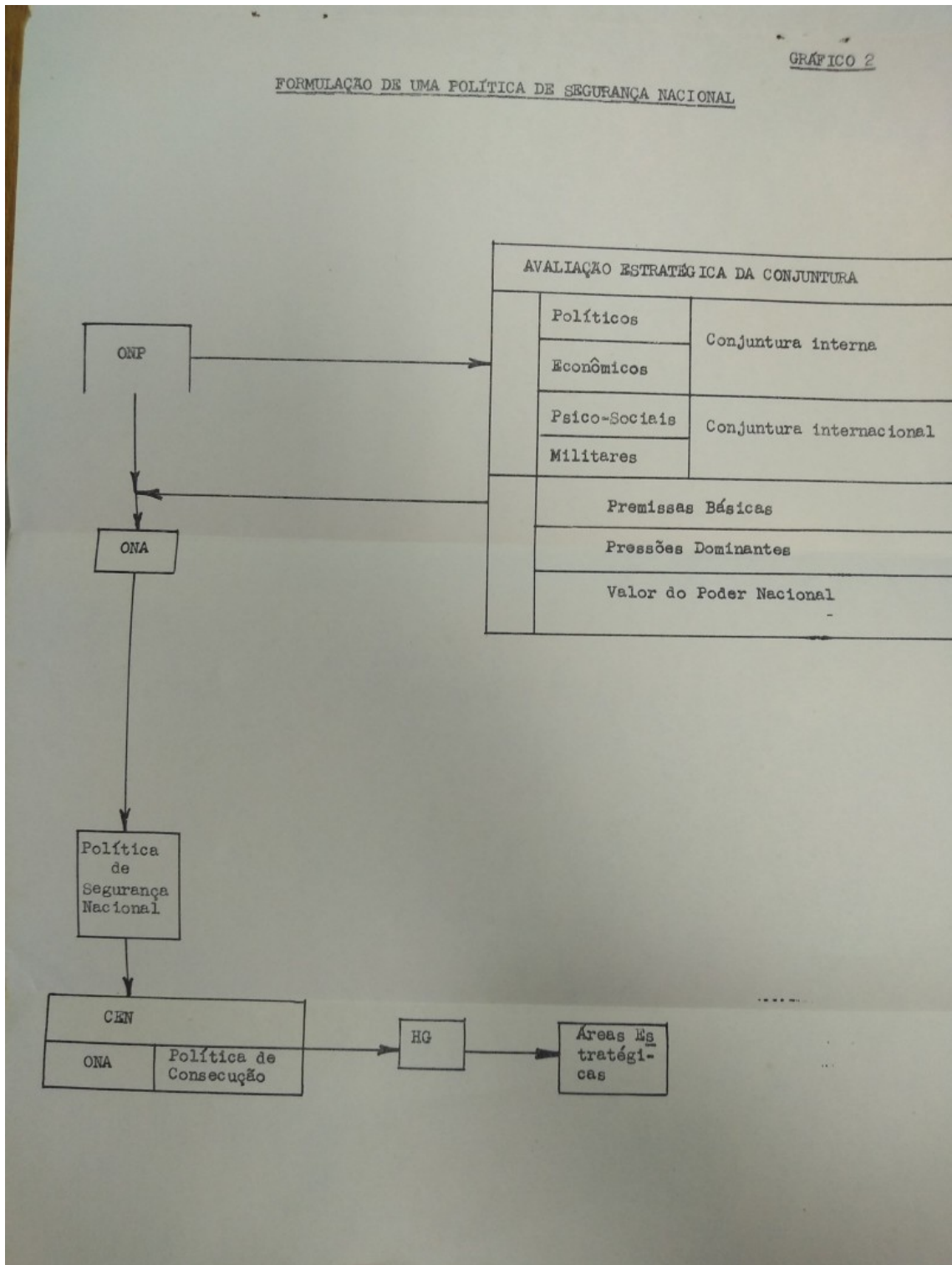
77 Nascido em Bajé (RS), em 1886, Salvador César Obino cursou, nos anos iniciais de sua carreira, a Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo (RS) e a Escola de Guerra de Porto Alegre (RS), tornando-se aspirante a oficial da arma de infantaria em fevereiro de 1908. Após ter servido em Bajé e em Porto Alegre, estudou na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), em 1921. Ao longo da década de 1920, serviu em Uruguaiana e em Santana do Livramento. Empossado Getúlio, passou a trabalhar na 3ª Região Militar, ali permanecendo até 1940 quando, promovido a General de Brigada, passou a trabalhar na 4ª Região Militar. Em 1946, após a posse de Dutra, tornou-se Chefe do Estado-Maior do Exército (EME). Em 1947 participou da IX Conferência Interamericana de Bogotá, Colômbia, e no ano seguinte passou a integrar o Conselho de Segurança Nacional (CSN). Foi presidente do Clube Militar entre 1948 e 1950, anos nos quais se desenvolveu a polêmica a respeito do Petróleo. Em 1951, passou a dirigir a Comissão Militar Mista Brasil-EUA. Serviu na Zona Militar Sul, em Porto Alegre, onde, em 1952 foi reformado como Marechal. Faleceu em 1979, em Porto Alegre. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/obino-salvador-cesar>. Consultado em 05/10/2020.

78 OBINO, Salvador C. Conceito Estratégico Nacional. (Folheto). C-025 - 51. 16/11/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 6.

79 Aparentemente, o quadro conceitual foi partilhado por outros países latino-americanos, embora pudesse ser preenchido com conteúdos mais específicos. Para um balanço a este respeito, ver: COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977. Para um balanço historiográfico sobre como a Doutrina de Segurança Nacional aparece na América Latina, ver: SALA, Laura Y. La Doctrina de Seguridad Nacional em América Latina. Un repaso por los estudios clásicos y sus críticos. In **Revista electrónica de estudios latinoamericanos**. Vol. 20, núm. 80, 2022

80 Os organogramas estão contidos em: VASCONCELLOS, Armando V N. Metodologia para a formulação e desenvolvimento de uma Política de Segurança Nacional. (Folheto). C- 03 – 61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.





É evidente que o vocabulário da Doutrina guardava alguma flexibilidade. Ele era pensado para possuir, ao mesmo tempo, unidade e diversidade. Admitia-se que a própria Doutrina pudesse sofrer adaptações, se mantivesse seu eixo preservado. De qualquer modo, era ela que permitia nomear, classificar, enquadrar. A Doutrina de Segurança Nacional e

Desenvolvimento cumpria sua função: unir as elites em um método, ensinar-lhes os modos sobre os quais falar e, conseqüentemente, organizar sua ação política. Fornecia tanto repertório para lidar com a relação entre palavras e coisas, como fixava as premissas para a construção de um projeto de país.

1.5. Análises de Conjuntura: o Poder Nacional

Depois de introduzidos aos elementos da DSN, os estagiários começavam o segundo módulo, aquele da “aplicação”. Tratava-se de uma entrada efetiva nos temas considerados essenciais. Era um desdobramento mais preciso, de aspectos mais específicos que compunham a constelação de interesses em torno dos quais se organizava o Curso. O nome o indica: a intenção era que o repertório teórico fosse aplicado na discussão de alguns problemas com o objetivo de verificar o “estado da questão”, a situação efetiva na qual o país se encontrava. Ali é que o vocabulário da DSN ia ganhar sua concretude.

O conjunto era composto fundamentalmente pelas chamadas “análises de conjuntura”. As análises abordavam os aspectos essenciais da vida nacional e internacional, tentando produzir diagnósticos sobre cada setor. Era certamente o conjunto mais volumoso de conferências, afinal, aqui é que se tentava apresentar a base empírica de conhecimento. O general Cordeiro de Farias definia o módulo:

A Avaliação Estratégica de Conjuntura é o estudo dos fatores políticos, econômicos, militares e psicológicos nacionais e estrangeiros, que nos permite ajuizar a realidade do nosso poder frente a outro adverso, donde surgirá a política nacional em relação ao momento internacional. Nesse estudo uma atenção especial deve ser dada ao sentido da evolução normal que, no tempo, vem sendo impressa nesta conjuntura.

Compreende esta avaliação primeiro a análise dos fatores acima enunciados, e depois uma síntese que denominamos Premissas Básicas da Conjuntura.⁸¹

O pressuposto básico era a necessidade de conhecer pormenorizadamente a realidade nacional e internacional para, a partir daí, procurar caminhos e nelas interferir. Somente uma leitura afinada do país e de sua inserção no mundo, com seus recuos e possibilidades,

81 FARIAS, Osvaldo C. Conceito Estratégico Nacional (apresentação de um...). (Folheto). C-10-52. 03/06/1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 6.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Métodos e processos de trabalho. (Folheto). D002. 1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2.

permitiria que a ingerência pudesse ter sucesso. À realidade dava-se o nome de Poder Nacional, ou seja, “a expressão integrada dos meios de toda ordem de que a nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional e no âmbito interno, a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes”⁸². A análise de conjuntura implicava a avaliação dos vários componentes que estruturavam a nação, componentes dos quais dependiam sua Segurança e Desenvolvimento, sua existência.

A ideia de Poder Nacional apresentada no CSG assentava-se em referências à vasta literatura norte-americana sobre relações internacionais. As chamadas “doutrinas orientadoras das Relações Internacionais”⁸³ vinham expressas em extensos manuais, onde estavam elencados e detalhados os aspectos relevantes de cada campo considerado: econômico, político, psicossocial e militar. Percebendo a posição dos países como essencialmente relacional, definiam um conjunto de vetores a partir dos quais compreender os elementos de conjuntura. Eram trabalhos clássicos como *International Relations* (Strausz-Hupé e Possony); *International Politics* (Frederick L. Schuman); *The Great Powers in World Politics* (Simonds e Emeny); *Politics among Nations* (Morgenthau) e *America’s Strategy in World Politics* (Spykman)⁸⁴. Além dos manuais, eram lidos tratados como *US Foreign Policy*, de Walter Lippmann, e *In Defense of the National Interest*, de Morgenthau⁸⁵. A despeito das variações interpretativas e de suas múltiplas abordagens, o que unia a bibliografia era a ideia de que as relações nacionais e internacionais estavam indestrutivelmente ligadas e que eram, essencialmente, relações de Poder. Em um mundo conflagrado, qualquer nação que quisesse continuar a existir deveria ser capaz de avaliar e fortalecer seu Poder, entendendo-o na relação com o Poder das demais. A análise de conjuntura era o instrumento para isso, para situar o

82 A definição é de Juarez Távora. Ver: TÁVORA, Juarez. A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia. Conceituação e Interrelações. (Folheto). A – 01 -53. 23/03/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 3.

83 A expressão era do Comandante da Escola, Ajalmar Mascarenhas. Ver: MASCARENHAS, Ajalmar V. A ESG e a Organização da Segurança Nacional. (Folheto). C – 01 – 56. 1956. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 10.

84 STRAUZ-HUPÉ, Robert; POSSONY, Stefan. **International Relations**. 2º Edição. New York: McGraw-Hill Book Company, 1954.

SCHUMAN, Frederick L. **International Politics**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1958.

SIMONDS, Frank H; BROOKS, Emeny. **The Great Powers in World Politics**. New York: American Book Company, 1935.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics among Nations**. New York: Alfred Knopf, 1948.

SPYKMAN, Nicholas J. **America’s Strategy in World Politics**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

85 LIPPMANN, Walter. **U.S. Foreign Policy**. New York: Pocket Books, 1943.

MORGENTHAU, Hans J. **In Defense of the National Interest**. New York: Alfred Knopf, 1951.

Poder em relação aos Objetivos Nacionais. Considerada em seu conjunto, esta literatura pautou boa parte da agenda de trabalho do Curso.

É evidente que Poder não implicava necessária e tão somente dominação, violência e confronto bélico. Tampouco estava ligado unicamente aos instrumentos militares. Mobilizando o conceito de Guerra Total, entendiam por Poder a somatória articulada dos elementos que a compunham. Daí que estivesse relacionado aos arranjos ideológicos, às alianças e à cooperação. O Poder cobria dimensões gerais e interligadas: era tudo o que dava sentido e estrutura à nação, situando-a tanto em relação a si mesma quanto em relação ao restante do mundo.

Se o entendimento da dimensão ampla do Poder ficou estabelecido desde o início das atividades do CSG, ele ganhou, em 1953, bases mais concretas. Entre os dias 24 de março e 7 de abril daquele ano, personalidades iminentes se reuniram em um ciclo de conferências que tinha por título: *O Poder Nacional*. Ao que parece, o objetivo do evento era decompor o conceito: mostrar suas diversas partes; suas inter-relações; além de sistematizar seu significado. Falariam:

- Francisco Clementino de San Tiago Dantas, diplomata: O Poder Nacional: seus móveis, interesses e aspirações: realismo e idealismo políticos;
- Mário Travassos, general de exército: O Poder Nacional – seus fundamentos geográficos.
- Themístocles Brandão Cavalcanti, professor da FGV: O Poder Nacional – seus fundamentos políticos: instrumentos de ação;
- Antonio Carneiro Leão, professor da Universidade do Brasil: O Poder Nacional – seus fundamentos psicossociais: instrumentos de ação;
- Roberto Campos, economista: O Poder Nacional – Seus fundamentos econômicos (Parte I e II).
- Canrobert Pereira da Costa, general de exército: O Poder Nacional – seus fundamentos militares: instrumentos de ação;
- Álvaro Teixeira Soares, diplomata: O Poder Nacional – suas limitações de ordem interna e externa.

Francisco Clementino de San Tiago Dantas: O Poder Nacional – seus tipos de estrutura.⁸⁶

86 DANTAS, Francisco C S T. O Poder Nacional – Seus móveis, interesses e aspirações: realismo e idealismo políticos. (Folheto). A – 02 – 53. 24/03/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

TRAVASSOS, Mário. O Poder Nacional – Seus fundamentos geográficos. (Folheto). A – 03 – 53. 25/03/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

A distribuição temática tinha por objetivo mostrar as estruturas que compunham o Poder Nacional: faziam, portanto, uma apresentação de princípios teóricos e conceituais. Embora fosse tomado por uno, indiviso, a separação do Poder Nacional tinha efeitos operacionais. Ao decompô-lo, os autores evidenciavam, por um lado, os elementos que caracterizavam cada uma das áreas tratadas e, por outro, a importância que tinham para o conjunto da nação. Tratava-se de técnica para melhorar sua administração: particularizar suas funções para delas extrair o máximo de conhecimento e ação especializados sem, contudo, perder de vistas as inter-relações entre elas.

Embutida na adequação metodológica estava o projeto político. A agenda de pesquisa, organização e reflexão sobre o Poder colocava, em seu centro, o problema da estruturação do Estado e sua relação com a sociedade. Não por acaso, Álvaro Teixeira Soares iniciaria sua fala com um balanço das conferências, colocado nos seguintes termos:

A expressão ‘política’ do Estado é o Poder Nacional. Mas, o Poder nacional, nos Estados Modernos, é complexo: político, econômico, social, cultural e finalmente internacional.

Vimos, através das conferências recentemente feitas nesta Escola Superior de Guerra, o desenvolvimento doutrinário que tem tomado o assunto – Poder Nacional. Felicito-me vivamente deste desenvolvimento doutrinário (porque estamos por certo, na fase essencialmente de doutrina na matéria), que nos leva a grandes alturas; e ao mesmo tempo, lisonjeio-me de ter ouvido conferências notáveis, como dificilmente poderiam ouvir-se alhures: iguais sim, melhores não!

Justamente por ser um organismo vivo de integral jurisdição, (e quanto mais jurídica for a sua estrutura, maior o seu desenvolvimento vertical), o Estado sofre modificações, tanto de ordem interna, como internacional.

A essência do Estado Moderno consiste justamente nessa riqueza de conteúdo jurídico. Foi-se o tempo que a força representava o único elemento aferidor de valores internos e externos. Foi-se também o tempo em que o Estado valia pelo desdobramento de poder físico. A concepção de Estado evoluiu, modificou-se, alargou-se. Hoje, a conceituação específica de Estado é espacial, histórica, econômica e social. Todos esses valores, esses strata devidamente superpostos, constituem o Poder Nacional. (...) ⁸⁷.

CAVALCANTI, Themístocles B. O Poder Nacional – Seus fundamentos políticos: instrumentos de ação. (Folheto). A – 04 – 53. 26/03/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

LEÃO, Antônio C. O Poder Nacional – Seus fundamentos psicossociais: instrumentos de ação. (Folheto). A – 05 – 53. 27/03/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

CAMPOS, Roberto. O Poder Nacional – Seus fundamentos econômicos (Iº parte). (Folheto). A – 06- 53. 30/03/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

CAMPOS, Roberto. O Poder Nacional – Seus fundamentos econômicos (IIº parte). (Folheto). A – 06 - 53. 31/03/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

COSTA, Canrobert P. O Poder Nacional – Seus fundamentos militares: instrumentos de ação. (Folheto). A – 07 – 53. 01/04/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

SOARES, Álvaro T. O Poder Nacional – Suas limitações de ordem interna e externa. (Folheto). A – 08 – 53. 06/04/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

DANTAS, Francisco C S T. O Poder Nacional – seus tipos de estrutura. (Folheto). A – 09 -53. 07/04/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

A finalidade do Estado estava no centro da discussão: ele era instrumento para a organização e a realização das aspirações da nação. Estruturá-lo em torno da ideia de Poder implicava dotá-lo dos meios adequados para cumprir sua função, os meios para garantir à nação sua segurança e o seu desenvolvimento: sua sobrevivência. Daí que as postulações sobre sua forma, composição, objetivos, limites e maneiras de interagir com o conjunto das forças sociais fossem fundamentais. O conceito de Poder Nacional acabaria por estabelecer o arranjo de uma série de questões: integrado à constelação conceitual do CSG, ajudaria a formatar o pensamento e a ação políticos de seus alunos e palestrantes.

Daí a importância do evento de 1953. A partir dele, a maneira de expor o tema se cristalizou. A despeito de eventuais acréscimos temáticos, ou de pequenas alterações circunstanciais, o fundamental permaneceu. Isso não significa que as interpretações fossem as mesmas: o que era igual eram as coordenadas em torno das quais a discussão se organizava, a pauta. Se, por exemplo, os palestrantes poderiam divergir quanto ao melhor modo de industrializar o país, ainda assim estavam de acordo que a industrialização era parte do Poder Econômico da nação. A maneira de enquadrar os temas se tornou consenso e o formato do evento foi repetido nos anos seguintes, inclusive com a preservação da nomenclatura das conferências. À semelhança do que ocorrera em 1953 escolhia-se, para conferencistas, especialistas que trabalhassem nas áreas das quais se pretendia tratar. Eles, então, cuidariam de apresentá-las, fazendo uma exposição sobre aquilo que as compunha e sua importância mais geral. Amplo sem ser impreciso, o conceito de Poder Nacional se tornou operacional: em torno de si, articulou extensa agenda de trabalho.

Os sucessivos eventos a respeito do conceito eram não apenas uma forma de socializá-lo com os alunos, mas também de subordinar seu conteúdo a reavaliações constantes. “A própria dinâmica do poder nacional submete-o a um processo contínuo e permanente de reajustamentos sucessivos a fim de promover a adequação de meios e fins” dizia, em 1960, o

87 Nascido em 1903, no Rio de Janeiro, Álvaro Teixeira Soares bacharelou-se em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro em 1925. Quatro anos depois, em 1929, ingressou na carreira diplomática, onde desenvolveria atividades pelo resto da vida. Durante os anos 1930, operou em uma série de embaixadas e, no imediato pós-guerra, atuou junto à ONU em diversas missões diplomáticas e comissões, como a VI Assembléia Geral da ONU e a quinta reunião de organização da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Neste mesmo período, atuou em embaixadas em diversos países, como Grécia, Colômbia e Japão. Realizou o Curso Superior de Guerra, na ESG, em 1953. Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-alvaro-teixeira#:~:text=%C3%81lvaro%20Teixeira%20Soares%20nasceu%20no,por%20concurso%20como%20terceiro%20Doficial..> Consulta em 06/10/2022. SOARES, Álvaro T. O Poder Nacional – Suas limitações de ordem interna e externa. (Folheto). A – 08 – 53. 06/04/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

Chefe do Departamento de Estudos, general Armando Villa Nova Pereira de Vasconcellos⁸⁸. Daí que as “análises de conjuntura” nada mais fossem do que a combinação do mapeamento das circunstâncias concretas nas quais se encontrava o país, somado a propostas de intervenção para seu aprimoramento. A premissa para tais análises era explicada pelo mesmo general páginas à frente: “o poder tem capacidade autogeradora de poder, isto é, só o poder gera poder, e todo acréscimo de poder tem uma forma intermediária, de transição, o acréscimo de potencial”⁸⁹. A constante tensão colocada pela Guerra Fria exigia que o Poder Nacional fosse avaliado, incrementado e retroalimentado de forma igualmente constante: tornado princípio, o caráter ininterrupto de seu acúmulo recolocava, sempre, seus objetivos. O Poder era sempre relativo, conjuntural, nunca definitivo, acabado. Seu caráter dinâmico impunha a necessidade de que fosse, a cada momento, transformado.

De sua exigência de atualização constante, o CSG tirou orientação para seus trabalhos. Uma agenda de pesquisa e de reflexões foi montada com base nesta premissa. Se o Poder precisava ser alavancado, o instrumento para isso era o planejamento. Era o motivo pelo qual, de posse das orientações teóricas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento e do panorama dado pelas Análises de Conjuntura do Poder Nacional, os estagiários poderiam ingressar no terceiro módulo do Curso e propor um Ensaio de Planejamento.

1.6. Planejamento

O terceiro módulo era dedicado ao planejamento. Nele os alunos tinham que produzir um ensaio sobre como planejar a Segurança Nacional e Desenvolvimento. Por planejamento entendia-se a discussão pormenorizada de propostas específicas, que levantassem dados empíricos e traçassem orientações para um direcionamento na realização do Poder Nacional. Daqui deveria sair uma contribuição concreta para a “Política de Guerra”, contribuição que estivesse de acordo com aquilo que tinha sido discutido nos módulos anteriores. Como afirmava o Vice-Almirante Ernesto Araújo, quando comandava a Escola:

88 Há poucas informações biográficas sobre o general Armando Vasconcellos. Na contracapa de sua conferência na ESG consta que, dentre outras coisas, foi: instrutor da Escola Militar do Realengo, adjunto do Estado-Maior do Exército, instrutor da Escola do Estado-Maior do Exército, subchefe do exército no EMFA e Chefe do Departamento de Estudos da ESG. VASCONCELLOS, Armando V N P. Planejamento da Segurança Nacional – Diferentes graus e ciclos. (Folheto). C – 85 – 60. 1960. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 17.

89 VASCONCELLOS, Armando V N P. Planejamento da Segurança Nacional – Diferentes graus e ciclos. (Folheto). C – 85 – 60. 1960. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 19.

Só depois de estabelecida esta base sólida, é que se irá cuidar, em trabalhos em grupo e novos debates, de formular soluções possíveis, escrutinar-lhes as vantagens e desvantagens face ao antagonismo existente, confrontá-las entre si e, enfim, escolher aquela que deva ser proposta como a melhor, a mais adequada a ser oportunamente transformada em realidade por medidas de execução.⁹⁰

Esperava-se que os alunos realizassem um estudo, no sentido em que o Curso o entendia. Deveriam levantar um problema de pesquisa considerado relevante, buscar informações a seu respeito, sistematizar análises sobre ele e propor medidas integradas para sua solução. O vocabulário apreendido ao longo do primeiro módulo e as análises de conjuntura do segundo eram utilizados para melhor fundamentar o objeto da investigação. Propor linhas mestras em torno das quais organizar a ação, agregá-la com o restante dos campos, estabelecer prioridades, prazos e hierarquias sobre as possíveis condutas, todas eram consideradas dimensões do trabalho de planejamento. O objetivo fundamental era que os alunos fossem capazes de estabelecer uma coerência entre suas propostas e a agenda geral da Escola.

Como atividade coordenada, o ensaio de planejamento deveria ter por viga mestra o Conceito Estratégico Nacional, as coordenadas amplas direcionadas no CSG. Era uma maneira de evitar o dispêndio de esforços, de manter o pressuposto básico do método funcionando: a integração dos problemas particulares em uma ação conjugada. Ao final, desejava-se que o ensaio contribuísse para maior conhecimento do país e a proposição de medidas que pudessem ajudar a remover obstáculos, fortalecer o poder nacional e alcançar os objetivos nacionais. Como última etapa de um longo processo, esperava-se que o estudo, agregando os elementos das discussões apreendidas ao longo do tempo, ajudasse na formulação de uma política geral eficaz de enfrentamento da Guerra Total.

Três diretrizes eram fundamentais para o trabalho. A primeira dizia respeito ao trabalho coletivo. Planejamento envolvia acúmulo de esforços. As muitas variáveis que o compunham, seu alcance e suas exigências demandavam que fosse administrado em conjunto. Da necessidade de ação concertada, tanto para sua concepção quanto para sua operacionalização, derivava a maneira como o Curso o organizava: os trabalhos deveriam ser realizados, sempre, em equipe. O objetivo era evitar soluções desencontradas que, pelo

90 ARAÚJO, Ernesto. A Segurança Nacional e a ESG. (Folheto). C – 01 -55. 07/03/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 5.

excesso de particularidade, impedissem uma visão abrangente do problema. Era a razão pela qual os “ensaios de planejamento”, entregues ao final do módulo, eram trabalhos em grupo⁹¹.

As demais diretrizes vinham sintetizadas por Golbery do Couto e Silva. Em seus já citados ensaios sobre *Planejamento da Segurança Nacional*, de 1954, o então tenente-coronel dizia:

O planejamento da segurança nacional obedece necessariamente a um processo contínuo de aproximações sucessivas e de frequentes reajustamentos. Nem poderia deixar de assim ser, uma vez que a conjuntura, tanto nacional quanto sobretudo internacional, está sempre em continuada evolução, e sobre ela só podemos exercer um grau muito relativo de domínio ou controle. O conhecimento a respeito dela é e será sempre mais ou menos imperfeito, devendo os planejadores basear-se, portanto, em estatísticas e informações nem completas nem muito menos indiscutíveis, suplementadas forçosamente por estimativas e avaliações que acarretam, mormente quando se referem a projeções ou previsões do futuro, uma irredutível margem de erro⁹².

O planejamento, na medida em que era instrumento para lidar com as demandas de segurança nacional e desenvolvimento, essencialmente dinâmicas, precisava acompanhar este dinamismo. Sua cristalização esvaziava sua função: petrificado, perdia seu sentido. O mundo do qual era parte, mundo de Guerra Fria, sujeito a transformações rápidas e constantes, o obrigava a adaptações e revisões que permitissem acompanhar a evolução dos acontecimentos. Sua eficácia dependia de ser mutável.

A terceira diretriz dizia respeito àquele que se tornaria tema essencial na Escola Superior de Guerra: as informações. A premissa fundamental, seguida no CSG, era de que as informações constituíam a base para um planejamento sólido: elas deveriam fornecer um corpus de conhecimento que permitisse elaborar projetos para uma intervenção adequada na realidade. Funcionariam como alicerce para a alavancagem do Poder Nacional.

Dispositivo para o planejamento da segurança e do desenvolvimento, as informações deveriam cobrir amplo conjunto de atividades e instituições. Colocada na linguagem do CSG, eram uma radiografia do Poder Nacional e, como tal, seguiam sua estruturação. Sua composição, em analogia às divisões do poder, consistia dos campos político, econômico,

91 Juarez Távora sintetizou com precisão este aspecto: “Opera essa adaptação (de trabalho) pelo estabelecimento, entre as culturas, de seus Estagiários, de uma espécie de denominador comum de conhecimentos relacionados à Segurança Nacional e capaz de permitir-lhes uma cooperação eficiente nos Grupos e Turmas de Trabalho, e nas Equipes de Planejamento, através dos quais deve processar-se, normalmente, seus trabalhos escolares”. Ver: TÁVORA, Juarez. *A Segurança Nacional: sua conceituação e seu estudo na ESG*. (Folheto). C – 01 – 59. 1959. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2. Grifos do original.

92 SILVA, Golbery do C. *Planejamento da Segurança Nacional – 1º Parte*. C- 083 -54. (Panfleto). 29/10/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 18.

topográfico, sociológico, militar, biográfico, científico e tecnológico⁹³. Seu alcance compreendia as esferas interna e internacional: na medida em que o poder nacional se definia na relação com o conjunto de nações, levantar informações sobre este conjunto era essencial. As informações eram, portanto, um conjunto de aspectos gerais e específicos, internos e internacionais.

A relevância e amplitude das informações impunham sua correta seleção e administração. No centro da questão estava seu conceito: a ideia que se fazia sobre ela, sobre suas funções e sobre operações para as quais era destinada. O problema foi colocado já no primeiro ano das atividades do CSG. O brigadeiro do ar Ismar Brasil, que à época atuava como auxiliar do comando da Escola, mencionaria a seu respeito:

Mas não basta organizar um bem elaborado plano de busca, distribuição de agências e desgastar as energias dos agentes de busca para coletar este caudal de documentos e observações. As observações perderão o seu valor e oportunidades e os documentos servirão apenas para ornar organizados arquivos, se não forem, em tempo útil, postos em mãos de pesquisadores capazes de, com o auxílio de técnicas apropriadas e conhecimentos especializados, separar o joio do trigo, de analisar e interpretar, tais informes e de elaborar uma informação em tempo adequado e que possibilite sua conveniente e oportuna difusão a todos os escalões interessados.⁹⁴

Para que se tornasse informação, isso é, para que adquirisse utilidade na tarefa de planejamento da política de segurança nacional e desenvolvimento, os dados brutos, chamados informes, deveriam ser submetidos a um conjunto de procedimentos. A informação, na qualidade de conhecimento operacional, resultava de uma tecnologia de tratamento de dados. Avaliação, análise, síntese e interpretação compreendiam o “processamento técnico” através do qual os informes deixariam seu aspecto genérico e se tornariam “conhecimento completo, exato e atualizado de um determinado assunto”, ou seja, o processo através do qual se organizariam como informação⁹⁵. A criação de órgãos centralizados, especializados, que

93 Ismar Brasil é quem propõe esta divisão. Ver: BRASIL, Ismar P. A Informação Estratégica.(Folheto). C – 44 – 50. 1950. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Ver: BRASIL, Ismar P. A Informação Estratégica. (Folheto). C -14 – 51. 10/09/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

94 BRASIL, Ismar P. A Informação Estratégica. (Folheto). C – 44 – 50. 1950. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 7.

95 Os informes, considerados “matéria-prima” para as informações, deveriam provir de diversas fontes. Ismar Brasil as enuncia: “os livros, os jornais, as revistas técnicas; as estatísticas; o rádio, a propaganda e a contrapropaganda; os planos de governo; as plataformas políticas; os debates parlamentares; os pontos de vista expedidos nos congressos internacionais e os textos dos tratados. Isto para citar, apenas, algumas das mais importantes fontes documentadas ao dispor permanente da nossa pesquisa. A estas podemos acrescentar as fontes eventualmente sujeitas às observações pessoais de agentes diplomáticos, militares e especiais, postados em vigilância permanente ou ocasional nos pontos de irradiação das ideias e dos acontecimentos. Às quais juntamos outras espécies de fontes, quase sempre inexploradas, em que se transformam os técnicos e cientistas que, por não terem os seus passos vigiados, podem colher, em sua permanência em território estrangeiro, impressões

dispusessem de pessoal treinado, era essencial para a transformação. Ao longo do tempo, entidades assim foram pensadas no Brasil. O método de referência era o norte-americano e o modelo, a CIA.

Equipado destas premissas, o Curso Superior de Guerra era a espinha dorsal da Escola, estruturado para ajudá-la a cumprir sua função de assessorar o planejamento da segurança e desenvolvimento. Instrumento de inteligência, o CSG possuía sofisticada atuação: coordenava diretrizes teóricas e conceituais; agendava pesquisas; levantava informações. Em síntese: produzia sólido conhecimento especializado, que ajudava a pautar o debate político e as decisões governamentais. Para fazê-lo, recorria a pessoal treinado, à mão de obra qualificada. Simultaneamente, arregimentava e formava quadros. Transformou-se, por esta razão, em ferramenta para formação de elites.

1.7. O Curso Superior de Guerra: formando elites

Ao abrir os trabalhos do CSG para o ano de 1956, o brigadeiro Ajalmar Mascarenhas colocaria um problema fundamental, em cujo centro estava uma mudança conceitual. Na ocasião, o comandante da Escola diria:

O conceito atual de Segurança Nacional ultrapassou o que antes se entendia por Defesa Nacional. Segurança Nacional é incumbência de todos, é esforço conjunto para que o Estado possa atingir o que se convencionou chamar os seus Objetivos Nacionais.

Civis e militares, engajados todos com iguais compromissos e responsabilidades iguais na questão da Segurança Nacional, eis, a nosso ver, a característica de base do momentoso assunto, em nossos dias⁹⁶.

A substituição do conceito *Defesa Nacional* por *Segurança Nacional* trazia, para primeiro plano, o envolvimento civil. O diagnóstico era claro: a expansão da guerra havia destruído as fronteiras entre militares e civis, integrando a ambos na Guerra Total. A mudança tinha duas implicações imediatas. A primeira dizia respeito à população como um todo, que passava a ser tomada por parte constitutiva do conflito: não apenas sofria seus efeitos como

valiosas através de informações técnicas e contatos informais com colegas estrangeiros ou com organismos de sua especialidade; impressões das quais podem resultar conhecimentos do mais alto interesse; normalmente encobertos pela 'segurança' aos olhos e ouvidos dos observadores oficialmente admitidos como tais". Ver BRASIL, Ismar P. A Informação Estratégica. (Folheto). C -14 – 51. 10/09/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2 e PP. 9.

96 MASCARENHAS, Ajalmar V. A ESG e a Organização da Segurança Nacional. (Folheto). C – 01 – 56. 1956. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 3.

era objeto do embate. Conquistá-la para a causa ideológica era central no esforço das guerras cultural e psicológica. A segunda implicação dizia respeito à gestão do conflito: uma vez que suas dimensões englobavam atividades civis, os últimos deveriam ter papel ativo para enfrentá-la. Eles eram parte do esforço de guerra, daí que devessem trabalhar em cooperação com os militares.

Embora as duas proposições derivassem do mesmo fenômeno, uma diferença as marcava. Se, de fato, todos os civis participavam da guerra, apenas uma parcela deles deveria elaborar as políticas para seu enfrentamento. O entendimento era de que os dilemas colocados pela Guerra Total exigiam atuação especializada, com quadros técnicos que pudessem fornecer expertise adequada. Em síntese: uma elite bem treinada, composta tanto de civis quanto de militares, que pudesse administrar as demandas de segurança e desenvolvimento. Era a este grupo que se dedicava o CSG.

Ao longo dos anos, o esforço do Curso foi duplo e simultâneo: ao mesmo tempo em que arregimentava, também formava quadros de elite. Buscava-os tanto nas três Forças Armadas quanto na “administração civil”, nas “profissões liberais”, na “indústria”, no “comércio”, na “política”, na “magistratura”, na “imprensa”, na “advocacia”, nos “institutos de ciências” e “universitários”⁹⁷. Em síntese, nos segmentos responsáveis por comandar o Poder Nacional. A compreensão que se fazia daquilo que eram elites e de quais deveriam ser suas funções definiu o perfil dos alunos do CSG. Entre 1949 e 1964, foram formados 1.042 estudantes, dentre os quais 525 civis e o restante, 517, militares. Dois levantamentos dão mostras de seu perfil. O primeiro diz respeito às instituições às quais estavam ligados e o segundo à sua formação inicial. Ambos apontam a capilaridade do Curso: seus alunos eram considerados uma elite técnica que, ao trafegar pelas burocracias pública e privada, ligava os dois universos⁹⁸.

A escolha dos membros do CSG correspondia a critérios institucionais e ideológicos. A maneira como eram recrutados esclarece a respeito. Divididas por instituições, as vagas eram completadas por meio de indicações internas: o chefe do EMFA a quem, por regulamento, cabia fixar a distribuição das vagas, solicitava ao representante de cada órgão que apontasse o(s) nome(s) adequado(s) para o preenchimento. A solicitação, feita via ofício, frisava o caráter de elite do Curso, admitindo apenas civis que estivessem em “escala

97 MASCARENHAS, Ajalmar V. A ESG e a Organização da Segurança Nacional. (Folheto). C – 01 – 56. 1956. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 5.

98 Ver, a este respeito, as tabelas contidas neste trabalho, na sessão Anexo.

hierárquica correspondente aos postos de General de Brigada e Coronel das Forças Armadas, que exerçam, ou tenham exercido, cargo de direção”⁹⁹. Em outras palavras: membros do alto escalão, que participassem ativamente em processos de decisão.

O recrutamento era feito preferencialmente em órgãos públicos. Os levantamentos contidos no anexo o demonstram. A título de exemplo, em 1954 o general Mascarenhas de Moraes, Chefe do EMFA, distribuiria as vagas do seguinte modo: Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1); Ministério da Viação e Obras Públicas (2); Ministério da Saúde (1); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2); Ministério das Relações Exteriores (5); Ministério da Fazenda (1); Ministério da Agricultura (2); Ministério da Guerra (10); Ministério da Marinha (5); Ministério da Aeronáutica (5); Governo do Estado de São Paulo (1); Governo do Estado de Minas Gerais (1); Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1); Governo do Estado de Pernambuco (1); Conselho Nacional de Petróleo (1); Ministério da Educação (2)¹⁰⁰; Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1); Ministério da Saúde (1); Câmara dos Deputados (6); Senado Federal (6); Associação Brasileira de Imprensa (2)¹⁰¹; Igreja Católica - “Clero Brasileiro”; Tribunal de Justiça do Distrito Federal (2); Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP (1); Fundação Getúlio Vargas- FGV (1); Universidade Católica (1); Banco do Brasil (1); Confederação Nacional do Comércio (1); Academia Brasileira de Ciências (1); Confederação Rural Brasileira(1); Superintendência do Serviço Especial de Saúde Pública (1).¹⁰² Se, como o exemplo e os levantamentos anteriores

99 Ver, a respeito: ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Ofícios. Solicita indicação de funcionário para a ESG. 5 de Jan. 1954. Rio de Janeiro, DF: Estado-Maior das Forças Armadas. **Ofícios de número 1-RES a 17 – RES**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Fundo: Estado-Maior das Forças Armadas. Série: Documentos Expedidos Sigilosos. BR AN, BSB 2M 1.1.PP. 783.

100 Frisava-se que, dentre estas duas vagas, uma deveria ser para professor universitário.

101 Neste ofício, especificamente, são sugeridos os nomes de Carlos Lacerda e Alexandre Barbosa Lima Sobrinho para ocupar as vagas.

102 ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Ofícios. Solicita indicação de funcionário para a ESG. 5 de Jan. 1954. Rio de Janeiro, DF: Estado-Maior das Forças Armadas.. **Ofícios de número 1-RES a 17 – RES**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Fundo: Estado-Maior das Forças Armadas. Série: Documentos Expedidos Sigilosos. BR AN, BSB 2M 1.1.PP. 783.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Ofícios. Matrícula na ESG. 14 de Jan. 1954. Rio de Janeiro, DF: Estado-Maior das Forças Armadas. **Ofícios de número 21-RES a 22 – RES**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Fundo: Estado-Maior das Forças Armadas. Série: Documentos Expedidos Sigilosos. BR AN, BSB 2M 1.1.PP. 783

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Ofícios. Consulta sobre Matrícula na ESG. 14 de Jan. 1954 Rio de Janeiro, DF: Estado-Maior das Forças Armadas. **Ofícios de número 26-RES a 27 – RES**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Fundo: Estado-Maior das Forças Armadas. Série: Documentos Expedidos Sigilosos. BR AN, BSB 2M 1.1.PP. 783

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Ofícios. Curso Superior de Guerra. 28 de Jan. 1954. Rio de Janeiro, DF: Estado-Maior das Forças Armadas. **Ofícios de número 33-RES a 41 – RES**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Fundo: Estado-Maior das Forças Armadas. Série: Documentos Expedidos Sigilosos. BR AN, BSB 2M 1.1.PP. 783.

demonstram, a burocracia pública era espaço prioritário de arregimentação, os segmentos privados não estavam ausentes. A rigor, os dois setores mantinham ligações tão estreitas que suas fronteiras se tornavam porosas: situação que se manifestava na composição dos alunos do CSG, sempre em trânsito entre as duas esferas¹⁰³.

Aos critérios institucionais se somariam aqueles de natureza ideológica. Em 8 de dezembro de 1959, via ofício, o general Edgar do Amaral, que àquela altura chefiava o EMFA, afirmava seu “especial cuidado de afastar os elementos que, por sua formação ideológica extremista, possam tentar desvirtuar a alta finalidade daquele alto órgão de estudos (ESG)”. O documento era endereçado ao Delegado da Polícia Política e Social. Solicitava dele que averiguasse se “dos candidatos arrolados na lista do anexo A, consta algo de positivo sobre atividades ou formação extremista”. Juntamente ao anexo A, com a lista de todos os candidatos à matrícula no CSG, seguia um segundo anexo, com seus currículos. Seguia, ainda, pedido para que as informações fossem levantadas com “urgência” e “sigilo”¹⁰⁴.

Embora a documentação do EMFA seja incompleta¹⁰⁵, é possível imaginar que casos assim fossem constantes¹⁰⁶. Na linguagem adotada pela Escola, elementos extremistas correspondiam àqueles que tinham, na subversão da ordem, seu intuito: àqueles que, na ausência de temperança e moderação, apontavam soluções disruptivas. Suas convicções políticas, na medida em que tendiam aos totalitarismos de esquerda e direita, se chocavam à proposta do CSG. Para afastá-los de suas atividades, a ESG apelava para uma rede de vigilância que monitorasse possíveis riscos. Através deste procedimento, submetia as indicações para alunos do Curso a controle ideológico.

Na medida em que o tempo passava, o Estado de Guerra Total foi se aprimorando: ganhou novas estruturas, sofisticou seu aparato burocrático, recriou suas linhas de atuação. Construiu a si mesmo de acordo com o dinamismo da Guerra Fria. A Escola Superior de

Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=BR_DFANBSB_2M_0_0_0001_v_01_d0001de0001.pdf&v_fundo_colecao=. Consulta em 27/09/2022.

103 Para esta argumentação, ver: DREIFUSS, René A. **1964: conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1986.

104 ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. **Ofício nº 88 – G**. Candidatos ao Curso Superior de Guerra. 8 de Dez. 1959. Rio de Janeiro, DF: Arquivo Nacional. Fundo: Estado-Maior das Forças Armadas. Série: Documentos Expedidos Sigilosos. BR AN, 858 2M . 2.1, P. 1. /1.073. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_2M/0/0/0002/BR_DFANBSB_2M_0_0_0002_d0001de0001.pdf. Consulta em: 28/09/2022.

105 Parte da documentação administrativa era incinerada pelos contemporâneos como procedimento rotineiro.

106 O primeiro registro encontrado é o citado anteriormente, de 1959. Deste momento até 1964, solicitações deste tipo foram recorrentes.

Guerra, como parte deste Estado, também auxiliou em sua construção. Suas atividades se expandiram. Inegavelmente, ganhou capilaridade. Órgão de inteligência, auxiliou a traçar rumos políticos e aparelhou, decisivamente, o Estado

O Curso Superior de Guerra se mostrou indispensável neste processo. Finalizados seus primeiros quinze anos de atividades, o Curso havia cumprido seus objetivos: havia se tornado instrumento relevante nas tarefas de inteligência da Escola. Não apenas produzira conhecimento especializado, como também formara uma elite alinhada ideologicamente, capaz de operar uma poderosa máquina de enfrentamento da Guerra Total. Agindo assim, capilarizou suas atividades, tornando-se fundamental na construção e operação de um Estado em cujo centro estavam as demandas de segurança e desenvolvimento.

Ao longo do tempo, o pessoal formado pelo Curso se espalhou pela estrutura do Estado brasileiro. Em 1954, o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, general Juarez Távora, enviou ofício ao Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, onde tratava do “reajustamento das seções de segurança” dos Ministérios Cíveis que, segundo ele, deveriam ser readequadas para melhor desempenharem seus encargos de “planejamento e informações”. O documento estabelecia, como uma de suas “bases gerais”, a “nomeação, para as seções de segurança, de elementos preferentemente diplomados pela Escola Superior de Guerra, e que exerçam as funções sem acumular com qualquer outro cargo”¹⁰⁷.

O requerimento de Távora resultava das discussões ocorridas na Escola. Estudos prévios haviam defendido a necessidade de que fossem os alunos do CSG aqueles a serem designados para as seções de segurança dos ministérios cíveis. Seu papel estratégico para as atividades de inteligência faziam delas centros privilegiados de operações, para os quais o Curso poderia fornecer os melhores quadros. No decorrer dos anos, a proposta foi sendo paulatinamente implementada. Adquiriu tamanha robustez que, em 1959, José Arthur Rios a mencionaria na Câmara dos Deputados. Na ocasião, Rios, que dirigia a seção de segurança do Ministério da Educação e Cultura, afirmou que os princípios aprendidos na Escola Superior de Guerra estavam sendo implementados na seção daquele Ministério. As ideias de Guerra Total, Segurança e Poder Nacional foram citadas algumas vezes. A arquitetura conceitual do CSG era evocada: seus princípios estavam, de fato, se espalhando¹⁰⁸.

107 CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. **Ofício 17807**. Reajustamento das Seções de Segurança. 14 de Out. 1954. Rio de Janeiro, DF: Arquivo Histórico do Itamaraty (Ereio). Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Série: Ofícios Recebidos. 1946 – 1958. Estante 92. Prateleira 3. Volume 7.

108 José Arthur Rios nasceu no Rio de Janeiro, em 1921. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói, em 1943. Ligado aos católicos do Centro Dom Vital, Rios participou ativamente da campanha pela deposição de Vargas. No pós-guerra, realizou mestrado em Sociologia Rural na Universidade Estadual de

Ao reunir elites para trabalhar em um mesmo corpus de conhecimento, o CSG ajudou a forjar alianças para o enfrentamento de uma Guerra pensada como total. Através de um processo sofisticado, recrutou civis e militares, fornecendo-lhes instrumentos teóricos e metodológicos para trabalhar na agenda geral de segurança e desenvolvimento. No decorrer dos anos, as atividades do CSG foram se consolidando e sua capacidade de pautar debates também foi aumentando: para além das previstas e indispensáveis divergências, o Curso havia costurado acordos, construído consensos. Toda uma geração foi formada tendo por base as ideias de Guerra Total, Segurança e Desenvolvimento. Ao final, o CSG havia contribuído para que a ESG se tornasse, de fato, um “instituto de altos estudos” voltada ao planejamento.

Louisiana, sob orientação de T Lynn Smith, com quem manteria fortes vínculos intelectuais ao longo de toda a vida. Ligado, sempre, à educação e à questão rural, ocupou cargos nos Ministérios da Agricultura (1950-1952) e da Educação e Saúde (1953-1957). A partir de então, se dedicaria, sempre, às questões urbanas. “De meados dos anos 1960 até o final de sua vida, Rios integrou igualmente diferentes conselhos no terreno da educação, como os da Capes (1964-1970), da Comissão Fulbright no Brasil (1966-1968), da Fundação Movimento de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES) (1973-1978), e da Fundação Brasileira de Educação (FUBRAE), que chegou a presidir (1973-1976). Em 1993, passou a integrar a União dos Juristas Católicos a convite do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Salles. Foi ainda membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, contribuindo com ensaios para sua Carta Mensal, e membro titular do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, onde exerceu o cargo de vice-presidente.” Rios faleceu no Rio de Janeiro, em 2017. Ver: <https://www.sbsociologia.com.br/project/jose-arthur-rios/>. Consulta em 06/10/2022. RIOS, José A. **Prática da doutrina da Escola Superior de Guerra: do funcionamento da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Cultura**. 27/05/9159. Rio de Janeiro, DF: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundo: Anísio Teixeira. Classificação: AT – 131f.

CAPÍTULO 2

O DESENVOLVIMENTISMO NO CURSO SUPERIOR DE GUERRA: UMA AGENDA

Em 1953, o já prestigiado economista Roberto Campos¹⁰⁹ seria convidado a falar na Escola de Guerra Naval. Diretor do recém-criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDE, Campos teria, por temática, o conceito de *desenvolvimentismo*. Sobre ele, afirmaria:

Ao chegarmos ao século XX, encontramos os regimes capitalistas praticamente destituídos de ideias-força (porque estas sofrem uma erosão social relativamente rápida).

Assistimos, de outro lado, já a partir de meados do século passado e no albor deste século, à emergência das escolas socialistas, possuídas de grande ideia-força da justiça distributiva e da correção das desigualdades de renda.

Há assim legítima apreensão nos arraiais capitalistas e deles ressuma a preocupação de recapturar uma ideia-matriz que permita a sobrevivência do sistema. Se indiscutivelmente poderosa é a ideia-força socialista, da eliminação das desigualdades internas, bem valeria ao capitalismo explorar essa ideia num ambiente ecumênico. Dessarte, ao invés de procurar solver internamente os conflitos, digamos paroquiais, entre níveis de renda dentro de cada nação, lançar-se-ia o capitalismo no grandioso desígnio de procurar resolvê-los em escala internacional¹¹⁰.

A ideia-força era o *desenvolvimento econômico*: uma contra narrativa que, capturando as coordenadas do debate econômico e social, pudesse fazer frente aos ideais socialistas. Nela

109 Roberto de Oliveira Campos nasceu em Cuiabá (MT), em 1917. Foi seminarista em Guaxupé e Belo Horizonte, onde se formou em teologia. Em 1939 ingressou, via concurso, no Itamaraty, e em 1942 foi designado para trabalhar na embaixada de Washington. Paralelamente estudou economia na George Washington University. Participou de Bretton Woods e da I Sessão da Assembleia Geral da ONU. Em 1951 passou a fazer parte da Comissão Mista Brasil-EUA. Participou da criação do BNDE e, em 1952, assumiu sua diretoria, aí permanecendo até 1953. Com a posse de Juscelino Kubitschek se tornou diretor-superintendente do BNDE e membro do Conselho de Desenvolvimento, órgão responsável por elaborar as diretrizes econômicas do governo, incluindo seu Plano de Metas. Foi indicado por Jânio Quadros para ser embaixador do Brasil em Washington, indicação mantida por Goulart. Com o Golpe de 1964, se tornou Ministro Extraordinário para o Planejamento e a Coordenação Econômicas, onde ajudou a elaborar o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo). Permaneceu no cargo até a posse de Costa e Silva. A partir daí, passaria a criticar a política econômica de Delfim Neto. Em 1974 se tornou embaixador em Londres, posto que ocupou até 1982, quando retornou ao Brasil para articular sua campanha ao senado pelo PDS: cargo para o qual foi, pelo estado de Mato Grosso, eleito em 1983. Tendo participado do processo constituinte, se manifestou contrário ao texto final da Constituição de 1988. Em 1990, Roberto Campos se elegeu Deputado e, em 1994, foi um dos apoiadores do Plano Real, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1999, afastou-se da vida pública. Faleceu dois anos depois, em 2001, no Rio de Janeiro. Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-de-oliveira-campos>. Consultado em 07/11/2020.

110 CAMPOS, Roberto O. Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos. (Folheto). I- 16 – 53. Fev – Mar 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 5.

o economista via “a grande esperança de uma ação cooperativa”, algo que permitisse ao “mundo capitalista reter ou conquistar a simpatia das massas humanas dos países subdesenvolvidos” que, segundo ele, pareciam “pouco eletrizadas com as generalidades sobre liberdade humana ou democracia, de que são prenes as pregações ocidentais”. Eixo de um contra ataque, o conceito de *desenvolvimento* era arsenal na disputa de Guerra Fria: ao trazer novas aspirações, um novo imaginário, funcionava como potência catalisadora do pensamento e da ação políticos. Como Campos sintetizaria, ele era uma “mística”¹¹¹.

Considerações como esta derivavam de discussões que vinham sendo apresentadas já há algum tempo. Elas estavam se tornando uma das bases para a construção de uma agenda política e intelectual operacionalizada em escala internacional. Em 1952, ao falar no Seminário Internacional sobre Problemas de Administração Pública, evento sediado no Rio de Janeiro com patrocínio da Unesco e da FGV, Campos ressaltaria este aspecto. Segundo ele, as considerações introduzidas pela ideia de *desenvolvimentismo* apontavam uma mudança no capitalismo e em seus marcos civilizatórios. Ela, a mudança, estaria no “tratamento teórico, assim como na conceituação política do tema do desenvolvimento econômico”. Dois elementos eram essenciais na transformação. O primeiro deles: o abandono do “determinismo geográfico e biológico” como explicador da condição dos países subdesenvolvidos. O segundo: o surgimento de uma “consciência de responsabilidade internacional no tocante à promoção do desenvolvimento econômico”. Ambos, juntos, reposicionavam o problema. O primeiro, por situar o subdesenvolvimento no reino da história, fazia dele produto da ação humana, desnaturalizando-o. Tratava-se de uma estrutura que poderia ser superada. Já o segundo implodia os marcos meramente nacionais: estabelecia que o grau de integração econômica exigia um “sentido de responsabilidade cooperativa internacional na disseminação do desenvolvimento econômico, que antes era tido como privilégio ou monopólio de determinadas raças ou continentes”¹¹². A dupla mudança interpretativa reformulava as coordenadas políticas. Ela não apenas abria caminho para a mudança como sinalizava a construção de uma agenda global para viabilizá-la. A partir daí, uma poderosa máquina de transformação foi montada.

As considerações de Campos sintetizavam os pressupostos gerais em torno dos quais a ideia de *desenvolvimento econômico* foi construída. Não por acaso, suas duas conferências

111 CAMPOS, Roberto O. Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos. (Folheto). I- 16 – 53. Fev – Mar 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 50.

112 CAMPOS, Roberto. Observações sobre a Teoria do Desenvolvimento Econômico. (Folheto). I – 17 – 53. 1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 5.

foram impressas e colocadas para circular no Curso Superior de Guerra: elas apresentavam, com clareza, um conceito que se tornou base para suas operações de ensino e pesquisa. Evidenciavam não apenas as matrizes intelectuais, mas os compromissos políticos do projeto desenvolvimentista, aos quais o CSG estava ligado.

Ancorado na teoria da modernização, o conceito de *desenvolvimento econômico* foi articulado como amplo projeto que tinha, no alcance da modernidade das estruturas sociais e econômicas, seu objetivo. Esperava-se destas estruturas que fossem dinâmicas, competitivas, com alto grau de riqueza, agricultura produtiva, industrialização, urbanização, educação, bem-estar social e organização política e institucional. Esperava-se delas, ainda, que fossem edificações racionais, burocráticas, que se conduzissem por avaliações e procedimentos técnicos, científicos. Munido destas premissas, o desenvolvimentismo, como movimento para o desenvolvimento, operava no sentido de fortalecer a economia capitalista e aprimorar seus instrumentos de gestão social.

Em seu projeto estavam contidos os marcos do capitalismo liberal do pós-guerra. Alcançar desenvolvimento significava atingir patamares civilizatórios indispensáveis, modernos, em torno dos quais as nações pudessem se construir como corpo político forte, seguro e estável que, conseqüentemente, se distanciasse da alternativa soviética. A leitura, que tinha nos EUA seu melhor e mais recorrente modelo, apresentava um ideal de civilização a ser buscado: era este o ponto para o qual o mundo deveria convergir. A partir daí, capitalismo e modernidade pautavam a discussão: eram apresentados, conscientemente ou não, como o único horizonte desejável, quando não o único resultado possível, e as coordenadas de interpretação passavam a medir diferentes realidades de acordo com sua aproximação ou distanciamento *em relação* a ele.

A “idéia-força”, de que falava Campos, funcionava como convergência narrativa: enquadrava explicações sobre as mais diversas situações num sentido único, onde não havia espaço para alteridade. Sua colonização do imaginário produziu, como um dos efeitos mais notáveis, a explicação pela negativa. Sociedades inteiras, bastante diferentes entre si, foram lidas a partir do que não eram (modernas) e do que não tinham (desenvolvimento), uma leitura a partir da qual se empreendeu ampla engenharia de transformação e intervenção¹¹³.

113 Esta maneira de ler penetrou boa parte das interpretações sobre a história do Brasil. A este respeito, ver as excelentes críticas feitas por Marilena Chauí e Maria Sylvania de Carvalho Franco em: CHAUI, Marilena de S; FRANCO, Marya Sílvia de C. **Ideologia e Mobilização Popular**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

A ofensiva internacional, que se organizou em torno do conceito de *desenvolvimento*, tinha estas coordenadas por base. Em seu núcleo repousava a promessa de que o capitalismo, reformulado, pudesse promover novos e universais padrões civilizatórios: transformação que não apenas reconstruísse o mundo saído da guerra, mas também o embalasse em uma onda de prosperidade. Tendo este objetivo em mira, Harry Truman lançou, já em 1949, o programa que ficaria conhecido pelo nome de Ponto IV. Em seu centro estava a ideia de que os EUA deveriam fornecer aos países da América Latina a expertise necessária para promover amplo projeto de superação do subdesenvolvimento. Identificar os recursos necessários para a tarefa e realizar operações de racionalização e administração sobre eles eram o núcleo da agenda. No Brasil, o programa daria origem à Comissão Mista Brasil-EUA que, entre 1951 e 1953, atuaria em vários projetos desenvolvimentistas¹¹⁴.

Ao Ponto IV se somariam as atividades do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas. Criando fóruns de estudos e sistemas de financiamento, o órgão estruturou um complexo de agências especializadas, destinadas a viabilizar e administrar o esforço de reorganização econômica. Através delas, uma série de programas de desenvolvimento econômico foram pensados e operacionalizados ao redor do mundo. Comissões regionais foram criadas com a mesma finalidade. Dentre elas, a Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL, que elaboraria diagnósticos e propostas para lidar com a economia latino-americana. Apesar dos diferentes procedimentos e ênfases destas instituições, não negligenciáveis, todas estavam assentadas no pressuposto de que a superação daquilo que se considerava ser o subdesenvolvimento era tarefa possível, a ser partilhada mundialmente. Era isso que dava sentido à sua existência. O desenvolvimentismo era seu consenso e, longe de ser aspecto meramente técnico, era consenso político, de imaginação, de agenda.

A amplitude do projeto fazia com que contivesse, em si, uma série de desdobramentos e temáticas. Planejamento, fortalecimento industrial, composição urbana, trocas no mercado internacional, formação de capital, educação e bem-estar social são alguns dos exemplos mais evidentes. Economistas, militares, cientistas sociais, diplomatas e uma série de outros profissionais, definidos como elites, foram mobilizados para pensar maneiras de viabilizar o que se considerava ser a agenda de desenvolvimento. Permaneceram ligados por amplo conjunto de instituições, que forneceram a eles suporte na discussão e elaboração dessa

114 A este respeito, ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

agenda. Foram estes espaços um dos elos fundamentais para definir os rumos políticos do Brasil nos anos 1950 e 1960.

A Escola Superior de Guerra, de maneira geral, e o Curso Superior de Guerra, especificamente, funcionaram como parte desses elos. Juntos, integraram o complexo de organizações nacionais e internacionais destinadas a analisar e executar projetos de desenvolvimento. No interior do CSG, elites discutiram as maneiras de viabilizar a transformação da economia brasileira e, ao longo do tempo, formaram quadros para atuar no processo de mudança. Ao pautar princípios desenvolvimentistas como o caminho para a modernidade, como dimensão fundamental no enfrentamento da Guerra Fria Total, o Curso contribuiu para que a Escola passasse a fazer parte do conjunto de instituições que traçaram os rumos do país naqueles anos.

2.1. Desenvolvimento como agenda antitotalitária: um diagnóstico

Julgava Marx ser mais fácil a implantação do comunismo nos países altamente industrializados, entretanto, a exemplo do que aconteceu com a Rússia, a prática tem demonstrado que são os povos de estrutura econômica mais fraca, os mais susceptíveis de serem comunizados ¹¹⁵.

A sentença, proferida pelo coronel Antonio Molina¹¹⁶ no CSG, fazia parte de um diagnóstico mais amplo, que vinha sendo formulado em escala global. Estava assentada, sobretudo, na premissa liberal das teorias de modernização do pós-guerra, que relacionavam a expansão do comunismo à pobreza e ao atraso. Invertendo os postulados de Marx, tais teorias afirmavam que a debilidade da economia capitalista, e não sua força, abria espaço para o totalitarismo comunista. Economias desorganizadas e vulneráveis eram um impedimento para

115 MOLINA, Antônio de M. O Comunismo no Brasil. (Folheto). C -61 – 54. 1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 6.

116 O Coronel Molina havia, a esta altura, ocupado diversos cargos. Havia sido Instrutor na Escola de Aperfeiçoamento, na Escola do Estado-Maior e na Força Pública de São Paulo. Havia, também, chefiado a 2ª seção de Artilharia da FEB e sido Adido Militar da Embaixada Brasileira em Montevidéu. No momento da conferência, ocupava o posto de Chefe da 2ª seção do Estado-Maior do Exército. Ver: MOLINA, Antônio de M. O Comunismo no Brasil. (Folheto). C -61 – 54. 1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Contracapa. Esta sua participação estava vinculada a de dois outros palestrantes, o professor Mário Pedrosa e o jornalista João Baptista Barreto Leite Filho, todos empenhados em discutir aquele que seria um tema constante no Curso: o totalitarismo comunista. Ver: PEDROSA, Mário. A Ideologia Comunista. (Panfleto). C – 59 -54. 1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. LEITE FILHO, João B. Estratégia e Tática do Comunismo. (Panfleto) C – 60 – 54. 1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Curiosamente, enquanto Mário Pedrosa era um importante crítico de arte e ex-membro do PCB, que se manteve à esquerda durante toda a vida, João Baptista Leite Filho abandonou a militância marxista, dedicando-se ao jornalismo e à carreira diplomática.

a construção de democracias fortes e estáveis, capazes de enfrentar a ameaça totalitária com sucesso. O desenvolvimento econômico, na medida em que aumentava a produção de riqueza, reduzia a miséria e solidificava a organização social e política, era essencial na estratégia de combate ao comunismo totalitário¹¹⁷.

A Revolução Russa sustentava o argumento. A seu modo, ela recolocou o problema. Diferentemente do que previra a teoria marxista, a Revolução estourou em país fundamentalmente agrícola, de organização aristocrática. Tratava-se de lugar que não havia passado pelos estágios que, dizia-se, eram fundamentais para levar ao socialismo: o país, que vivia no regime de czares, nem mesmo havia realizado uma Revolução Burguesa clássica. A Rússia de 1917, “economicamente subdesenvolvida e culturalmente atrasada”, contrariava as “profecias marxistas”, segundo as quais a revolução aconteceria “num país superindustrializado e com alto nível de concentração capitalista de riqueza”¹¹⁸. O caso russo evidenciava que a ligação entre o socialismo e o aumento da pobreza, fruto da exploração capitalista, era menos esquemática e etapista do que se supunha. Em muitos sentidos, a experiência russa funcionava como laboratório a reafirmar o princípio fundamental da reflexão feita no CSG: a ligação entre atraso e miséria, marcas do subdesenvolvimento, com o comunismo totalitário.

O pressuposto, definido pela teoria de modernização, de que o desenvolvimento econômico superaria a pobreza e evitaria o caminho para o totalitarismo, notadamente o de esquerda, se tornou dimensão estruturante dos debates no interior do CSG. Tratava-se de discussão por princípios civilizatórios, em cujo centro estava o surgimento, a organização e o funcionamento da economia capitalista. A capacidade do capitalismo de se desenvolver para responder às demandas sociais exigia que fosse reexaminado, reexame que incluía, também, seu passado. Do professor de História das Doutrinas Econômicas na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, Pedro Freire Ribeiro, viria uma síntese do pensamento socialista e, conseqüentemente, do argumento:

Infelizmente, nos primeiros tempos da Revolução Industrial na Inglaterra, França e Alemanha, países em que se iniciou as novas condições de utilização da

117 Para um trabalho que investiga o aspecto antitotalitário do desenvolvimentismo, ver: PENHOLATO, Diego. **José Garrido Torres nas sombras do poder**: um economista na construção do projeto de modernização de 1964. 2017. São Paulo: USP, dissertação de mestrado.

118 As expressões são de Nelson de Souza Sampaio, professor da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, proferidas em conferência no CSG. Ver: SAMPAIO, Nelson S. As Doutrinas Políticas Contemporâneas e suas Relações com a Segurança Nacional. (Folheto). C – 11 – 56. 02/04/1956. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

mão de obra, tornaram particularmente dura a situação do trabalhador. O custo das novas máquinas tornou impossível a iniciativa industrial sem acúmulo de capitais. Isto e a destruição dos velhos grêmios de artífices produtores, a proibição de associações operárias, a simplificação das tarefas nas fábricas pela divisão do trabalho, o êxodo do camponês provocado pelo baixo valor dos produtos agrícolas (normal em uma sociedade que se industrializa) obrigou os produtores a alugarem sua força de trabalho em bases extremamente insatisfatórias. Doze, quatorze, dezesseis e mais horas de trabalhos diárias, crianças amarradas às máquinas, proibição de associações operárias, nenhuma medida de proteção social do trabalhador, condições insalubres de trabalho e moradia, alimentação deficiente, eram normais. As crises provocadas pela competição desordenada e pela especulação (males, aliás, que não eram novos) completavam o quadro. Tal foi o ambiente em que surgiram as reivindicações socialistas e a ascensão da classe proletária. A natureza de tais reivindicações e o caráter da luta derivam daquelas condições ¹¹⁹.

O autor partia da constatação de que o socialismo, como ideologia, havia sido gerado por um capitalismo liberal predatório, de *laissez-faire*. O socialismo surgia como sintoma e não causa: aparecera na história como o fruto da exploração econômica intensa. A necessidade ampliada de acúmulo de capital, somada à competição sem qualquer regra, destruíram as condições tradicionais de trabalho. O resultado era a pobreza generalizada, para a qual o socialismo aparecia como resposta. Daí o autor mencionar que as “circunstâncias favoráveis para a teoria e ação socialistas” tivessem surgido neste momento, “quando a Revolução Industrial começou a influir sobre a sociedade burguesa, provocando transformações que iriam, em 100 anos, modificar mais as condições de vida do homem do que os últimos sete milênios”¹²⁰.

Ainda que o autor não simpatizasse com o socialismo, reconhecia que a questão social, em torno da qual ele se organizara, lhe conferia certa legitimidade. A crítica ao capitalismo liberal voraz, de *laissez-faire*, tinha sua razão de ser: o problema da pobreza de fato existia e era preciso enfrentá-lo. Sua divergência não estava no diagnóstico, mas na solução: o enfrentamento da questão poderia ocorrer pelo próprio capitalismo. A premissa era desdobrada em apanhado histórico, que mostrava como o desenvolvimento capitalista, em

119 RIBEIRO, Pedro F. O comunismo: de Karl Marx a Stálin. (Folheto). B – 17 -51. 1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 4.

Não há muitas informações sobre o autor. Sabe-se, porém, que era graduado em Direito, História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia e que tinha doutorado em História e Geografia pela mesma instituição, especializando-se em História Antiga e Medieval. Foi professor livre-docente de História Econômica e História das Doutrinas Econômicas da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas; professor livre docente de História da Antiguidade e da Idade Média da Faculdade Nacional de Filosofia. Lecionou em mais três instituições: a Faculdade Lafayette da Universidade do Distrito Federal; o Colégio Militar do Rio de Janeiro e o Instituto Rio Branco, onde era professor de Política Mundial Contemporânea. As informações encontram-se na contracapa de sua conferência, citada acima.

120 RIBEIRO, Pedro F. O comunismo: de Karl Marx a Stálin. (Folheto). B – 17 -51. 1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 3.

novos formatos, que permitissem a organização operária, acabava por atender a parte das demandas dos trabalhadores, trazendo-os para dentro do sistema político existente e evitando soluções radicais, de ruptura. Segundo ele, o processo, que teria ocorrido na Alemanha, França e Inglaterra, possuía nos EUA seu modelo. Lá, a “indústria desenvolvia-se em novas bases”: voltada para o mercado interno e, conseqüentemente, preocupada com o poder aquisitivo das massas. O que poderia haver de reivindicações operárias era administrada pela American Federation of Labor. Era o motivo pelo qual afirmava que “as condições dos Estados Unidos não eram propícias para uma ação social revolucionária e nem mesmo através de um socialismo evolucionista”, afinal, o país começava a “mostrar que certos problemas proletários poderiam ser resolvidos sem grande pressão de base socialista”¹²¹. Atacadas as causas, o sintoma desaparecia.

O problema colocado pela conferência de Ribeiro acabaria por se tornar um dos lugares-comuns no Curso. A ideia de que o desenvolvimento econômico era instrumento para esvaziar o aspecto revolucionário e totalitário do socialismo, já que absorvia seu potencial radical, foi uma premissa de base para as discussões no CSG. As divergências em torno da questão social estavam em seu centro. Se a solução socialista passava pela supressão da propriedade privada e, conseqüentemente, da sociedade de classes, os liberais supunham que o problema poderia ser solucionado dentro do capitalismo. Ambos estavam disputando projetos de justiça social, arrastando, para o núcleo do debate, suas propostas para suplantar a pobreza.

A ideia de que na superação do subdesenvolvimento estava, também, a superação de soluções políticas extremas, de caráter totalitário, funcionou como alicerce da teoria de modernização. Como parte dela, outra ideia norteava a agenda de debates do Curso, marcando mais um consenso: o capitalismo precisava ser reorganizado. Se o desenvolvimento econômico era o objetivo, ele não poderia ser alcançado por um capitalismo liberal ao estilo *laissez-faire*. Uma revisão do liberalismo clássico era não apenas necessária, mas urgente: era um desdobramento das observações sobre o passado recente.

Duas Guerras Mundias, entremeadas por uma crise que abalou o sistema financeiro internacional, desmoronaram a crença de que a mão invisível do mercado levaria a um mundo

121 RIBEIRO, Pedro F. (1951). O comunismo: de Karl Marx a Stálin. (Folheto). B – 17 -51. 1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 19. Coerente com sua reflexão, o autor reafirmava a interpretação corrente de que este era o motivo pelo qual a revolução socialista rebentara na Rússia. Era neste país que as condições estavam colocadas. Dizia ele que “em 1917, o estado da Rússia era deplorável: as derrotas militares, a corrupção administrativa, o autoritarismo do governo, a crise econômica tornavam a situação intolerável”. PP. 21. Esta passagem reafirma a premissa do autor de que o socialismo era dotado de lógica.

de harmonia, paz e progresso contínuo. Ao contrário: admitia-se que a concorrência desenfreada e o individualismo excessivo criavam instabilidade ao sistema capitalista, atrapalhando seu desempenho e o envolvendo em uma espiral de catástrofe social e política. Corrigir os excessos do liberalismo laissez-faire era, portanto, uma necessidade para fazer com que o capitalismo funcionasse bem. Era pré-requisito para o objetivo de instaurar uma nova modernidade capitalista, uma nova aurora liberal¹²².

O empreendimento envolvia a revisão do papel do Estado. Longe de ser agente intruso, causador de desequilíbrio em uma ordem supostamente natural, ele era elemento fundamental para a organização de uma economia capitalista de bases sólidas. Partia-se da ideia de que a superação do subdesenvolvimento exigia ação coordenada, de planejamento: ação que deveria ser orquestrada pelo Estado. Em 1954 o professor de assuntos psicossociais da Escola, o tenente-coronel Geraldo de Menezes Cortes, explicaria que intervenção estatal e liberalismo não eram necessariamente opostos. Ao contrário:

O planejamento econômico não é incompatível, como julgam alguns, com o sistema de governo democrático, do bloco ocidental a que pertencemos. O conceito de liberalismo no mundo moderno não corresponde mais àquela forma absoluta inicialmente apregoada, pois na realidade o atual regime econômico liberal corresponde a um liberalismo relativo, em que pese a força do liberalismo puro da doutrina que o inspirou.

Dia a dia, mais o homem sofre um certo cerceamento em suas atividades, reconhecido como útil, e mais do que útil, necessário ao grupo social a que pertence e conseqüentemente a si próprio. A intervenção do Estado, o dirigismo estatal e o planejamento mais ou menos parcial da economia vêm correspondendo, nos países democráticos, a práticas e tentativas diversas, para resolver os principais problemas ou as graves crises que ameaçavam e ameaçam a própria sobrevivência de cada povo.¹²³

O chamado “liberalismo relativo”, ao mesmo tempo em que assegurava o papel do Estado como ente importante na promoção do desenvolvimento, reafirmava a existência do indivíduo em sua dimensão econômica: a iniciativa privada. Era através deste preceito que se mantinham resguardados os postulados do liberalismo clássico. O princípio da acumulação não era contestado: ele era legítimo, ainda que devesse possuir limites. Sua fronteira era de natureza social. O objetivo claro era diferenciar esta intervenção daquela promovida pelo socialismo. A intervenção socialista era totalitária: nela só existia o Estado que, ao absorver a

122 Para um trabalho que faz um apanhado do debate sobre a reconfiguração do liberalismo de laissez-faire, com destaque para a participação das elites jurídicas, ver: CATTAL, Júlio. **U.S. Power and the Social State in Brazil: Legal Modernization in the Global South**. London & New York: Routledge, 2022.

123 CORTES, Geraldo de M. Introdução à técnica de planejamento governamental: o planejamento governamental. (Folheto). C-28 -54. 1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP.8.

sociedade, eliminar a propriedade privada e as classes, esvaziava a ação individual. Tratava-se de uma planificação rija, que cimentava a economia de ponta a ponta, sufocando qualquer liberdade de iniciativa. Como seu oposto, o planejamento estatal liberal promovia coordenação de atividades, o que incluía pensar a questão social, mas não sem garantir o princípio capitalista do acúmulo privado da riqueza¹²⁴. O significado do liberalismo e, conseqüentemente, sua organização, estavam sendo repensados¹²⁵.

A reconstrução do liberalismo de *laissez-faire* e a decorrente construção de um Estado liberal com funções de planejamento, oposto ao Estado totalitário comunista, estabeleceu um consenso no Curso Superior de Guerra. É verdade que os conferencistas muitas vezes divergiram sobre qual deveria ser exatamente a atividade do Estado. Questões que envolviam financiamento, poupança, inflação, orçamento e muitas outras foram abordadas de diferentes modos. Até mesmo o tipo de planejamento a ser empreendido foi debatido. Ainda assim, todos concordavam que o Estado precisava assumir papel de proa na organização econômica.

A compreensão daquilo que era o subdesenvolvimento embasava o diagnóstico. Na busca por suas causas estava, também, a busca por suas soluções. Mais uma vez, era preciso olhar para o passado, para a formação da modernidade, em cujo centro estava a estruturação do capitalismo. Se o processo de modernização havia afetado a todos os países, não o tinha feito uniformemente. A assimetria decorria das condições políticas e culturais, da falta de universalidade técnica e científica e das diferentes condições produtivas. O resultado era um mundo cindido. De um lado, países ricos, prósperos, industrializados: desenvolvidos. De outro, países pobres, agrários, de estrutura econômica débil: subdesenvolvidos.

124 Conforme Roberto Campos explicaria, a diferença entre capitalismo liberal e socialismo não estava na existência do planejamento estatal em si, mas no sentido diverso que o planejamento adquiria em cada um dos regimes. Se no regime soviético o Estado organizava a demanda global de produção e consumo, no capitalismo ele era exercício de “coordenação dos planos públicos e privados”. No planejamento capitalista, o Estado agia mediante estímulos, negociações e articulações. Diferentemente do caso soviético, que formava burocratas para controlar o conjunto da economia e da sociedade, “o planejador” capitalista deveria “apresentar os valores e objetivos da planificação sob forma que reduza a resistência e inércia do setor privado”. Iniciativa individual e propriedade privada permaneciam resguardadas e, com elas, o princípio da acumulação. O planejamento para o desenvolvimento se organizava como consenso econômico dentro das estruturas do capitalismo. Ver: Campos, Roberto O. Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos. (Folheto). I- 16 – 53. Fev – Mar. 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 50

125 Como sintetizaria o Deputado Federal pessedista, Israel Pinheiro: “dotar o Estado de um poder regulador e coordenador” não implicava “revogar o velho conceito de liberdade individual”, mas “solucionar os males do enriquecimento desordenado, fonte de desajustamentos sociais”. É válido destacar que, mais tarde, Pinheiro assumiria a direção da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NovaCap), a empresa responsável pela construção de Brasília. Finda a obra, Pinheiro foi empossado por JK como o primeiro prefeito da nova Capital, cargo que exerceu entre abril de 1960 e setembro de 1961. Ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/israel_pinheiro. Consulta em 09/11/2020.

A leitura trazia, em si, uma ideia de progresso¹²⁶ e, portanto, de história. Se progresso era sinônimo de modernidade e desenvolvimento, o problema estava no fato de que muitos países estavam à sua margem. Desalojados da evolução dos acontecimentos, estavam em descompasso com a marcha da história. Permaneciam instalados no passado, no subdesenvolvimento. Eram tradicionais, atrasados.

A implementação da modernidade, a modernização, exigia a superação das diferentes condições de atavismo¹²⁷. Transformações, rupturas, readequações eram necessárias. Elas, entretanto, não viriam sozinhas: não aconteceriam, e não deveriam acontecer, espontaneamente. Articulá-las, organizá-las, garantir que fossem encaminhadas da melhor maneira possível, a isso correspondia o planejamento. Exercício de programação da mudança, era o instrumento para romper a inércia, para lançar o país para o futuro. O planejamento era a aceleração do tempo, o encontro com o destino, o encurtamento da história. Em síntese, o atalho para o progresso.

A construção de um Estado planejador, alternativa na pavimentação do caminho para a modernidade, passava pela formulação de instrumentos teóricos e analíticos que balizassem sua atuação. Como explicaria em 1960 o então Deputado Federal e professor na Faculdade de Economia da Universidade do Brasil, Oscar Dias Correia¹²⁸:

Aos balanços de firma e às estimativas individuais, substituiriam-se, pois, as contas nacionais e os estudos de rendas, produto, fortuna, capital nacional.

126 “O progresso não pára nunca. A civilização é um processo contínuo, é uma marcha incessante para objetivos superiores” sentenciaria, no CSG, em 1960, o general Edmundo Macedo Soares e Silva. SILVA, Edmundo de M S. Desenvolvimento e Segurança Nacional – Considerações Gerais. (Folheto). C – 23 – 60. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2.

127 Ao falar no CSG em 1961, o general Armando Vasconcellos mencionaria a “diversidade de suas condições existenciais e o desnível socioeconômico de cada Nação para empreender o seu processo de modernização”. VASCONCELLOS, Armando V N P. A Segurança Nacional – Conceitos Fundamentais e sua Caracterização. (Folheto). C – 02 – 61. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2

128 Oscar Dias Correia nasceu em Itaúna (MG), em 1921. Graduado em Direito em 1943, em 1947 eleger-se Deputado pela UDN, depois de uma breve passagem no gabinete do secretário de Finança de Minas Gerais. Em 1954, foi eleito Deputado Federal, sendo reeleito em 1958. No ano de 1961, afastou-se da Câmara para se tornar Secretário de Educação, no estado de Minas Gerais, durante a administração de Magalhães Pinto. No ano seguinte, afastou-se do cargo para concorrer à eleição para Deputado: venceu. Membro da chamada Banda de Música da UDN, foi crítico ferrenho dos Governos de Getúlio Vargas, JK e Jango. Durante sua atuação como Deputado, foi membro das comissões de Justiça, Legislação Social e Orçamento, além de Vice-presidente da Comissão de Economia. Em virtude do ato institucional nº 2, abandonou a vida parlamentar em 1965. Tornou-se professor de introdução à economia na UnB no ano seguinte e, em 1969, membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Depois de uma década onde lecionou na UERJ, na UFRJ e na PUC-Minas, tornou-se, em 1982, ministro do Supremo Tribunal Federal. Sete anos depois, no início de 1989, seria Ministro da Justiça do governo de José Sarney, embora abandonasse o cargo alguns meses depois, em julho do mesmo ano. Retirou-se, então, da vida pública. Faleceu em 2005. Ver: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oscar-dias-correia>. Consulta em 02/12/2022.

É fundado nestes estudos e cálculos que se planeja e se desenvolve a administração pública. Não seria possível fazê-lo, orientando a ação estatal, sem o conhecimento desses dados gerais. Eles permitem a visão geral, em termos amplos, da realidade social que, anteriormente, só se enxergava através do indivíduo e das reações individuais.¹²⁹

Uma vez que o Estado tinha de intervir, cada vez mais, na economia, surgia a “necessidade de prever os resultados desta atuação, de medir-lhe os resultados”. Em outras palavras, ele precisava ser equipado com instrumentos de aferição, de controle, de quantificação, com uma expertise própria. Conceitos como Modelo Econômico, Produto Nacional Bruto, Renda Nacional, Balanço de Pagamentos, compunham o que se entendia como a *Ciência Econômica*: campo que passaria a ser orientado para as novas demandas de ação estatal¹³⁰. Em torno dele, nova linguagem para a formação profissional e novas técnicas de funcionamento do Estado se organizariam.

A nova equipagem técnica envolvia, também, a formação adequada de quadros. “A falta de uma elite treinada para as tarefas de uma vida econômica complexa constitui uma das limitações mais sérias de que sofrem os países subdesenvolvidos”, sintetizou, em 1951, San Tiago Dantas¹³¹. A constatação era de que, em muitos casos, a ausência de uma elite

129 CORREIA, Oscar D. Aspectos Doutrinários Contemporâneos e a Segurança Nacional no Campo Econômico. (Folheto). C – 18 – 60. 1960. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 31.

130 Em 1959, o então Consultor Econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), Dênio Nogueira, afirmaria: “neste campo da ciência econômica (macroeconomia) tem sido também extraordinário o progresso alcançado, na avaliação dos chamados agregados econômicos. A mensuração de conceitos como Produto Nacional Bruto, Renda Nacional e seus derivados, constituem uma das mais notáveis contribuições da economia moderna. A teoria do comércio internacional, a dinâmica econômica, a teoria do desenvolvimento econômico, a teoria monetária e fiscal são também outros marcos da maior importância na aferição do rápido desenvolvimento da escola moderna do pensamento econômico. Algumas delas são ainda bem recentes, estando por isso mesmo em processo contínuo de evolução”. Ver: NOGUEIRA, Dênio. Panorama Atual da Ciência Econômica. (Folheto). C – 04 – 59. 1959. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 11 – 12. Note-se que a Fundação Getúlio Vargas era considerada um centro especialmente relevante de produção de dados e estatística econômica. Dito de outro mundo, um centro importante na configuração do campo da Ciência Econômica.

131 Francisco Clementino de San Tiago Dantas nasceu no Rio de Janeiro, em 1911. Graduado pela Faculdade Nacional de Direito, em 1932, Dantas logo ingressou na Ação Integralista Brasileira: organização na qual permaneceu até o golpe do Estado Novo, em 1937, quando então se afastou da vida política para se dedicar a atividades acadêmicas e de advocacia. Em 1945, passaria a atuar junto ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e, quando do segundo governo Vargas (1951-1954), seria assessor pessoal do presidente. Em 1955 ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e três anos depois, pela mesma sigla, se elegeu Deputado Federal por Minas Gerais. Instituído o regime parlamentarista, San Tiago Dantas se tornaria Ministro das Relações Exteriores e, neste cargo, daria continuidade à chamada Política Externa Independente: reatou laços com a URSS e se opôs à expulsão de Cuba da OEA. Em 1962, sua indicação para o cargo de primeiro-ministro foi vetada. Mesmo assim, no mesmo ano, se elegeu Deputado Federal. Reinstituído o regime presidencial, ocuparia o Ministério da Fazenda do governo João Goulart até 1963. Saído do cargo, trabalhou para articular uma ampla frente a fim de evitar a derrubada de Goulart. Morreu no Rio de Janeiro, em 1964, alguns meses após o golpe. Ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/san_tiago_dantas?gclid=Cj0KCQjws4aKBhDPArisAIWH0JWRaAhYIglOOLQrWYeHIIKdaalhhRu1rUKbo8TGKUxUxWYh-SorQ-e9EaAkGbEALw_wcB. Consulta em 15/09/2021.

devidamente capacitada para atuar em projetos desenvolvimentistas acabava por inviabilizá-los. A situação não era específica do Brasil: tratava-se de um “problema comum à Ásia e à América Latina”¹³². Formar profissionais eficazes para atuar, de maneira articulada, em áreas-chave, era preocupação mundial, sobretudo para o mundo considerado não desenvolvido. Eles seriam a elite de técnicos: aquela que, ocupando posições no Estado e na iniciativa privada, operaria a maquinaria desenvolvimentista. Uma vanguarda de elites modernizadoras.

A Escola Superior de Guerra, de forma mais ampla, e o Curso Superior de Guerra, de maneira específica, vinham ajudar a suprir essa carência. Eram dispositivos importantes na formação e organização de elites que pudessem definir e implementar projetos desenvolvimentistas. Com tal finalidade, e assentados em tais pressupostos, interligavam-se a uma série de outros órgãos, nacionais e internacionais. Tratavam-se de órgãos como a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Agindo assim, a ESG se integrava ao extenso complexo de agências, todas entrelaçadas pela ampla agenda do desenvolvimento econômico, e acabava por tornar-se, ela própria, parte do complexo.

Foi articulado a essa agenda, instituída no arcabouço da teoria de modernização, que o Curso construiu sua base. As discussões nele organizadas estavam sedimentadas em esforço mais extenso, que ocorria ao redor do mundo. Pensar maneiras de vencer o subdesenvolvimento, típico de sociedades tradicionais, e construir uma sociedade moderna, além de qualificar elites para o trabalho, tornou-se um de seus principais imperativos. No centro da agenda estava um pilar fundamental: o enfrentamento econômico da Guerra Total, a Guerra Econômica, essencial para o combate ao totalitarismo de esquerda. Assentado neste conjunto de proposições é que o CSG se somou ao esforço mais amplo de tentar colocar o país nas trilhas da modernidade.

Em torno de uma base conceitual comum, promovida pelo *desenvolvimento*, se estruturou a agenda do CSG. O esforço de elencar os aspectos prioritários para a economia era indispensável: organizava o vocabulário e, conseqüentemente, as coordenadas de raciocínio. A despeito de suas divergências, os membros do Curso estavam, através do mesmo repertório,

132 DANTAS, Francisco C S T. Problemas do Extremo Oriente. (Panfleto). B-033-51. 1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 19. Dantas via na Coréia o melhor exemplo asiático de elites treinadas. O Japão ficava em segundo lugar. Mesmo assim, salientou que: “a educação japonesa aproveitou intensamente os coreanos, que figuram entre os raros povos da Ásia, com uma elite educada para a vida industrial, com certa experiência em administração em grande escala.” PP. 19.

pensando os mesmos problemas. O pressuposto de que era possível melhorar o desempenho da economia por meio da aplicação de métodos de gerenciamento e organização foi compartilhado. Unia-os a ideia de que o desenvolvimentismo era uma poderosa máquina de transformação, em cujo centro operava uma sofisticada engenharia de programação. Sua função era azeitar as engrenagens da máquina. O arcabouço básico da teoria de modernização, o caminho para uma modernidade que reconfigurava o liberalismo de *laissez-faire* através do planejamento, sem alterar a propriedade privada e o acúmulo como princípios do capitalismo, garantiu a coesão das atividades do CSG. A base comum permitiria que economistas de diferentes formações, tradições e instituições se encontrassem no Curso para participar de um mesmo esforço coletivo: superar aquilo que viam como o flagelo brasileiro, o subdesenvolvimento.

2.2. Planejar a Economia

De modo geral, entretanto, a intenção de planejar passou a ser um *datum* político e sociológico, não restando aos economistas outro recurso que aplicar o seu instrumental analítico ao desenvolvimento de uma técnica planificadora. A questão é hoje menos de saber se os governos devem ou não intervir no domínio econômico, através do planejamento, que determinar a forma e o escopo desta intervenção¹³³

O problema que se nos apresenta neste momento já não consiste em saber se vale ou não a pena planejar. Consiste sim em averiguar se estamos ou não capacitados para empenhar-nos em tarefa tão complexa. Indubitavelmente é necessário irmos ampliando a base estatística sobre que se assentam todos os nossos cálculos. Também é indispensável ir adaptando a maquinaria administrativa e os órgãos de formulação da política econômica. Não é essa uma obra a realizar em pouco tempo. Por isso mesmo é de suma importância que as pessoas de alta responsabilidade que passam anualmente por esta Escola Superior, se capacitem da necessidade e da urgência desse trabalho¹³⁴.

As palavras acima, proferidas por dois economistas de formação e pensamento diferentes, indicavam que o planejamento havia se transformado em consenso. Tanto Roberto

133 CAMPOS, Roberto O. Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos. (Folheto). I- 16 – 53. Fev – Mar 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 8. Grifo do original.

134 FURTADO, Celso. O Planejamento Econômico nos Países Subdesenvolvidos – Técnica de Planejamento. C – 75 – 54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 38.

Campos quanto Celso Furtado¹³⁵ apontavam, ainda, que a administração pública deveria ser organizada com esta finalidade, uma função para a qual a ESG poderia contribuir.

A questão esteve presente desde o início. A inauguração do Curso Superior de Guerra aconteceu em 1949. Em 18 de maio do ano seguinte, o Congresso Nacional aprovou um plano que havia sido anunciado dois anos antes: o Plano SALTE. O nome trazia as iniciais das áreas onde deveriam ser concentrados os esforços de desenvolvimento: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia. Seu intuito era acelerar o crescimento econômico brasileiro. Por ocasião da aprovação do Plano, um de seus relatores, o então Deputado e membro da Comissão de Finanças da Câmara Federal, João Ponce de Arruda¹³⁶, proferiu conferência no CSG. Após caracterizar o Plano como “o primeiro planejamento econômico em grande escala tentado em nosso país”, afirmava:

Aqui não se pensará, por certo, que o planejamento seja obra dos governos totalitários e, acreditar-se-á, como nós, que planejar é estabelecer um objetivo e estabelecer o meio de alcançá-lo; planejar é prever, é organizar, é realizar obra de conjunto e, nessas condições, não há porque se desejar que a democracia seja um regime dispersivo e imprevidente. (...).¹³⁷

135 Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal (PB), em 1920. Formou-se em Direito na Universidade do Brasil, em 1944. Em 1943 foi aprovado em concurso para trabalhar no DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público). Em 1947 viajou para estudar economia na London School of Economics e, ao retornar, foi trabalhar na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Dois anos depois, em 1949, foi trabalhar na Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL), cuja sede era em Santiago, no Chile. Em 1953 volta ao Brasil para presidir o Grupo Misto de Estudos CEPAL- BNDE. Em 1959, foi nomeado intendente da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste). Em 1962, já no governo Goulart, se torna Ministro do Planejamento e lança o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Com o fracasso do plano, voltou à SUDENE, onde permaneceu até o Golpe de 1964, quando foi cassado pelo Ato Institucional número 1. Após sua cassação, foi trabalhar em Santiago, no ILDES (Instituto Latino-Americano para Estudos de Desenvolvimento), vinculado à CEPAL. Em setembro do mesmo ano, se tornou professor do Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Yale. No ano seguinte, mudou-se para Paris, onde passou a ser professor efetivo da Universidade Sorbonne, instituição na qual se dedicou à intensa produção acadêmica. Beneficiado pela Anistia de 1979, entrou no MDB (Movimento Democrático Brasileiro) em 1981 e, em 1984, apoiou as eleições indiretas de Tancredo Neves. Foi ministro da Cultura do Governo José Sarney. Tendo saído do governo em 1988, passou a ser membro permanente da Comissão de Desenvolvimento e Cultura da ONU. No ano de 1997, tomou posse na Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 2004, no Rio de Janeiro. Ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso_furtado. Consultado em 07/11/2020.

136 João Ponce de Arruda nasceu em Cuiabá em 1904. Formou-se em engenharia civil, em 1927, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A partir de então, ao longo do período varguista, exerceria diversos cargos no estado de Mato Grosso: Diretor do Serviço do Obras Públicas; Secretário de Agricultura; Secretário de Viação e Obras Públicas; Secretário-Geral. Com o fim do Estado Novo, seria eleito Deputado Federal em 1945 e 1950, sempre pelo PSD. Em 1955 se elegeu governador do estado de Mato Grosso e em 1962 voltou a ocupar o cargo de Deputado Federal. Com o golpe de 1964, se filiou à ARENA. Terminado seu mandato em 1967, se afastou da vida pública. Morreu em Cuiabá, em 1979. Ver: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arruda-joao-ponce-de>. Consulta em 05/12/2022.

137 ARRUDA, João P. Plano SALTE e o Orçamento. (1950). (Folheto). A – 003 -50. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

Embora o projeto inicial do Plano SALTE tenha sofrido críticas e passado por modificações até que, por ocasião da posse de Café Filho em 1954, foi extinto, ele sintetizava muitas das aspirações que seriam perseguidas dali em diante. A maneira como o Plano vinha discutido deixava ver sua preocupação com o processo de reestruturação econômica em andamento. O entendimento de que o ato de planejar era uma exigência de base para o desenvolvimento econômico se tornou uma constante. Proferida no ano inicial de atividades do Curso, a conferência de Arruda esclarecia aquilo que se supunha da função planejamento: previsão, organização, trabalho em equipe.

Projetar objetivos era ponto de partida importante. Se, a rigor, o objetivo último era a produção de uma economia capitalista moderna, era preciso decompor os pontos de trabalho que levariam ao seu alcance. Conhecer os mecanismos de gestão que produziram o desenvolvimento e fortaleceriam o “poder econômico nacional” era fundamental. Dado que os recursos eram, em geral, escassos, somente pela organização e alavancagem dos melhores mecanismos para utilizá-los é que o resultado seria alcançado. Racionalizar os dispositivos econômicos equivalia a entender o funcionamento do capitalismo para, aí então, potencializá-lo. Em termos gerais, isso era o que no interior do Curso se compreendia como *economia política*.

A transformação do conceito de *economia política* implicava o abandono de sua dimensão crítica. Reduzido ao esforço técnico para melhoramento da atividade econômica, o uso marxista do conceito aparecia invertido: ele se tornava uma maneira de aprimorar o capitalismo, não de confrontá-lo. A nova dimensão conceitual ficou clara desde o início. Já em 1951, José Nunes Guimarães tratou do tema. Depois de comparar a economia à guerra, definiu que aquilo que deveria regê-las era o “processo racional”, o “princípio hedonístico”, ou seja, a capacidade de potencializar recursos, de realizar mais com o menos possível¹³⁸. A conferência de Guimarães era, em si mesma, parte do exercício de racionalização. Nunes compunha um conjunto de “técnicos” que naquele ano ministrariam conferências no CSG sobre a temática da *economia política*. Os conferencistas viriam de instituições renomadas, ligadas aos principais debates que ocorriam ao redor do mundo. A Nunes, que era um dos fundadores do Núcleo de Economia da FGV e que por esta época trabalhava no Banco do Brasil e na Assessoria ao Ministério da Fazenda, se somaria Giorgio Mortara, assessor técnico do Conselho Nacional de Estatística e Chefe do Departamento de Pesquisas Demográficas do

138 GUIMARÃES, José Nunes. (1951) Economia Política: definições e princípios gerais. (Folheto). A – 001 -51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

IBGE; Alfredo Lisboa Browne, que havia estudado economia na Universidade de Columbia e agora era professor da Faculdade Nacional de Economia; e Genival de Almeida Santos, professor na UFRJ e membro do Instituto Brasileiro de Economia, da FGV.

Embora abordassem aspectos específicos, as conferências apontavam um entendimento comum sobre a *economia política*. Arrastavam, para o centro do conceito, as premissas do desenvolvimento econômico e com elas o preenchiam de tal modo que se tornassem intercambiáveis. As apresentações versavam, respectivamente, sobre “definições e princípios gerais” de economia política; “demografia”; “produção”; e “trabalho”¹³⁹. Todas estavam empenhadas em demonstrar métodos de racionalização, entendidos como as maneiras a partir das quais seus objetos poderiam ser devidamente programados com vistas ao desenvolvimento. Assim é que a apresentação, respectivamente, do vocabulário que compunha as teorias econômicas, das formas de distribuição e controle populacional, dos procedimentos produtivos e dos componentes do mundo do trabalho se tornava fundamental. Elas eram partes importantes para organizar uma poderosa obra de transformação, em cujo centro estava a definição e implementação de técnicas de gerenciamento social, político e econômico. Cada vez mais, os pressupostos de funcionamento da economia capitalista se tornavam consensuais: as mudanças deveriam aprofundá-los, torná-los mais operacionais, e não abandoná-los.

As conferências estavam alinhadas tanto às discussões que integravam o esforço mundial de reorganização econômica, empreendido desde o pós-guerra, quanto às iniciativas do governo brasileiro de participar desse esforço. O pressuposto, partilhado internacionalmente, de que a economia deveria ser planejada, foi base de uma série de políticas no Brasil. Uma das mais importantes entre elas: o Plano Lafer. Empossado Vargas em 1951, seu governo deu origem ao “plano de reaparelhamento econômico”¹⁴⁰: um amplo programa, com auxílio financeiro dos EUA, que tinha como objetivo principal a viabilização de projetos de desenvolvimento, sobretudo em relação à infraestrutura. Do plano nasceriam iniciativas importantes, como a Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Dele participariam, ainda, técnicos vindos de

139 GUIMARÃES, José Nunes. (1951). *Economia Política: definições e princípios gerais*. (Folheto). A – 001 -51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. MORTARA, Giorgio. (1951). *Economia Política: demografia*. (Folheto). A – 002 – 51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. BROWNE, Alfredo L. (1951). *Economia Política: produção*. (Folheto) A – 003 – 51. SANTOS, Genival (1951). *A. Economia Política: trabalho*. (Folheto). A -005 – 51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

140 Sobre o reaparelhamento econômico, ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

muitas instituições, como a FGV e a CEPAL. Muitos se tornariam palestrantes assíduos no Curso Superior de Guerra, o que mostra a afinidade com as políticas desenvolvimentistas tanto daquele governo quanto dos que o sucederam. No essencial, aquilo que partilhavam era a maneira de conceber o problema, as coordenadas em torno das quais ele se organizava. Base estruturante das operações, o conceito de *desenvolvimento* reunia tendências e viabilizava a circulação de pessoas e ideias.

A racionalização da atividade produtiva e a reestruturação administrativa eram entendidas como funções centrais no planejamento. Elas eram instrumentos para superar aquilo que Roberto Campos definiu como o “círculo vicioso do subdesenvolvimento”, uma debilidade econômica estrutural, que acabava por recolocar os países subdesenvolvidos sempre na mesma posição. Reverter este quadro era o desafio fundamental, para o qual as tarefas mais imediatas seriam: “a) compensar a debilidade da iniciativa privada e b) utilizar economicamente os minguados recursos de que dispõe”¹⁴¹. Alcançá-las exigia a estruturação de uma “eficiente iniciativa pública”, capaz de romper o círculo vicioso. O planejamento era a iniciativa: uma força de reorganização que, articulada pelo Estado, quebrasse o círculo de debilidade, permitindo que o sistema se realizasse por completo, se desenvolvesse.

A ação conjunta e eficiente, combinada ao princípio da escassez de recursos, se tornaram balizas fundamentais do debate. Em 1953, ao falar no CSG, Celso Furtado, à semelhança de Campos, definiria o planejamento como consistindo “basicamente na coordenação e intensificação das inversões e numa política encaminhada a lograr a racionalização do uso dos recursos humanos e materiais que a economia tem à sua

141 O trecho citado é uma síntese. Em outro momento, Campos menciona as “características especiais dos países subdesenvolvidos, que tornam o planejamento econômico e a intervenção estatal mais prementes e importantes do que nos países já desenvolvidos”. São elas; I) debilidade da iniciativa privada (de investimento e treinamento); II) concentração de recursos (baixo nível de poupança, com dificuldade de investimento); III) faculdade telescópica (busca de lucros imediatos, que obliteram visão de conjunto, para o investimento); IV) velocidade do desenvolvimento (capacidade articulada do sistema de crescer, de forma sustentável). CAMPOS, Roberto O. (1952). Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos. (Folheto). I- 16 – 53. Fev – Mar 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 20.

disposição”¹⁴². Munido da expertise produzida pela CEPAL¹⁴³, o economista concluiria que a economia só poderia ser transformada através de um processo organizado que incluísse princípios modernos de gerenciamento de recursos¹⁴⁴.

Furtado reafirmaria seus pressupostos em um conjunto de palestras realizadas no ano seguinte¹⁴⁵. As conferências de 1954 aprofundavam os pontos-chave levantados antes: criticavam o liberalismo clássico, definiam o planejamento estatal como o instrumento para vencer o subdesenvolvimento, elencavam suas áreas prioritárias e esboçavam os modos pelos quais deveria ser realizado. Afora as minúcias da apresentação, àquela altura Furtado reforçaria dois elementos consensuais, que estavam na raiz das discussões sobre planejamento. Sua fala insistiria na tese de que “se conhecemos em seus detalhes o mecanismo do sistema econômico, poderemos introduzir nestes mecanismos certos elementos de racionalidade, incrementando assim a sua eficiência”¹⁴⁶. Para ele, não se tratava de

142 FURTADO, Celso. O Planejamento Econômico. (Folheto). A – 28 – 53. 26/10/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2. A conferência de Furtado vinha acompanhada por outra, proferida pelo economista Eduardo Lopes Rodrigues. Meses antes de irem à ESG, ambos haviam participado da Conferência da Comissão Econômica para a América Latina, ocorrida na Quitandinha. Naquela altura, funcionava o Grupo Misto de Trabalho CEPAL-BNDE: um convênio firmado entre as duas instituições para pensar problemas de desenvolvimento. Profissionais dos dois órgãos estavam, portanto, trabalhando juntos. O título das palestras era sugestivo: Furtado trataria do “planejamento econômico” e Lopes Rodrigues do “planejamento financeiro”. Suas conferências demonstravam uma pequena divisão de funções: o primeiro destacaria os princípios gerais de planejamento e o segundo apontaria os modos como deveria incidir sobre o capital. Ambos introduziriam, para os alunos da Escola, a expertise que a CEPAL vinha acumulando sobre o tema. Ver: RODRIGUES, Eduardo L. O Planejamento Financeiro. (Folheto). A – 27 – 53. 1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1

143 Em carta enviada a Raúl Prebisch, Furtado trataria da conferência na ESG. Lá, após mencionar ter sido convidado pelo comandante da Escola, general Juarez Távora, diria considerar que a oportunidade era “extremamente interessante para expor o que a CEPAL já faz nesta matéria (de planejamento)”. Completava dizendo que consideraria “o convite como uma deferência à CEPAL” e chamaria “a atenção para o fato de que me limitarei a expor os ensinamentos que estão enfeixados em estudos já publicados pela Comissão”. In: AGUIAR, Rosa F. (2021). **Celso Furtado**: correspondência intelectual (1949 – 2004). São Paulo: Companhia das Letras. PP. 392

144 A ideia lidava com uma definição, partilhada no CSG, daquilo que era o “poder econômico”: uma estrutura determinada pelos aspectos quantitativo e qualitativo do processo produtivo, isso é, pela capacidade de aproveitar e transformar os recursos naturais, através do trabalho humano, em bens. A mudança do estágio de subdesenvolvimento para o de desenvolvimento, na medida em que correspondia a uma aspiração de aumento desse poder, deveria modificar a cadeia produtiva que o configurava, o que significava atuar sobre seus eixos estruturantes: agricultura, trabalho e indústria, juntamente a comunicações, transportes e energia. A este respeito, ver, por exemplo: Távora, Juarez F. Importância do potencial econômico na guerra moderna. (Folheto).C-005-52. 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2

145 São elas: FURTADO, Celso. Planejamento Econômico: fundamentos. (Folheto). C – 73 – 54. 12/10/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. FURTADO, Celso. O Planejamento Econômico nos Países Subdesenvolvidos – Características e Fundamentos. (Folheto). C – 74 – 54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. FURTADO, Celso. O Planejamento Econômico nos Países Subdesenvolvidos – Técnica de Planejamento. C – 75 – 54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

146 FURTADO, Celso. Planejamento Econômico: fundamentos. (Folheto). C – 73 – 54. 12/10/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 4.

“substituir o mecanismo existente por um outro e, sim, aumentar a eficiência daquele que já existe”. Suas palavras deixavam evidente, em primeiro lugar, que não estava discutindo uma alternativa ao capitalismo, mas seu aprimoramento. E, em segundo, que isso significava conhecer e dominar um conjunto de técnicas que permitissem engendrar reformas na economia, otimizando-a. Planejar era reformar de maneira ordenada. Ou seja, transformar o sistema sem produzir desequilíbrios ¹⁴⁷.

Se a compreensão geral do funcionamento do sistema e da necessidade de transformá-lo eram pontos pacíficos, as divergências estavam na maneira de fazer a mudança. O planejamento era o consenso que organizava e, conseqüentemente limitava, o horizonte de disputas. Dois modelos amplos apareciam. Por um lado, o “planejamento seccional”, defendido pelos economistas ligados à Comissão Mista Brasil-EUA, apregoava esforço concentrado: a ação e os investimentos deveriam ser direcionados para áreas específicas da economia, consideradas como ponto de propulsão do crescimento, como “pontos germinativos”. Por outro, economistas cepalinos afirmariam a necessidade de um planejamento global, integral, que envolvesse o conjunto das atividades econômicas.

A disputa, se não foi irrelevante, também não foi disruptiva: os grupos puderam, durante algum tempo, trabalhar juntos, inclusive no Curso Superior de Guerra. Estavam divergindo no interior da mesma perspectiva: disputavam modelos que tinham alavancagens e proposições diferentes, mas mantinham os olhos voltados para o horizonte do desenvolvimentismo. Agiam no consenso.

O conceito de *desenvolvimento econômico* havia logrado êxito em naturalizar as premissas capitalistas e remanejar, do centro da discussão, projetos que as questionassem. O capitalismo poderia ser disputado e gerido de várias maneiras, mas não implodido. Melhorar o capitalismo, acertar seu passo sem eliminá-lo, se tornou o centro de ampla agenda que, através do domínio da estrutura narrativa, do imaginário e das expectativas, paulatinamente neutralizou outras possibilidades e escamoteou alternativas radicadas em lugares diferentes.

A ideia de desenvolvimento, com os nortes e coordenadas que a compunham, se tornou central para definir projetos políticos para o país. Meses após as conferências de Campos e Furtado, o esforço de planejamento da economia brasileira seria intensificado.

147 Segundo o economista, a definição de objetivos a longo prazo e a capacidade de organizar previsões, o que ele definia como “técnica de projeção”, eram fundamentais. Furtado argumentava que era preciso mapear as possibilidades de expansão do consumo e dos setores produtivos e, a partir daí, programar um crescimento sustentável e ordenado da economia, que evitasse a formação de capacidade ociosa. Tudo isso, é claro, envolvia ampla quantidade de informações e cálculos, de aparelhamento técnico e de expertise.

Eleito em 1955 e empossado no ano seguinte, Juscelino Kubitschek deu origem a um dos mais ambiciosos projetos de programação econômica do período: o Plano de Metas. Nascido de estudos da CEPAL, da Comissão Mista Brasil-EUA e do BNDE, o Plano de JK aparecia como esforço de reestruturação acelerada da economia. Seu lema, 50 anos em 5, mostrava que o encontro com a modernidade não poderia mais esperar: o progresso era urgente¹⁴⁸.

Quando JK lançou seu plano, o Brasil havia acumulado experiência prévia nos esforços de desenvolvimento econômico. Os diversos acordos internacionais firmados no governo Dutra e o programa de “reaparelhamento econômico” do segundo governo Vargas haviam contribuído para organizar a economia em novos moldes. JK acentuaria os esforços anteriores. A burocracia seria otimizada e os princípios desenvolvimentistas seriam reforçados. As aspirações de desenvolvimento econômico estavam na ordem do dia.

A segunda metade dos anos 1950 começou com a promessa de uma modernização ainda mais rápida. Acompanhando os acontecimentos desde o início daquela década, os membros do CSG discutiriam com maior ênfase a transformação da economia brasileira e suas consequências. Os conferencistas, muitos dos quais haviam sido atores essenciais na implementação das políticas desenvolvimentistas, chamariam atenção para as alterações ocorridas na estrutura da economia. O país, avaliavam, havia entrado em fase de transição: estava deixando de ser agrário para se tornar industrial. Caminhava para abandonar o passado e se tornar moderno, situação que trazia desafios atualizados e reavaliações demoradas.

2.3. Uma economia em transição

“Como já assinalamos, o processus da emancipação econômica não é síncrono com o da emancipação política. Esta se faz arauto daquela: precede-a, desbravando-lhe o itinerário. De tal modo assim acontece conosco que, a esta altura, tendo há muito deixado de ser colônia no sentido político, somente agora nos estamos libertando da fase semicolonial no sentido econômico. Sabe-se que cinquenta por cento de nosso intercâmbio se vinham efetivando até aqui só com um país – os Estados Unidos, cuja grandeza nos desperta, ao mesmo tempo, a mais entusiástica admiração e o mais eficaz dos estímulos.

Esta transição está ocorrendo precisamente quando demonstramos, como povo, a firme decisão de romper as barreiras do subdesenvolvimento, buscando a elevação mais rápida possível da nossa renda nacional ‘per capita’.

Vivemos o momento histórico de uma decisão ao que tudo indica assentada: é a decisão de promovermos o desenvolvimento através da industrialização, cujo profeta foi, entre nós, Roberto Simonsen, e cujo programa – passaremos a comprová-lo, coincide, item por item, com o próprio programa de desenvolvimento

148 A respeito do Plano de Metas, ver: IORIS, Rafael R. **Qual Desenvolvimentismo?** Os debates, sentidos e lições da Era Desenvolvimentista. Jundiaí (SP): Paco, 2007.

nacional, desde a substituição de importações até os mais salutaros reflexos no campo monetário”¹⁴⁹.

O trecho é parte de uma conferência realizada no CSG em 1958, pelo então Diretor do Departamento Econômico da Confederação Nacional das Indústrias e Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Renato de Araújo Sampaio¹⁵⁰. Elas expressam o entendimento mais amplo, partilhado pelos membros do Curso, de que na industrialização estava o caminho para a superação do subdesenvolvimento. Industrializar o país estava no centro da agenda, o que explica a presença, na Escola, de representantes de entidades empresariais ligadas à indústria. A Sampaio se somariam outros membros da CNI como, por exemplo, Euvaldo Lodi¹⁵¹, Augusto Vieira Ribeiro dos Santos¹⁵², José Knaack de Souza¹⁵³, Heitor Marçal¹⁵⁴, João Paulo de Almeida Magalhães¹⁵⁵ e Alde Sampaio¹⁵⁶. Dácio Aguiar de Moraes Júnior¹⁵⁷ e Sebastião Paes de Almeida¹⁵⁸ falariam pela Federação das Indústria do

149 SAMPAIO, Renato de A. O Poder Nacional – seus fundamentos econômicos. (Folheto). C – 16 – 58. 1958. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Grifos do original. PP. 19.

150 Renato de Araújo Sampaio havia ocupado diversos cargos em empresas e associações de classe. Havia sido, por exemplo, Subdiretor da Suerdieck S.A. Charutos; Vice-Presidente da Companhia Maragogipana de Eletricidade S.A; Vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia; Membros do Conselho Econômico do Estado da Bahia; Membro do Conselho do Instituto do Fumo do Estado da Bahia; Membros do Conselho da Associação Brasileira dos Exportadores; Consultor da Associação Comercial da Bahia. Ver: SAMPAIO, Renato de A. O Poder Nacional – seus fundamentos econômicos. (Folheto). C – 16 – 58. 1958. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.. Contracapa.

151 Euvaldo Lodi era ligado aos ramos metalúrgico e têxtil. Foi Presidente da Companhia Carbonífera do Brasil. Era ligado à Fábrica de Tecidos de Seda Santa Helena e à Rheen Matalúrgica S.A.. Quando falou na ESG era presidente da C.N.I.

152 Augusto Vieira Ribeiro dos Santos era ligado à Companhia Empório Industrial do Norte e à Companhia Salvador de Seguros: havia sido diretor das duas empresas. Quando falou na ESG, era Presidente da C.N.I. e Presidente do Conselho Nacional do SENAI.

153 José Knaack de Souza havia sido técnico no Conselho de Desenvolvimento e na Confederação Nacional das Indústrias. Quando falou na ESG, era Chefe da Seção de Política Comercial do Departamento Econômico da C.N.I.

154 Heitor Marçal havia sido membro da Comissão Mista Brasil-EUA. Além disso, era professor de Comércio Internacional e Câmbio na Faculdade de Economia e Finanças (SUESC). Ocupara, também, a função de Chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda. Quando falou na ESG, era Assessor do Conselho Econômico da C.N.I. e Adjunto da Divisão de Assuntos Econômicos da Escola.

155 João Paulo de Almeida Magalhães havia lecionado nas seguintes instituições: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Escola de Sociologia e Política da Universidade Católica; Faculdade de Ciências Econômicas da Prefeitura do Distrito Federal; Instituto Rio Branco. Era, ainda, conferencista de Economia Política da Escola do Estado-Maior do Exército. Quando falou na ESG, foi apresentado como “economista da CNP”.

156 Alde Sampaio havia sido Diretor da Fábrica de Açúcar Roçadinho e Diretor do Banco Nacional do Trabalho. Quando falou na ESG, era professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil e vice-presidente da C.N.I.

157 Dácio de Aguiar Moraes Júnior havia sido Presidente da Social S.A. Companhia Imobiliária e Incorporadora; Diretor Industrial da Refinaria de Petróleo União S.A.; e Diretor da FIESP. Quando falou na ESG, acumulava as funções de Diretor e Presidente da Construtora e Comercial Dácio A de Moraes S.A, e Presidente do Banco do Estado de São Paulo S.A.

158 Sebastião Paes de Almeida havia sido diretor do Banco do Estado de São Paulo e Diretor do Banco Nacional do Comércio de São Paulo, além de Diretor Presidente da Companhia Comercial de Vidros do Brasil.

Estado de São Paulo e Zulfo de Freitas Malmann¹⁵⁹ pela Federação das Indústrias do Distrito Federal. O então vice-presidente da ADESG (Associação de Diplomados da ESG), Guilherme Julio Borghoff¹⁶⁰, manteria contatos próximos com diversas associações comerciais. Os empresários, e as equipes ligadas a eles, seriam presença constante no CSG. Eles operavam na Escola.

O projeto de industrialização implicava mudança: era preciso transformar o país, fazer com que abandonasse sua herança colonial, essencialmente agrária, e se emancipasse para a modernidade. O fim do estágio de colônia, avaliavam, significava realizar o capital para si mesmo e não para o outro. A questão estava em alterar a estrutura da economia brasileira, o eixo de sustentação de sua base produtiva. Era isso o que, a partir da segunda metade dos anos 1950, os conferencistas do CSG entendiam estar acontecendo: a economia nacional estava mudando, estava em transição. É verdade que muitos viam, na transição, processo histórico iniciado muito antes. Mesmo assim, a aceleração da transformação tornava o fenômeno mais evidente e o carregava para o centro das discussões, situação que explica o fato de que o tema *estrutura econômica* tenha, neste momento, entrado definitivamente no currículo do Curso.

A transição pela qual o país passava precisava ser avaliada. Se, em termos gerais, ela era desejável, ainda assim suscitava muitos desafios. Poucos meses após a conferência de Renato Sampaio, o célebre economista e Diretor do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE - FGV), Eugênio Gudín¹⁶¹, falaria no CSG. Gudín trataria de um tema que se tornaria

Quando falou na ESG, era diretor da FIESP.

159 Zulfo de Freitas Malmann atuava no ramo farmacêutico. Era diretor da Z. Malmann & F. Era representante no Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Rio de Janeiro e membro do Conselho Fiscal da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica. Era, ainda, membro da American Chamber Of Commerce for Brazil. Quando falou na ESG, era Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal e Centro das Indústrias do Distrito Federal.

160 Guilherme Julio Borghoff havia sido Diretor da Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças e da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Atuou como Representante da Federação das Associações Comerciais no Conselho Consultivo do Intercâmbio com o Exterior. Por fim, havia trabalhado como Diretor em várias empresas: Borghoff S.A.; Remma S.A.; Equipamentos Joseph Lucas do Brasil; Freibrás Ltda.

161 Eugênio Gudín nasceu no Rio de Janeiro, em 1886. Gradou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1905. A partir daí, trabalharia em uma série de empresas privadas de capital internacional: Light, Dodsworth & Cia; Tramways and Power Co; Great Western of Brazil Railway Co. Após a Revolução de 1930, Gudín integrou diversos órgãos, responsáveis por elaborar pareceres para o Ministério da Fazenda, como a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios e a Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira e o Conselho Técnico de Economia e Finanças. Participante de Bretton Woods, Gudín seria, entre 1951 e 1955, o representante brasileiro junto ao FMI e ao BIRD. Foi, também, o responsável por fundar o Núcleo Econômico da Fundação Getúlio Vargas, que daria origem ao IBRE e se tornaria referência importante na organização e coleta de dados sobre os mais variados ramos da economia nacional. Durante o breve governo de Café Filho, tornou-se Ministro da Fazenda. Saído do cargo, continuou a trabalhar no Conselho Técnico de Economia e Finanças. Gudín apoiou veementemente o golpe de 1964. Após o golpe, foi membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio (1966-1976), função que acumulou com a vice-presidência da FGV (1960-1976). Faleceu no Rio de Janeiro, em 1986. Ver: <http://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eugenio-gudin-filho>. Consultado em

recorrente: a balança de pagamentos. Segundo ele, a ênfase excessiva no processo de industrialização, em detrimento da produção agrícola, estava gerando um desequilíbrio constante que produzia, como efeito imediato, inflação. O problema estava na incapacidade do sistema de se sustentar: a diminuição das exportações gerava escassez de divisas internacionais que, por sua vez, acabavam por diminuir a possibilidade de importar os bens de capital necessários ao desenvolvimento. Gudin não se opunha à indústria. Industrializar o país, segundo ele, era medida acertada, desde que não fosse feita à custa dos investimentos na agricultura e das perdas de produtividade resultantes da substituição de importações¹⁶².

Embora a tese de Gudin fosse controversa, ela levantava questões relevantes. Sua conferência colocava em discussão o modelo de desenvolvimento adotado e apontava um problema importante, em torno do qual muitos outros conferencistas se debruçariam: o financiamento. É verdade que a questão não era nova. Já em 1954, Furtado havia notado que a desvalorização do café havia esgotado o cenário favorável do imediato pós-guerra. Mesmo assim, ela se agravava. O problema era estrutural, estava assentado no constante desequilíbrio da balança de pagamentos. A economia brasileira dependia de importações de máquinas, equipamentos e combustíveis para sua industrialização. Pagava-as com a exportação de bens primários, cada vez menos valorizados no mercado internacional. O resultado era um hiato, que tendia a desorganizar as finanças nacionais. A questão, explicava o Adjunto da Divisão de Assuntos Econômicos da ESG, Davi Carneiro¹⁶³, estava no modelo adotado, que sendo “inerente às economias que se esforçam para recuperar seu atraso, importando técnica alheia”, acabaria por levar “há um ponto iniludível de ruptura: quando divisas disponíveis são inferiores ao total de importações indispensáveis”¹⁶⁴. Mantido o ritmo, o processo de

05/12/2022.

162 Gudin afirmaria isso explicitamente. “Seria portanto extraordinário, senão inexplicável, que não tivéssemos sérias dificuldades de balanço de pagamentos. Queremos nos industrializar o que, com boa produtividade, é uma medida muito certa; mas não queremos desenvolver paralelamente nossas exportações para pagar a industrialização”. GUDIN, Eugenio. Comércio Interno e Externo. Balanço de Pagamentos. (Folheto). C1 – 68 – 58. 1958. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 8.

163 As informações sobre Davi Carneiro são esparsas. Nasceu em Curitiba, em 1904. Estudou engenharia na Universidade do Paraná, onde se graduou em 1928. Sua família era ligada à indústria de erva-mate. Por este motivo, participou tanto da vida acadêmica quanto empresarial. Foi professor na Universidade de Santiago (Chile); Encarregado da 7ª Região do ISPHAN; Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Paraná; professor e ex-diretor da Escola de Belas Artes do Paraná; Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná e do Banco de Curitiba. Faleceu em Curitiba, em 1990. Ver: CARNEIRO, Davi. Formação da Economia Brasileira. (Folheto). C – 57 – 58. 1958. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Contracapa.

164 CARNEIRO, Davi. Formação da Economia Brasileira. (Folheto). C – 57 – 58. 1958. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 28.

desenvolvimento brasileiro tendia a implodir. Mais uma vez, era preciso olhar para questões estruturais e para as premissas que organizavam o desenvolvimentismo.

Financiar a transição da economia brasileira implicava pensar o papel e a organização do Estado. Em países subdesenvolvidos, diagnosticava-se, o Estado precisava assumir duplo encargo, social e econômico. A situação aumentava suas funções, inchava-o. Sem recursos para atender às duas demandas e, ao mesmo tempo, comprimido politicamente por elas, a solução era recorrer às emissões constantes de moeda. Se, de forma geral, o desequilíbrio das contas públicas e a pressão inflacionária tendiam a ser recorrentes, uma derivação da condição geral de atraso, elas se agravavam em cenários de intensificação das atividades econômicas. Era isso o que, avaliava-se, estava ocorrendo no Brasil.

Se a questão dividia os economistas em vários pontos, parecia uni-los em outro: estavam de acordo que o desenvolvimento não poderia ser feito sem custos sociais. O Estado precisava organizar a acumulação de capital e, a partir daí, estabelecer um programa adequado de reinvestimentos. Que a poupança só viria se a sociedade, como um todo, fosse capaz de alguma austeridade, era ponto pacífico. O problema era estabelecer aquilo que Celso Furtado chamou de o “grau de esforço que se pretende da coletividade”¹⁶⁵ e que Roberto Campos, com mais subterfúgios retóricos, definiu como a formação de um “comportamento social conducente à aceitação dos sacrifícios inerentes a qualquer esforço de aceleração da formação de capital em economias pouco distanciadas do nível de simples subsistência”¹⁶⁶.

O desenvolvimento era uma promessa que exigia esforços e sacrifícios. Costuradas na mesma agenda, as classes deveriam desarticular seus enfrentamentos mais imediatos, a luta que travavam, em nome da modernidade vindoura. O papel da questão social nos projetos de desenvolvimento econômico foi discutida com ênfases diversas, o que a colocava em disputa. Modelos mais e menos concentradores de renda e estimuladores do consumo apareciam, ancorados nas diferentes estratégias de aumento de capital e riqueza. Mesmo assim, e apesar das divergências, havia a expectativa de que o desenvolvimentismo unisse as classes sociais em um projeto partilhado de enriquecimento nacional que, no futuro, garantiria seu bem-estar sem eliminar a estrutura que as produzia enquanto tal, isso é, enquanto classes. Num gesto de ficcionalização, o destaque para o enriquecimento nacional e para o conseqüente aumento do

165 FURTADO, Celso. Planejamento Econômico. Bases de Planejamento. (Folheto) C – 91 – 58. 1958. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 7.

166 CAMPOS, Roberto O. Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos. (Folheto). I- 16 – 53. Fev – Mar 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 50.

consumo tentava amalgamar diversas aspirações conflitantes e manter, a seu modo, a dominação de classe.

Mais uma vez, os argumentos colocavam o Estado no centro do problema. Partia-se da premissa de que a sociedade brasileira, sozinha, não era capaz de poupar o necessário. À falta de renda dos mais pobres, presos à subsistência, somava-se a miopia de parte da burguesia nacional. O mesmo Campos a definiria como “um espírito pouco puritano do capitalista empreendedor”, marcado por sua propensão “a se entregar ao consumo hedonístico e ostentatório”¹⁶⁷ e, com isso, deixar de contribuir com a formação de capital. A análise, de matriz weberiana, deixava ver que o problema era também de natureza cultural, isso é, estava assentado em práticas e valores tradicionais, herdados do passado ibérico e católico. Cultura e economia não só não estavam dissociadas como operavam na mesma noção totalizante que englobava as dimensões de tradicional/moderno. A conclusão era de que, na ausência de dispositivos espontâneos, na ausência de “mentalidade industrial”¹⁶⁸, o Estado, operado pelas elites mais “avançadas”, deveria forçar a poupança. A promessa desenvolvimentista legitimaria a ação estatal: a população pobre deveria contribuir redimindo-se de aspirações mais elevadas, enquanto às classes altas pedia-se que diminuíssem, um pouco, sua margem de lucro e consumo de luxo. A modernização do país exigia que fosse estabelecido um pacto nacional no qual o desenvolvimento aparecesse como uma convergência de interesses que suplantasse embates mais agudos de classe. À elite técnica, feita vanguarda modernizante, caberia administrar o conflito.

167 CAMPOS, Roberto. Observações sobre a Teoria do Desenvolvimento Econômico. (Folheto). I – 17 – 53. 1953. 1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 9.

168 A expressão, de Augusto Viana Ribeiro dos Santos, foi utilizada em conferência de 1956. Diz ele que: “em regime de liberdade econômica, a mentalidade industrial é inseparável do espírito de iniciativa de alguns indivíduos ousados, capazes de dedicar a sua inteligência e de arriscar os seus haveres na criação de novas atividades econômicas. Noutras palavras, o progresso exige certo número de empreendedores dotados de elevada capacidade criadora”. Na ocasião, Viana era Deputado Federal e presidia tanto a CNI quanto o Conselho Nacional do SENAI. Ver: SANTOS, Augusto R V. A Produção Industrial – Industrialização do Brasil. (Folheto) C – 55 – 56. 19/07/1956. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 15.

O problema tinha um desdobramento. Otávio Gouveia de Bulhões¹⁶⁹, professor do IBRE-FGV, o assinalaria com precisão. “Por mais estóica que seja a população de um país subdesenvolvido, sua capacidade de renúncia ao consumo é insuficiente para fazer face ao elevado grau de capitalização exigido”¹⁷⁰, diria ele, em 1959. Se o custo social para gerar poupança interna não era capaz de produzir o capital necessário ao desenvolvimento, dado que a própria exploração, para ser mantida sob controle, possuía limite, restava apelar para outras fontes, as externas. A defesa do uso de capital internacional estava assentada em premissas mais sólidas, que iam além do mero entreguismo ou da subserviência a interesses imperialistas. O pressuposto fundamental era o de que sociedades subdesenvolvidas não possuíam, internamente, os meios necessários para romper a situação na qual se encontravam. Deixadas à própria sorte, elas tendiam a girar ininterruptamente em torno de seu atraso. Forças externas, que interviessem e rompessem a propensão à inércia, eram necessárias para promover a mudança rumo ao desenvolvimento. O capital externo era uma destas forças.

A defesa do uso de capital externo no Curso Superior de Guerra estava alicerçada na ideia de que o Estado e a sociedade brasileira não poderiam se fechar em si mesmos sob pena de que, ao fazê-lo, se condenassem ao subdesenvolvimento. O excesso de nacionalismo era um mal, que impedia que o país aproveitasse, da melhor maneira possível, uma economia de escala global. As disputas sobre o assunto diziam menos respeito ao uso do capital internacional em si e mais aos termos de sua operacionalização: os “setores estratégicos”, que poderiam ou não serem beneficiados; as fontes através das quais o capital seria

169 Otávio Gouveia de Bulhões nasceu no Rio de Janeiro em 1906. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro em 1930, onde depois realizou seu doutorado. Mais tarde se especializou em economia em Washington. Em 1939, se tornou Chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda. Com a entrada do Brasil na II Guerra, participou, como técnico, da Comissão de Mobilização Econômica. Em julho de 1944 atuou, como Delegado Brasileiro, na Conferência Monetária Internacional, de Bretton Woods, nos EUA. Membro da Comissão de Investimentos do Ministério da Fazenda, em 1946 seria Delegado Brasileiro em reunião da ONU para a criação do FMI. Em 1948 foi escolhido para chefiar a equipe de técnicos brasileiros da Comissão Brasil-EUA de Estudos Econômicos. Foi membro do Conselho Econômico Nacional (CNE) entre 1950 e 1954. Com a posse de Café Filho, se tornou diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), cargo que ocupou até 1955 e para o qual voltou com a posse de Jânio Quadros, em 1960, ali permanecendo até 1962. Com o golpe de 1964, Bulhões assumiu o Ministério da Fazenda, sendo encarregado da elaboração do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo). Em março de 1967, com a posse de Costa e Silva, deixou o Ministério para atuar como membro do CNE e do Conselho Monetário Nacional. Tornar-se-ia, também, Diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e professor da UFRJ. Faleceu em outubro de 1990. Ver: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/bulhoes-otavio-gouveia-de>. Consulta em 04/11/2020.

170 BULHÕES, Otávio G. Estrutura da Economia Brasileira. Aspectos Internacionais. (Folheto). C – 66 – 59. 1959. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2 – 3.

disponibilizado; e as limitações para remessas de lucros¹⁷¹. De qualquer forma, o “isolacionismo econômico”¹⁷², como o chamou José Nunes Guimarães, não era possível. A recusa a se integrar ao mundo conduziria o país a um único resultado: sua manutenção no atraso.

Para além da poupança e dos empréstimos, o problema financeiro envolvia os investimentos. Não bastava apenas levantar recursos, era preciso, também, organizar um programa de investimentos otimizado. A questão era decidir as maneiras de dispor do crédito: as áreas que receberiam o capital poupado, aquelas que poderiam melhor alavancar o desenvolvimento nacional. Tratava-se de verificar onde a política de inversões deveria se realizar, onde poderia render mais frutos.

Vencer o subdesenvolvimento exigia operar uma equação engenhosa de planejamento que, coordenando Estado e iniciativa privada, conseguisse lidar com as variáveis de financiamento, investimento e aumento da produtividade, além das demandas sociais a elas relacionadas. A aceleração do desenvolvimento econômico, a partir da metade dos anos 1950, desajustava a equação de tal modo que ela ameaçava romper-se.

Se realizar uma transição econômica era consenso, o problema estava na rapidez com a qual ela estava acontecendo. O ritmo impresso ao processo estava desorganizando a maquinaria que o operava. A descompensação na balança de pagamentos, somada à forte pressão inflacionária, estavam descapitalizando a economia nacional, gerando confusão financeira e perturbação social. O modelo precisava ser repensado, o que significava reconsiderar os pressupostos modernizantes em torno dos quais estava construído. Foi a partir desta reavaliação que, paulatinamente, algumas bases consensuais, estabelecidas desde o pós-guerra, foram se rachando para dar origem a outro consenso.

171 Mesmo Celso Furtado defenderia o uso do capital externo, desde que submetido a um planejamento mais amplo e a um controle mais rígido. Diria ele: “é verdade que, se fosse possível financiar totalmente o aumento das inversões exigidos pelo plano com entradas de capital do exterior, o esforço a exigir da população seria o mínimo. Neste caso, os capitais vindos do exterior teriam que se enquadrar dentro da orientação do plano, o que evidentemente não seria difícil no caso de empréstimos concedidos por organizações internacionais. Teríamos, aqui, ainda assim, uma decisão de caráter político”. FURTADO, Celso. O Planejamento Econômico. (Folheto). A – 28 – 53. 26/10/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 9.

172 GUIMARÃES, José N. O Comércio Externo. (Folheto). C - 62 – 56. 10/07/1956. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 13.

2.4. Rever a transição: a construção do novo consenso

Em 1962, o Chefe da Divisão de Assuntos Econômicos da ESG, o capitão de mar e guerra Carlos Arthur da Silva Moura¹⁷³, afirmaria em conferência no CSG:

Se a capacidade aquisitiva de nossa população, em termos reais, é pequena e não pode ser aumentada rapidamente; e se a produção, também em termos reais, expande-se muito mais rapidamente, em determinados setores econômicos, que a capacidade aquisitiva necessária à absorção daquela produção, apesar da abundância de meios de pagamento decorrente do progresso inflacionário, o qual não pode ser prolongado indefinidamente, nem cessado bruscamente, sem gravíssimos riscos para a nossa Segurança Nacional, haverá um momento em que a instabilidade da situação financeira poderá transformar-se em instabilidade da própria situação econômica, representando séria ameaça às estruturas social e política; esta ameaça precisa ser considerada com especial atenção em qualquer estudo relacionado com a Segurança Nacional¹⁷⁴.

Àquela altura, parecia evidente que o modelo de desenvolvimento adotado não havia entregado suas promessas de paz, estabilidade e prosperidade. A estrutura do país ameaça se decompor. Sua organização política, econômica e social estava desequilibrada e, com isso, sua segurança. “Parece-me que, no presente momento, as maiores responsabilidades nacionais consistem em salvaguardar a unidade nacional e preservar o sistema democrático. E, no nosso entender, isso será impraticável, se persistirem os atuais desequilíbrios econômicos”, concluía Silva Moura¹⁷⁵. O sistema precisava ser corrigido imediatamente e não apenas em seu aspecto econômico, mas na sua integralidade.

A situação de instabilidade exigia que a rota do desenvolvimento fosse retraçada o quo, nas palavras do adjunto da Divisão de Assuntos Econômicos da ESG e assessor do

173 As informações sobre Carlos Arthur da Silva Moura são escassas. Sabe-se que cursou a Escola Naval em 1931. De sua apresentação na ESG, constam as seguintes funções: Auxiliar e Encarregado do Departamento de Artilharia do Arsenal da Marinha da Ilha das Cobras; Fiscal da Fabricação de equipamentos de telecomando de Artilharia Antiaérea da Control Instrument Company, Brooklyn; Chefe do Departamento Industrial da Fábrica de Artilharia da Marinha; Chefe do Departamento Industrial da Fábrica de Torpedos da Marinha; Chefe do Departamento de Planejamento do Arsenal da Marinha; Ajunto da Divisão de Logística do Departamento de Ensino da Escola de Guerra Naval; Chefe da Divisão Executiva do Curso de Mobilização Nacional da ESG; Chefe da Divisão de Assuntos Econômicos da ESG e representante da Marinha junto à mesma Escola. Ver: MOURA, Carlos A da S. Síntese da Conjuntura Nacional. Campo Econômico. Desequilíbrios econômicos, regionais e setoriais. (Folheto). C1 – 05 – 62. 1962. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Contracapa.

174 MOURA, Carlos A da S. Síntese da Conjuntura Nacional. Campo Econômico. Desequilíbrios econômicos, regionais e setoriais. (Folheto). C1 – 05 – 62. 1962. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 122.

175 MOURA, Carlos A da S. Síntese da Conjuntura Nacional. Campo Econômico. Desequilíbrios econômicos, regionais e setoriais. (Folheto). C1 – 05 – 62. 1962. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 123-124.

Conselho Econômico da CNI, Heitor Marçal, implicava a “restauração do princípio da autoridade”¹⁷⁶ governamental. A conferência de Marçal, realizada na sequência daquela proferida por Carlos da Silva Moura, estava alicerçada nas teses de Walt Whitman Rostow¹⁷⁷, defendidas em seu clássico *The Stages of Economic Growth: a non-communist manifesto*¹⁷⁸. Através do livro, Marçal mostraria que a economia brasileira estava, de fato, se transformando. A passagem do estágio agrícola para o industrial, do tradicional para o moderno, era não apenas desejável como, em boa medida, inevitável. O problema vinha de outro lugar: do descompasso entre as possibilidades efetivas do país para realizá-la e a rapidez que havia sido imprimida a ela. A transição deveria considerar que a “estrutural atual possui meios para ser uma estrutura compósita ou mista e deriva para o caminho perigoso de ser apenas industrial”¹⁷⁹. Desequilíbrios surgiam com frequência e impunham a necessidade de readequação.

As críticas ao modelo de desenvolvimento colocavam em xeque o sistema político, a organização e o funcionamento do Estado. Em outras palavras, o projeto de modernidade até então empreendido. Um par de conferências, proferidas também em 1962, esclarecia o problema. Falariam o antigo diretor do BNDE e atual vice-presidente do IPES, o engenheiro

176 MARÇAL, Heitor. *Evolução da Estrutura da Economia Brasileira*. C1 – 06 – 62. 1962. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 33.

177Walt Whitman Rostow nasceu em Nova York, em 1916. Anticomunista ferrenho, Rostow se tornou um dos principais expoentes das teorias de modernização. Graduou-se em economia pela Universidade de Yale, onde também realizou seu doutorado, obtendo título em 1940. Começou, então, a lecionar na Universidade de Columbia. Com a eclosão da II Guerra Mundial, passou a servir no Office of Strategic Services (OSS) e, terminado o conflito, integrou-se ao Departamento de Estado, função que lhe rendeu uma colaboração na organização do Plano Marshall. De 1950 a 1961 foi professor de economia no Massachusetts Institute of Technology (MIT) e membro do Center for International Relations, órgão da mesma instituição, que se tornou central na organização e alavancagem da teoria de modernização. Durante as administrações de Kennedy e Johnson, trabalhou no Conselho de Segurança Nacional e no Departamento de Estado, tornando-se figura central na articulação do programa Aliança para o Progresso. Como Assessor para Segurança Nacional, Rostow foi um dos principais responsáveis pela Guerra do Vietnã tendo, inclusive, defendido o bombardeamento da região. O fracasso da guerra fez com que deixasse suas funções, em 1969, dedicando-se, a partir daí, a lecionar na Lyndon B. Johnson School of Public Affairs na University of Texas, em Austin. Faleceu em 2003, aos 86 anos.

Ver : <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/people/rostow-w-w-walt-whitman#:~:text=Biography&text=Walt%20Whitman%20Rostow%20was%20an,Kennedy%20and%20Lyndon%20Johnson%20administrations>.

Consulta em 03/02/2023.

178 ROSTOW, Walt W. *The Stages of Economic Growth: a non-communist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

179 MARÇAL, Heitor. *Evolução da Estrutura da Economia Brasileira*. C1 – 06 – 62. 1962. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 32.

Glycon de Paiva Teixeira¹⁸⁰, e o então deputado Daniel Faraco¹⁸¹, que à época presidia a Comissão de Economia da Câmara e que era, também, ligado ao IPES. Ambos tratariam de questões orçamentárias. Motivado em discutir a dimensão político-institucional do problema, Faraco afirmaria:

Nesse clima, as considerações grupais ou regionais se consideram feitas em relação ao Governo e não em relação à coletividade. Não suscitam, por isso, as resistências que deveriam naturalmente suscitar, indispensáveis a contê-las e moderá-las, para assegurar a observância da divisão equitativa, tanto dos benefícios, como dos ônus sociais¹⁸².

Faraco se referia ao processo de votação do orçamento. O documento, segundo a Constituição de 1946, era elaborado no Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) e votado pelo Congresso Nacional. Era ali, portanto, que muitas das demandas sociais e econômicas encontrariam sua ressonância. Os representantes parlamentares, movidos por interesses particulares, não conseguiriam ver o projeto no conjunto e, atuando por suas

180 Glycon de Paiva Teixeira nasceu em Uberaba, em 1902. Formado em engenharia, atuaria, nos anos 1930 e 1940, no Ministério da Agricultura, em diversos órgãos relacionados à mineralogia. Nesta condição, sobretudo no pós-guerra, participou de uma série de conferências internacionais sobre o assunto. Entre 1952 e 1953, seria diretor do BNDE. De 1954 a 1960 tornou-se membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Nesta condição, em 1955, assumiu a Direção da Companhia Vale do Rio Doce. Em 1961, ajudou a fundar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), instituição da qual seria, entre 1961 e 1967, vice-presidente. Após o golpe de 1964, que apoiou, se tornou membro do Conselho Nacional de Economia e do Conselho Consultivo da Confederação Nacional do Comércio. Ocuparia, então, as seguintes funções: “em 1972 tornou-se membro do conselho administrativo da Mercedes Benz do Brasil e, em 1976, do conselho técnico da CNC, do conselho consultivo da Siemens, do conselho econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da administração da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (Caemi) e do conselho consultivo da APEC editora. Em 1979 participou do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (Comudes), no governo do prefeito do Rio de Janeiro Israel Klabin”. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1993. Ver: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/glycon-de-paiva-teixeira>. Consulta em 05/12/2022. .

181 Daniel Faraco nasceu em Florianópolis, em 1911. Através de concurso, em 1928, se tornou funcionário do Banco do Brasil em Santa Catarina. A partir daí, durante os anos 1930 e a primeira metade dos anos 1940, ocuparia uma série de posições na instituição. Com o fim do Estado Novo, se elegeu deputado, pelo Rio Grande do Sul, pela sigla do PSD. Nesta condição, como Deputado Constituinte, participou da Comissão de Investigação Econômica e Social e apresentou a emenda que daria origem ao Conselho Nacional de Economia. Promulgada a Constituição de 1946, Faraco se tornou membro da Comissão Permanente da Indústria e Comércio na Câmara dos Deputados. Reelegeu-se Deputado em 1950 e, nesta condição, participou dos pareceres que deram origem à Petrobrás. Em 1954, mais uma vez eleito Deputado, sempre pelo RS, passou a presidir a Comissão de Economia da Câmara. Foi eleito Deputado para um terceiro e quarto mandatos, em 1958 e 1962. Entre março de 1963 e fevereiro de 1964, ocupou a Secretaria de Economia do Rio Grande do Sul. Após o golpe de 1964, Faraco assumiu o Ministério da Indústria e Comércio, cargo no qual permaneceu até o ano seguinte. A partir de então, se vinculou à ARENA e se tornou Deputado Federal por mais dois mandatos. Em 1979, abandonou a vida pública, dedicando-se à escrita. Morreu em Florianópolis, em 2009. Ver: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/daniel-agostinho-faraco>. Consulta em 05/12/2022.

182 FARACO, Daniel. Aspectos Particulares da Conjuntura Nacional. Campo Econômico. - Os Orçamentos e a Economia Nacional. (Folheto). C1 – 26 – 62. 1962. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 14.

próprias demandas, tendiam a produzir gastos ilimitados, que garantissem seus apoios políticos. A metodologia adotada agravava o quadro: o orçamento não era votado no seu todo, mas por partes. A combinação produzia déficits gigantescos, insanáveis. A situação reverberava no executivo que, enlaçado ao parlamento, necessitando dele para se sustentar politicamente, corroborava os excessos de endividamento. O resultado era explosivo: a fragmentação do sistema político que, capturado por demandas de diversas naturezas, muitas delas pouco comprometidas com o progresso modernizante, produzia sucessivas crises que, por sua vez, inviabilizavam um desenvolvimento estável.

A seu modo, Glycon de Paiva Teixeira reafirmaria a ideia. Paiva chamaria atenção para o aspecto refratário do capitalismo brasileiro. “O capitalista brasileiro é feudalista, isto é, um capitalista fechado, cujas empresas tem cunho familiar característico, sendo extremamente minguada a perspectiva social do empresário”, declararia, dando à situação o nome de “pressão do feudalismo”¹⁸³. A expressão indicava tendência ao atraso, à contramão da modernidade. Sugeria que o capitalismo brasileiro precisava ser modificado, se tornar menos senhorial, cartorial e lobbyista e mais aberto aos desafios da iniciativa empresarial. Sugeria, ainda, que as empresas poderiam ser mais porosas às demandas sociais. Envolver a população em sua administração através das Bolsas de Valores era um passo importante, uma maneira de democratizar o capitalismo e de reorientar o trato da questão social. Tratavam-se de transformações importantes para reorganizar as pressões sociais e econômicas sobre o Estado. O sistema político, entretanto, não apenas não as estava realizando como fazia justamente o contrário: ligado a uma rede clientelística, era apesado pelas forças do passado, do atraso. Em vez de promover, ele impedia as modificações.

A questão trazia, como alguns de seus desdobramentos, desequilíbrios regionais e setoriais. A aceleração do desenvolvimento econômico havia conduzido os maiores investimentos para a indústria e, conseqüentemente, para a região centro-sul. Duas eram as conseqüências. Se o descompasso entre a modernização agrícola e industrial agravava o balanço de pagamentos, as diferenças regionais tendiam a produzir êxodo, migração, o que sobrecarregava a estrutura urbana e agravava a questão social. Ambos ameaçavam a integridade da estrutura econômica nacional. A disputa por créditos estatais, por um lado, e o aumento exponencial das demandas sociais, por outro, formavam uma avalanche de pressões

183 TEIXEIRA, Glycon de P. Aspectos Particulares da Conjuntura Nacional. Campo Econômico – Problemática do Financiamento da Economia Nacional. (Folheto). C1 – 27 – 62. 1962. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 38.

canalizadas para o sistema político. Impossibilitado de absorvê-las integralmente e, ao mesmo tempo, incapaz de rejeitá-las, ele tendia a entrar em crise, a produzir instabilidade.

O que as conferências demonstravam, em seu conjunto, era a formação de um novo consenso, que envolvia não apenas a ESG, mas também o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)¹⁸⁴. A proposta de uma gestão econômica praticada por “técnicos”, mais apta a decisões racionais, menos sujeita a interesses políticos imediatos, tomaria ainda mais corpo. Partia-se do pressuposto de que as operações da economia deveriam ser conduzidas por órgãos qualificados que, munidos de mão de obra treinada, se amparassem em uma elite administrativa¹⁸⁵. Ou, dito de outro modo, as decisões deveriam ser conduzidas por uma burocracia especializada, cuja expertise fosse racionalizada.

Sustentada em boa medida por economistas da FGV, nesta tese estava embutida a ideia de que o atraso brasileiro, sua falta de “mentalidade capitalista”, seu “feudalismo”, o “caráter tradicional” de sua sociedade, tornados forças a agir sobre o sistema político, impediam que o desenvolvimento se realizasse dentro da democracia. A estrutura do regime democrático, construída em moldes modernos, estava soçobrando frente a uma infraestrutura que não lhe era correspondente: a democracia não apenas estava se mostrando incapaz de absorver e transformar as estruturas arcaicas mais profundas, aquelas que teimavam em retardar a chegada da modernidade, como, em certa medida, as estava potencializando.

A oposição dicotômica entre o suposto caráter tradicional da sociedade brasileira e as demandas por modernização estava no cerne da compreensão. Se a modernidade exigia a construção de estruturas racionalizadas e complexas de gestão social e econômica, o tradicionalismo operava pelo seu oposto: a simplificação e irracionalidade. Tratavam-se de formas contrárias de concepção e organização do poder, contradição que, ao gerar tensão

184 A respeito do IPES, do IBAD e de suas relações com a ESG, ver: DREIFUSS, René A. **1964: a Conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981

185 Este raciocínio pode ser visto com clareza em conferência pronunciada por Octávio Bulhões em 1958. Sua tese fazia um balanço dos déficits públicos, que ele via como decorrência da “concessão de créditos irrestritos ao Estado”. O problema fundamental, segundo o economista, estava na ausência de um órgão independente, que pudesse regulamentar as emissões de moeda e evitar a situação de arbitrariedade na qual se vivia. A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) não dava conta da função. O melhor jeito para lidar com a situação era criar um Banco Central que pudesse organizar e fiscalizar, autonomamente, a política de créditos e, com isso, evitar efeitos inflacionários excessivos, que colocassem em risco o desenvolvimento. Ver: BULHÕES, Otávio G. O Problema do Crédito Bancário – política a seguir. (Folheto) C – 73 – 58. 1958. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 5. É válido destacar que mais ou menos por este mesmo momento, as teses cepalinas, que defendiam um aumento das funções do Estado, eram mais distributivistas e menos preocupadas com a inflação, começariam a ser escamoteadas. Furtado falaria, pela última vez, em 1958. Ver: FURTADO, Celso. Planejamento Econômico. Bases de Planejamento. (Folheto) C – 91 – 58. 1958. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

constante, estava se tornando insustentável. A solução apresentada passava por verticalizar ainda mais o sistema. Às elites treinadas caberia empreender, mesmo que à força, a modernização, o que significava afastar o conjunto da sociedade da participação política, atividade para a qual ela era vista como inapta. Cada vez mais, se fixou a compreensão de que era preciso reorganizar a institucionalidade. Concentrar o poder político nas mãos das elites técnicas, treinadas desde o pós-guerra como vanguardas racionais e burocráticas e, ao mesmo tempo, alijar segmentos sociais “atrasados” e “instáveis” do processo decisório passaram ser vistos como um duplo e complementar movimento, indispensável à produção da modernidade. Destas concepções nasceria o Estado Burocrático Autoritário¹⁸⁶, definido assim anos depois, por Guillermo O’Donnell.

As teses que previam maior controle sobre o sistema político avançavam e traziam, para o centro do problema, a reconfiguração do processo de modernização. O desenvolvimento precisava ser construído em novas bases, com diferentes diretrizes de ação. A institucionalidade não permitia que fossem tomadas as medidas necessárias para corrigir os desequilíbrios. Tampouco conseguia dar respostas à rapidez do processo. Ao contrário: ao produzir sucessivos impasses, ela o agravava. Garantir desenvolvimento seguro implicava tornar o sistema político mais estável, o que significava fazer dele menos suscetível às pressões sociais e econômicas imediatas, encorajados pelos arranjos institucionais improvisados, ambos, na essência, fragmentários e ocasionais. Significava, em outras palavras, reorganizar o Estado: sua relação com a sociedade e a distribuição das atribuições de seus três poderes.

Tais premissas se aglutinaram e formaram um novo consenso, que não apenas embasou a ação golpista de 1964 como também orientou a construção do regime que o sucedeu. Não se distribuíram ao acaso as posições ocupadas pelos conferencistas do CSG imediatamente após a tomada do poder. Se Furtado seria exilado, muitos outros iriam para postos-chave no aparelho de Estado: assumiriam funções estratégicas, que lhes permitiram dar prosseguimento ao seu projeto. Glycon de Paiva Teixeira, vice-diretor do IPÊS, se tornaria membro do Conselho Nacional de Economia. Daniel Faraco se tornaria Ministro da Indústria e Comércio. Bulhões seria Ministro da Fazenda e, nesta condição, implementaria a Reforma Bancária: em dezembro de 1964, criaria o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional. Agora, a elite de técnicos poderia agir com menos restrições.

186 Ver: O’DONNELL, Guillermo. **El Estado Autoritario Burocratico**. Buenos Aires: Fundación Editorial de Belgrano, 1996.

CAPÍTULO 3

OS CONFLITOS DO ESPÍRITO: A GUERRA PSICOLÓGICA E A DISPUTA POR CORAÇÕES E MENTES

No ano de 1961, a Escola Superior de Guerra recebeu um convidado especial. Àquela altura, J. Walter Yeagley havia acumulado longo currículo¹⁸⁷. Anticomunista convicto, Yeagley havia sido agente do FBI no começo dos anos 1940 e, posteriormente, ocupou diversos cargos relacionados às atividades de segurança. Foi na condição de Procurador-Geral Adjunto do Departamento de Justiça e responsável pela Divisão de Segurança Interna daquele mesmo Departamento que falou ao auditório do CSG. Sua conferência, como não poderia deixar de ser, descrevia e analisava os principais métodos de ação comunista:

As atividades subversivas adaptam-se perfeitamente às normas em vigor no mundo ocidental, onde os comunistas abusam de nossas liberdades para nos explorar. Recorrem pressurosos a táticas do Cavalo de Troia sempre que as condições o permitem. Aproveitando nossas garantias constitucionais de liberdade de palavra, de imprensa e de reunião os comunistas trabalham infatigavelmente no desenvolvimento de seu partido e nas atividades de propaganda. Explorando nossas liberdades políticas, os comunistas surgem como cidadãos leais e de alto espírito público com a finalidade de penetrar nossas organizações trabalhistas, partidos políticos, grupos cívicos e entidades associativas, e até mesmo os governos locais e nacional. Essa tentativa de infiltração nos setores vitais de nossa sociedade está de pleno acordo com os planos de Lenine, fundador do Partido Comunista da União Soviética, que encareceu a todos os comunistas que “...combinassem as formas ilegais de combate com todas as formas possíveis de combate legal”¹⁸⁸.

Para coibir ações deste tipo é que a Divisão de Yeagley trabalhava. Montada para aplicar a legislação referente à subversão, ela visava punir atos de espionagem e sabotagem e,

187 J. Walter Yeagley nasceu em Angola, Indiana. Graduou-se em Direito pela Universidade de Michigan. Em 1942 entrou para o FBI, onde permaneceu até 1948. Nesta função, colaborou para a organização de provas que resultaram na condenação, em 1948, dos membros do Partido Comunista por violarem o Smith Act (lei de 1940, que prevê punição a quem defenda a deposição do governo por força ou violência). Yeagley ocupou os seguintes cargos: Diretor da Divisão de Segurança e Investigações da Administração de Cooperação Econômica; Primeiro Assistente da Divisão Criminal do Departamento de Justiça; residente da Comissão Interdepartamental de Segurança Interna do Conselho de Segurança Nacional; Procurador-Geral Adjunto na Divisão de Segurança Interna (neste cargo, participou de investigações sobre os Panteras Negras). Em 1970, foi designado Juiz da Corte de Apelações, onde trabalhou até 1984. Morreu em Palm Beach, Florida, em 1990. Ver: <https://www.washingtonpost.com/archive/local/1990/05/01/jw-yeagley-dies/8732b7fb-467c-407c-a727-799f2e8941d5/>. Consulta em 19/05/2023. Ver também: YEAGLEY, J. Walter. Segurança Nacional. (Folheto). C – 57 – 61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Contracapa.

188 YEAGLEY, J. Walter. Segurança Nacional. (Folheto). C – 57 – 61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 7 -8.

com isso, garantir a segurança da nação. O objetivo era proteger as instituições dos EUA e, conseqüentemente, evitar que o governo do país pudesse ser deposto à força¹⁸⁹.

Yeagley, que era considerado especialista de longa data nos “métodos comunistas”, estava partilhando sua expertise com o auditório do CSG. As considerações que trazia sobre *Segurança Interna*, seu tema privilegiado de trabalho, deixavam ver que não se tratava de um campo autônomo, mas de uma derivação da Guerra Total. A discussão sobre propaganda, infiltração, penetração e liberdade passava pelos mecanismos de controle político e ideológico da sociedade e compunham aquilo que se convencionou chamar de Guerra Ideológica, Psicológica e Cultural.

O tema da guerra ideológica, que se mostrou central na agenda de Guerra Fria, marcou as discussões do CSG. Sobre ele, em 1950, o comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), o brigadeiro do ar Armando de Souza Mello Ararigboia¹⁹⁰ diria:

A Guerra Total é um vasto campo de experiência psicológica. Físicos, matemáticos, químicos e outros cientistas podem criar toda a sorte de engenhos bélicos, a biologia pode prover os serviços médicos e cirúrgicos de todos os recursos destinados a salvar o maior número possível de vidas, mas sem um moral elevado ao mais alto grau, as forças militares serão pouco mais do que simples bandos armados. De fato, a guerra pode ser descrita como experiência psicológica de massa, a fim de provar qual o lado que está mais apto para suportar os ocultos conflitos do espírito¹⁹¹.

189 Segundo Yeagley, três eram os órgãos do Departamento de Justiça responsáveis diretamente pelas atividades referentes à Segurança Nacional. O FBI, responsável pela investigação das atividades subversivas; o Serviço de Imigração e Colonização, responsável pelas informações referentes aos estrangeiros no país; e a Divisão de Segurança Interna, em relação à qual ele afirmaria: “cabe-nos fazer cumprir todas as leis criminais relativas a atos subversivos, bem como as leis referentes à segurança da nação, como sejam as que regulam a defesa contra uma possível deposição violenta de nosso governo contra atos de traição e sabotagem”. YEAGLEY, J. Walter. *Segurança Nacional*. (Folheto). C – 57 – 61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 13.

190 Armando Ararigbóia nasceu em Santa Catarina, em 1898. Estudou na Escola Militar do Realengo, onde obteve seu diploma em 1919. A partir daí, progrediu continuamente na carreira, sobretudo no campo da aviação, então parte do exército. Em 1935 participou ativamente da mobilização e dos estudos para a criação do Ministério da Aeronáutica, que viria a se concretizar em 1941. Neste mesmo ano, foi designado Adido Aeronáutico na embaixada brasileira em Washington e, no ano seguinte, substituiu interinamente o representante brasileiro na Junta Interamericana de Defesa. De volta ao Brasil em 1943, passou a chefiar a Diretoria de Pessoal do Ministério da Aeronáutica. Permaneceu no cargo até 1945, quando passou a comandar a IV Zona Aérea. Ao longo dos anos 1950 e 1960, alternaria suas atividades entre o comando de diversas Zonas Aéreas e do Estado-Maior da Aeronáutica. (EMAER). Morreu em São Paulo, em 1975. Ver: <http://fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arariboia-armando-de-sousa-e-melo>. Consulta em 09/07/2021.

191 ARARIGBOIA, Armando S M. *Guerra Psicológica*. (Folheto). C – 17 -50. 1950. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

Pensada como parte da Guerra Total, a Guerra Psicológica era vista como modalidade específica do conflito, ainda que interligada às demais. “No seu sentido lato, consiste na aplicação de partes da ciência chamada psicologia na conduta da guerra”, diria o Brigadeiro. “Experiência psicológica” ou “conflito do espírito”, seu objeto era a sociedade e seu objetivo era ganhá-la para a causa ideológica da Guerra Fria.

A ideia de Guerra Psicológica se organizava em dois postulados fundamentais e interconectados. O primeiro deles era a impossibilidade de separar rigidamente população civil e militar: a totalização da guerra engajava a todos no conflito. Uma vez que a guerra era vivida em todos os âmbitos da vida, a sociedade, como um todo, fazia parte dela. Daí a segunda premissa: a guerra deveria ser ganha no campo ideológico. Convencer a sociedade dos valores pelos quais se estava lutando era estratégia fundamental, sem a qual o conflito estaria perdido.

A ideia de que a Guerra Fria era uma guerra ideológica foi essencial. Diferentemente das guerras localizadas, cujas batalhas e objetivos eram circunscritos, as guerras totais eram travadas em nome de visões de mundo: eram verdadeiras batalhas civilizatórias. Era o que, em 1953, o general Álvaro Fiúza de Castro explicava no CSG:

Revestindo a feição ideológica (a guerra total), manifesta características bem diferentes das que domina nas guerras políticas, pois, a partir do momento, em que o mote do conflito se calca numa questão de fé, sem dúvida a razão capitula; não se trata tão somente de uma decisão de Governo, cujos fundamentos são muitas vezes ignorados pelo povo, mas de um conflito que se infiltra no cerne da massa e se alastra por toda a parte, transpondo fronteiras, mares, montanhas e céus, penetrando no âmbito da família e nos conjugados sociais.

Dados os fenômenos éticos e psíquicos que envolve, o conflito aglutina problemas complexos, que lançam os homens em diretrizes opostas, que atingem a estrutura da sociedade e a forma da civilização, que criam antagonismos ao encarar as noções de liberdade, verdade, deveres e justiça, e formam mentalidades cultivadas em determinadas místicas, fatalmente propensas a dividir os povos em campos diversos. É lógico que os adeptos de uma mesma mística ideológica se aproximem e se congreguem para a consolidação dos mesmos ideais; daí a característica ilimitada dos conflitos ideológicos e que, em face dos modernos recursos, facilitando a aproximação dos povos, lhe imprimam o cunho universal.¹⁹²

A guerra ideológica, como batalha civilizatória, se espraiava para diversas dimensões da vida. Ela aparecia como herança da Segunda Guerra Mundial. Se antes a guerra tinha sido travada contra o nazifascismo, agora ela estava direcionada para se contrapor ao comunismo

192 CASTRO, Álvaro F. *Concepção Moderna da Guerra: sua evolução através dos tempos, formas de guerra e respectivos instrumentos, conceito de mobilização nacional.* (Folheto). A – 10 – 53. 1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 20.

soviético. Havia, entretanto, continuidade entre os conflitos, assegurada pela natureza comum dos oponentes: nazismo, fascismo e comunismo eram pensados como fenômenos análogos, todos eles igualmente totalitários. Em sua natureza totalitária, com suas conseqüentes formas de estruturação da vida social, política, econômica e militar, estava o impulso que compelia à destruição da tradição ocidental. Era em oposição ao totalitarismo que o ocidente afirmava seus valores modernos: liberais, democráticos e cristãos. O embate fazia da Guerra Fria uma luta por visões de mundo, uma disputa estruturada em torno daquilo que deveria ser a humanidade: sua essência, organização e destino.

Da concepção da Guerra Fria como combate ideológico surgiria, como um de seus fronts, a guerra psicológica, ou guerra cultural. As estratégias foram traçadas em escala internacional e de muitas maneiras. Uma das principais foram os Congressos. Em 1947, o Cominform começou a organizar suas *Ofensivas pela Paz* com o intuito de promover o ideário comunista e denunciar as políticas dos EUA como excessivamente bélicas e imperialistas. O empreendimento tomaria forma definitiva em 1949, com o Congresso Mundial dos Partidários da Paz, que procurava reunir um conjunto de intelectuais, cientistas e artistas alinhados ao comunismo. A resposta dos EUA não tardou a chegar. Em 1950, o Office of Policy Coordination, órgão da CIA, passou a articular uma frente de pensadores e ativistas que reunia não apenas liberais, mas também partidários da New Left, a esquerda antistalinista. A empreitada tomou forma mais acabada com o Congresso pela Liberdade da Cultura: ampla frente intelectual em cujo centro da agenda estava o combate às ideologias totalitárias¹⁹³.

A despeito de sua importância, o Congresso pela Liberdade da Cultura não estava sozinho. Ao longo do tempo, o Departamento de Estado organizaria diversas frentes de trabalho envolvendo a guerra cultural e psicológica. Nem sempre operando de forma pública, agências governamentais como a CIA e a USIA (United States Information Agency), para citar dois exemplos, somadas a instituições privadas como as Fundações Ford e Rockefeller, financiaram uma série de projetos que tinham por objetivo arregimentar aquilo que se considerava serem elites intelectuais. Pensava-se que a posição destas elites de professores universitários, juristas, cientistas sociais, artistas, estudantes, jornalistas, escritores, literatos, diplomatas, economistas, para ficar em alguns exemplos, era estratégica na promoção de valores como a democracia e a liberdade. Eles funcionariam como a ponta de lança da guerra

193 A este respeito, ver: SAUNDERS, Frances S. **Quem Pagou a Conta?** Rio de Janeiro: Record, 2008. CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil na Guerra Fria Cultural**. São Paulo: Intermeios: USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. PP. 18.

cultural e psicológica: atuaram no processo de conquista de “corações e mentes”, sendo os primeiros a cerrar fileiras na defesa dos ideais antitotalitários da modernidade ocidental¹⁹⁴. Era a partir deles que o restante da sociedade seria trazida para a batalha ideológica¹⁹⁵.

Como instituto de altos estudos, a ESG esteve inserida nos planos e discussões mais gerais sobre a guerra cultural e psicológica¹⁹⁶. Ao mesmo tempo em que formava elites engajadas na agenda ideológica contra o totalitarismo comunista, funcionava como laboratório para que as mesmas elites ajudassem a pensar estratégias de implementação desta agenda no cenário nacional. Não espanta, portanto, a frequência com que o tema foi tratado no Curso Superior de Guerra. Os chamados *Assuntos Psicossociais* eram parte fixa de seu programa. Sobre eles, todos os anos, conferências eram proferidas. De maneira geral, seu objetivo era pensar formas de solidificar o que era definido como *forças morais da nação*: uma reserva cultural, organizada entre a população, contra as investidas ideológicas totalitárias.

Tal premissa se provou fundamental para a discussão daquele que se tornaria um dos principais aspectos da guerra psicológica no CSG: o problema da segurança interna. A questão entrou na agenda desde a primeira hora. Já em 1951, o general César Obino a mencionaria:

O problema ideológico imprimiu em cada nação um novo aspecto à guerra. Esta se travava entre nações, ou grupo de nações, facilmente eliminadas, em cada uma delas, pela súbita e ampla reação do espírito nacionalista, as resistências internas que a princípio ousassem surgir.

194 “A luta integral, no sentido mais profundo, não se trava nem por terras, nem por alimentos, nem por poder – mas pela própria alma do homem”, diria o presidente Eisenhower, quando discursava na National Junior Chamber of Commerce, em Minneapolis. O discurso, de 1953, seria reproduzido no *The New York Times* e, posteriormente, traduzido, impresso e colocado para circular no CSG. Nele, Eisenhower faria, ainda, uma advertência ao público: “não vos esqueçais que a Segurança dos EUA reside, em 1º lugar, nos corações”. Os corações da juventude, mas também das avós e das crianças, eram demandados. Neles deveriam ser cultivados “a dedicação e devotamento àqueles grandes direitos do homem pelos quais nosso país e outros países livres do mundo sempre se bateram”. Ver: EISENHOWER, Dwight D. Texto do Discurso Do Presidente Eisenhower sobre a segurança. (Folheto). I – 22 – 53. 1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 6-7.

195 A respeito das atividades de formação de elites intelectuais no Brasil, realizadas pelas instituições mencionadas, ver: CANCELLI, Elizabeth. **Op. Cit.** CATTAI, Julio B P. **Guerra Fria e Propaganda: a U.S. Information Agency no Brasil, 1953-1964.** Curitiba: Editora Prismas, 2017. CATTAI, Júlio. **U.S. Power and the Social State in Brazil: Legal Modernization in the Global South.** London & New York: Routledge, 2022. CHAVES, Wanderson S. A. **Questão Negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970).** Curitiba: Editora Prismas, 2018.

196 Uma observação demonstra a relação mais ampla com as frentes de guerra psicológica. Embora a seção brasileira do CCF tenha sido fundada apenas em 1958, muitos de seus membros já estavam engajados na agenda do Congresso desde antes. Parte deles eram conferencistas da ESG desde o começo da década de 1950. Há registro de que, dos 42 fundadores da Associação Brasileira do Congresso pela Liberdade da Cultura, pelo menos 6 já haviam participado de atividades no Curso Superior de Guerra. São eles: Alceu Amoroso Lima (intelectual católico), Elmano Cardim (jornalista), Levy Carneiro (jurista e ensaísta), Deolindo Couto (médico e ensaísta), Austregésio de Athaide (jornalista) e Djacir Menezes (ensaísta). Os nomes foram retirados de tabela contida em: CANCELLI, Elizabeth. **Op. Cit.** PP. 33.

Atualmente o adversário, como nas guerras civis, se apresenta dentro do próprio país, com uma pujança que depende do grau de propaganda subversiva e do estado de debilidade econômica das populações, verdadeiro caldo de cultura para o alastramento da nefasta infecção russa.

Este perigo, cuja importância é cada vez maior, dá ao problema da segurança interna, na paz e sobretudo na guerra, tal relevo, que ele se impõem como um dos principais, senão principal, objetivo político nacional.¹⁹⁷

O diagnóstico de Obino era o de que o nacionalismo não era mais a fonte única, capaz de garantir a identificação automática do conjunto da sociedade e conferir a ela a coesão necessária para sua mobilização no enfrentamento das guerras. Ao contrário: a ideologização dos conflitos desconhecía a rigidez das fronteiras, estabelecendo vínculos entre a população e ideais mais amplos, externos. A percepção valia para os dois lados. De qualquer forma, se os valores cristãos, democráticos e liberais fortaleciam o Brasil, já que reafirmavam a tradição de modernidade ocidental da qual se pretendia ser parte, o totalitarismo comunista fazia exatamente o contrário: dissolvia o poder nacional, pervertendo o ideário e enfraquecendo o país por dentro. A segurança interna era campo de batalha para a guerra psicológica, campo que previa tanto o fortalecimento do país e de seus aliados ideológicos quanto o enfraquecimento de seus inimigos.

De fato, o que se chamava de *segurança interna* não era problema exclusivamente interno: ele estava sendo discutido em escala internacional. Alguns meses antes da conferência do general Obino, entre março e abril de 1951, a cidade de Washington sediou o IV Encontro de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. O evento era parte das atividades da Organização dos Estados Americanos (OEA) e seria o primeiro do tipo a ocorrer no pós-guerra. Sua agenda previa três eixos de discussão: cooperação política e militar na defesa continental; cooperação econômica de emergência; e fortalecimento da segurança interna. A respeito do último, a reunião concluiria por “condenar os métodos de todo sistema objetivando a suprimir direitos políticos, civis e liberdades, e em particular a ação do comunismo internacional ou qualquer outro totalitarismo”. Para isso, propunha adotar medidas que, respeitando as respectivas Constituições dos países americanos, visassem:

(...) erradicar e prevenir atividades direcionadas, ajudadas ou instigadas por governos, organizações ou indivíduos estrangeiros visando derrubar suas instituições pela violência, fomentar desordem na sua vida política doméstica, ou perturbar, por meio de pressão, propaganda subversiva, ameaças ou outros meios, o livre e

197 OBINO, Salvador C. Conceito Estratégico Nacional. (Folheto). C – 25 – 51. 16/11/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 14.

soberano direito de seus povos governarem a si próprios de acordo com suas aspirações democráticas¹⁹⁸.

As propostas defendidas na OEA partiam do pressuposto básico de que a segurança interna era fundamental na organização da segurança continental. Pensava-se que, para que o continente estivesse devidamente protegido, era preciso que cada país americano adotasse medidas no sentido de organizar sua vida política e social contra as ações totalitárias, em boa medida identificadas com o comunismo. Da boa condução destas medidas dependia a eliminação da ameaça soviética ao continente. Isso dava duplo movimento à agenda de combate à subversão: transpunha partes interna e externa, organizando-se num entrecorte de fronteiras nacionais. Tal como colocada pela OEA, a questão dizia respeito ao espaço que o continente americano ocupava na estratégia internacional de combate à ameaça soviética. Se a América fugia das possibilidades e interesses militares mais imediatos da URSS, isso não significava ausência completa de disputa. A luta ideológica, que ocorria também ali, arrastava a segurança interna para o centro da agenda do continente, tornando-a parte de um problema de segurança hemisférica e, conseqüentemente, da segurança global do bloco ocidental.

Foi como parte da pauta continental e do bloco ocidental que o Brasil construiu sua integração à agenda de oposição aos soviéticos: agenda que incluía, também, a segurança interna. Dois meses após a reunião de consulta da OEA, em junho de 1951, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) também se reuniu no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, após reafirmar seu engajamento ideológico com o “hemisfério americano”, os membros do CSN discutiram maneiras de viabilizar os compromissos firmados tanto com a ONU quanto com a OEA. A IV Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores foi citada e, com ela, a questão da segurança interna. Feito o diagnóstico de que havia uma “ameaça comunista”, que se estendia por “todos os setores das atividades nacionais e cuja forma subversiva constitui uma ameaça permanente e progressiva à nossa segurança interna”, propunha-se o desenvolvimento de uma “linha de conduta para a política interna”, baseada em “medidas concretas, de ordem psicológica, político partidárias e mesmo, legislativas, numa conjugação de esforços entre os órgãos do Governo e os partidos representantes no Congresso, no sentido

198 ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Fourth Meeting of Consultation of Ministers of Foreign Affairs. Final Act.** 1951. Washington, D.C.. PP. 11-12. Disponível em: <http://www.oas.org/consejo/MEETINGS%20OF%20CONSULTATION/Actas/Acta%204.pdf>. Consulta em 20/05/2021.

de imprimir uma orientação precisa e segura à política nacional”¹⁹⁹. Em outras palavras, as premissas de guerra ideológica estavam se tornando política de Estado.

A proteção contra manobras totalitárias, associada à segurança interna, como políticas de Estado, acabaram por envolver a ESG. A Escola era um dos órgãos para os quais as diretrizes do governo federal eram dirigidas: diretrizes pautadas em grande parte pelas orientações da OEA, o que mostra que os sentidos conferidos à temática eram partilhados internacionalmente. A capacidade da questão transcender limites nacionais estava em suas bases institucionais e na consequente maneira com a qual o problema era formulado. A segurança interna era concebida como parte do combate ideológico, cuja essência era global: percepção que estava orientando a ação política no Brasil²⁰⁰.

A inserção brasileira no combate ideológico ao totalitarismo, e o papel que a ESG ocupava frente a ele, fizeram com que o tema logo entrasse na agenda de discussões do CSG. A segurança interna, como conceito fundamental de guerra psicológica, definiria o calendário de discussões e pautaria parte das atividades do Curso. Um dos problemas centrais para seus conferencistas seria analisar as técnicas de infiltração comunista, entendidas como manobras totalitárias, e os procedimentos mais eficazes para combatê-las. A atenção à existência de elementos subversivos, com ligações internacionais, não era nova. Pensava-se haver um verdadeiro front interno: uma organização ampla e definida, com táticas e objetivos bem traçados, recrutando e formando pessoas com vistas à consecução de objetivos revolucionários. Era assim que o totalitarismo, tanto nazifascista quanto comunista, agia, de maneira orquestrada, planejada. Segundo percepção amplamente compartilhada no CSG, uma das estratégias soviéticas fundamentais era o quinta-colunismo: movimento através do qual agentes comunistas treinados procurariam, de maneira organizada, se infiltrar nas instituições e na sociedade em geral, minando as bases de confiança e enfraquecendo o poder nacional para, ai então, desencadear as forças revolucionárias.²⁰¹ Tratava-se de ação corrosiva, que tinha na propaganda e na exploração da pobreza seus principais instrumentos.

199 CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. **Ata Décima Sesta Sessão do Conselho de Segurança Nacional**. 30/06/1951. Rio de Janeiro. PP. 105. Disponível em: <http://memorialanistia.org.br/conselho-de-seguranca-nacional-atas/>. Consultado em 11/06/2021.

200 Era o que explicaria o coronel Pedro da Costa Leite que, tendo participado da reunião do CSN na condição de Chefe de Gabinete de sua Secretaria-Geral, falaria no CSG em 1952. Segundo ele, era impossível abordar o tema da segurança interna “sem fazer referências, ainda que perfunctórias, aos aspectos internacionais dos quais ele naturalmente decorre”, já que existia “sempre acentuada interdependência entre o combate ao bolchevismo no território nacional ou fora dele”. Ver: LEITE, Pedro da C. *A Segurança Nacional no âmbito interno do país*. (Folheto). C – 20 – 52. 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 3.

201 BENTLEHM, Hugo. *O Comunismo no Brasil*. (Folheto). A – 27 -51. 1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 9. (Grifos meus).

Em conferência de 1951, o major Hugo Bethlem²⁰², então Diretor da Divisão de Polícia Política e Social do Departamento Federal de Segurança Pública, órgão destinado a monitorar e reprimir atividades tidas como subversivas, sintetizaria a “técnica soviética”:

Não há exagero nessa afirmação (da ausência de patriotismo comunista). A velha técnica comunista de agitações diretas fora abolida há muito tempo e implantados novos métodos de conquista baseados na traição. Os adeptos comunistas, com desprezo à “moral burguesa”, seriam infiltrados, segundo os planos de expansão de conquista soviética do poder nos países visados, na estrutura política desses países, em busca de postos-chave, facilitando a derrocada interna no momento azado. Uma técnica mil vezes mais aperfeiçoada, de um quinta colonismo de novo porte conduzido e executado por uma minoria selecionada e treinada não somente na ação revolucionárias, mas nas técnicas políticas e sociais, seria empregada. Minoria que se apresentaria como orientadora do ‘patriotismo’, do ‘nacionalismo’, da ‘democracia’, do ‘aintiimperialismo’, com o fim expresso de alcançar posições capazes de facilitar-lhe, pela *traição planejada*, a conquista avassaladora do poder.

À expressão *Cavalo de Tróia* se recorreria com frequência para descrever este princípio de ação: seu aspecto metafórico permitia elucidar aquilo que se entendiam ser as técnicas de infiltração, sabotagem e espionagem. Como vinha definida em 1951, por um conferencista do CSG, elas consistiriam de “uma ação de dentro para fora e não de fora para dentro, uma Revolução às avessas, infalível e sem risco, porquê, necessariamente, os centros nervosos do adversário estarão paralisados e neutralizada sua capacidade de resistência”.²⁰³ A definição, que era de um diplomata de carreira, Manoel Pio Corrêa Júnior²⁰⁴, continha uma

202 Hugo Bentehm nasceu no Rio de Janeiro, em 1913. Formou-se na Escola Militar do Realengo em 1932. Ao longo dos anos 1930 e 1940, progrediu continuamente na carreira militar, estudando nas seguintes instituições: Escola de Armas e de Estado-Maior, Command and General Staff School e Ground Liaison Officer School, as duas últimas nos EUA. No final dos anos 1940 e começo dos anos 1950 foi adido militar junto à embaixada do Brasil na Bolívia e diretor da Divisão de Polícia Política e Social do Departamento Federal de Segurança Pública. Na sequência, afastou-se das atividades militares para servir em funções diplomáticas, retornando ao exército em 1954. Consta que teria mantido relações com o adido militar Vernon Walters, quando dos preparativos para o golpe de 1964. Morreu em Brasília, em 1982. Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hugo-manhaes-bethlem>. Consulta em: 09/07/2021.

203 CORRÊA JÚNIOR, Manoel P. A União Soviética e o Expansionismo Comunista. (Folheto) B – 019 – 51. 23/08/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 16. Grifos do original.

204 Manoel Pio Corrêa Júnior nasceu no Rio de Janeiro, em 1918. Estudou Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e, em dezembro de 1937, passou a trabalhar no Itamaraty como Cônsul de terceira classe. No início de 1938, começou a trabalhar no Conselho Federal do Serviço Público Civil, órgão que se transformaria no Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). Entre 1938 e 1939, estudou na Universidade de Washington. De volta ao Itamaraty, participou, ao longo dos anos 1950, de diversas missões diplomáticas. Em 1960, assumiu a embaixada do Brasil no México onde ficou até 1964, quando assumiu a embaixada do Brasil no Uruguai. Há indícios de que, neste momento, tinha contatos com a CIA. Entusiasta do Golpe de 1964 e apoiador da Ditadura, volta ao Brasil em 1966. Na ocasião, tornou-se Secretário-Geral do Itamaraty e, nesta condição, criou o CIEX (Centro de Informações do Exterior): órgão paralelo do Ministério, encarregado de monitorar atividades tidas como politicamente suspeitas. A partir de 1969, dedicou-se a atividades privadas, exercendo cargos nas empresas Siemens e Coca-Cola. Morreu no Rio de Janeiro, em 2013.

expertise apreendida tempos antes. Durante a II Guerra, Corrêa havia servido na Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente, órgão ligado ao sistema interamericano que tinha, dentre suas atribuições, lidar com a segurança interna. As estratégias de operação desenvolvidas na II Guerra estavam sendo, mais uma vez, mobilizadas e reinterpretadas pelas demandas de Guerra Fria. A premissa antitotalitária, que igualava os inimigos nazistas e soviéticos, era evocada como base de interpretações.

À conferência de Pio Corrêa se somava outra, proferida no mesmo dia. Ambas, que tinham “o comunismo” por temática geral, colocavam o quinta-colunismo no centro da abordagem. Após Corrêa, Frederico de Chermont Lisboa²⁰⁵ fez balanço da situação sul americana, destacando que seus problemas sociais e econômicos faziam dela “campo fértil à propagação das ideias demagógicas, entre as quais as promessas do comunismo são, sem dúvida, as que mais facilmente podem atrair as classes desprovidas”²⁰⁶. O atraso e o subdesenvolvimento da região permitiam que o comunismo prosperasse. Lisboa destacava, ainda, um elemento que considerava vital para o funcionamento das operações: a submissão à Moscou. “Cada comunista”, dizia, “seja de que nacionalidade for, e os sul-americanos não escapam a esta regra, vê na URSS a ‘grande pátria do socialismo’, à qual deve inteira e incondicional lealdade”. Para ele, era possível observar “nos adeptos da teoria marxista um abandono completo do sentido de crítica e de exame em tudo que concerne ao Partido”. A adesão ideológica fanática e o controle direto das atividades políticas, exercido pela URSS, formavam a dupla pedra de toque da ação dos quinta-colunas. Os Partidos Comunistas eram a principal base para as operações, o lugar onde treinamento ideológico e organização militante se encontravam para produzir “quislings e quintas colunas obedientes e dedicados”²⁰⁷. Ou,

Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manuel-pio-correia-junior>. Consulta em: 09/07/2021.

205 Não há muitas informações sobre Frederico Chermont Lisboa. Sabe-se que foi funcionário do Itamaraty. Na contracapa de sua conferência, na ESG, consta que era Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Distrito Federal e que teria ocupado os seguintes cargos: Secretário de Legação em Pequim; Secretário de Embaixada em Londres; Secretário de Legação no Cairo; Encarregado de Consulado Geral em Antuérpia. Consta, ainda, que serviu na Comissão das Nações Unidas para os Bálcãs. LISBOA, Frederico C. Ação Comunista e Política Partidária na América do Sul. (Folheto). B – 18 -51. 23/08/195. Contracapa.

206 LISBOA, Frederico C. Ação Comunista e Política Partidária na América do Sul. (Folheto). B – 18 -51. 23/08/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1. Entre os fatores sociais da América do Sul, o autor destaca: “as deficientes organizações econômicas, seu alto custo de vista, seu proletariado pouco favorecido, com a massa da sua população ignorante e vivendo miseravelmente”. PP. 1.

207 LISBOA, Frederico C. Ação Comunista e Política Partidária na América do Sul. (Folheto). B – 18 -51. 23/08/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2. Munido por estes pressupostos, o autor faz um balanço sobre as atividades partidárias na América do Sul, sobretudo aquelas empreendidas pelos Partidos Comunistas, registrados ou ilegais, como o PCB, cassado em 1947. Os países analisados são: Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai, Chile, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela.

nas palavras de Golbery do Couto e Silva, “grupos internos dissidentes revolucionariamente organizados”, inimigos internos.²⁰⁸

O quinta-colunismo era produto da transformação da guerra, da transmutação de sua dimensão localizada em dimensão total e ideológica. A totalização da guerra acabava por modificar os atores e o espaço: arrastava para seu centro a população civil e se estendia por todo o globo. Daí que o quinta-colunismo se tornasse um dos modos através dos quais a luta por visões de mundo era travada e uma das noções basilares sobre as quais os membros do CSG construiriam sua concepção de segurança interna. Herança importante da Segunda Guerra Mundial, as quintas colunas traziam uma lição: se havia um campo de batalha dentro da própria nação, e se ele era organizado e sofisticado, era necessário produzir estratégias igualmente organizadas e sofisticadas para enfrentá-lo. Era preciso contra-atacar a ação subversiva, fechando os espaços nos quais ela costumava florescer.

As premissas da guerra psicológica, desdobradas na ideia de segurança interna, se tornaram elementos centrais para engendrar controles sociais. Através delas, a vigilância sobre a sociedade passou a ser justificada como essencial para a manutenção da integridade nacional. A transformação da ideologia em disputa bélica estreitou os limites a partir dos quais diferentes visões de mundo poderiam ser toleradas. A consequência foi a redução das possibilidades de engajamento social e político, com a submissão das potencialidades da vida civil à patrulha extensiva.

Duas estratégias passaram a ser vistas como fundamentais: propaganda e bem-estar. Elas, que seriam os instrumentos de ação junto à população, formariam o que o general César Obino descreveu como “dupla barreira psicológica e econômica à insidiosa infiltração comunista”²⁰⁹. A prioridade no enfrentamento da ameaça interna empurrou os temas de propaganda e de bem-estar ao centro da agenda de discussão do Curso. Em torno deles, os conferencistas cerraram fileiras, traçando estratégias de defesa. Mais do que isso: propaganda e bem-estar eram instrumentos para promover a modernização social. O princípio da

208 SILVA, Golbery do C. Os Estudos Estratégicos de Áreas: conceito e caracterização de áreas estratégicas. (Folheto) A – 16 – 53. 23/04/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 39.

209 OBINO, Salvador C. Conceito Estratégico Nacional. (Folheto). C – 25 – 51. 16/11/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 15. No ano seguinte à conferência de Obino, Cordeiro de Farias afirmaria que a contenção ao comunismo deveria ser a base do ‘conceito estratégico nacional’ e estabeleceu, como ‘linhas gerais da política a seguir’: “1. Estabelecer firme política de segurança interna tendente a combater a ideologia comunista, mediante: - Uma propaganda organizada e sistemática; - Atenuação do desequilíbrio econômico e social da população, e proporcionando melhor distribuição de riqueza”. Ver: FARIAS, Osvaldo C. Apresentação de um Conceito Estratégico Nacional. (Folheto). C - 10 -52. 03/06/1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 11.

construção de uma nação moderna, democrática, alinhada aos valores ocidentais e cristãos, implicava em refazer arranjos na estrutura da sociedade e no conjunto de valores que a organizava. Tratava-se de proceder uma engenharia social e cultural, que pudesse inserir o país nos trilhos da modernidade e, com isso, afastá-lo definitivamente das ameaças totalitárias.

Propaganda e bem-estar faziam parte de ampla agenda de transformação social. Munido das premissas de guerra ideológica, o movimento de modernização da sociedade implicou a criação de mecanismos próprios de gerenciamento populacional. Ao interpretar a sociedade como massa, população, o projeto modernizador estabeleceu que ela deveria ser disputada de um ponto de vista bélico. O resultado foi a captura das potencialidades da vida civil. Contornados os limites da ação e do discurso, o exercício da cidadania passou a ser substituído por controle, administração e vigilância sociais²¹⁰.

3.1. Propaganda como Arma

Quando a Escola Superior de Guerra iniciou suas atividades, em 1949, os primeiros esforços soviéticos das *ofensivas pela paz* já haviam começado há um ano. Organizadas pelo Cominform, as *ofensivas* deram origem aos Congressos Pelos Partidários da Paz, cujo objetivo era denunciar aquilo que consideravam ser o *imperialismo* e o *belicismo* dos EUA e seus aliados: seu novo fascismo. Expandindo suas atividades ao longo do tempo, os Congressos funcionaram como frentes amplas, espalhadas ao redor do mundo: eram o front soviético da guerra cultural. A eles, os membros do Curso Superior de Guerra se opuseram desde o início. Em geral, os conferencistas do Curso apresentaram tais iniciativas como exercício de propaganda enganosa, técnica para angariar adeptos para o totalitarismo comunista. Sua existência, afirmavam, era apresentada como necessária tanto para manter os Partidos Comunistas unidos doutrinariamente como para subordiná-los a Moscou. Em 1953, Amaury Krueel²¹¹, então coronel, descreveria o funcionamento das *campanhas da paz*:

210 Recorro, aqui, à Hannah Arendt, para quem a ação e o discurso são a essência da vida do cidadão, portanto, da vida pública. Ver: ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

211 Amaury Krueel nasceu em Santa Maria (RS), em 1901. Estudou na Escola Militar do Realengo onde, em 1921, se formou. Estando no Rio de Janeiro em 1930, apoiou o movimento que levaria Getúlio Vargas ao poder. Em 1933, formou-se na Escola do Estado-Maior e, entre 1936 e 1937, comandou a Polícia Municipal do Distrito Federal. Em virtude da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, Krueel realizou estágio no Fort Leavenworth, integrou-se à FEB e participou da campanha na Itália. De volta ao Brasil em 1945, passaria a ocupar diversos cargos de comando no exército. Anos depois, em 1954, Krueel assinou o Manifesto dos Coronéis,

Foi em consequência desta dependência e ligação com Moscou que os Partidos Comunistas do mundo desenvolveram, no decorrer de 1951 e 1952, uma vasta propaganda da chamada “campanha da paz”, fornecendo provas flagrantes da técnica bolchevista, de quebrar a unidade das democracias, por meio da propaganda organizada, de inversão total da verdade, da confusão de ideias e de terminologia, com a finalidade imediata de arrolar os indiferentes, os incautos, os neutros e os espíritos menos esclarecidos sobre a realidade política e social da época em que vivemos ²¹².

A conferência de Kruel fazia parte das análises de conjuntura daquele ano e se propunha a ser um estudo dos aspectos psicossociais do comunismo no Brasil e no mundo. Ela estava especialmente bem informada. Naquele ano, Kruel era Chefe da Segunda Seção do Estado-Maior do Exército e, nesta condição, era alimentado constantemente com informações sobre as atividades comunistas ao redor do mundo. As informações vinham da Divisão Política do Ministério das Relações Exteriores. Ao que tudo indica, o Itamaraty não apenas estava monitorando as atividades comunistas como também repassava as informações aos militares²¹³. Kruel era, neste sentido, conferencista bastante acertado. Sua posição fornecia expertise mais ampla para os alunos da Escola.

A atenção dada às *campanhas pela paz* mostrava sua centralidade: elas eram um dos principais instrumentos da ação soviética. Segundo o coronel Kruel, as campanhas atuavam de quatro maneiras: procurando “apresentar os fatos parcialmente, dando a impressão de totalidade”; “apresentar os fenômenos sem indicar suas causas ou motivos”; “tirar,

que protestava contra o aumento de cem por cento do salário mínimo, concedido pelo então Ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart. Durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi nomeado Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública. No governo Jango, depois de ajudar a administrar a crise seguida pela renúncia de Jânio Quadros, Kruel se tornaria Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Ministro da Guerra e Comandante do II Exército, posição através da qual participou nas articulações para o golpe de 1964. No ano de 1966, entrou para a reserva e em 1967 assumiu uma cadeira na Câmara, onde foi membro da Comissão de Segurança. Em 1971 afastou-se da vida pública. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1996. Ver: <http://www.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/kruel-amauri>. Consulta em: 09/07/2021.

212 KRUEL, Amaury. *A Conjuntura Nacional – Fatores Psicossociais – O Comunismo no Brasil (2º Parte)*. (Folheto). C – 14 – 53. 1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 9.

213 Sobre os Congressos Pelos Partidários da Paz, Kruel receberia, só naquele ano, duas remessas de dados: uma sobre as impressões da embaixada brasileira em Viena, onde em 1952 o Congresso teria sido realizado; e a outra sobre ofícios e anexos, levantados pela Delegação Brasileira em Estocolmo, que versavam sobre as atividades da Organização Mundial Pró Paz, que prepararia novo Congresso, para acontecer em Budapeste. Ver: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nº DPO/ 226/ 100.1 950**. Congresso dos Povos para a Paz. 13 de fevereiro de 1953. Rio de Janeiro, DF: Arquivo Histórico do Itamaraty (Ererio). Fundo: Ministério da Guerra – Diversas Repartições. Série: Correspondência Expedidos. 1953. Correspondência Expedidos- Ministério da Guerra - Diversas Repartições. Data: 1953. Estante:103. Prateleira: 4. Volume: 1.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nº DPO/ 099/600.001. 950**. Reunião do Conselho da Organização Mundial Pró-Paz. 13 de julho de 1953. Rio de Janeiro, DF: Arquivo Histórico do Itamaraty (Ererio). Fundo: Ministério da Guerra – Diversas Repartições. Série: Correspondência Expedidos . 1953. Correspondência Expedidos- Ministério da Guerra - Diversas Repartições. Data: 1953. Estante:103. Prateleira: 4. Volume: 1.

logicamente, conclusões incompletas, portanto falsas”; “aplicar estas conclusões ao mundo democrático”. Agindo assim, cuidavam de construir propaganda falaciosa, que apresentava a URSS como vítima, livrando-a de qualquer responsabilidade pelas tensões da Guerra Fria. Tratava-se de técnica soviética para “encobrir seus verdadeiros propósitos”, técnica que Krueel denominava “dialética da paz”²¹⁴.

Os apontamentos de Krueel não eram solitários: vinha na esteira das discussões travadas no CSG. Dois anos antes de sua conferência, o major Hugo Benthlem realizara palestra. Naquela ocasião, Benthlem afirmou que “o denominador comum da propaganda soviética na atualidade é a ‘luta pela paz’” e completou: “a ideia em si já vem de anos atrás, mas a sua aplicação intensiva e sistemática, em padrões mundiais, é recente”. A constatação do Major era de que as campanhas empreendidas pela URSS possuíam claras diretrizes políticas e estratégias de ação, desenvolvidas em escala internacional, e que os Congressos pelos Partidários da Paz eram um de seus importantes elementos aglutinadores. Daí que, após apanhado histórico sobre o surgimento dos Congressos, concluiu-se que “esses problemas se apresentam idênticos ao mundo inteiro e obedecem a um só comando”²¹⁵.

As referências aos Congressos pelos Partidários da Paz se tornaram recorrentes no CSG. Em geral, eram interpretados como poderoso front soviético, em cujo núcleo das operações estava a propaganda. A instrumentalização do conceito de paz seria o fundamento da estratégia comunista. Ao mobilizar tal conceito, a propaganda apelava para as lembranças da Segunda Guerra Mundial e para os temores em relação a novo conflito. Como ferramenta de guerra psicológica, o objetivo dos Congressos seria minar os valores que estruturavam o bloco ocidental, apresentando o regime soviético como o verdadeiro defensor das políticas de pacificação. O fundamento seria a conquista ideológica. Tendo este método por base, é que os Congressos operavam ao redor do mundo e, também, no Brasil. Eram, portanto, assunto dos mais relevantes para a segurança nacional.

As discussões que envolviam os Congressos pelos Partidários da Paz evidenciavam a importância da propaganda. Ela estava no centro do problema, como uma das mais poderosas armas de guerra psicológica. Em geral, os conferencistas do CSG consideravam que o fundamento da propaganda era o convencimento. O tenente-coronel Henrique Geisel²¹⁶,

214 KRUEEL, Amaury. *A Conjuntura Nacional – Fatores Psicossociais – O Comunismo no Brasil (2º Parte)*. (Folheto). C – 14 – 53. 1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 9-10.

215 BENTLEHM, Hugo. *O Comunismo no Brasil*. (Folheto). A – 27 -51. 1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 20.

216 Não há muitas informações sobre Henrique Geisel. Sabe-se que era de família onde também havia outros militares: era irmão de Orlando e Ernesto Geisel. Em sua ficha, consta que era: instrutor da Escola de

inspirado nos manuais de guerra dos EUA, a definiria como o “emprego sistematizado de qualquer meio de comunicação, tendo em vista influenciar as ideias, emoções e o comportamento de um determinado grupo de indivíduos com uma finalidade específica, militar, econômica ou política”²¹⁷. A definição de Geisel era precisa. Ela trazia a série de elementos considerados estruturantes das técnicas de propaganda. Em primeiro lugar, apontava a sistematização, indicando a organização como ponto central para a propaganda. Em segundo, definia os meios de comunicação como os suportes para sua realização. Por fim, apresentava aquele que era o objetivo da propaganda: influenciar ideias, emoções e comportamentos, ou seja, infundir princípios. A propaganda era esforço ordenado de conquista ideológica, em cujo centro estava a capacidade de sugerir valores e, conseqüentemente, estabelecer condutas: comportamentos políticos e sociais.

Como mecanismo de guerra ideológica, a propaganda servia à interconexão entre objetivos internos e externos. Externamente, poderia colaborar tanto para o estreitamento de vínculos com países e grupos amigos, afinando seus ideários e solidificando suas cooperações, quanto para minar o poder de seus inimigos, enfraquecendo-os²¹⁸. Do ponto de vista da segurança interna, sua principal função era estruturar os valores considerados como os alicerces da nação, notadamente aqueles do ocidente cristão. De qualquer forma, aspectos internos e externos apareciam relacionados e, se davam à propaganda duplicidade de funções, já que ela servia tanto para fortalecer quanto enfraquecer valores, também garantiam a ela unidade de método: ela era, sempre, manobra persuasiva, de convencimento.

A avaliação sobre o sentido e estruturação da propaganda que trazia, para o centro do problema, sua relação com a verdade, foi atravessada pela premissa antitotalitária. Nos totalitarismos, acreditava-se, a propaganda consistia da divulgação de ideologia única e oficial, em relação a qual diferentes opiniões eram consideradas desviantes. Hitler e Stálin eram os exemplos. Em seus regimes, a propaganda, somada ao terror, funcionava como instrumento através do qual elites organizavam e controlavam tiranicamente as massas da

Aperfeiçoamento de Oficiais; Comandante do CPOR – Curitiba; Comandante de Grupo de Artilharia; Adjunto do Estado-Maior Regional; e, no momento da conferência, era Adjunto da Divisão de Assuntos Militares da ESG. Consta, ainda, que teria recebido as seguintes condecorações: Medalha de Prata do Serviço Militar; Medalha de Guerra; Cavaleiro de Ordem Militar. Ver: GEISEL, Henrique. *Mobilização Psicológica*. (Folheto). C – 31 -51. 03/12/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Contracapa.

217 Geisel faria referência direta a um Manual de Guerra Psicológica desenvolvido pelas Forças Armadas norte-americanas. Seria ele: DEPARTMENT OF THE ARMY. **Psychological Warfare in Combat Operations**: Manual Field Operations FM 33-5. United States Printing Office: Washington (DC), 1949. Ver: GEISEL, Henrique. *Mobilização Psicológica*. (Folheto). C – 31 -51. 03/12/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 3.

218 O tema será retomado mais detidamente no capítulo 5.

população. Ligada à força, a propaganda garantia a unidade ideológica: seu compromisso era com o despotismo e não com a verdade. Para os membros do CSG, ela podia ser, e no mais das vezes era, peça de ficção que, produzindo um mundo à parte, servia unicamente aos propósitos do regime.

A propaganda nas democracias deveria ser diferente. “Tais povos (democráticos)”, explicava o contra-almirante Fernando Almeida da Silva²¹⁹ em 1954, “devem estar interessados primordialmente em outra espécie de guerra psicológica, ou instrumento psicológico, que melhor poderia ser denominado ‘persuasão’”. Sua intenção deveria ser “persuadir outros povos de que só terão vantagens em estar do seu lado”²²⁰. Em outras palavras, à propaganda falsa e ao terror, como métodos de adesão, a democracia deveria contrapor o convencimento, a factualidade de seus feitos e a superioridade de seus valores, derivados de “padrões morais elevados”. A questão dizia respeito à eficácia do método de propaganda e, conseqüentemente, à sua capacidade de assegurar a sobrevivência do projeto democrático ocidental. Como o Chefe da Seção Americana da Comissão Militar Mista Brasil-EUA, general Charles Mullins Jr²²¹, afirmaria: “não devemos recorrer à mentira em certas

219 Fernando Almeida da Silva nasceu no Rio de Janeiro, em 1897. Formado em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro estudou, também, na Escola Naval. Segundo sua ficha, ocupou os seguintes cargos: Instrutor de Emprego na Escola de Comando do Estado-Maior da Aeronáutica; encarregado do Escritório de Compras da Marinha, em Washigton; Comandante da Base Naval do Recife; Chefe da Divisão de Assuntos Militares da ESG; Subchefe do Estado-Maior da Armada; Assistente da Marinha junto ao Comando da ESG. Ver: SILVA, Fernando A. A Guerra Total. Estratégia nos campos político, econômico, e psicossocial. (Folheto). C – 21 -54. 20/04/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Contracapa. E: <http://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/index.php/silva-fernando-almeida-da>. Consulta em: 10/07/2021.

220 SILVA, Fernando A. A Guerra Total. Estratégia nos campos político, econômico, e psicossocial. (Folheto). C – 21 -54. 20/04/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 32. Opondo a guerra psicológica democrática e totalitária, o autor descreveria a segunda: “quando o regime político é despótico, a massa da população não tem oportunidade de influir na escolha da elite, preencher posições vagas na elite, e fazer julgamento público das decisões da elite. Nos despotismos modernos, isto é, nos regimes totalitários, a elite política dissemina suas opiniões exotéricas para as massas da população; a população é estritamente organizada e controlada; todas as opiniões políticas diferentes são exotéricas ou mantidas em segredo, devido às medidas terrorísticas tomadas contra os que são acusados de tendências heréticas ou desvios. A interpretação, por mais falsa que seja, dos acontecimentos nacionais ou internacionais do passado e do presente, é dada por meio de uma ideologia oficial, fenômeno que não existia nas tiranias antigas. Tal ideologia contém também as definições políticas de amigo e inimigo, lei e padrões morais. A ideologia dá significado, geralmente simplificado, às coisas em geral, e fornece às massas a linguagem permitida”. (Grifos meus). PP. 30-31.

221 Charles Mullins Júnior nasceu em Gretna, Nebraska, em 1892. Em 1917, graduou-se pela West Point e, no ano seguinte, passou a trabalhar em duas instituições: The Presidio e Fort Still, em Oklahoma. Promovido a capitão em 1919, passou a ser professor de ciência militar e tática na University of Illinois.. Major em 1933, Mullins foi, em 1939, designado para a missão militar dos EUA na Nicarágua e ajudou a fundar a academia militar daquele país. Serviu, posteriormente, como Chefe da Missão Militar Americana na Costa Rica. Passou por uma sequência rápida de promoções: em 1940, promovido a tenente-coronel; em 1941, a coronel; e em 1942, a general brigadeiro. Foi com a última patente que lutou na Segunda Guerra Mundial. Entre 1949 e 1952 atuou como o comandante americano da Junta Militar Brasil-EUA. Aposentou-se no ano seguinte, em 1953. Morreu em 1976. Ver: <https://history.nebraska.gov/collections/charles-love-bud-mullins-jr-1892-1976-rg1311am>. E:

fases, a fim de que nossa propaganda sobre a verdade, em outras fases, não caia no descrédito”. Ainda que os fatos pudessem ser selecionados, a mentira pura e simples não era uma estratégia: ela conduzia, no mais das vezes, à desmoralização²²².

Nas diferenças de métodos entre a propaganda totalitária e democrática estava contida a forma como cada um daqueles regimes entendia a sociedade. Se o totalitarismo fanatizava a população, à democracia caberia esclarecê-la, o que implicava a conscientização do conflito ideológico do qual ela, afinal, era parte²²³. Através de métodos diferentes, ambos disputavam o mesmo objeto: a população civil, a consciência das massas.

As massas eram a razão de ser da propaganda. Ela existia para convencê-las: na medida em que não podiam mais ser apartadas por inteiro dos embates ideológicos, conquistá-las se tornou fundamental. O alvo da operação era o que passou a ser chamado *moral*, entendido de forma genérica como a adesão da população a um conjunto de valores. Desta adesão esperava-se que fosse comprometida, ainda que houvesse custos. Quanto mais as massas estivessem conscientes e dispostas a defender tais valores, ou seja, quanto maior fosse o seu moral, maior seria a força da nação, o poder nacional: daí que tais valores devessem ser inculcados corretamente²²⁴.

Dada sua relação com a dimensão ideológica da guerra, o tema do *moral* se tornou parte da agenda do CSG desde o início. Já em 1951, quando o Curso organizou uma sequência de conferências para sistematizar a ideia de Guerra Total, a discussão sobre a natureza do aspecto moral apareceu em várias delas. Em *A Guerra Total: a importância das Forças Morais*, o jornalista Elmano Cardim²²⁵ o tomava como central. Segundo Cardim, o

<http://www.arlingtoncemetery.net/clmullinsjr.htm>. Ambos consultados em: 10/07/2021.

222 Em sua conferência, o tenente-coronel Henrique Geisel, citando o Manual de Guerra Psicológica dos EUA, corroboraria tal tese ao dizer que a “propaganda baseada na mentira só serve para nos desmoralizar perante aqueles cuja consciência queremos captar”, embora ele próprio acrescentasse que “a propaganda deve ser baseada na parte da verdade que convém aos nossos propósitos”. Ver: GEISEL, Henrique. Mobilização Psicológica. (Folheto). C – 31 -51. 03/12/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 4. O manual era: DEPARTMENT OF THE ARMY. **Psychological Warfare in Combat Operations**: Manual Field Operations FM 33-5. United States Printing Office: Washington (DC), 1949

223 Em 1954, o coronel Aguinaldo José Senna Campos sintetizou o aspecto. Ele afirmou que: “o esclarecimento da opinião pública, quanto às razões do conflito, a atitude a tomar, a compromissos assumidos, a medidas executadas e a rumos a seguir pela Nação, constitui fator de sucesso”. Ver: CAMPOS, José A S. Mobilização Nacional. (Folheto). C – 24 -54. 27/04/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca Cordeiro de Farias. PP. 15.

224 Henrique Geisel definiria moral como “sendo um espírito de obediência voluntária, para o bem comum. Tal espírito tem um grau de permanência capaz de resistir ao medo, à fadiga, à fome ou à sedição, fazendo com que todos os cidadãos de um país realizem proezas de valor e resistência que conduzirão à vitória”. Ver: GEISEL, Henrique. Mobilização Psicológica. (Folheto). C – 31 -51. 03/12/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 5.

225 Elmano Cardim nasceu em Valença, Rio de Janeiro, em 1891. Começou a carreira jornalística em 1908, trabalhando em diversos órgãos de imprensa: repórter em O Século; revisor no Diário do Comércio e A Imprensa e chefe de revisão no Diário de Notícias. Foi em 1919 que iniciou seus trabalhos no Jornal do Comércio, onde

fortalecimento das forças morais nacionais consistia em promover os princípios da modernidade ocidental e democrática em oposição àqueles dos totalitarismos. Dois conjuntos inter-relacionados de valores eram tidos como centrais na batalha. O primeiro dizia respeito ao resguardo do indivíduo e ao respeito de sua dignidade. Três seriam seus postulados: “a personalidade humana do cidadão moderno”, com seu direito à liberdade de pensamento, expressão e fé; o “homem cidadão” que, respeitando a verdade e a ciência, deveria praticar a “tolerância”, entendida como atributo de uma “humanidade adiantada, moderna, democrática e digna”; e o homem respeitador das leis e contratos. Aí estava um dos pilares da “concepção democrática da vida”, algo que “o esforço dos totalitários de ontem e hoje, consistiu e consiste em destruir”²²⁶.

Somada ao indivíduo, a religião aparecia como o segundo dos pilares da civilização. “Na luta, fria de hoje, flamejante talvez amanhã, entre o Oriente e o Ocidente, o que se procura defender é uma civilização que tem o seu fundamento material e espiritual na religião cristã”, afirmava Cardim. Países materialistas tendiam a se perder em um “nacionalismo irracional” e se desorientar por “mitos absurdos e místicas alucinadas”, males evitados pelo espiritualismo, que eram incompatíveis com a democracia. Daí que cristianismo e democracia estivessem ligados: o primeiro fornecia valores em torno dos quais a segunda poderia ser construída. Ambos eram a base da tradição ocidental. Juntos, fundamentavam as concepções de homem e de política desta tradição: concepções opostas ao materialismo e coletivismo

faria carreira mais duradoura: quando da morte de Félix Pacheco, em 1935, assumiu a direção do jornal e cinco anos depois, em 1940, se tornou seu coproprietário. Permaneceria nesta posição até 1957, quando vendeu o jornal a San Tiago Dantas. Em 1948, participou da Conferência Interamericana de Bogotá, na Colômbia e no mesmo ano tornou-se representante brasileiro no Comitê de Peritos de Informações da ONU. Ao longo do tempo, foi diretor da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Presidiu, também, o sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro e a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, da Sociedade Brasileira de Direito Internacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Morreu em 1979. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardim-elmano>. Consulta em 09/07/2021.

226 A observação de Cardim repercutia as palavras de Eduardo Benes, o ex-presidente tcheco que renunciou duas vezes: por ocasião da invasão nazista em 1939 e, depois, com o golpe stalinista de 1948: posição que o tornava destacado na afirmação do combate ao totalitarismo. A citação completa é: “1) a personalidade humana do cidadão moderno, sua liberdade de pensamento, de convicção, fé e religião e o direito à expressão livre desses pensamentos e convicções, seu direito à língua materna e à cultura nacional devem ser plenamente e fielmente respeitados; 2) o homem-cidadão moderno deve venerar a verdade e acreditar nela, defender e falar a verdade, e respeitar a ciência moderna como expressão da verdade e da objetividade imparcial. Deve também respeitar a tolerância como expressão da verdadeira cultura humana nos assuntos de fé e da religião, das artes, e das ciências, e das opiniões políticas e outras, porque essa tolerância deve ser considerada um dos principais atributos da humanidade avançada, moderna, democrática e digna; 3) o homem deve honrar e respeitar a palavra dada, cumprir seus compromissos, respeitar os convênios e tratados e basear toda sua vida particular e pública no respeito às leis internas livremente aceitas e aos tratados internacionais concluídos com outras nações”. Ver: CARDIM, Elmano. *A Guerra Total: a importância das Forças Morais*. (Folheto). C – 03 -51. 26/03/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 5- 6.

totalitários. “A religião é a guardiã espiritual da humanidade e das suas tradições morais”²²⁷, concluía o autor.

Os valores mencionados por Elmano Cardim comporiam substrato essencial das reflexões do CSG em relação à guerra psicológica: era deles que a propaganda deveria se ocupar. Ainda que com variações, apareceriam em diversos outros momentos, com desdobramentos. Sua centralidade estava na afirmação ideológica do mundo ocidental em oposição ao totalitarismo soviético. O aspecto seria melhor definido por Belarmino Maria Austregésilo de Athayde, ator chave no debate. Athayde²²⁸ era o diretor dos Diários Associados que, em 1948, participou da III Assembléia Geral da ONU, tornando-se integrante da Comissão Redatora da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Em 1953, Athayde afirmaria:

(...) A religiosidade e o sentimento político da igualdade e da liberdade predis põem a opinião a lutar contra os regimes que hostilizam ou suprimem os direitos fundamentais da personalidade humana e colocam o povo brasileiro em face do conflito mundial entre as democracias ocidentais e o totalitarismo soviético numa posição franca ao lado das primeiras, como já aconteceu nas duas grandes guerras do século.²²⁹

Seu raciocínio expunha os pressupostos do documento que havia ajudado a redigir e que se tornaria pedra angular nas disputas ideológicas mundiais dos anos 1950. A religião e a individualidade eram dispositivos que asseguravam a personalidade humana. Na medida em que engendravam a tolerância, por princípio, e se contrapunham à violência, base do totalitarismo, acabavam por resguardar a democracia: funcionariam como baluartes contra “regimes políticos policialistas e opressores”. Religião e individualidade eram o elo entre a dimensão comunitária e singular da personalidade humana, elas uniam o bem público,

227 CARDIM, Elmano. A Guerra Total: a importância das Forças Morais. (Folheto). C – 03 -51. 26/03/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 10.

228 Belarmino Maria Austregésilo de Athayde nasceu em Caruaru, Pernambuco, em 1898. Estudou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e nesta cidade ingressou na carreira jornalística. Trabalhou como crítico literário no Correio da Manhã, colaborador da Folha e ajudou a fundar O Jornal. Em 1924, passou a trabalhar com Assis Chateaubriand, quando este estava começando a montar a cadeia dos Diários Associados. Opositor de Vargas em um primeiro momento, Athayde foi exilado e retornou ao Brasil em 1934 para dirigir o Diário da Noite e O Jornal. Anos depois, ainda nestas funções, defenderia o final do Estado Novo, atuando no processo de redemocratização. Participou da III Assembleia Geral da ONU, em 1948, que lançaria a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Fez o Curso Superior de Guerra, na ESG, em 1953 e daí em diante se tornou conferencista da instituição. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1951 e seu diretor em 1958. Reeleito para o cargo até sua morte, após o golpe de 1964 usou seus contatos pessoais com os presidentes militares para conseguir nova sede para a instituição. Atuou, ainda, junto à Associação de Amigos da Pontifícia Universidade Católica e foi vice-presidente da Liga de Defesa Nacional. Morreu em 1993, no Rio de Janeiro. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/belarmino-augusto-maria-austregesilo-de-ataide>. Consulta em: 10/07/2021.

229 ATHAYDE, Belarmino M. A. Conjuntura Nacional – Características Psicossociais do Povo Brasileiro. (Folheto). C -38 -54. 28/05/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 17.

comum, àquilo que era específico. Constituídas assim, sedimentavam as dimensões morais do que se considerava ser a modernidade democrática. Daí que estivessem posicionadas no centro do debate ideológico ocidental: funcionavam como alicerces na agenda civilizatória global de combate ao totalitarismo.

Concebido como contraponto à democracia e à personalidade humana, o totalitarismo nascia do enfraquecimento dos valores que as sustentavam. Energizá-los era, portanto, essencial na composição de forças morais democráticas, antitotalitárias: pressuposto que trouxe consigo uma série de desdobramentos ao longo do tempo. Em setembro de 1955, por exemplo, o Curso abrigou ciclo de conferências que versava sobre *O Problema da Recuperação Moral do País*. Naquela altura, há pouco mais de um ano, em meio a uma série de escândalos de corrupção, Getúlio Vargas havia cometido suicídio. Meses antes, em fevereiro de 1954, um conflito militar havia indisposto parte das Forças Armadas com o Presidente quando, através da divulgação do *Memorial do Coronéis*, 82 coronéis e tenentes-coronéis protestaram contra a falta de recursos do Exército e o aumento de cem por cento do salário mínimo. A morte de Vargas não resolveu os problemas. A posse do seu vice, Café Filho, geraria controvérsias e manteria o clima de instabilidade política pelo próximo ano. Foi em meio a este cenário de tensão, agravado com a campanha eleitoral de 1955, que o CSG organizou seu ciclo de conferências. Ele era produto do diagnóstico que se fazia no momento: a existência de uma crise moral e institucional; da ameaça totalitária, que insistia em permanecer em Vargas e na herança que ele havia deixado; em síntese, do risco aos valores modernos e democráticos.

O título do evento, *O Problema da Recuperação Moral do País*, era sintomático: definia que os acontecimentos recentes haviam enfraquecido o moral do país e que ele precisava ser restaurado. Na ocasião, falariam figuras proeminentes como o bispo Hélder Câmara; o padre Álvaro Negromonte; o jurista Arnaldo Sussekind; o promotor público Heitor de Menezes Côrtes; o deputado federal e professor da FGV Wagner Estellita de Campos, o general Castelo Branco e, de novo, o jornalista Elmano Cardim²³⁰. As estratégias principais de

230 A coleção da ESG sobre estas conferências parece estar incompleta. Isso significa que deve haver muitos mais títulos. Cito aqueles que consegui localizar. As conferências eram: CÂMARA, Hélder. *O Problema da Recuperação Moral do País: As Instituições Religiosas*. (Folheto). C – 94- 55. 23/09/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. NEGROMONTE, Álvaro. *O Problema da Recuperação Moral do País: A Família*. (Folheto) C – 85 -55. 12/09/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. SUSSEKIND, Arnaldo L. *O Problema da Recuperação Moral do País: Os Ambientes de Trabalho*. (Folheto). C- 87 – 55. 14/09/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. CÔRTEZ, Heitor de M. *O Problema da Recuperação Moral do País: a Justiça – o Sistema Policial*. (Folheto). C – 90 -55. 21/09/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. CAMPOS, Wagner E. *Recuperação Moral na Administração Pública*. In:

guerra psicológica, propaganda e bem-estar social, além dos valores da modernidade e da democracia, seriam retomados como centrais. Eles trariam, como sempre, a questão ideológica. Cardim aproveitaria o momento para reafirmar a importância dos “meio de difusão”, notadamente a imprensa, no combate de Guerra Fria. Às suas preocupações se somariam aquelas com a religião. Embora o padre Álvaro Negromonte²³¹ tenha feito importante conferência, onde procurava recordar a importância da família cristã para a estabilidade do mundo temporal, coube ao bispo Hélder Câmara²³² exposição mais detalhada dos temas religiosos²³³. Ainda que lamentasse a pouca infraestrutura da Igreja Católica na América Latina, fruto, dentre outras coisas, do “estado de subdesenvolvimento” no qual se encontrava a região, Câmara destacava seu papel na questão moral. Segundo o Bispo, ela deveria atuar em alguns eixos fundamentais: formação de líderes operários, auxílio à população rural, ajuda na formação de profissionais da publicidade e aproximação com a “inteligência brasileira”²³⁴. O objetivo era reaproximar a Igreja tanto das massas operária e camponesa quanto dos intelectuais e formadores de opinião. Tratavam-se de estratégias que a

A Defesa Nacional. V. 64. Nº 509. Rio de Janeiro, 1956. BRANCO, Humberto de A. Os Meios Militares na Recuperação Moral do País. (Folheto). S/I-55. 1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. CARDIM, Elmano. O Problema da Recuperação Moral do País: Os Meios de Difusão e Propaganda. (Folheto). C – 93 -55. 22/09/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

231 Álvaro Negromonte nasceu em Timbaúba, Pernambuco, em 1901. Ordenou-se sacerdote pelo Seminário de Olinda, em 1924 e, na sequência, atuou como diretor do Colégio Diocesano e capelão do Colégio Santa Cristina, em Nazaré da Mata. Foi para Minas Gerais em 1927: primeiro para trabalhar no hospital de Itaúna e, posteriormente, para lecionar no Seminário Catequético de Belo Horizonte. Em 1945 se estabeleceu no Rio de Janeiro, onde atuou como orientador educacional do Serviço de Assistência a Menores do Ministério da Justiça. Passou a ser Diretor de Ensino religioso na Arquidiocese do Rio de Janeiro no ano de 1950 e em 1956 passou a ser Monsenhor Camareiro do Papa PIO XII. Morreu no Rio de Janeiro, em 1964. Ver: https://ecclesiae.com.br/index.php?route=product/author&author_id=5026. Consulta em: 10/07/2021.

232 Hélder Câmara nasceu em Fortaleza, Ceará, em 1909. Ordenou-se padre em 1931, na sua cidade natal. Militante integralista nos anos 1930, Câmara atuou, no Rio de Janeiro, em diversos cargos relacionados à educação, sendo funcionário concursado do Ministério da Educação nos anos 1940. Em 1947, quando trabalhava com o cardeal Jaime Câmara, passou a integrar o secretariado da Ação Católica Brasileira, condição na qual ajudou a criar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ao longo dos anos 1950, atuou em diversos programas sociais e na articulação do clero brasileiro e latino-americano. No início da década de 1960, se engajou nos preparativos do Concílio Vaticano II. Quando do golpe de 1964, foi transferido do Rio de Janeiro para a Arquidiocese de Olinda e Recife. De lá iniciaria uma longa trajetória de oposição ao regime. Aposentou-se da Arquidiocese em 1985. Mesmo assim, continuou escrevendo e atuando politicamente. Morreu em 1999, em Recife. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helder-pessoa-camara>. Consulta em: 10/07/2021.

233 Negromonte diria: “dever do Estado, e não menor, é providenciar para que a Família seja bem constituída; a fidelidade conjugal, respeitada; a manutenção da esposa e dos filhos, assegurada; a propaganda dissolvente dos lares, reprimida, pois que se trata da própria base em que assentam a salvação pública e a mesma prosperidade temporal”. Ver: NEGROMONTE, Álvaro. O Problema da Recuperação Moral do País: A Família. (Folheto) C – 85 -55. 12/09/1955. Rio De Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 11.

234 CÂMARA, Hélder. O Problema da Recuperação Moral do País: As Instituições Religiosas. (Folheto). C – 94- 55. Rio De Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

permitiram cumprir seu papel: ao agir sobre grupos chave, ela atrairia o conjunto da sociedade para os valores cristãos e, conseqüentemente, ajudaria a solidificar a democracia. O esforço de recuperação moral do país passava, dentre outras coisas, pelo aumento da penetração institucional da Igreja Católica no Brasil, proposição coerente com a premissa de que fortalecimento do espiritualismo era elemento estratégico na contenção aos arroubos totalitários.

Ao enfatizar os papéis da imprensa, da família e das instituições religiosas na recuperação moral do país, as conferências de Elmano Cardim, Álvaro Negromonte e Hélder Câmara deixavam ver as várias e complexas frentes envolvidas no esforço de convencimento ideológico. Naquele momento de inflexão, onde a democracia parecia titubear, os autores estavam recorrendo àquilo que as teorias de guerra psicológica haviam definido como *instrumentos de ação*, ou seja, espaços através dos quais o combate era travado. Jornais, rádio, TV, escolas, famílias, associações, sindicatos, igrejas, empresas e as ramificações dos órgãos de Estado eram entendidos como lugares importantes na formação ideológica e na organização social, portanto, estratégicos nas disputas de Guerra Fria. Todos eles poderiam ser, a seu modo, centros de propaganda, o que os colocava em disputa. A tática era acionar setores organizados da sociedade, aqueles com mais alto grau de capilaridade, mobilizando-os para a conquista das massas. Tratava-se de obra de engenharia ideológica que, naquele ano de 1955 e nos que o seguiram, os conferencistas do CSG viam como fundamental na agenda de recuperação moral do país.

O evento de 1955 deixava ver, com clareza, aquele que era o pressuposto básico da guerra psicológica ocidental, do qual derivavam as concepções sobre propaganda: a inadequação das massas à democracia. Em sociedades tradicionais, pensava-se, a população possuía valores incompatíveis com o exercício democrático. O fortalecimento moral desta população para a guerra cultural implicava a reversão do que era visto como seu atraso ideológico. Conquistar as massas para a modernidade, aí estava a razão de ser do aparato propagandístico bélico. Ao tomar a sociedade por objeto, portanto não sujeito, e colocá-la em disputa, a propaganda obliterava as possibilidades de construção discursiva na arena pública e reduzia os debates ideológicos a exercício pedagógico dogmático, de conquista.

Baseado nisso, a agenda moral da guerra psicológica avançou ao longo dos anos. Quadros foram chamados para pensar maneiras de recriar e inculcar valores. Juntos,

formaram aquilo que Benjamin Cowan chamou de “tecnocracia moral”²³⁵: um grupo de “especialistas”, prontos a empreender controles variados sobre as muitas dimensões da vida social e individual. Técnicas de gestão populacional, capazes de produzir um homem identificado com signos da modernidade, foram evocadas dentro do CSG. Em sua base, por princípio, estava a reforma e vigilância dos comportamentos, com a criação de um novo homem, ajustado aos valores dos novos tempos.

De qualquer forma, a despeito do reconhecimento da centralidade da propaganda, ela não poderia agir sozinha: a produção do homem moderno envolvia, também, lidar com as demandas de justiça social. Medidas concretas eram necessárias para garantir que os valores propagados ganhassem materialidade. O mundo ocidental deveria provar sua capacidade de lidar com os problemas sociais: daí que o bem-estar da população fosse o outro pilar sobre o qual a conquista ideológica deveria se apoiar.

3.2. Administrando a desigualdade: bem-estar social

Em outubro de 1954, o então Chefe da Divisão de Assuntos Psicossociais da ESG, o coronel Alberto Ribeiro Paz²³⁶, pronunciou conferência que tinha por tema e título o *Planejamento no Campo Psicossocial*. Ao arrastar a questão do bem-estar para primeiro plano, Paz evidenciaria os pressupostos em torno dos quais estava organizada:

A finalidade do planejamento psicossocial consiste em assegurar o bem-estar do povo, oferecendo a cada ser humano e aos diferentes grupos sociais o máximo de oportunidades, de vigoramento físico, de desenvolvimento cultural e de satisfação das necessidades essenciais à vida.

O bem-estar social, verdadeira meta do planejamento no campo psicossocial, bem de perto interessa à segurança nacional. Ele não se resume no embelezamento ou no desenvolvimento de uma área ou de uma região, ou mesmo simplesmente na elevação dos padrões de vida das respectivas populações.

235 COWAN, Benjamin. *Securing Sex*. Raleigh: University of North Carolina Press, 2016

236 Alberto Ribeiro Paz nasceu em São José da Boa Vista, Paraná, em 1903. Sentou praça na Escola Militar do Realengo em 1922 e, posteriormente, foi afastado do exército por seu envolvimento nas revoltas tenentistas. Anistiado pela Revolução de 1930, integrou-se de novo na corporação. Ao longo da década de 1930, progrediu na carreira, sobretudo acumulando estudos e funções na Escola de Armas. Em 1942 realizou o curso na Escola de Estado-Maior do Exército e foi servir na Bahia onde, durante alguns meses, ocupou o cargo de Secretário de Segurança Pública. No final dos anos 1940, foi comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e exerceu cargos no Estado-Maior do Exército. Foi nesta época que viajou aos EUA, para conhecer escolas militares daquele país. Ingressou na ESG em 1953 e, uma década depois, em 1963, promovido a General de Divisão, assumiu a Chefia do Departamento de Estudos da Escola. Nos anos seguintes, trabalharia no Conselho de Economia e Finanças do Exército e no Departamento Geral de Serviços, da mesma instituição. Passou para a reserva em 1968 e, a partir daí, começou a trabalhar no Banco Nacional de Habitação, onde ficou até 1979. Ver: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paz-alberto-ribeiro>. Consultado em: 11/07/2021.

Consiste em muito mais que isso porque se consubstancia em promover a harmonia das relações humanas daquelas populações.

Nenhuma bela cidade ou grande nação será realmente feliz se não houver harmonia verdadeira nas relações humanas de sua população ou no modo de viver do seu povo²³⁷.

Caberia ao planejamento promover bem-estar, isto é, atacar os problemas originados da chamada questão social. O objetivo era elevar os padrões de vida da população e, assim, diminuir seu descontentamento. À luta de classes, potencialmente destrutiva, propunha-se a harmonia entre elas. Tratava-se de projeto em cujo centro estava a administração das desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo, com o conseqüente esvaziamento do caráter disruptivo, revolucionário, que tais desigualdades sociais carregavam consigo. O bem-estar era dispositivo da guerra psicológica: visava promover paz social e aumentar o poder nacional. Foi assim que a justiça social se tornou assunto de segurança nacional, de guerra, posição que a trazia para o centro da discussão.

A maneira de conceber o problema do bem-estar estava informada pela teoria da modernização, que vinculava o florescimento dos totalitarismos, de esquerda e direita, à pobreza, ao atraso ou, em uma única e sintética palavra, ao subdesenvolvimento. Era através da exploração demagógica da miséria que lideranças totalitárias construiriam seus apelos: eles eram mais eficazes em sociedades tidas como tradicionais, onde a democracia era mais frágil e poderia ser destruída mais facilmente pelas promessas radicais de resolução dos males sociais. A solução para a questão passava por superar a dimensão tradicional destas sociedades, por modernizá-las, ou seja, desenvolvê-las econômica, política e socialmente, criando uma estrutura que permitisse substituir suas democracias instáveis por outras, fortes e seguras. Como, em 1959, sintetizaria o general Juarez Távora:

Infelizmente o povo-massa das nações subdesenvolvidas (que ainda constitui a maioria da humanidade) e, mesmo, boa parte do povo de algumas nações, já em pleno processo de desenvolvimento, não estão em condições de maturidade intelectual para analisar as vantagens e desvantagens da democracia e do totalitarismo, e optar, razoavelmente, pelo mal menor.

Na luta que ora divide o mundo ocidental, capitalista e democrático, do mundo oriental, comunizado e totalitário, - é de esperar-se que a favor das massas necessitadas e incultas penda para aquele dos lados que lhes parecer mais capaz de melhorar, em menor prazo, o seu bem-estar social. (E cabe lembrar, aqui, que a liberdade sem pão não é melhor que o pão sem liberdade).

237 PAZ, Alberto R. O Planejamento no Campo Psicossocial. (Folheto). C – 77 – 54. 21/10/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 4.

Impõe-se portanto, que as democracias planejem corajosamente o seu desenvolvimento econômico, fazendo dele, através da ação normadora e ordenadora do Estado, um meio eficiente de realização do bem-estar social do povo-massa²³⁸.

A vitória do mundo ocidental dependia de sua capacidade de, segundo os pressupostos modernizantes, responder às demandas de justiça social e disputá-la com os totalitarismos. Só assim poderia ganhar as massas para si. Do desenvolvimento, e da conseqüente eliminação da pobreza, dependia a manutenção da democracia. Infra e superestrutura, eram faces da mesma moeda, a modernidade.

A realização da modernidade pressupunha o bem-estar social, assim como o bem-estar era pensado como uma das promessas de avanço da modernidade. Eles eram pré-requisitos um do outro: existiam juntos e se retroalimentavam. No pós-guerra, o combate à pobreza era parte da agenda liberal de enfrentamento ao totalitarismo: agenda que propunha substituir o capitalismo de laissez-faire, predatório e produtor de miséria, por outro, de dimensões sociais, onde o Estado teria papel importante. Tratava-se de construir aquilo que Júlio Cattai²³⁹ chamou de um “Estado social”: Estado que, assentado nas premissas antitotalitárias, fosse capaz de ao mesmo tempo garantir os direitos individuais e promover o bem comum, social. Foi na busca por esta modernidade, democrática e desenvolvida, onde a luta de classes e a revolução não tinham lugar, que se estruturaram as propostas de bem-estar social do CSG.

Obra de transformação extensa, as medidas para produzir bem-estar englobavam amplo trabalho de engenharia social. A frente ia da disponibilidade de saúde pública até a organização do mundo do trabalho, passando pela seguridade social, educação, habitação, criminalidade e lazer. Na medida em que tomaram tais pontos como as chaves para a administração social, os conferencistas do CSG esmiuçaram propostas para sanar seus déficits. O pressuposto básico, contido em tais propostas, era o de que no desenvolvimento do capitalismo, com seu aumento presumido de riqueza e oferta de bens, estava a solução moderna para se alcançar a justiça social.

Mais uma vez, o tema da industrialização aparecia. Infraestrutura necessária para o desenvolvimento, ela teria como um de seus resultados o enriquecimento da sociedade. Através dela, a demanda por bens e alimentos da população seria suprida, o que melhoraria seus índices de nutrição, saúde e educação, áreas consideradas vitais no esforço de

238 TÁVORA, Juarez. A Segurança Nacional: sua conceituação e seu estudo na ESG. (Folheto). C – 01 – 59. 1959. Rio de Janeiro: Biblioteca Cordeiro de Farias. PP. 24-25.

239 Ver: CATTAI, Júlio. **U.S. Power and the Social State in Brazil**: Legal Modernization in the Global South. London & New York: Routledge, 2022. O trabalho é um esforço de traçar as coordenadas do debate, tal como produzido e informado pela elite jurídica no Brasil e no mundo.

apaziguamento social²⁴⁰. O aumento corretamente organizado da produção industrial, longe de ser unicamente aspecto econômico, aparecia como o caminho de redenção para a pobreza e suas conseqüentes formas de agitação social e política²⁴¹.

O objetivo fundamental, assentado na premissa antitotalitária, era resolver a questão social em bases modernas e, assim, impedir que fosse capturada por um único líder que, com personalidade carismática, a usaria para arrastar as massas para seu domínio. Ninguém, no Brasil, incorporaria melhor o risco do que Getúlio Vargas. A ameaça que sua liderança representava em relação à questão social aparecia, de forma mais evidente, nos debates a respeito da legislação social.

Dado que, do ponto de vista da relação entre o mundo social e o totalitarismo, o tema do trabalho era dos mais explosivos, ele entrou rapidamente na agenda de discussões sobre o bem-estar do CSG. De maneira geral, a questão foi debatida por funcionários ligados ao Ministério do Trabalho. Muitos deles eram participantes ativos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e estavam cientes de suas propostas e deliberações. A maioria havia, anos antes, participado da organização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou se engajado em áreas relacionadas, posição profissional que lhes conferia a credencial de pertencer a uma equipe de “técnicos”. Tratavam-se de figuras como Oscar Saraiva, Arnaldo Sussekind, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Jacy Magalhães e Evaristo de Moraes Filho. A expertise recrutada pelo CSG era composta por pessoal devidamente treinado, saído do núcleo de organização da legislação trabalhista.

240 Em 1949, Clemente Mariani, então Ministro da Educação e Saúde Pública do governo Dutra, afirmaria no CSG: “característico das sociedades semicoloniais, esse tipo de população (brasileira) só poderá modificar-se com a industrialização do país e seu conseqüente desenvolvimento, uma vez que as revoluções demográfica e industrial são consideradas como aparentemente inseparáveis”. MARIANI, Clemente. O Problema da Saúde e Educação no Brasil. (Folheto). 15/12/1949. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. PP. 9. Fundo Clemente Mariani, Série Produção Intelectual: CMa pi Mariani, C. 1949.12.15. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/Cma/textual/discurso-proferido-enquanto-ministro-da-educacao-e-da-saude-durante-a-conferencia-na-escola-superior-de-guerra-esg-sobre-maternidade-infancia-e-ed>. Consulta em 16/06/2021.

241 Em 1950, o médico e deputado federal udenista, Agostinho Monteiro, proferiu conferência aberta com as seguintes palavras: “o alimento é a melhor arma na guerra, melhor mesmo que o canhão, afirmou Franklin Roosevelt, com aquela acuidade social cristã norteadora do mundo na preservação das liberdades”. Seu estudo tinha como objetivo tratar, dentre outras coisas, do problema da falta de alimentação no Brasil. Segundo ele, as altas taxas de mortalidade e incapacidade física do país, causadas pela desnutrição, eram “problemas socioeconômicos da mais íntima ligação com a segurança nacional”. E completaria: “de outro lado, a sociologia considera a alimentação a fonte castálida donde jorra a ordem e o progresso social, conseqüentemente, a saúde, o trabalho, a alegria de viver em sociedade”. Monteiro, como Mariani, afirmava a emergência de se aumentar as taxas de produtividade, o que ele via relacionado ao esforço de industrialização, com sua conseqüente relação com o aumento da produção agrícola (uma indústria de alimentos). Ver: MONTEIRO, Agostinho. Guerra e Produção. (Folheto). A – 37 -50. 1950. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1 e 2.

Ainda que os tempos tivessem mudado, com o corporativismo fascista minguando, o pressuposto de que as relações de trabalho deveriam ser reguladas se manteve. Parte essencial da questão social, o trabalho era assunto de Estado e seria por ele normatizado. A constelação geral da CLT deveria ser garantida. A origem da legislação, argumentava-se, estava em um movimento global de combate à pobreza extrema, desencadeada pela Revolução Industrial. Fruto de longo processo de evolução, era instrumento através do qual a humanidade tentava mitigar os males da miséria: uma conquista civilizatória que, como tal, precisava ser mantida.

A importância da legislação trabalhista havia sido confirmada por sua durabilidade: ela sobrevivera ao Estado Novo, tendo seus princípios aceitos pela Constituição de 1946. O enraizamento de seu texto o tornava perene. Como assinalaria Oscar Saraiva²⁴², um dos juristas encarregados de sua elaboração: “o tempo, porém, que é o maior depurador de leis inadaptáveis, (...) longe de refugar a legislatura trabalhista, veio dar-lhe consistência e amplitude, sendo de justiça acentuar o mérito da Consolidação das Leis do Trabalho (...)”²⁴³. O tempo, argumentava-se, evidenciava a engenhosidade da obra. Seu transcurso, na medida em que a sustentava, cuidava de confirmá-la. As próprias palavras de Saraiva o provavam: proferidas em 1954, onze anos após a promulgação da CLT, elas compreendiam intervalo não apenas de mudança de regime, com a redação de novo texto constitucional, mas também do reordenamento de um mundo saído dos escombros da guerra. A sobrevivência às transformações e tumultos eram sua chancela. Produto histórico, a legislação trabalhista excedia o contexto imediato que a originara: ela era maior que o varguismo. Sobre a Revolução de 1930, por exemplo, Saraiva declararia:

A Revolução de 1930 não foi, portanto, simples importadora de ideias e instituições alienígenas, mas veio apenas, com o vigor próprio dos movimentos revolucionários, dar vida a institutos de proteção jurídica há muito objetos de cogitações dos legisladores do país. Fez apenas em menor tempo – talvez e também

242 Oscar Saraiva nasceu em São Paulo, em 1903. Formou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1924. Quatro anos mais tarde, em 1928, ingressou no Conselho Nacional do Trabalho, órgão no qual ocuparia os cargos de Adjunto do Procurador-Geral do Trabalho, Procurador-Geral do Trabalho, Vice-presidente e Presidente da Câmara de Justiça do CNT. Em 1943, atuou como membro da comissão encarregada de elaborar a CLT. Ao longo dos anos 1940, até a metade dos anos 1950, assumiria algumas funções jurídicas mais amplas, como a de Procurador-Geral do Distrito Federal, mas concentraria seus esforços nas atividades do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Foi nesta posição que representou o Brasil em vários congressos da OEA e da OIT. No ano de 1955 foi nomeado ministro do Tribunal Superior do Trabalho, cargo que ocuparia até 1960, quando se tornou ministro do Tribunal Federal de Recursos. Paralelamente a estas atividades, lecionou na Universidade do Brasil, na Faculdade Getúlio Vargas e na Universidade de Brasília. Morreu em 1969. Ver: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos Dos Magistrados no TRF e STJ**: Ministro Oscar Saraiva. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, 1998. PP. 17-18.

243 SARAIVA, Oscar. A Legislação Trabalhista. (Folheto). I – 104 – 54. 28/06/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP 7.

compreensivelmente com menos ordem – a obra cuja realização esses legisladores vinham procrastinando²⁴⁴.

Saraiva defendia que a Revolução de 1930 havia funcionado como catalisadora de uma problemática que lhe era muito maior: a questão social. Em certo sentido, ela havia apenas acelerado o ritmo da história. Ao agir assim, o autor reconhecia sua importância, mas relativizava seus marcos, tornando a legislação trabalhista maior do que a própria Revolução de 1930 e a Era Vargas.

O apelo ao tempo deslocava a legislação trabalhista do contexto mais imediato no qual havia sido produzida. Ela pertencia mais à história do que à Revolução de 1930 ou ao Estado Novo. O objetivo era retirar de Vargas o monopólio sobre a questão social: se ela permanecesse vinculada à sua liderança carismática poderia, mais uma vez, ser apresada pela lógica totalitária. Daí que o mundo do trabalho precisasse ser disputado com o varguismo, arrancado de sua tendência personalista. Como afirmaria Evaristo de Moraes Filho²⁴⁵, “a Revolução”, que tinha a legislação social em seu centro, “não é obra de um só homem, por mais genial ou carismático que seja. Não houve saltos na continuidade histórica”²⁴⁶.

Se a disputa ocorria no tempo, também acontecia no espaço: à legislação trabalhista não deveria ser atribuído excesso de nacionalismo ou qualquer tipo de especificidade brasileira. A manutenção da CLT estava de acordo com as discussões ocorridas ao redor do mundo no pós-guerra, sobre as novas funções do Estado: aquelas assumidas no interesse público. Elas faziam dele não apenas guardião de contratos privados como também ente organizador do chamado *bem comum*. Se o novo Estado liberal, à diferença dos Estados

244 SARAIVA, Oscar. A Legislação Trabalhista. (Folheto). I – 104 – 54. 28/06/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP 7.

245 Evaristo de Moraes Filho nasceu no Rio de Janeiro, em 1914. Formou-se bacharel em Direito pela então Universidade do Brasil, em 1937. “Foi secretário das Comissões Mistas de Conciliação, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, entre 1934 e 1940, e autor do Anteprojeto de reforma dessas Comissões em 1938. Foi igualmente Assistente Técnico do Diretor-geral da Biblioteca Nacional, Rubens Borba de Moraes, de 1946-48, e assistente técnico do Gabinete do Ministro do Trabalho 1948 a 1951. Procurador da Justiça do Trabalho, interino, de 1.ª Categoria, entre 1951 e 1957, e membro da Comissão encarregada de redigir o Anteprojeto do Código Processual do Trabalho, em 1952, foi designado pelo Ministro da Justiça, juntamente com Oscar Saraiva, consultor jurídico do Ministério do Trabalho, para redigir um Anteprojeto de regulamentação da greve, em 1953”. Aposentou-se, como Procurador da Justiça do Trabalho em 1966. Ver: <https://www.academia.org.br/academicos/evaristo-de-moraes-filho/biografia>. Consulta em 20/07/2023.

246 O trecho completo é: este, segundo nos parece, o maior mérito da revolução de outubro. O segredo do êxito da legislação que se iniciava reside aqui. Porque, quanto ao mais, já vinha amadurecendo a legislação social, como provamos através de páginas anteriores, nos movimentos operários, nos congressos dos trabalhadores, nas mensagens do executivo, nos trabalhos legislativos, na doutrina jurídica e social, nas plataformas políticas, nos artigos de jornais, enfim, na própria consciência da nação. A Revolução não é obra de um só homem, por mais genial ou carismático que seja. Não houve saltos na continuidade histórica”. Ver: MORAES FILHO, Evaristo. Aspectos Políticos da Conjuntura Nacional. A Legislação Trabalhista. (Folheto). C1 – 19 – 63. 1963. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 8.

totalitários, deveria garantir a propriedade e a iniciativa dos indivíduos, também deveria agir na defesa dos direitos sociais.

A legislação trabalhista estaria em acordo com estes postulados. Seu conteúdo era compatível com a função social do Estado que, dentre outras coisas, envolvia a proteção ao trabalho: função pensada, internacionalmente, desde pelo menos 1919²⁴⁷. Era a razão pela qual, embora o texto da CLT datasse de 1943, muitos dos conferencistas do CSG o considerassem compatível com a Declaração da Filadélfia, escrita um ano depois, que relançou as coordenadas da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os documentos possuíam, na justiça social, a chave comum, que os compatibilizava. Na medida em que amparava o trabalhador quanto à doença e velhice; garantia representação sindical; e organizava fórum específico de resolução de conflitos, a justiça do trabalho; a CLT ajudava a enfrentar a questão social e, conseqüentemente, promover a paz: itens de destaque no documento da OIT²⁴⁸. Os princípios da legislação trabalhista brasileira, dizia-se, estavam de acordo com a instituição. Ela se adequava às demandas de reorganização da esfera do trabalho surgidas, no mundo, com o final da Segunda Guerra Mundial.

A CLT trazia, ainda, muitas vantagens que a tornavam útil aos novos tempos. Se por um lado trabalhava pela conciliação de classe, com a integração e controle das massas trabalhadoras, por outro permitia o incremento da produtividade, já que trazia métodos de organização e racionalização do trabalho compatíveis com o esforço de industrialização. Três elementos eram essenciais. O Ministério do Trabalho, por fiscalizar a aplicação da lei, garantindo melhores condições de vida; a Justiça do Trabalho, por administrar conflitos e promover a harmonia social; e os sindicatos que, nas palavras de Moacir Veloso Cardoso de Oliveira²⁴⁹, promoveriam “a boa e sadia educação democrática dos trabalhadores, para o

247 1919 é considerado um marco em virtude da fundação da Organização Internacional do Trabalho. Produto do Tratado de Versalhes, a Organização se manteve vinculada à Liga das Nações. Posteriormente, com a fundação da Organização das Nações Unidas, em 1945, foi por ela incorporada, tornando-se uma de suas agências especializadas.

248 A Declaração da Filadélfia dizia que a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho estava “convencida de ter a experiência plenamente demonstrado a verdade da declaração contida na Constituição da Organização Internacional do Trabalho, que a paz, para ser duradoura, deve assentar sobre a justiça social”. A relação entre paz e justiça social era, portanto, explícita. Ver: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Declaração da Filadélfia**. 1944. Filadélfia, Pensilvânia, PP. 1, Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/genericdocument/wcms_336957.pdf. Consulta em 30/06/2021. É válido destacar que a Declaração serviu como uma das bases para outro documento: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, redigida pela ONU em 1948.

249 A esta altura, Moacir Veloso Cardoso de Oliveira era diretor do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários). Oliveira havia participado da confecção da Lei de Regulamentação e Implantação da Justiça do Trabalho e, desde 1938, passara a ocupar diversas funções no Ministério do Trabalho, tendo participado de muitas de suas comissões. Era considerado, portanto, um dos técnicos mais gabaritados no

exercício de seus direitos políticos e sociais”²⁵⁰, ou seja, manteriam seu caráter pedagógico, educativo, e não combativo. As estruturas da legislação trabalhista faziam dela poderosa obra de arquitetura social, um conjunto a ser aproveitado na construção da nova ordem, desenvolvida e democrática: seu anticomunismo estava sendo absorvido e ressignificado pela agenda antitotalitária.

O regramento do mundo do trabalho fazia parte da recuperação da concepção cristã da sociedade: concepção que, resgatada, poderia salvá-la dos riscos do totalitarismo. Se o totalitarismo era essencialmente materialista, fosse em sua dimensão nacional, racial ou de classe, o cristianismo era espiritual, transcendente. Valores opostos, o primeiro levava ao confronto, à destruição. Já o segundo conduzia à conciliação, à cooperação. Embora tomasse as diferenças sociais como inerentes à espécie humana, a tradição cristã contribuía para minorá-las e harmonizá-las. Era o caso das relações entre empregadores e empregados, convertidas em vínculos de solidariedade e esvaziadas de seu enfrentamento de classe.

Isso explica que o documento seminal da Doutrina Social da Igreja, a encíclica *Rerum Novarum*²⁵¹, fosse recuperada nos debates do CSG. Lida de diferentes formas ao longo do tempo, naquele momento ela era retomada pela agenda antitotalitária para sustentar seus compromissos de construção de um capitalismo cristão, marcado pelo enfrentamento à pobreza. Foi o que aconteceu em junho de 1954, quando Juarez Távora, então comandante da ESG, realizou palestra na Universidade do Paraná tendo por tema a *justiça distributiva*. Na ocasião, Távora fez apanhado da Doutrina Social da Igreja e, após passar por várias de suas encíclicas, completou a análise com citações dos capítulos da Constituição de 1946 referentes à questão social. Afirmou, como conclusão, que ambos formavam “as premissas morais e legais” para a “solução do problema econômico e social da distribuição da riqueza produzida”. Segundo ele, tratavam-se de formas para regram o egoísmo capitalista e evitar que “o desespero e a frustração das massas trabalhadoras nos não arrastem e a elas próprias, sem remissão, para o totalitarismo marxista”²⁵².

assunto. É válido destacar que, após o golpe de 1964, Moacir Oliveira foi trabalhar no gabinete do então Ministério do Trabalho e Previdência Social, quando da gestão de Arnaldo Sussekind. Oliveira foi, ainda, um dos fundadores da ADESG (Associação de Diplomados da ESG). Ver: <http://www.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oliveira-moacir-veloso-cardoso-de>. Consulta em: 11/07/2021.

250 Ver: OLIVEIRA, Moacir V. C. Padrões Sociais da População Brasileira: Condições de Trabalho. (Folheto). C – 62 – 54. 19/08/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 30.

251 A encíclica *Rerum Novarum* foi escrita em 1891, por Leão XIII. Sua defesa do corporativismo, com harmonia de classes, a tornou um marco na definição da chamada Doutrina Social da Igreja.

252 O texto foi reproduzido na ESG e na Revista do Serviço Público, o que mostra a capilaridade do debate. Ver: TÁVORA, Juarez. Um Ensaio de Justiça Distributiva. (Folheto). I – 101 – 54. 1954. Rio de Janeiro:

A Doutrina Social da Igreja, ao reafirmar o aspecto transcendente e comunitário do trabalho, assinalava não só os pactos para seu regramento, mas também os princípios morais que o sustentavam. Antissocialista no seu início, a *Rerum Novarum* era reinterpretada como elemento de repactuação e estabilização social, como fonte de pensamento para gerenciar o problema das massas no combate ao totalitarismo. Em outras palavras, a Doutrina Social da Igreja era evocada como fonte nos embates de Guerra Fria.

De fato, os ideais de justiça social foram carregados para o centro das disputas de Guerra Fria. As maneiras de pensar a chamada questão social, e os consequentes métodos empregados em sua solução, eram parte das estratégias de guerra psicológica. A relação entre segurança nacional e desenvolvimento, atrelado ao bem-estar, marcaria as reflexões do CSG e se tornaria nuclear na produção da engenharia populacional e institucional que seus membros ajudaram a empreender. No centro desta engenharia, com seus vetores de planejamento, organização, canalização e racionalização, estava a construção de uma sociedade estável, menos propensa a respostas radicais, revolucionárias. A busca pela modernidade, mais uma vez, surgia como solução: modernizar as estruturas sociais e culturais era tarefa imprescindível.

3.3. Rumo ao futuro: modernizar a sociedade

Propaganda e bem-estar social eram indispensáveis para produzir uma sociedade comprometida com o ocidente cristão e democrático. Faziam parte do exercício de mudança social mais amplo, em cujo centro repousava a ideia de modernização. A dimensão totalizante, contida na ideia de modernidade, abrigava não apenas as estruturas econômicas e políticas, mas igualmente as formas de organização e convivência social, além dos valores culturais e ideológicos. Modernizar a sociedade brasileira implicava reorganizar seu funcionamento, sua estruturação, o que significava submetê-la a processo de análise e transformação.

O planejamento da engenharia social era ponto pacífico. Se a sociedade precisava ser transformada, isso deveria acontecer de forma programada. Inseridos na tendência mundial, os membros do Curso apelariam às ciências sociais, entendendo-as como instrumentos de análise moldados para objetivos de intervenção. A compreensão, produzida em instituições

como as fundações Ford e Rockefeller²⁵³, de que aquelas ciências deveriam ser tecnologias para modernização da sociedade, foi endossada pelo CSG. Isso implicava uma mudança de perspectiva, com readequações metodológicas: o entendimento a respeito do papel das ciências sociais na Guerra Fria estava transformando a maneira como eram organizados seus fundamentos, redefinição à qual o Curso Superior de Guerra, através de sua agenda de pesquisas, se manteve alinhado.

Em 1956, o professor de sociologia da FGV, Marcos Almir Madeira²⁵⁴, criticaria as elaborações sobre o pensamento social no Brasil que, na sua visão, era “marcado pelos dois excessos: o excesso literário e o excesso jurídico”. Segundo ele, a tendência “lítero-jurídica”, demasiadamente inclinada aos ensaísmos e aos formalismos, deveria ser substituída por estudos mais adequados às demandas do momento, ou seja, de Guerra Fria. Depois de destacar o conflito pelo qual passava o mundo, ancorado em “duas concepções antagônicas de vida e de ação social”, concluía que “em nossa sociedade atual, não conseguem os governos realizarem-se, realizando, sem que dilatam, pela política dos inventos e das melhorias, o campo das técnicas sociais”. Sua conclusão era que os estudos deveriam ser remodelados para fornecer uma base empírica de dados e análises alinhados às mudanças sociais que se pretendia empreender. Em outras palavras, as ciências sociais deveriam ser instrumentos técnicos de governança, estruturadas para os embates e projetos internacionais de Guerra Fria²⁵⁵.

Foi esta perspectiva, adotada como base no CSG, que levou seus membros a diagnósticos sobre a sociedade brasileira. Aquilo que passou a ser denominado como o *caráter nacional*, ou *as características psicossociais do povo brasileiro*, se tornou tópico

253 A respeito de como estas instituições compreendiam as ciências sociais, e sua repercussão no Brasil, ver: CHAVES, Wanderson S. A. **Questão Negra**: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970). Curitiba: Editora Prismas, 2018. E: AMORIM, Felipe C. **“The Birth of a Discipline”**: o convênio Ford-IUPERJ e a modernização da Ciência Política no Brasil. São Paulo: USP, 2021. (Dissertação de Mestrado). PARMAR, Inderjeet. **Foundations Of American Century**: the Ford, Carnegie, Rockefeller Foundations in the Rise of American Power. New York: Columbia University Press, 2015.

254 Marcos Almir Madeira nasceu em Niterói, em 1916. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1939. Participou de atividades ligadas à Unesco: em 1948, da Comissão Brasileira para conceituação de “Civismo no Plano Internacional” e, nos anos seguintes, como diretor do periódico *Leitura de Todos*, organizado em parceria com o Ministério da Educação e Cultura como parte da campanha de Educação de Adultos. Durante os anos 1950 e 1960, lecionaria sociologia em diversas instituições: Faculdade Fluminense de Filosofia (1950) Faculdade de Direito (1952), Universidade Federal Fluminense (1956), Fundação Getúlio Vargas (1953), Universidade do Brasil (1964), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1953), Instituto Rio Branco (1948-1950), Escola do Estado-Maior da Aeronáutica (1954-1966). Tornou-se, em 1993, membro da Academia Brasileira de Letras. Morreu no Rio de Janeiro, em 2003. Ver: <https://www.academia.org.br/academicos/marcos-almir-madeira/biografia>. Consulta em 27/12/2022.

255 MADEIRA, Marcos A. *Características Psicossociais do Povo Brasileiro*. (Folheto). C – 66 – 56. 1956. Rio de Janeiro: Biblioteca Cordeiro de Farias. PP. 11.

temático do Curso. Seu estudo era considerado estratégico. De José Honório Rodrigues²⁵⁶ viria a explicação para o assunto. Para o historiador, era possível verificar que “por toda parte estudam-se as características nacionais, não só com intuits científicos e culturais, mas também com objetivos práticos”. Os “objetivos práticos” aos quais se referia estavam ligados à componente psicológica da Guerra Total, ao fato de que tais estudos poderiam melhorar a compreensão sobre a segurança da nação, permitindo perceber elementos além daqueles “puramente mensuráveis, tais como a população ou a renda”²⁵⁷. Rodrigues faria referência direta ao Projeto Tensões²⁵⁸, promovido pela Unesco, apontando que a preocupação com “o caráter nacional”, como compreensão “que os habitantes de cada nação fazem do seu e dos outros países”, marcava uma agenda mundial. Entender as características culturais de determinada sociedade, em determinado momento, era importante para pensar projetos de modernidade, segurança, desenvolvimento e, conseqüentemente, de paz e guerra.

O estudo do caráter nacional brasileiro tinha tais preocupações por base. Assentado neste projeto, mediava-se pelos horizontes estabelecidos na ideia de modernização. Entender o Brasil significava entender os valores que, partilhados por sua sociedade, informavam seu subdesenvolvimento: valores que tornavam sua população culturalmente inapta para a democracia. Colocado de outro modo, tratava-se de entender os princípios que impediam que

256 José Honório Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro, em 1913. Formou-se em Direito, em 1937, na Universidade do Brasil. Alguns anos depois, em 1943, foi para a Universidade de Columbia, nos EUA, com bolsa da Fundação Rockefeller, para realizar cursos de história. De volta ao Brasil, ocupou diversos cargos públicos: Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional (1946-1958), diretor da Seção de Pesquisas do Instituto Rio Branco (1948-1951), diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (1958-1964) e secretário-executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Acumulou este cargo com o de docente, tendo lecionado no Instituto Rio Branco entre 1946 e 1954. Morreu no Rio de Janeiro, em 1987. Ver: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-honorio-rodrigues/biografia>. Consulta em 27/12/2022.

257 Ao fazer apanhado histórico sobre o surgimento de tais estudos, Rodrigues destacaria sua ligação com a Guerra. Diria: “a favor dos estudos sobre o caráter nacional militaram, porém, entre outras, razões de ordem prática. Já no fim da Primeira Grande Guerra, comissionava-se Salvador de Madariaga para estudar franceses, ingleses e espanhóis, porque se reconhecia que a comparação de culturas de diferentes povos podia ser relevante para os problemas da organização da paz e mundiais. Obrigados a enfrentar uma guerra total, inclusive psicológica, contra inimigos pouco conhecidos e inacessíveis, os Estados Unidos estimularam esses estudos. O conhecimento da natureza dos nossos inimigos podia ser uma arma poderosa no armário de guerra psicológica, na manipulação política e mesmo na arte e índole de operações militares; por outro lado, a planificação satisfatórias nas relações internacionais depois da guerra podia ser incomensuravelmente ajudada pela compreensão dos fins e condições, das complexidades emocionais que caracterizam as nações consideradas individualmente”. Ver: RODRIGUES, José H. Características Psicossociais do Povo Brasileiro: possibilidades e vulnerabilidades. (Folheto) C1 – 74 – 57. 1957. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2-3.

258 Inciativa da Unesco, o Projeto Tensões, lançado em 1947, vinha marcado pelas preocupações com o desastre humanitário da II Guerra Mundial. Munido de expertise interdisciplinar, fornecida pelas ciências sociais, tinha como objetivo, grosso modo, investigar as maneiras através das quais conflitos, dentro de uma mesma sociedade e entre sociedades distintas, poderiam ser administrados tendo em mira os objetivos de desenvolvimento, segurança e paz.

o país atingisse patamares modernos, situação que fazia dele presa do atraso e de suas conseqüentes ameaças, internas e externas.

Parte do problema, pensava-se, estava na formação nacional. Colonizado por portugueses, o Brasil retirava, da herança ibérica, a estruturação de seus valores. Dado que Portugal tivesse passado à margem dos grandes movimentos de modernização mundiais, sua colonização recaía, como um peso, sobre a sociedade brasileira. O problema era partilhado pelos países de colonização espanhola: as mesmas razões os manteriam em estado de atraso, de subdesenvolvimento. Modernizá-los significava livrá-los do pecado de origem e integrá-los, definitivamente, ao mundo ocidental, tarefa que deveria começar pela ocidentalização de suas populações. Do Presidente da Comissão de Ação Cultural da Organização dos Estados Americanos, o historiador Clodomir Vianna Moog²⁵⁹, viria a síntese do argumento. Segundo ele:

(...) pelo menos um conceito quero aqui expressar, à guisa de recomendação. E este conceito é o seguinte: o problema não comporta uma planificação global. É preciso não esquecer que somos um povo em vários níveis culturais, no seio do qual a idade da pedra convizinha com a idade dos voos interplanetários. Como planificar em bloco para todos? O caso será antes para várias planificações parciais, tendo em vista o grau de ocidentalização de cada grupo. Far-se-ia então uma planificação, primeiro, para a incorporação das populações indígenas na vida nacional; outra para a erradicação do analfabetismo; outra para a aculturação das minorias raciais; outra para a incorporação do operariado à cultura ocidental; outra para uma grande reforma no ensino da geografia e da história, com a finalidade de acelerar a integração nacional²⁶⁰.

O objetivo da integração era superar o que Moog definia como a “marginalidade cultural” partilhada por brasileiros e hispano-americanos, ou seja, fazer com que saíssem do

259 Clodomir Vianna Moog nasceu em São Leopoldo, em 1906. Gradou-se em direito em 1930 e, naquele mesmo ano, participou da Revolução de 1930 e, após o evento, começou a trabalhar como jornalista. Funcionário público na área fiscal, Vianna Moog participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e, a partir daí, foi transferido de Porto Alegre: primeiro para Manaus, depois para Teresina. Ao longo da década de 1930, morando nestas cidades, começa a se interessar por história e produzir uma série de livros sobre história do Brasil. A partir dos anos 1940, intensifica sua carreira na área cultural, vinculando-se a diversas instituições nacionais e internacionais: “1942, a convite da Fundação Guggenheim, embarcou para os Estados Unidos, onde se demorou oito meses e escreveu artigos para o New York Herald e algumas revistas americanas. De 1946 a 1950, serviu na Delegacia do Tesouro em Nova York, quando começou a escrever uma biografia de Lincoln. Em 1950 foi nomeado representante do Brasil junto à Comissão de Assuntos Sociais das Nações Unidas e, nesse caráter, participou em Nova York e Genebra de todas as reuniões da Comissão. Em 1952, indicado pelo Brasil, foi eleito pelo Conselho Internacional Cultural para representar o Brasil na Comissão de Ação Cultural da OEA, com sede no México. Vianna Moog ali residiu por mais de dez anos, como presidente da Comissão”. Retirou-se da Comissão em 1969 e, na seqüência, se aposentou como funcionário público. Moog faleceu no Rio de Janeiro, em 1988. Ver: <https://www.academia.org.br/academicos/vianna-moog/biografia>. Consulta em 28/12/2022.

260 MOOG, Clodomir V. Integração Psicossocial do Povo Brasileiro. (Folheto). C -56 – 59. 1959. Rio de Janeiro: Biblioteca Cordeiro de Farias. PP. 20.

isolamento e se encontrassem com os valores da modernidade ocidental da qual, por séculos, estavam apartados.

Quase que invariavelmente, os diagnósticos apontavam o aspecto clânico e paternalista da sociedade brasileira., consequências de sua herança ibérica, católica. Frutos de sua essência tradicional, organizada na vida agrária e na estrutura familiar senhorial, tais características predispunham o homem nacional para vínculos personalistas. Mais uma vez, o perigo totalitário aparecia. Espremida entre a questão social e a obediência paternal, as massas brasileiras, pouco educadas para a democracia, eram presas fáceis de lideranças carismáticas e demagógicas que, longe de romperem esta estrutura, a reforçavam. Getúlio Vargas era o exemplo. Em conferência feita em 1961, o diretor do Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e professor da PUC, Manuel Diégues Júnior²⁶¹, avaliaria:

É curioso observar, no quadro social brasileiro, que este ressurgimento paternalista se verificou, num mesmo período histórico em que se desenvolve a industrialização do Brasil, não a simples indústria de transformação, mas essencialmente a indústria de base. Volta Redonda se constrói sob o mesmo impulso que animou o paternalismo das relações entre dirigentes e dirigidos; paternalismo que se estendeu às classes operárias, e iria criar a figura do ‘pai dos pobres’ na personalidade do eminente Presidente Vargas, figura curiosa e paradoxal ainda não devidamente estudada como um dos grandes propulsores da grande transformação industrial do Brasil, com a implantação da indústria de base e o estímulo às iniciativas que iriam modificar a estrutura econômica do país²⁶².

A avaliação que se fazia do período varguista estava relacionada a um hiato. A Revolução de 1930, se havia iniciado o processo de industrialização e urbanização, marcas essenciais da modernidade, não havia procedido da mesma forma nos campos cultural e político. Ao contrário: Vargas havia se nutrido da herança paternalista e caudilhesca para construir sua figura sobre eixos tradicionais. A figura do “pai dos pobres” colocava problema importante: não só a transformação das estruturas sociais e econômicas deveria ser feita de

261 Manuel Diégues Júnior nasceu em Maceió, em 1912. Formou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1935. Foi professor do Liceu Alagoano e frequentou cursos de sociologia oferecidos por Gilberto Freyre, Lynn Smith e John Kolb. Diégues, então, se tornaria figura importante na institucionalização de centros de pesquisas em ciências sociais: “Professor de antropologia cultural e antropologia do Brasil e Diretor do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica – PUC/RJ, foi diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais – CLAPCS, vinculado a UNESCO; duas vezes presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia – ALAS, de 1953 a 1955 e 1967 a 1969 e foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Antropologia – ABA, integrando sua diretoria de 1957 a 1958 e de 1966 e 1974. Foi convidado em 1966 para ser membro do Conselho Federal de Cultura – CFC, ligado ao Ministério da Educação e Cultura – MEC”. Ficou no cargo até 1979. Diégues Júnior faleceu no Rio de Janeiro, em 1991. Ver: <https://quemfazhistoria.com.br/manuel-diegues-junior/>. Consulta em 28/12/2022.

262 DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Panorama Social Brasileiro (Folheto). C – 59 – 61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca Cordeiro de Farias. PP. 13.

forma adequada como também, sozinhas, não bastavam. Elas precisavam vir acompanhadas por mudanças de comportamento, de valores, ou seja, por mudanças culturais. Caso isso não fosse realizado, o processo, em vez de conduzir à modernidade democrática, poderia ser capturado por forças do atraso e, metabolizado pelo passado, ser devolvido em formas políticas totalitárias.

O raciocínio implicava pensar maneiras adequadas de mudança. O princípio da transição era mais uma vez evocado. Sair da condição rural para a urbana, da agrária para a industrial, era indispensável para vencer o atavismo e atingir o progresso. Sociedades urbanas e industrializadas, entretanto, demandavam formas específicas de comportamento e convivência social. Construí-los era essencial e demandava ajustes nem sempre fáceis. Os ruídos eram significativos e o processo, para que fosse bem-sucedido, deveria ser corretamente administrado, o que implicava considerar o tempo que lhe era próprio.

A questão ganhou vulto a partir da segunda metade dos anos 1950. A partir dali, uma mudança de perspectiva começou a se esboçar. Naquele momento, entendia-se, a transição social acontecia em ritmo crescente. Cada vez mais as massas deixavam o campo e, rumando para as cidades, iam se empregar nas suas fábricas. Se em termos gerais isso era desejável havia, sempre, o problema do desequilíbrio.

A transição social, avaliava-se, havia produzido dois Brasis²⁶³. A rigor, eles eram um desajuste do processo de modernização. Os dois Brasis resultavam da coexistência entre moderno e tradicional. Se era verdade que o país se modernizava, isso acontecia de maneira muito rápida, o que produzia distorções. Os desequilíbrios eram muitos. A estrutura de trabalho na indústria, somada à organização das cidades, era incapaz de absorver o fluxo migratório satisfatoriamente. O resultado era a deterioração das condições sociais, que fazia dos centros urbanos verdadeiros pólos de agitação, prontos a explodir.

263 Luiz Carlos Mancini, antigo diretor do Departamento de Assuntos Sociais da Organização dos Estados Americanos, (OEA) e professor da PUC, descreveria a situação da seguinte maneira: “A questão demográfica nos leva a pensar num dos mais eloquentes exemplos dos dois Brasis coexistentes: a urbanização crescente, principalmente de algumas áreas, em contraste com o abandono dos campos. Não há nessa oposição nada de extraordinário; as migrações decorrem da lei natural que orienta os movimentos populacionais no sentido das regiões mais desenvolvidas ou mais promissoras. É humano e conveniente. Não fossem as massas disponíveis e pouco exigentes do nordeste e de Minas não teria sido possível – no ritmo verificado – o desenvolvimento urbano, industrial e mesmo agrícola dos estados sulinos. Estranho é o contraste chocante que fez Jacques Lambert afirmar não ser a distância social unicamente que separa a cidade do campo no Brasil: é a que separa o século XVIII do XX, parafraseando Euclides da Cunha, quando escrevera que viajar no Brasil não era apenas caminhar no espaço mas no tempo”. MANCINI, Luiz C. Desenvolvimento Social. (Folheto). C – 29 – 61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 7 – 8.

Por outro lado, a vida no campo também se deteriorava. A aposta de modernização via urbanização baixava os investimentos rurais a níveis menores do que o necessário, o que aumentava a pobreza no campo. A isso, somavam-se a mecanização das atividades agrícolas e as diferenças regionais do país. Se a primeira tendia a diminuir os empregos, as segundas os distribuíam de maneira irregular pelo território nacional. O resultado era uma multidão que, impossibilitada de viver no lugar onde tinha raízes, migrava para outro, que não conseguia acomodá-la. Impedida de ficar no campo e, ao mesmo tempo, de viver adequadamente nas cidades, esta população estava inclinada a produzir perturbação social e, conseqüentemente, instabilidade.

Os Brasis permaneciam ruidosamente interconectados. O entrechoque entre eles gerava tensões constantes. Os aspectos sociais eram agravados pela diferença de valores. As cidades, que se pretendiam modernas, tinham que abrigar populações que começavam a se urbanizar, mas que eram, em essência, tradicionais. As modificações na estrutura de classes e de valores nem sempre era fácil e, deixada sem controle, tendia a produzir resultados desastrosos. O embate entre o tradicional e o moderno poderia levar a perturbações disruptivas, fenômeno que Antônio Garcia de Miranda Netto²⁶⁴ via acontecer já em 1956. Em balanço sobre a sociedade brasileira, o Adjunto da Divisão de Assuntos Psicossociais da ESG mencionaria cinco pontos centrais para análise:

- a) que não é possível traçar um quadro nacional de classes e estamentos. Ele terá de ser local, diversificando-se grandemente segundo as regiões;
- b) as diferenças profundas entre tipos opostos de cultura e economia constituem ameaças à estabilidade estrutural da nação;
- c) do aparecimento de segmentos puramente hedonísticos na comunidade brasileira (entre os quais demagogos, contrabandistas, administradores corruptos, ‘café society’) e da crescente atomização urbana, nascem tensões e antagonismos nocivos à segurança nacional;
- d) alguns fatores positivos como unidade de língua, unidade formal de religião, índole do povo, alinham-se com fatores negativos como vazios demográficos, extensão de fronteiras sociologicamente desguarnecidas, começo mal dirigido de cefalização das massas até então apáticas, presas pelas raízes da tradição ou do conformismo às velhas formas de organização feudal ou um vegetar marginal, ao lado de grandes aglomerações urbanas;
- e) as formas de estruturação política e a dinâmica dos movimentos sociais dependem, em grande parte, de condições econômicas, demográficas e sobretudo

264 Antônio Garcia de Miranda Netto nasceu em Porto Alegre, em 1903. As informações sobre sua vida profissional são escassas. Na contracapa de sua conferência, consta que tenha sido: “membro do Conselho Nacional do Trabalho; Diretor da Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho; Presidente do Instituto dos Industriários; Adido Comercial do Canadá; Delegado do Brasil no Bureau Internacional do Trabalho em Montreal e Genebra; Catedrático da Universidade do Brasil”. Ver: MIRANDA NETTO, Antonio G. Análise da Conjuntura Nacional – Panorama Social. (Folheto). C – 65 – 56. 30/07/1956. Rio de Janeiro: Biblioteca Cordeiro de Farias. Contracapa.

culturais da população. Assim, o aspecto geral da interação, que avaliamos sumariamente, terá de ser completado pela análise psicológica, demográfica, cultural e ideológica do povo brasileiro, sem o que será sempre incompleta a realidade. (...) ²⁶⁵.

O processo de modernização havia começado, mas não estava entregando o que pretendida: a modernidade não absorvia, satisfatoriamente, o tradicional. Industrialização e urbanização aceleradas geravam acúmulo de desequilíbrios sociais que, friccionados, colocavam a segurança nacional em risco. Começava a se esboçar a ideia de que os mecanismos de governança até então empregados não estavam conseguindo organizar a sociedade em padrões e estruturas modernos.

Os sucessivos diagnósticos a respeito da situação social do país traziam, para a ordem do dia, o espectro totalitário. A demolição desorganizada das estruturas tradicionais, ocasionada por modificações modernizantes aceleradas e descontroladas, poderia levar a combinações perigosas. O desarraigamento das massas; os novos meios de comunicação e propaganda; a substituição da família patriarcal pela família nuclear, mais adequada às cidades; além da imposição de novas técnicas de trabalho e sociabilidade; estavam levando ao desenraizamento social, ao acúmulo crescente de forças mal resolvidas que, devidamente canalizadas, poderiam se encontrar no líder carismático. O paternalismo ressurgia como abrigo em meio às mudanças, um mecanismo de defesa. Não enfrentadas corretamente as mazelas da estrutura cultural e social brasileira, a ameaça totalitária tendia a ser um recalque, pronta a voltar. Morto Vargas, restavam seus herdeiros. Entre eles, o mais promissor, Jango.

A situação ficava agravada pelo nacionalismo exagerado. No centro do problema estava a mudança da estrutura comunitária. Retirado da família e da pequena sociedade rural, o homem moderno precisava ser deslocado para as coletividades maiores: primeiro para a cidade, depois para o Estado. O processo envolvia reordenar a lógica simbólica de pertencimento, de radicação no mundo. O problema estava nos possíveis efeitos colaterais da mudança. Deseducadas para a modernidade e ao mesmo tempo desenraizadas, as massas tendiam a replicar, na organização política da nação, suas referências comunitárias tribais. O nacionalismo exacerbado, condensado em uma só pessoa, aparecia em decorrência disso: mal que conduziria ao fanatismo, à irracionalidade e, conseqüentemente, à instabilidade, à violência e à desorganização da vida social. Além disso, o nacionalismo excessivo tendia a fechar o país em si, a isolá-lo do mundo. Feito província, ele se desprendia dos vínculos e dos

265 MIRANDA NETTO, Antonio G. Análise da Conjuntura Nacional – Panorama Social. (Folheto). C – 65 – 56. 30/07/1956. Rio de Janeiro: Biblioteca Cordeiro de Farias. PP. 17.

controles das organizações externas, o que o transformava em potencial ameaça para a ordem global. O entendimento era que os arroubos nacionalistas poderiam colocar em risco a segurança, a estabilidade e, conseqüentemente, a paz mundiais. O fato ficava agravado pelo uso que a URSS fazia da agenda nacional, sempre disposta a instrumentalizar sentimentos nacionalistas para tensionar e fragmentar o bloco ocidental e minar a liderança dos EUA. No cenário de Guerra Fria Total, sentimentos nacionais agressivos poderiam causar incidentes irreversíveis. Eles precisavam, portanto, ser controlados.

Colocado o problema desta forma, restava a tarefa: estabilizar o país socialmente, ajustando-o aos desafios modernos. Se o totalitarismo poderia ser vencido pela modernidade, era preciso evitar que, no desencadeamento do processo modernizante, ele a capturasse. O consenso do imediato pós-guerra, de que a modernização social produziria mais democracia, foi sendo paulatinamente abandonado ao redor do mundo. Dadas as nuances e dificuldades do processo, ele poderia produzir exatamente seu oposto: totalitarismo. Era preciso, portanto, achar um mecanismo de lidar com ele.

A avaliação que se fazia, no começo dos anos 1960, era que as tensões sociais acumuladas nos últimos quinze anos ameaçavam explodir. A instabilidade social crescia e, proporcionalmente a ela, a segurança interna desmoronava. Os problemas sociais não apenas não haviam sido resolvidos como apareciam intensificados, o que tornava o país mais propenso às soluções extremas. A figura de João Goulart, identificada com a tradição varguista, agravava o quadro. A questão social, organizada em torno dele, cimentava nova relação entre líder e massas: um caminho disruptivo estaria sendo pavimentado. Questão social, massificação, nacionalismo, sindicalismo, combinados ao paternalismo, estariam conduzindo o país ao mesmo caminho trilhado anos antes. A modernidade poderia, mais uma vez, ser capturada pelo passado. O espectro dos anos 1920 e 1930 parecia voltar²⁶⁶.

266 Em 1963, Jorge de Oliveira Maia, ministro do Itamaraty e então assistente daquele Ministério junto ao Comando da ESG; e Manoel Henrique de Almeida Moraes, então Adjunto da Divisão de Assuntos Políticos da Escola, proferiram conferência em conjunto. Nela, afirmaram: “já no intervalo da Primeira Guerra Mundial, a estratégia nesse campo (político) oferece aspectos do maior interesse, em face dos movimentos totalitaristas, representados por excelência pelo fascismo italiano e pelo nazismo alemão, o mesmo se podendo dizer dos episódios que marcaram os pródromos da Segunda Guerra Mundial. A estratégia no campo político adquiriu, nessa quadra tormentosa, posição de evidente relevo. Valendo-se da propaganda, cujos meios já nessa época possibilitavam o emprego de técnicas cada vez mais aguçadas de penetração no espírito das massas sensibilizadas pela instabilidade política, social e econômica, características desse conturbado período, obteve sucessos que são do conhecimento de todos. Utilizou-se, então, largamente de ardis psicológicos, nestas condições, combinando suas ações com as de natureza psicossocial. Numa palavra, atribuiu ao campo psicossocial em grande escala as ações destinadas à consecução de seus objetivos. Fato idêntico se observa nos dias correntes, também no plano ideológico. Pois é neste plano que se defrontam os dois pólos de Poder do mundo atual”. Ver: MAIA, Jorge de O; MORAES, Manoel H de A. A Estratégia no Campo Político.(Folheto). C – 12 – 63. 1963. Rio de Janeiro: Biblioteca Cordeiro de Farias. PP. 17. (Grifos meus).

A ameaça do totalitarismo vinha agravada pela organização das instituições: estruturadas da maneira como estavam, elas não conseguiam absorver as demandas sociais. Incapaz de fazer frente aos desafios, o sistema político se desestabilizava e corria o risco de ser aprisionado pelas forças totalitárias. Se até determinado momento os diagnósticos sobre a questão social viram no próprio sistema democrático meios para lidar com ela, este consenso se esfacelou. A contenção ao totalitarismo passou a implicar maior fechamento do sistema político: uma ditadura temporária, que reorganizasse o processo de modernização, calcando-o em novas bases.

A ditadura apareceria como alternativa para a transição estável, capaz de produzir uma modernidade evolutiva, sem rupturas profundas. Ela poderia garantir que o processo de mudança social ocorresse com maior controle, fosse mais seguro, sem ameaças à segurança interna. Em seu cerne estava a ideia de que a sociedade dos países subdesenvolvidos deveria ser controlada mais rigidamente: decorrência da compreensão da guerra psicológica que via, na população, objeto a ser disputado. O regime, instaurado em 1964, se formava nestas promessas: trazia, em si, desdobramentos das premissas antitotalitárias da guerra ideológica. Através dele, os conflitos do espírito seriam travados de outro modo.

CAPÍTULO 4

A POLÍTICA COMO GUERRA

“A guerra é a continuação da política por outros meios”. A máxima, de Carl von Clausewitz²⁶⁷, estava em seu livro clássico. *Sobre a Guerra*, um tratado a respeito da natureza da guerra e das conseqüentes formas de travá-la, se tornaria pedra angular para o pensamento militar ocidental. Lida e relida de muitas formas ao longo do tempo, a frase sintética de Clausewitz seria citada à exaustão no Curso Superior de Guerra. O interesse pela sentença estava em sua formulação básica: com clareza, evidenciava a relação entre guerra e política e, ao fazê-lo, tratava de transformá-la em problema fundamental para análise.

Discutido de diferentes formas em diferentes momentos, o problema da relação entre guerra e política adquiriu centralidade no CSG: proeminência inserida nas interpretações e demandas de Guerra Fria que, ao trazerem novos elementos, forçaram sua reinterpretação. Como o Comandante da Escola, general Juarez Távora, explicou em 1953:

Nos dias atuais, de embates perfeitamente caracterizados entre dois blocos mundiais antagônicos – o mundo ocidental democrático e o mundo oriental totalitário – são tão vivos e constantes os antagonismos revelados em todos os quadrantes do mundo na chamada guerra fria e já transformados em focos incandescentes em vários pontos do Extremo Oriente - Coréia, Indochina, Malaia – que, pelo menos para os Estados líderes do mundo, toda a atividade política, está voltada, direta ou indiretamente, para a segurança nacional.

Confundem-se, assim, de tal forma, os campos de ação da política – arte de governo e da estratégia – política de segurança nacional – que nenhum plano de desenvolvimento econômico, cultural ou social do país, pode ser traçado independentemente das múltiplas e, por vezes, rigorosas servidões impostas pelos imperativos da Segurança Nacional.²⁶⁸

Mais uma vez, o conceito de Guerra Total estava no núcleo da questão. Se para Clausewitz a política, como razão de Estado, determinava os sempre limitados objetivos e acordos da guerra, estabelecendo os motivos e as estratégias pelos quais ela deveria ser lutada,

267 Carl von Clausewitz nasceu em Burg, Alemanha, em 1770. Ingressou no regimento de infantaria em 1792, aos doze anos, para o combate contra as tropas francesas. Posteriormente, entrou para a Academia Militar em Berlim: lugar através do qual participaria dos vários combates às tropas de Napoleão, inclusive da Batalha de Waterloo, em 1815. A partir daí, Clausewitz progrediria na carreira militar e elaboraria suas teses sobre o sentido e conceito de guerra, que originariam o clássico *Sobre a Guerra*. Morreu em 1831, sendo seu livro publicado postumamente, em 1832. Ver: CLAUSEWITZ, Carl V. **On War**. Londres: Wordsworth Editions Limited, 1997.

268 TÁVORA, Juarez F. A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: conceituação e inter-relações. (Folheto) A – 01 – 53. 23/03/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 13. Grifos do original.

para os teóricos do CSG as duas atividades se confundiam: política e guerra haviam se amalgamado, tornaram-se parte da mesma coisa. As duas formulações não eram exatamente excludentes, mas próximas. A rigor, a segunda derivava do postulado estabelecido na primeira. O princípio era o mesmo, o que havia se transformado era o objeto: a natureza da guerra. Na medida em que a guerra evoluíra para fato social total, seu núcleo de organização, a política, teve que lidar com as novas exigências: precisou coordenar um conflito que, além de constante, envolvia todas as esferas da vida e se estendia por todo o espaço conhecido. Estruturadas assim, as novas demandas da Guerra Total acabaram por capturar seu centro de comando, transformando-o: a política passou a ser parte da guerra e a guerra a ser a atividade fundamental da condução política. Dito de outro modo, a própria organização da guerra passou a ser uma das formas através das quais ela era lutada. A esta fusão, que ao mesmo tempo levava o raciocínio de Clausewitz ao limite e deslocava-o, dava-se o nome de Guerra Política.

No centro do problema estava, mais uma vez, a questão ideológica. As visões de mundo contrárias, em torno das quais se travava a Guerra Fria, organizavam os entendimentos sobre a arena política. De um lado, o mundo ocidental, capitalista, liberal e democrático. Em suma, o mundo moderno. Do outro, o mundo oriental, comunista, instável, violento: totalitário. Construída desta forma, a oposição entre democracia, como modernidade, e totalitarismo, se tornou o eixo em torno qual se modelaram os debates e instituições políticas nos anos 1950 e 1960.

Estruturado a partir de uma agenda antitotalitária, o Curso Superior de Guerra carregou, para o centro da guerra política, esta agenda. A ideia de democracia defendida em seu interior foi moldada em oposição aos totalitarismos. Aos extremismos de direita e esquerda, que tinham nos fascismos e no stalinismo os seus expoentes, deveriam se oferecer soluções moderadas, de pactuação. A experiência da Segunda Guerra Mundial, atualizada na Guerra Fria, apontava os caminhos destrutivos aos quais movimentos disruptivos conduziam. Obstaculizar tais caminhos implicava repropor o processo político, reordenar seus procedimentos para a busca de soluções mais ou menos consensuais, estabilizadoras. Às duas pontas totalitárias do espectro político se substituiria a democracia e sua modernidade. Resposta aos radicalismos, ela estava entre eles, no centro²⁶⁹.

269 Esta formulação encontrou no professor de história da Universidade de Harvard e membro do American For Democratic Action (ADA), vanguarda liberal do Partido Democrata, Arthur Schlesinger Jr, um de seus principais expoentes. A tese aparece defendida em livro escrito em 1949. Ver: SCHLESINGER, Arthur M. **The Vital Center**. New York: Routledge, 2017.

Dois elementos se somavam para arrematar os termos nos quais o problema político essencial estava colocado. O primeiro era que a modernidade funcionava como força irresistível, que impulsionava todos os outros movimentos para si mesma. Em outras palavras, ela era o ponto para o qual, por diversos caminhos, a história tendia. O segundo era que a democracia ocidental, sobretudo em sua versão norte-americana, era a encarnação daquilo que havia de mais moderno em matéria política. Combinadas, as duas formulações produziam resultado bastante específico: estipulavam que os princípios ocidentais de democracia, capitaneados naquele momento pelos EUA, formavam o ideal para o qual o restante do mundo deveria convergir.

Esta maneira de entender a democracia excluía, por princípio, a multiplicidade. As diversas formas através das quais os seres humanos poderiam se organizar para a vida comunitária, para sua ação cidadã na pólis, não estavam no horizonte. O problema sequer estava colocado. O atrelamento do conceito de democracia a um movimento teleológico da história e a um modelo específico a tornavam objeto de determinação, não do seu oposto: a liberdade.

A partir daí, a disputa sobre o sentido da democracia passou a se reduzir às formas sobre como deveria se constituir o mundo livre, ocidental e moderno, em oposição ao mundo totalitário. A compreensão a respeito da democracia passou a ser não aquela da diferença e da pluralidade, mas da adequação. Forjado deste modo, o conceito se tornou baliza para análises que, conscientemente ou não, passaram a medir a compatibilidade de diversas sociedades à estrutura modelar, que lhes organizava o raciocínio.

O preenchimento do conceito de democracia com a teoria de modernização permitiu organizá-lo, dar a ele feição acabada que estipulasse as maneiras como o sistema político deveria funcionar. A operação provou ser fundamental na construção da agenda política mundial. Se a democracia era o melhor caminho para a segurança global, se ela possuía uma forma, uma técnica, se poderia ser organizada a partir de um conjunto de pré-requisitos e procedimentos, então poderia ser implantada em lugares onde, entendia-se, ela não existia. Esta implementação, que se tornou o eixo da guerra política, conferiu uma prerrogativa moral, em torno da qual elites transnacionais pensaram seus projetos e intervenções políticos.

A ideia de que existiam sociedades tradicionais e modernas, e de que a democracia estava essencialmente nas últimas, propunha leitura que, explicitamente ou não, operava apenas em dimensão comparativa. Duas implicações se seguiam. A primeira era de que a

compreensão sobre o que se chamava de sociedades tradicionais não levava em conta sua dinâmica própria, mas se pautava em problemas externos a elas, em sua conformidade ou não com a modernidade. A segunda era de que as formas de articulação, mobilização e organização políticas destas sociedades não eram consideradas alternativas legítimas. Desconsiderada a diferença como elemento explicativo, estabelecida a hierarquia tradicional/moderno, a transformação das sociedades no sentido de sua “democratização” aparecia como via única e dava, a quem a realizava, não a dimensão da imposição, mas de obra salvadora.

A referenciação universalizante, conseqüentemente internacional, da ideia de democracia, fez com que o tema fosse tratado, muitas vezes, por diplomatas. A respeito dele, por exemplo, o secretário do Itamaraty, Jorge Latour, falaria:

Com os progressos da convivência internacional e a evolução doutrinária ditada pelas guerras e conseqüentes tratados de paz, foi-se acentuando a consciência democrática do internacionalismo, oferecendo ele, hoje, ao lado das nações líderes desse pensamento, como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos, a Suíça, os Países Escandinavos, os Países Baixos, o Canadá, o Uruguai e outras, a consagração de princípios básicos e preocupações altamente apreciáveis combinando, em forma feliz, os anelos de igualdade dentro da liberdade e da justiça com as reivindicações mais sãs do socialismo, do trabalhismo e outros movimentos universais de aperfeiçoamento social e bem-estar do indivíduo e da família. Os textos de Versailles e seus congêneres da Paz de 1919, a Carta do Atlântico e outros documentos menos contemporâneos são cristalizações desses rumos. Deles se originaram a Sociedade das Nações, a Corte Permanente de Justiça de Haia, a Organização Internacional do Trabalho, as Nações Unidas, seus órgãos e agências e toda uma floração de iniciativas que, através de vicissitudes e cristalizações, se não asseguram a implantação da democracia, por enquanto, pelo menos a proclamam e a glorificam, procurando atingi-la em ensaios sucessivos. Em trajetória segura, o pan-americanismo já se antecipa e perdura, dando magnífico exemplo de fé liberal democrática, com as suas Conferências e seu órgãos permanentes, em Washington: a antiga União Pan-americana, hoje chamada Organização dos Estados Americanos.²⁷⁰

As palavras de Latour eram de 1950, no início do funcionamento do CSG, e mostram a urgência da discussão no Curso. De forma inequívoca, revelam a premissa teleológica do raciocínio: o mundo ocidental, democrático, desenvolvido ou, em síntese, moderno, era aspiração universal, ponto de inflexão, para o qual caminhariam os demais países do globo. Ponto final da história, a democracia era feita de seus acúmulos, havia se construído através das contribuições paulatinas, aquelas que cada época específica havia feito em sua direção.

270 LATOUR, Jorge. Democracia e Nacionalismo. (Folheto). B – 008 -50. 1950. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 6.

A formulação da democracia como resultado de sucessivas etapas de evolução trazia, como implicação mais evidente, a existência de desníveis em relação à sua composição. A despeito do reconhecimento de certa universalização do modelo, os países apareciam em posições díspares para alcançá-lo. A história de alguns países não os tinha permitido desenvolver condições para levá-los à modernidade democrática. A desconexão temporal os tornava “atrasados”, os colocava em um passado onde o ideal moderno não havia se realizado, ou ao menos não por completo. A condição era acentuada por uma inércia que lhes era inerente: tais países tendiam a resistir às mudanças, mantendo seus aspectos mais tradicionais e, assim, condenando a si mesmos a perpetuarem sua condição retrógrada. Não possuindo forças autônomas internas para as modificações rumo à modernidade, restava à comunidade internacional, como força externa, ajudar no processo, na ruptura com a letargia, com o atraso. Fóruns internacionais, agências como ONU e OEA, funcionariam como vanguarda a arrastar os países para a democracia.

O Brasil, como os outros países da América Latina, estava neste grupo. Se era certo que faziam parte do chamado bloco ocidental, partilhando de seus valores, também era certo que possuíam debilidades estruturais, que os impediam de avançar mais resolutamente para a democracia. A “consciência democrática dos povos latino-americanos é mais uma aspiração sentimental do que a resultante de um amadurecimento político”²⁷¹, diria o mesmo Latour. A consequência era a coexistência, na América Latina, de regimes constitucionais com fenômenos como os da “tirania, do despotismo, do caudilhismo, das ditaduras, do militarismo e de outras formas mais ou menos coativas de violência”. O fato de não terem atingido certo “grau de evolução” impedia que os países latino-americanos superassem esta situação. Faltavam-lhes os pré-requisitos para o funcionamento democrático. O próprio autor da conferência os descreveria:

Muito variável, na forma e aspectos, exige a democracia a virtude, como queria Montesquieu, e, também, virtudes, especialmente cívicas. Assegura meios que não possuem outros regimes de liberdade e justiça social, mas traz em si a certeza de que é para os povos, sobretudo os mal preparados, ou de índole peculiar, uma experiência delicada e até perigosa. Só pode desenvolver-se e prosperar onde não medrem classes privilegiadas, castas, antagonismos de classe, preconceitos arraigados, e, sim, em ambientes propícios, em países de civilização avançada, vocação pacífica e espírito de pacifismo, um mínimo de homogeneidade das populações formativas da nação, inteligência, ou, pelo menos bom senso, trabalho organizado. Determinado nível de cultura, consciência de deveres e direitos, não

271 LATOUR, Jorge. Democracia e Nacionalismo. (Folheto). B – 008 -50. 1950. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 5.

sacrificada por contrastes regionais pronunciados, educação difundida, instrução tanto quanto possível média, tornam bem mais vigoroso e próspero um regime democrático. O espírito de conquista, os privilégios, a ignorância e a indolência, a passividade, a resignação e o fatalismo são incompatíveis com a democracia, a sua índole, o seu exercício consciente²⁷².

Formar consciências educadas para o exercício democrático e criar mecanismos para aliviar diferenças internas, que potencializassem conflitos entre grupos, estavam no centro da questão. Operacionalizar a democracia implicava atacar estes problemas ou, dito de outro modo, criar uma infraestrutura econômica e social que a suportasse, onde ela pudesse prosperar. O desenvolvimento econômico, a promoção do bem-estar social geral e a criação de novas referências culturais eram fundamentais na construção de valores modernos e, sem eles, a democracia corria o risco de perder suas bases e se desfazer.

O diagnóstico apontava para o fato de que os males que afligiam as sociedades atrasadas compunham um estoque de tensões que, se não fossem balanceadas, tinham forte potencial de descambar para soluções extremas. Criar ambiente onde os ímpetos extremistas, totalitários, dessem lugar a proposições de acomodação era uma das tarefas. A aposta era esvaziar as tensões e não, como nos totalitarismos, acirrá-las. À democracia caberia funcionar como engenharia de consenso político: sistema que, dentro de suas fronteiras, fosse capaz de gerar respostas negociadas, pactuadas, que esvaziassem soluções radicais. À marca totalitária do belicismo constante, a democracia responderia com estabilidade, pacificação. Desenvolvimento econômico, social, cultural e político eram pré-requisitos um para o outro e apenas juntos poderiam se viabilizar como signos da modernidade.

Tais premissas informavam a estrutura de compreensão em torno da qual trabalhavam os conferencistas do Curso Superior de Guerra. Reiteradas vezes, o “atraso” e a “instabilidade” latino-americanos foram destacados como despreparo do continente para a democracia. As dificuldades da região faziam com que seus frágeis regimes democráticos costumasse andar no fio da navalha, sempre correndo riscos, situação que exigia vigilância e reforço constante. Parte da América Latina, o Brasil sofria do mesmo mal, motivo pelo qual, em 1952, o então Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura²⁷³, declarou:

272 LATOUR, Jorge. Democracia e Nacionalismo. (Folheto). B – 008 -50. 1950. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

273 João Neves da Fontoura nasceu em Cachoeira do Sul (RS), em 1889. Graduado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1909, Fontoura ingressou na vida parlamentar em 1921, quando se tornou deputado estadual. Em 1927 seria eleito vice-presidente do estado do Rio Grande do Sul em chapa encabeçada por Getúlio Vargas e em 1928 deputado federal. Apoiador da Revolução de 1930 é, quando vitorioso o movimento, nomeado consultor jurídico do Banco do Brasil. Defensor da reconstitucionalização do país, exonera-se de seu cargo e apoia a Revolução Constitucionalista de 1932. Em 1935 é eleito deputado federal. A partir do ano seguinte, se

“além disso, por outras muitas razões, somos um país à mercê de infiltrações extremistas. Nosso dever se concentra no fortalecimento do sistema democrático em que vivemos. Todo e qualquer outro regime será passageiro”²⁷⁴. As “muitas outras razões” às quais a conferência de Fontoura se referia diziam respeito à organização econômica do país, que “transitava de simples nação agropastoril para a categoria de nação com características industriais”²⁷⁵, processo que costumava carregar consigo uma série de tensões. Tal como o restante da América Latina, o Brasil partilhava dos males trazidos pela sua condição de subdesenvolvimento: condição em cuja superação estava o “fortalecimento do regime democrático”.

Colaborar para a superação da condição de atraso da região, e conseqüentemente para evitar a ameaça do extremismo totalitário que pairava sobre ela, fazia parte da política dos EUA para o continente: era um dos elementos da política de defesa hemisférica. O pressuposto, sempre repetido, era aquele da tendência à inação: os países latino-americanos, em virtude de seu caráter tradicional, estavam predispostos à conservação, o que contribuía não apenas para fazer deles tradicionais como também para mantê-los neste estado. O argumento se assemelhava à metáfora da cobra que morde o próprio rabo: eles não queriam a mudança por serem tradicionais e eram tradicionais, dentre outras coisas, por não quererem a mudança. Seu tradicionalismo era o começo e o final de um processo que os mantinha girando em círculos e que apenas poderia ser interrompido por uma força externa. Os EUA viam a si mesmos, naquele momento, como os mais habilitados para capitanear este movimento, para encarnar esta força.

Foi por pensarem a si mesmos deste modo que os EUA organizaram suas intervenções. Havia, nelas, claro sentido moral: a posição que o país ocupava no mundo estava atrelada à sua missão civilizatória, que os tornava os guardiões da democracia. Naquilo que era visto como verdadeira cruzada, seu empenho em defender os valores democráticos, modernos,

reaproxima de Vargas e, instaurado o Estado Novo, é reconduzido ao cargo de consultor jurídico no Banco do Brasil. Entre 1943 e 1945 chefia a embaixada brasileira em Portugal. De volta ao Brasil, filia-se do PSD e, com a posse de Eurico Gaspar Dutra, é nomeado Ministro das Relações Exteriores: cargo que ocupará durante o ano de 1946. Apoiador da candidatura de Vargas, será renomeado Ministro das Relações Exteriores em seu governo. Ocupa o cargo entre os anos de 1951 e 1953. Encerrado este período, se afasta da vida pública, limitando-se a escrever para o jornal O Globo. Morreu no Rio de Janeiro, em 1963. Ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/joao_neves_da_fontoura?gclid=Cj0KCQjw1ouKBhC5ARIsAHXNMI_iWkbNsFLi0D_cIy34ci0d0PTxNyznrCg4xMp0c5nCoVhpXnVgzyoaAhdIEALw_wcB. Consulta em 16/09/2021.

274 FONTOURA, João N. Vista Panorâmica dos Principais Acontecimentos e Tendências do Mundo Atual. (Folheto). B – 005 -52. 30/04/1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 16.

275 FONTOURA, João N. Vista Panorâmica dos Principais Acontecimentos e Tendências do Mundo Atual. (Folheto). B – 005 -52. 30/04/1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP 16.

cristãos e ocidentais lhes fornecia legitimidade. A posição, ocupada perante o mundo, os posicionava também em relação à América Latina. Diagnosticado aqueles que eram vistos como os óbices à consolidação democrática no continente, restava aos EUA contribuir na sua resolução.

Boa parte da estratégia repousava no sistema interamericano. Ao falar no CSG sobre as relações entre os EUA e a América Latina, o segundo secretário da embaixada brasileira em Washington, Octávio Carneiro²⁷⁶, reconheceria o “interesses nacional dos Estados Unidos em propagar na América Latina a adoção efetiva de princípios democráticos”²⁷⁷: ponto que, ao unir diversos segmentos políticos daquele país, se tornaria amálgama da política externa norte-americana para a região. Sua conferência seria pronunciada em 1951, apenas alguns meses após a realização da IV Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores da OEA, evento que tinha como um de seus tópicos fundamentais o “fortalecimento da segurança interna” dos países americanos, o que implicava o fortalecimento de seus sistemas democráticos. A Reunião vinha para reafirmar os compromissos estabelecidos na Carta da OEA, de 1948, que viam, na democracia, maneira de garantir a integridade e harmonia do continente, além de estabelecer compromisso conjunto de oposição às ameaças totalitárias.

Dentro destas formulações, os regimes democráticos apareciam como assunto de segurança hemisférica. Funcionavam como anteparo, a impedir que o continente soçobrasse diante dos totalitarismos. O papel dos EUA na defesa global da democracia os tornava atores centrais também na América Latina, ainda que, como Carneiro reconhecesse, “a adesão geral, no sistema interamericano, ao princípio da não intervenção tem servido de obstáculo ao

276 Octávio Augusto Dias Carneiro nasceu no Rio de Janeiro, em 1912. Formou-se guarda marinho, em 1934, pela Escola Naval. Anos depois, em 1938, também se formou em arquitetura, desta vez pela Universidade de Belas Artes, em Paris. Em 1940 ingressou no Itamarati e entre 1946 e 1951 serviu na embaixada em Washington, período no qual também estudou economia na Universidade George Washington. Dois anos depois, concluiu seu doutorado em economia no MIT. Retornou ao Brasil para trabalhar na chefia do Departamento de Economia do recém-criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Neste mesmo ano, seria transferido para a embaixada em Londres, lá permanecendo até 1956, quando volta ao país para compor o Conselho de Desenvolvimento da Presidência e o Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Entre 1957 e 1956, transferido para Nova Iorque, trabalharia junto ao Conselho Econômico e Social da ONU em assuntos relativos à energia nuclear. De volta ao Brasil em 1959, trabalharia como representante do Ministério da Fazenda junto ao Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e membro da CNEN. Durante o governo Jânio Quadros, seria presidente da comissão de organização do Ministério da Indústria e Comércio, criado com o desdobramento do antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. No governo Jango, assumiu a o ministério da Indústria e Comércio, onde permaneceu até 196, quando então assume a direção da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC): cargo no qual permaneceu mesmo após o golpe de 1964 sendo, em maio do mesmo ano, substituído por Dênio Nogueira. Morreu em 1968, na Antuérpia. Ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/dias_carneiro. Consulta em 16/09/2021.

277 CARNEIRO, Octávio A D. Interesses Políticos e Econômicos dos Estados Unidos na América Latina. (Folheto). B – 025 – 51. 11/10/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 6.

Governo americano ao tentar conseguir a derrota ideológica dos extremismos da direita e da esquerda nesta região”²⁷⁸. Segundo ele, o princípio da não intervenção, corretamente adotado pela OEA, fazia com que os esforços dos EUA devessem estar concentrados no desenvolvimento geral da região, o que contribuiria para solidificar sua estrutura política, econômica e social e, conseqüentemente, sanar seu déficit democrático. Àquele país não caberia, à força, por ocupação territorial ou por intromissões diretas, instituir regimes democráticos. Ao contrário, ele deveria fornecer o aparato técnico e o apoio político para que fossem construídos.

A maneira de proceder em relação ao sistema interamericano estava perfeitamente alinhada aos novos postulados através dos quais os EUA coordenavam suas ações externas. Como Truman havia assinalado em seu discurso de posse, a estratégia adotada fazia com que a natureza da ação fosse radicalmente distinta daquela dos regimes imperialistas. Primeiro, ela estava orientada para colaboração entre os países. Era diferente dos regimes que impunham administração exterior, com controle geográfico, motivo pelo qual, em geral, se pautavam na não intervenção direta. Segundo, ela não tinha como objetivo a mera exploração da região. Ao contrário: trabalhava para seu desenvolvimento. A dupla combinação, que salvaguardava o papel moral dos EUA como promotor da democracia e, conseqüentemente, legitimava sua intervenção, organizou sua guerra política para a América Latina: uma política de promoção da modernidade liberal, a redimir o continente de suas mazelas.

Parte da América Latina e, conseqüentemente, do bloco ocidental, o Brasil logo se viu envolvido em suas discussões a respeito dos sentidos da democracia. As maneiras de construir um regime democrático no país entraram na sua agenda pública. No cenário de Guerra Fria Total, a construção democrática dizia respeito às maneiras de lidar com o “poder político”, o que significava organizar as formas através das quais as estruturas políticas seriam operacionalizadas. Dentre elas, o Estado.

4.1. Democracia, construção do Estado e Ciência Política

Se a democracia era a aspiração de regime que melhor correspondia ao mundo moderno, ela precisava ser organizada, codificada, o que significava instituir seus protocolos

278 CARNEIRO, Octávio A D. Interesses Políticos e Econômicos dos Estados Unidos na América Latina. (Folheto). B – 025 – 51. 11/10/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 6.

de governança. A baliza antitotalitária, que sedimentaria as democracias modernas, deveria estabelecer novos modos de regular e administrar a comunidade política. A estruturação do Estado e sua conseqüente relação com a sociedade se tornaram, rapidamente, pontos centrais da agenda. Elas colocavam em primeiro plano a necessidade de institucionalização da democracia, isso é, da reificação de seus princípios gerais em bases jurídico-políticas.

O impulso em repensar a natureza e as funções do Estado, começado desde pelo menos os anos 1930, quando os totalitarismos ganharam força, sobreviveu ao pós-guerra e se tornou tema relevante na agenda da Guerra Fria. As redefinições do papel do Estado davam a tônica da discussão, que envolvia instituições nacionais e internacionais, dentre elas a Escola Superior de Guerra. Em 1952, o diretor do Instituto de Direito Público e Ciência Política (IDPCP), ligado à FGV, faria uma de suas primeiras, dentre muitas outras, participações no CSG. Membro da Associação Internacional de Ciência Política e participante ativo da Unesco e da OEA, Themístocles Cavalcanti²⁷⁹ se tornaria das presenças mais assíduas no Curso e traria, para seu interior, discussões ocorridas nos órgãos dos quais fazia parte. Sobre as mudanças pelas quais havia passado o Estado, declararia:

De maneira que a conceituação do serviço público é genérica; abrange, portanto, todos os serviços que o Estado em um momento dado deve realizar para atender as necessidades coletivas.

Esse serviço público pode ser executado por diversas maneiras. Sabemos que no século XIX o Estado liberal era chamado de Estado de polícia; justiça, política, impostos. O Estado não podia intervir, não devia intervir em nenhuma outra esfera; só podia tratar da segurança coletiva, de cobrar impostos para manter os serviços públicos e a distribuição de serviços de justiça. Era uma concepção primária.

Mas o Estado se desenvolveu porque o mundo também se transformou. A grande indústria, a facilidade de transportes, a capacidade do homem para construir e destruir na ordem interna como na ordem internacional, enfim, diversos problemas levaram o Estado a intervir²⁸⁰.

279 Themístocles Brandão Cavalcanti nasceu no Rio de Janeiro, em 1899. Gradou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1922, ano a partir do qual começou a trabalhar como advogado dos participantes dos levantes tenentistas. Apoiador da chamada Revolução de 1930, Themístocles participaria do Tribunal Especial e do Clube 3 de Outubro. Durante a Era Vargas, construiria sua carreira no direito, tornando-se jurista famoso. Em 1945, foi nomeado Consultor-Geral da República, pelo ainda presidente Getúlio Vargas, cargo no qual permaneceu até o ano seguinte, quando foi nomeado Procurador-Geral da República pelo novo presidente, Eurico Gaspar Dutra. Em 1947 fundou e chefiou o Núcleo de Direito Público da FGV: instituto que, em 1952, passaria a se chamar, ainda sob sua chefia, Instituto de Direito Público e Ciência Política. Ao longo dos anos 1950, manteve vida profissional ligada a órgãos como a UNESCO, OEA e a Associação Internacional de Ciência Política. Em 1963, passou a lecionar Direito Constitucional na PUC do Rio de Janeiro. Apoiador do Golpe de 1964, Cavalcanti integrou a Comissão que redigiu a Constituição de 1967 e, neste mesmo ano, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Aposentou-se em 1969 e, a partir daí, continuou a atuar tanto como professor quanto no debate público. Morreu em 1980, no Rio de Janeiro. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/temistocles-brandao-cavalcanti>. Consulta em 15/09/2021.

A modernidade, com seus consequentes processos de dinamização e integração, havia feito com que o Estado expandisse suas funções iniciais para atender novas demandas. Estava embutida no argumento a ideia de que o processo de modernização, em escala mundial, havia forçado uma modificação na natureza do Estado: ele deixara de ser mero guardião de contratos privados, Estado de polícia, para se transformar em administrador da vida social e econômica.

O pressuposto de que o Estado tinha função social e econômica se tornou argumento estruturante do CSG. Ele, o argumento, partia do reconhecimento de que as demandas de modernização exigiam algum tipo de ação estatal. As realizações prometidas pela modernidade, o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e, conseqüentemente, a segurança nacional, implicavam reconstruir o Estado.

O problema estava inserido na reorganização da agenda liberal, que procurava reposicionar o próprio liberalismo: manter seus princípios e, ao mesmo tempo, abandonar o *laissez-faire*. O que, colocado de outro modo, significava criar um Estado democrático e interventor, que garantisse liberdades e, ao mesmo tempo, desse conta das demandas sociais e econômicas: um Estado liberal reinventado, oposto ao Estado totalitário²⁸¹.

Partia-se da ideia de que as novas prerrogativas do Estado deveriam estar baseadas em um equilíbrio entre o respeito ao indivíduo, seus direitos e a iniciativa que lhe era própria, a privada, por um lado; e o conjunto da sociedade, o “bem comum”, por outro. Isso implicava construir uma engenharia do poder público que, sem esvaziá-lo, impedisse sua expansão

280 CAVALCANTI, Themístocles. Organização Administrativa Brasileira. (Folheto). A – 40 – 52. 30/10/1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 6.

281 Para um entendimento sobre o processo através do qual as premissas liberais de construção do Estado, no pós-guerra, foram repensadas recorro mais uma vez ao trabalho de Júlio Cattai. Ver: CATTAI, Júlio. **U.S. Power and the Social State in Brazil: Legal Modernization in the Global South**. London & New York: Routledge, 2022.

totalizante. Sérgio Armando Frazão²⁸², então secretário de embaixada do Itamaraty, sintetizaria os termos nos quais se colocava a questão:

Dessa ideologia democrática são princípios basilares a noção de individualismo e de personificação do Estado na nação. Ambos, conceitos libertários: o primeiro revaloriza racionalmente a autonomia e a dignidade do homem-indivíduo; o segundo substituiu a concepção patrimonial de Estado – coisa do Príncipe, figura que mais tarde evoluiria para o Ditador e para o Partido – pela ideia de Estado funcional, meio de proteção e garantia dos direitos naturais da pessoa humana, que os possui pelo fato de ser pessoa e humana, ou por outras palavras, de ser autônoma e racional. A segurança da plena realização desses direitos – eis aí a razão de ser, o objetivo e o limite do poder público. (...) ²⁸³.

A maneira como o Estado lidava com o indivíduo definiria os modos como organizaria a si próprio: marcaria os sentidos e limites de sua ação, os contornos de seu poder. Aí estava a diferença entre os Estados democrático e totalitário. Se os primeiros reconheciam direitos naturais do indivíduo, que deveriam ser resguardados, os segundos supunham exatamente o contrário: que o indivíduo deveria ser diluído na coletividade homogeneizante da nação, da raça ou da classe. Daí a organização de dois tipos de Estado, um com poderes controlados, sob supervisão e ancorado na legalidade; e outro de poderes totais, ilimitados, discricionário.

A recuperação da ideia de indivíduo aparecia como parte importante na disputa civilizatória colocada pela Guerra Fria. Estrategicamente, a noção vinha definida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada ainda em 1948 pela ONU, e em cujo centro estava a “dignidade da pessoa humana”. O conceito, que trabalhava com o princípio da unidade na diversidade, isso é, reconhecia as diferenças ao mesmo tempo que reafirmava a natureza humana comum, se tornou angular na luta contra o totalitarismo. A divergência estava já no ponto de partida. Uma vez que para a lógica totalitária o ser individual, como categoria política, sequer existia, abria-se um fosso na compreensão. O

282 Sérgio Armando Frazão nasceu no Rio de Janeiro, em 1917. Formado em Direito pela Universidade do Brasil, ingressou no serviço diplomático em 1942. Daí em diante, exerceria funções em Paris, Varsóvia e Viena até que, em 1952, promovido a primeiro-secretário, integraria a missão brasileira junto à ONU, cargo que ocupou até 1955. Após servir por dois anos no Chile, tornou-se, em 1957, Chefe da Divisão Comercial do Itamaraty. Através desse cargo, acumularia duas atividades: representaria o Ministério junto ao Conselho Brasileiro do Café (IBC) e participaria da Junta Diretora do Convênio Internacional do Café, sediado em Washington. Três anos depois, transferido para servir como ministro conselheiro da embaixada brasileira em Washington, se tornaria presidente do Convênio. De volta ao Brasil, tornou-se presidente do IBC, cargo que acumulou junto com a assessoria especial da presidência do Conselho de Ministros. Deixou o cargo em 1963 para servir como embaixador na República Árabe Unida e no Uruguai. Em 1968 passaria a atuar junto à ONU, chefiando delegações brasileiras e ocupando a chefia do Conselho Econômico e Social da Organização. Em 1975 serviu como embaixador brasileiro em Madri e em 1982 chefiou a delegação permanente do Brasil junto à UNESCO. Aposentou-se neste mesmo ano. Morreu no Rio de Janeiro, em 1986. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/frazao-sergio-armando>. Consulta em 15/09/2021.

283 FRAZÃO, Sérgio A. O Conflito Ideológico. (Folheto). B – 23 -51. 1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 8.

problema girava em torno do entendimento a respeito do que constituía a humanidade do homem. Na medida em que os regimes totalitários propunham realizá-lo apenas com sua despersonalização no todo, ao indivíduo era negado justamente aquilo que o caracteriza como tal, ou seja, sua singularidade. Era a despersonalização que, como seu resultado lógico, criava a hipertrofia da ação governamental: se o Estado encarnava o coletivo homogêneo, único ente dotado de aspirações legítimas, apenas sua ação, realizada em nome deste ente, poderia ser igualmente legítima. Ao negar o indivíduo, o Estado totalitário, alegando defender interesses superiores, esmagava-o.

Nisso estava sua divergência com a democracia. Esta não apenas resguardava os direitos do indivíduo, como fazia deles a pedra de toque sobre a qual montar seu sistema institucional. “No regime democrático, toda a construção do Estado, obedece ao propósito de encontrar uma técnica, para proteger eventualmente o indivíduo, contra o seu governo”, sintetizava San Tiago Dantas, em conferência de 1953. A essência do argumento estava na ideia de que as ações governamentais e individuais nem sempre convergiam. Ao contrário: “é frequente, é natural, é inevitável, que, algumas vezes, entre a ação dos indivíduos e, a ação governamental, exista um antagonismo”. Era na “técnica de superamento (sic) desse antagonismo”, sem eliminação de nenhuma das ações, que estava a essência da democracia. Ela não negava a divergência de propósitos, mas administrava-a. O argumento de Dantas, calcado nas reflexões a respeito do totalitarismo, era de que o equilíbrio democrático fundamental estava em juntar os interesses particulares e gerais e, com isso, realizar o que ele via como a perseguição dos “fins da comunidade política”²⁸⁴.

A conferência de Dantas deixava ver um problema mais amplo. Nela estava contida a ideia de que as aspirações de democracia só se realizariam mediante o emprego de um conjunto específico de expertises que permitissem balizar a ação política. Em outras palavras, a composição do Estado, sua relação com a sociedade, deveriam estar assentados em um conjunto de técnicas, definidas como princípios modernos de racionalização.

A matriz do argumento, que se tornou lugar-comum no Curso Superior de Guerra, era de fundamento weberiano. A discussão passava pela validação do poder político, por sua legitimidade, o que colocava a ideia de autoridade no centro do problema. À autoridade de tipo tradicional e carismático, a modernidade deveria superpor aquela de tipo burocrático. Os procedimentos para o exercício do poder deveriam ter fundamento jurídico e legal, serem

284 DANTAS, Francisco C S T. O Poder Nacional – Seus Tipos de Estrutura. (Folheto). A – 09 – 53. 07/04/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 29.

movidos por coordenadas de racionalização. O Estado e a sociedade, para serem modernos, precisavam estar construídos sobre princípios de razão.

A leitura de Weber era feita tendo os totalitarismos por preocupação. O entendimento era de que as autoridades tradicional e carismática, respaldadas na irracionalidade e no personalismo, eram solo fecundo para a produção de lideranças fortes, assentadas em afetividade primitiva. Ainda que seus fundamentos fossem diferentes, suas interfaces carregavam, em potencial, a ameaça totalitária. Construir uma autoridade racional e impessoal, moderna, era parte dos avanços que, concomitantemente, esvaziariam o risco e conduziriam o mundo a patamares civilizatórios mais elevados. Embora Weber tivesse morrido em 1920, a recuperação de suas tipologias orientava a reflexão a respeito do sistema totalitário e ajudava a organizar a agenda para combatê-lo.

A prerrogativa de que o Estado, e sua relação com a sociedade, precisavam ser construídos como poder burocrático implicava dotá-lo de técnicas que correspondessem a esta finalidade, que lhe fornecessem instrumentos de racionalização. As ciências sociais em geral, e a ciência política de maneira específica, apareciam como estes dispositivos. Eram parte do exercício de situar, no centro da administração pública, a razão e, mais especificamente, o que se entendia ser a razão científica. Estavam atreladas às agendas de guerra política organizada nos embates da Guerra Fria.

Tendo estas coordenadas por base, o CSG promoveu, em 1955, seminário a respeito do tema. Concentrado na Ciência Política, o evento procurava apontar seus métodos, as maneiras como estava organizada e sua relação com outras áreas. Os convidados seriam figuras proeminentes. Falariam:

- Themístocles Cavalcanti, jurista e cientista social: Panorama Atual da Ciência Política;
- Themístocles Cavalcanti, jurista e cientista social: Evolução das Doutrinas Políticas;
- Aroldo Edgard de Azevedo, professor catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo – USP (cadeira de geografia do Brasil): A Geografia e a Ciência Política;
- Djacir Menezes, professor catedrático da Faculdade de Economia e Administração da Universidade do Brasil: A Economia e a Ciência Política (Partes I e II);
- Themístocles Cavalcanti, jurista e cientista social: O Direito e a Ciência Política;

- Marcos Almir Madeira, presidente da Associação Brasileira de Educação, professor de Sociologia da FGV e da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro: *A Sociologia e a Ciência Política*.²⁸⁵

O evento tinha por objetivo situar os membros do Curso a respeito das temáticas, abordagens e técnicas da Ciência Política. Sua estrutura o demonstra. Partindo de uma compreensão geral, as exposições se afunilavam, indo se concentrar em aspectos específicos. A primeira conferência, de Themístocles Cavalcanti, fixaria pontos fundamentais, dos quais as demais seriam tributárias. Naquela altura, Cavalcanti era membro da Comissão Executiva da Associação Internacional de Ciências Políticas, órgão vinculado à Unesco, que tinha por objetivo modernizar os estudos de Ciência Política no mundo. Sua exposição estava baseada na expertise que vinha sendo desenvolvida na instituição e que, agora, era discutida também na ESG.

Embora o autor reconhecesse que a conceituação de Ciência Política comportava certa indefinição, salientava se tratar do estudo das associações humanas e das estruturas que as governavam; das comunidades, de sua administração e das relações destas comunidades com outras. O escopo abrangente envolvia não apenas as instituições políticas, dentre as quais o Estado tinha papel fundamental, mas também as ideias e os demais fenômenos sociais, econômicos e culturais que pudessem incidir sobre elas. Ou, como ele mesmo diria, uma ciência “que existe como um ponto de concentração de diversos problemas diretamente relacionados com o governo, com a atividade política, com os partidos políticos, enfim, com todo esse complexo que envolve o exercício do poder político”²⁸⁶.

285 CAVALCANTI, Themístocles. *Panorama Atual da Ciência Política*. (Folheto). C – 04 – 55. 10/03/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

CAVALCANTI, Themístocles. *Evolução das Doutrinas Políticas*. (Folheto). C – 05 – 55. 11/03/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

AZEVEDO, Aroldo E. *A Geografia e a Ciência Política*. (Folheto). C – 06 – 55. 03/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

MENEZES, Djacir. *A Economia e a Ciência Política (Iª parte)*. (Folheto). C – 07 – 55. 15/03/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

MENEZES, Djacir. *A Economia e a Ciência Política (IIª parte)*. (Folheto). C – 08 – 55. 15/03/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

CAVALCANTI, Themístocles. *O Direito e a Ciência Política*. (Folheto). C – 09 – 55. 17/03/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

MADEIRA, Marcos A. *A Sociologia e a Ciência Política*. (Folheto). C – 10 – 55. 18/03/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

286 CAVALCANTI, Themístocles. *Panorama Atual da Ciência Política*. (Folheto). C – 04 – 55. 10/03/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 17.

Ainda que Cavalcanti apontasse certas flutuações da disciplina, resultado de ter como objeto principal um fenômeno humano, sublinhava a necessidade de abordagens metodológicas adequadas: quantitativas, seriadas, uniformizadas. Ou, em outras palavras, científicas. O caráter científico da disciplina derivava de suas origens e finalidades:

A ciência política é uma das preocupações modernas dos estudos das ciências sociais. As crises dos regimes, as crises sociais, provocaram este interesse do homem pelo estudo dos seus semelhantes e dos grupos sociais. As investigações conduziram à organização de um sistema que pelo seu conteúdo próprio, pelos seus métodos de investigação e de trabalho, pela unidade de orientação e de objetivo, constitui a chamada ciência política. Ela existe com este sentido e o seu desenvolvimento justifica uma justa preocupação, com o objetivo de aplicar os seus métodos de trabalho à solução de problemas políticos que afligem a cada um de nós e para os quais procuramos uma solução²⁸⁷.

A cientificização, das ciências sociais em geral e da ciência política em específico, estavam atreladas à maneira como eram entendidas suas funções de instrumentos de governança, capazes de fornecer às estruturas políticas a expertise necessária para o exercício racionalizado do poder. Criar técnicas que auxiliassem a administração governamental a lidar com as ideologias políticas (doutrina), o território (geografia), a base produtiva (economia), a organização jurídica (direito) e a sociedade (sociologia) eram, como o seminário demonstrava, algumas das funções da ciência política. Esperava-se dela que pudesse oferecer seu know-how na construção de um poder burocratizado, adequado ao novo papel do Estado, às demandas da modernidade.

A maneira como a ciência política era entendida no Curso Superior de Guerra estava alinhada às discussões ocorridas ao redor do mundo. Ao falar no Curso, em 1958, o Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Victor Nunes Leal²⁸⁸, salientou a inserção mais ampla do tema na Escola:

287 CAVALCANTI, Themístocles. Panorama Atual da Ciência Política. (Folheto). C – 04 – 55. 10/03/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 20.

288 Victor Nunes Leal nasceu em Carangola (MG), em 1914. Tendo se bacharelado em direito em 1936, ocupou os cargos de Oficial de Gabinete e Diretor do Serviço de Documentação no Ministério da Saúde e Educação, quando da gestão de Gustavo Capanema. Em 1943, por concurso, se tornou professor da cadeira de política da Faculdade Nacional de Filosofia. Nesta mesma época, também se tornou professor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Durante o governo JK ocupou os cargos de Procurador-Geral da Justiça do Distrito Federal, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, procurador do Tribunal de Contas (na recém-inaugurada capital) e Consultor-Geral da República. Em 1960, foi nomeado ministro para o Supremo Tribunal Federal. Foi, ainda, o primeiro presidente do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ. Participou do grupo que organizou o projeto da Universidade de Brasília, instituição da qual se tornou professor. Cinco anos após o golpe militar, em 1969, Costa e Silva, valendo-se do AI-5, o afastou de suas funções no Supremo Tribunal Federal e na UFRJ. Morreu no Rio de Janeiro, em 1985. Ver: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/vitor-nunes-leal>. Consulta em 02/02/2023.

Além das Faculdades de Filosofia, possuímos outras instituições onde a nossa disciplina vem sendo cultivada com preocupação de rigor científico. Refiro-me ao Instituto de Direito Público e Ciência Política, da Fundação Getúlio Vargas, a que me honro de pertencer; ao Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, recém-criado por iniciativa da Unesco, à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, cujo programa abrange problemas políticos; à Escola Superior de Guerra, em cujos seminários temas dessa natureza são amplamente debatidos, e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, mais recente, mantido pelo Ministério da Educação. Também muito auspicioso é saber que está para ser organizado, em nossa Universidade, um Instituto de Ciências Sociais. De outra parte, uma excelente Revista Brasileira de Estudos Políticos vem sendo editada em Belo Horizonte, pelo Prof. ORLANDO CARVALHO, sob o patrocínio da Universidade de Minas Gerais; outra, congênere, vai ser lançada brevemente pelo Instituto de Direito Público, por sugestão do Prof. THEMÍSTOCLES CAVALCANTI, e são dignas de registro as publicações do jovem grupo dirigente do ISEB, sem falar no acolhimento que os editores de livros e periódicos tem dispensado aos ensaios de política²⁸⁹.

À semelhança de Cavalcanti, Nunes Leal salientava a importância da Unesco na reformulação das ciências sociais e, conseqüentemente, da ciência política. Sua conferência, que defendia o caráter científico do campo, não apenas citava o relatório da instituição a respeito da definição de métodos de trabalho²⁹⁰, como também pontuava a maneira através da qual as novas metodologias estavam se tornando a base para institucionalização de centros de pesquisa sobre o assunto no Brasil. Dentre eles, a ESG.

A discussão da ciência política, no CSG, estava relacionada ao papel que o campo deveria desempenhar: fornecer, às elites, instrumentos para que pudessem empreender o processo de modernização. O objetivo era “tirar de seus conhecimentos o proveito e o resultado que são de desejar, não só para a formação das elites dirigentes, mas também de todos quantos tem a seu cargo, interesses ligados ao funcionamento do Estado na sua vida interna, como internacional”, afirmaria Cavalcanti²⁹¹. Ou, dito de outro modo, deveriam

289 LEAL, Victor N. O Poder Nacional: seus fundamentos políticos. (Folheto). C – 14 – 58. 1958. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 20.

290 Nunes Leal admitira que o assunto não era ponto pacífico, mas que os debates tentavam sistematizá-lo. Diria: “realmente, o capítulo do método, na ciência política, ainda está mergulhado na confusão. Um grande inquérito promovido pela Unesco versou, em grande parte, sobre o problema do método e das técnicas, especialmente do método, na ciência política”. O inquérito, ao qual se referia, seria: *Contemporary Political Science. A Survey of Methods, Research and Teaching*, de 1950. O autor admitia, ainda, que havia um esforço de profissionalização, de cientificação da Ciência Política no Brasil, oriundo de maior contato com o que se discutia ao redor do mundo: “No Brasil, os estudos de política passaram a adquirir mais teor científico, mais sentido sociológico, depois da criação das Faculdades de Filosofia, e devido em grande parte, à influência de professores estrangeiros, embora algumas obras anteriores já refletissem nitidamente, essa mesma preocupação.” A base da argumentação de Nunes Leal seria um artigo de Djacir Menezes que, não por acaso, era um dos conferencistas do Seminário de Ciência Política do CSG. Intitulado *Political Science in Brazil during the laste thirth years*, o texto de Menezes constava do relatório da Unesco, citado anteriormente.

291 CAVALCANTI, Themístocles. Panorama Atual da Ciência Política. (Folheto). C – 04 – 55. 10/03/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2.

contribuir para o novo papel que as elites deveriam desempenhar na gestão social, econômica, cultural e política, ao seu papel na organização do Estado democrático.

4.2. Elites, Massas e Democracia

Em 1951, o general Juarez Távora proferiu conferência que tinha por tema a “racionalização administrativa do Brasil”. Realizada originalmente na ADESG, o texto da palestra foi impresso para ser usado, também, no CSG. Nele, Távora afirmaria, a respeito do “problema da organização político administrativa” do Brasil, que:

Isso decorre de fatores vários, entre os quais sobressaem, entretanto:
- o desconhecimento, mais ou menos generalizado, pela elite nacional, de nossas realidades de conjunto.
- a imaginação fértil dessa elite que, divorciada do terra a terra de tais realidades, perde-se, comumente, em devaneios fantasistas, que vão do ‘ufanismo’ ao ‘derrotismo’, mas quase sempre atentatórios do senso elementar de proporção e oportunidade²⁹².

O pressuposto básico, do qual partia o General, era de que a reorganização da estrutura política e administrativa brasileira passava, necessariamente, pela formação de quadros. Esperava-se deles que, amparados nas técnicas e instrumentos científicos, liderassem um processo de superação das condições de subdesenvolvimento do Brasil e, com isso, consolidassem a democracia no país. A tarefa era de transformação. Deveriam operar uma engenharia da mudança social, econômica, política e cultural que viabilizasse a modernização brasileira, o que incluía consagrar sua forma de governo por excelência: a democracia.

O papel destinado à elite se sustentava tanto na natureza das funções que desempenharia como na contraposição que fazia às massas. A rigor, tratavam-se de temas complementares. Na medida em que se avaliava que as tarefas essenciais da política eram aquelas que conduzissem à modernidade, esperava-se das elites que trabalhassem a partir dos critérios de planejamento, gerenciamento e racionalidade colocados por essa mesma modernidade. O pressuposto era de que às elites caberia administrar o Estado, organizá-lo

292 A conferência foi originalmente proferida na ADESG (Associação de Diplomados da ESG), repetida no Centro de Difusão Cultural de São Paulo, no ano seguinte, e, posteriormente, impressa para uso na ESG. Ver: TÁVORA, Juarez F. O problema da Racionalização Administrativa no Brasil. (Folheto). A – 42 – 55. 12/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

para suas funções sociais e econômicas, já que possuiriam os instrumentos técnicos necessários para isso.

Da elite dependia a pedra angular do funcionamento democrático: a estabilidade institucional. Era a elite corretamente treinada que poderia evitar que as massas, tendo seus impulsos capturados por líderes demagógicos e carismáticos, assaltassem o poder. Enquanto as massas tendiam a alternativas de ruptura, que implodiam o sistema, as elites educadas agiam no sentido oposto: buscavam conservá-lo e aprimorá-lo.

Para que isso funcionasse, a elite deveria ser corretamente formada: ser técnica, capaz de tomar decisões racionais, distantes dos arroubos ideológicos que caracterizavam o comportamento das massas. O que se esperava destas elites era que se construíssem como grupo modernizante, o que significava dupla oposição: tanto às massas em geral quanto às elites atrasadas. Supunha-se que, além de evitar as mobilizações de massa, as novas elites deveriam substituir as elites tradicionais, aquelas que, tendendo a conservar sua posição de domínio, alicerçadas nas estruturas de atraso, poderiam emperrar processos de mudança. Os dois grupos eram potenciais obstáculos à democracia. As elites atrasadas agravavam o problema das massas: sua inércia mantinha o país no subdesenvolvimento, o que contribuía para retardar a solução de problemas sociais e, conseqüentemente, tornar o ambiente político menos estável, quando não abertamente disruptivo. O funcionamento democrático dependia de uma elite moderna. Aí estava sua legitimidade para governar.

O núcleo do argumento estava, mais uma vez, ancorado nas premissas antitotalitárias. Segundo ele, as experiências fascista, nazista e soviética demonstravam o perigo de massas que, movimentadas pelos excessos ideológicos, poderiam recorrer a soluções limítrofes. A mobilização para formas extremas de nacionalismo, racismo e esquerdismo geraria uma espiral de fanatismo, violência e instabilidade: conteúdos próprios das situações revolucionárias, de ruptura. A presença de líderes manipuladores completava o quadro. Sua capacidade de sequestrar e insuflar anseios difusos da população aumentava o potencial disruptivo. Combinados, líderes demagógicos e massas irracionais se tornavam força poderosa no solapamento e destruição institucionais, força de ataque à democracia, aos seus postulados de integração e estabilidade.

O perigo era tão maior quanto mais atrasada fosse a sociedade. Em situações de pouca consolidação institucional, com a baixa consciência política das massas se misturando à sua pobreza, o problema aumentava. Aí estava o motivo pelo qual a América Latina era

considerada região sensível: ela reunia os ingredientes necessários para a fermentação de um populismo extremo, de tendências totalitárias. Assim desenhado o cenário, cabia às elites preparadas da região a tarefa de modernizá-la, de resolver seus problemas sociais e econômicos e, deste modo, agir como anteparo à ameaça totalitária, sempre latente.

Organizar a estrutura institucional da democracia passava por definir, no arranjo político, o lugar das massas. O Deputado Federal udenista, Bento Munhoz da Rocha²⁹³, sistematizaria a questão em 1959, quando declarou:

Não há identificação entre massa e proletariado. Se o proletariado é a marginalidade de quantos não intervêm, de quantos não cooperam, de quantos não decidem, não se beneficiam do processo social, todo o esforço justo e legítimo deve ser no sentido da desproletarização da massa.

Desproletarização da massa é disseminação, ao máximo, entre o maior número de padrões decentes de vida, com os benefícios que a técnica contemporânea permite; é a incorporação do maior número aos órgãos políticos deliberantes; é a integração social do maior número. Essa política, é evidente, não convém à política da luta de classes, à hostilidade intencional com que se defrontam representantes do ‘soi-disants’ proletários, que devem destruir, com sacrifício de toda espécie, a ordem existente, para então, sobre os destroços e as ruínas, edificar o utópico paraíso terrestre da sociedade sem classes²⁹⁴.

O objetivo era construir uma institucionalidade que incluísse as massas. Partia-se da ideia de que era preciso trazê-las para dentro do sistema político já que, se estivessem fora dele, poderiam se constituir numa poderosa força marginal que, por pressioná-lo, o romperia. A democracia deveria substituir a mobilização constante das massas, típica dos totalitarismos, por sua integração.

A incorporação das massas na democracia implicava dotá-la de ferramentas adequadas. Parlamento, sistema eleitoral e partidos eram alguns deles, motivo pelo qual sua composição se tornou objeto frequente de estudo no CSG. Juntos, funcionariam como instrumentos que organizassem as massas e canalizassem sua força para dentro da estrutura

293 Bento Munhoz da Rocha nasceu em Paranaguá (PR), em 1905. Formado em engenharia em 1927 trabalhou, ao longo da década de 1930 nesta profissão na Caixa Econômica Federal até tornar-se Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná. Iniciou a vida política em 1945, quando se elegeu Deputado à Assembleia Constituinte pela UDN. Em 1950 foi eleito Governador do Estado do Paraná. Renunciou ao mandato no ano de 1955, pouco tempo antes de concluí-lo, com a intenção de concorrer à vice-presidência da República pela chapa de Juarez Távora, o que foi obstado por acordos partidários. Nomeado Ministro da Agricultura por Café Filho, no início daquele ano, permaneceu no cargo até novembro. Eleito mais uma vez ao cargo de Deputado Federal em 1958, perdeu uma disputa para o Governo do Paraná em 1965. A partir daí, trabalharia no Departamento de Engenharia da Caixa Econômica Federal. Morreu em 1973, em Curitiba. Ver: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bento-munhoz-da-rocha-neto>. Consulta em 02/02/2023.

294 ROCHA, Bento M. Panorama Social do Brasil. Massas e Elites Nacionais. (Folheto). C – 55 – 59. 1959. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 7.

institucional. Assim fazendo, moderariam seus anseios: ao mostrar que o próprio sistema poderia dar soluções aceitáveis aos males sociais, econômicos e culturais dos quais padeciam, evitariam que suas frustrações difusas se aglutinassem e produzissem soluções extremas. A democracia deveria dar respostas às expectativas das massas, ponderá-las e, com isso, atraí-las para espaços de consenso.

No cerne das concepções sobre as quais se assentava a arquitetura institucional estava a promessa de contenção daquilo que era entendido como os ímpetus não democráticos das massas. Ao integrá-las, esperava-se das instituições que as modelassem, que acabassem com seu amorfismo. Administrar o problema das massas significava racionalizar suas ações, comportamentos e compreensões. Significava, ainda, organizar seus vários segmentos sociais, suas diversas opiniões, suas tendências, vinculações e orientações políticas. À homogeneização sentimental, mística, se substituiria um mosaico integrado às estruturas modernas. Ao dar ao homem-massa um lugar no mundo, o reposicionamento no espectro político e social suplantaria um de seus piores males: o desenraizamento. A rigor, tratava-se de desmassificar as massas.

À premissa de que as massas, enquanto tal, eram inadequadas para a modernidade e, conseqüentemente, para a democracia, se seguia a definição do papel das elites²⁹⁵. A elas cabia reverter esta inadequação ou, ao menos, mantê-la sob controle. Sua função se relacionava à natureza técnica, racional, à eficácia com a qual eram capazes de exercer o poder. Daí a prerrogativa de que fossem dirigentes, de que devessem conduzir a institucionalidade democrática e o processo modernizante. A legitimidade para a direção vinha explicada, em 1956, por San Tiago Dantas:

(...) Se as classes dirigidas começam a ser capazes de adquirir consciência do encadeamento finalístico da ação política e a compreender a adequação ou a inadequação das soluções dadas aos problemas comuns, ao mesmo tempo que a classe dirigente começa a se revelar incapaz de dar as soluções adequadas e de manter aquele encadeamento finalístico, a consequência natural é o rompimento desse laço de liderança que faz com que a classe dirigida acompanhe a classe dirigente e a conserve no poder. O mimetismo desaparece, porque o que alimenta o mimetismo, o que faz com que a classe dirigida preste obediência institucional à

295 A premissa da inadequação das massas à democracia se tornou lugar-comum no CSG. Falando no Curso em 1953, Raul Lima, que então dirigia o Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura e era membro da Sessão de Segurança do mesmo Ministério, diria: “essas manifestações da massa não tem, efetivamente, um sentido político, ou não assumem as feições políticas adequadas aos sistemas democráticos, mas vem influenciando nos comícios de forma inusitada e decisiva”. E completava: “é que o papel de recolher e precisar as tendências e os movimentos impelidos por aqueles interesses (das massas) cabe aos partidos nacionais”. Ver: LIMA, Raul R. A Conjuntura Nacional: aspectos políticos. (Folheto). A – 21 – 53. 04/04/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 28.

classe dirigente é a convicção em que ela se encontra de que a classe dirigente resolve os seus problemas e assume a responsabilidade das soluções. O desaparecimento desta convicção conduz à gradual autonomia da classe dirigida, a qual passa a um estado de disponibilidade. Esse estado de disponibilidade é provisório: a classe dirigida, à medida que perde a relação de dependência para com a classe dirigente, não se orienta segundo uma nova classe dirigente, nem tem, ela própria, capacidade para engendrar a sua direção; o que ela fica é em disponibilidade, e é esse estado de disponibilidade da classe dirigida que constitui o clima próprio da demagogia e do cesarismo. Desde que a classe dirigida esteja em disponibilidade, ela está ao alcance de qualquer empreendimento político de tipo cesarista, ao mesmo tempo em que ela fica extremamente vulnerável ao que se chama a demagogia; quer dizer, sem liderança e sem liderança estabelecida, ela fica à disposição da liderança emocional; é o momento em que alguém alcança liderança por fatores emocionais, não propriamente por fatores decorrentes de uma experimentação política já assentada, já reiterada ou por motivo lógico qualquer, mas através de afinidades emocionais que criam vínculos rápidos, homogêneos e botam o líder diretamente em relação com a massa. Normalmente, a verdadeira liderança política não é a liderança de indivíduos, é liderança de uma classe em relação a outra classe. A liderança de um indivíduo em relação a uma classe é sempre um resultado dessa disponibilidade e desses fatores emocionais²⁹⁶.

O totalitarismo surgia quando as elites modernas perdiam sua capacidade de governar. A democracia só poderia funcionar com uma elite de dirigentes adequada, que mantivessem as massas unidas ao sistema e, conseqüentemente, a si mesmas. Ou, dito de outro modo, uma democracia tecnicamente tutelada.

A transformação da política em ciência de gerenciamento, a ser desempenhada pelas elites de maneira técnica, retirava do horizonte as prerrogativas da cidadania. Entendida como massa, ou população, caberia à coletividade ser administrada. Não se tratava de lidar com um conjunto de cidadãos que, dotados de ação e discurso²⁹⁷, pudessem decidir, como iguais e livres, sobre o próprio destino. À esfera pública se substituía a administração pública. Não espanta, portanto, que à esta ideia de democracia, concebida em termos autoritários, tenha, pelas mesmas razões, se sucedido uma ditadura.

4.3. Democracia, Ditadura e Antitotalitarismo: a reorganização do consenso

Ainda que com variações, o conjunto de princípios basilares em torno dos quais se organizava a ideia de democracia permaneceu consensual no CSG até o começo dos anos 1960. Espelhada no consenso liberal, que ligava o funcionamento da institucionalidade

296 DANTAS, Francisco C de S T. A Cultura Política como fator do Poder Nacional. (Folheto). C – 21 – 56. 17/04/1956. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 14.

297 Recorro, aqui, às definições de esfera pública desenvolvidas por Hannah Arendt, para quem ação e discurso são os elementos constitutivos da vida política, isso é, da vida na pólis. Ver: ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

democrática ao desenvolvimento econômico e social como partes do mesmo projeto civilizatório de modernidade, a formulação foi sofrendo alterações que acabaram por reconfigurá-la. Amparadas na agenda antitotalitária do bloco ocidental, as mudanças defendidas no Curso acompanharam as transformações de perspectiva desta mesma agenda: transformações que progressivamente questionaram a concepção de democracia e seus postulados modernizantes.

Se a arquitetura institucional da democracia brasileira, montada no pós-guerra, ruiu em 1964, o processo que conduziu ao desmoronamento veio de antes. 1964 é o resultado da revisão das teorias de modernização, da reproposição da relação entre o alcance da modernidade, a organização do regime democrático e o combate ao totalitarismo. O Golpe, e o regime que o sucedeu, apareceram como alternativas ao acúmulo de tensões e críticas que o sistema do pós-guerra vinha sofrendo e que colocavam em xeque parte de suas bases. De forma não linear, o edifício institucional foi se reestruturando: na medida em que se desorganizavam os postulados sobre os quais estava construído, começou a se mover. Mais do que mera reação episódica a fatos de conjuntura, a ditadura nasceu da reavaliação das estruturas sobre as quais a Guerra Fria estava construída.

Meses após o Golpe, a Escola Superior de Guerra receberia visitante ilustre. Walt Whitman Rostow era, naquela ocasião, Presidente do Conselho de Planejamento Político do Departamento de Estado e operava como representante dos EUA junto ao Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP). Ao discursar, em agosto de 1964, sobre a ditadura implantada naquele ano, diria:

O povo brasileiro ofereceu uma demonstração de histórico significado este ano, ao frustrar os desígnios daqueles que buscavam subverter sua independência nacional e suas tradições humanas. Aquela demonstração de orgulho nacional e de consenso nacional restringiu acentuadamente as perspectivas do comunismo no hemisfério.

Mais do que isso, o governo e o povo do Brasil estão agora empenhados em um esforço determinado de superar as distorções que acompanharam as gerações passadas, conquistas notáveis em crescimento e industrialização.

Confio em que nos meses e anos vindouros veremos o Brasil remover essas distorções e caminhar avante no rumo da completa modernização desta grande terra. As especializações industriais e os modernos talentos já conseguidos no Brasil, ligados como estão a uma cultura de profundas raízes, apoiados por um povo com forte sentido de nacionalidade e fé nos destinos da nação, deverão firmá-lo em uma nova fase do desenvolvimento brasileiro. Na resolução destes problemas e no restabelecimento do ritmo do progresso o Brasil dará, estou certo, uma contribuição decisiva para a Aliança para o Progresso²⁹⁸.

298 ROSTOW, Walt W. O Estado Atual da Guerra Fria. (Folheto). C1 -71 – 64. 27/08/1964. Rio de Janeiro: Biblioteca Cordeiro de Farias. PP. 10.

Lidar com distorções, reestruturar o desenvolvimento e garantir uma modernização adequada eram as razões de ser do regime que acabava de ser instaurado. A palavra que Rostow evocava, “correção”, era fundamental. Ela apontava para as releituras que, àquela altura, haviam sido feitas sobre os projeto modernizantes da Guerra Fria.

O processo de reorganização ancorava-se em uma cisão. O arcabouço teórico liberal estabelecia reciprocidade entre desenvolvimento (econômico, social e cultural) e democracia. Integrantes do todo que formava a modernidade, eles se retroalimentavam. O regime democrático aparecia como a face política do processo de modernização, à qual se somavam as outras dimensões do mesmo processo. Daí que, enquanto durou o consenso liberal, democracia e desenvolvimento se mantiveram juntos na construção do moderno. É na sua separação, na sua relativização, na quebra daquilo que originalmente aparecia unido, que se refundam as coordenadas de pensamento e ação políticos que levarão ao golpe de 1964.

De qualquer forma, o processo não foi imediato. Ele foi feito de acúmulos que, paulatinamente, apontaram a desincompatibilização entre o sistema político organizado na Constituição de 1946 e o que se entendia serem as demandas de desenvolvimento. Um esboço da questão foi colocado já em 1954, quando do acirramento das tensões políticas que levariam ao suicídio de Vargas. Se a figura de Vargas era problemática desde sempre, a exacerbação dos conflitos trazia, para primeiro plano, a capacidade de sobrevivência das instituições, o que significava avaliar os requisitos para sua preservação. Proferidas pelo Vice-Presidente da República, João Café Filho²⁹⁹, e por Themístocles Cavalcanti, duas conferências abordavam o tema, apresentando o que acreditavam ser fundamental na organização política e administrativa do país. Café Filho diria:

299 João Café Filho nasceu em Natal, em 1899. “Foi fundador do Jornal do Norte (1921), editor de O Correio de Bezerros na cidade pernambucana de Bezerros (1923), e diretor do jornal A Noite (1925), tendo escrito neste último, artigos nos quais pedia a soldados, cabos, sargentos e jovens oficiais que se recusassem a combater a chamada “Coluna Prestes”, o que resultou na sua condenação a 3 meses de prisão. Fugiu então para a Bahia em 1927, sob o nome de Senílson Pessoa Cavalcanti, mas acabou retornando a Natal, onde se entregou. Em 1923, candidatou-se a vereador em Natal, mas fracassou. Ingressou na Aliança Liberal e foi um dos fundadores, em 1933, do Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte (PSN). Elegeu-se deputado federal (1935-1937) e destacou-se pela defesa das liberdades constitucionais. Ameaçado de prisão, asilou-se na Argentina, retornando ao Brasil em 1938. Fundou, com Ademar de Barros, o Partido Republicano Progressista (PRP), pelo qual se elegeram deputado federal (1946-1950). Eleito vice-presidente por uma coligação de partidos que se fundiram sob a sigla do Partido Social Progressista (PSP), assumiu a presidência da República com o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. Foi nomeado ministro do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara (1961-1970)”. Morreu no Rio de Janeiro, em 1970. Ver: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/88-cafe-filho>. Consulta em 02/02/2023.

Em meio a este cenário, as elites parecem desorientadas e atônitas, tanto mais quanto vão surgindo desafios cada vez mais complexos ao seu poder criador. Mesmo incipiente, a industrialização do país já vem produzindo várias consequências, inclusive a formação de um proletariado, cuja influência na vida nacional já é um fato cada vez mais notório.

Um exame bastante resumido de nossa realidade é suficiente para demonstrar a necessidade de métodos de ação mais eficientes, por parte das elites políticas e intelectuais, métodos ajustáveis ao surpreendente ritmo de crescimento que se verifica no Brasil de hoje, possibilitando maior eficácia ao seu aparelhamento institucional³⁰⁰.

Segundo ele, as demandas econômicas e sociais, contidas como capítulo na Carta de 1946, exigiam uma transformação na estrutura do país, o que nem sempre era possibilitado pelo sistema político. Se o Estado tinha papel a desempenhar no desenvolvimento, se devia atuar no planejamento do crescimento econômico e da industrialização, precisava estar corretamente organizado para isso. Precisava, ainda, ser capaz de administrar a reestruturação social causada por estes processos. Isso implicava tornar a relação entre legislativo e executivo menos morosa, ou seja, qualificar e agilizar o parlamento através de assessoria técnica especializada, torná-lo menos sujeito a interesses e pressões imediatos e transferir, para o direito administrativo, parte de suas funções. Em síntese, dinamizar e racionalizar o poder público para o cumprimento de suas funções econômicas e sociais sem, com isso, esvaziar seus mecanismos de controle.

Em toada semelhante, Cavalcanti abordaria a estrutura partidária no país. Seu argumento central derivava da concepção que tinha dos partidos políticos: “não somente uma necessidade de organização das massas e da sua discriminação por ideologias e por interesses, a fim de garantir o sistema representativo, mas também é uma técnica política e uma técnica de governo”. Como técnica de organização social, os partidos políticos brasileiros estavam falhando. Sua proliferação excessiva, suas alianças fisiológicas locais e suas indefinições ideológicas faziam com que se desestruturassem e perdessem sua característica de instrumentos de ligação entre a sociedade e o sistema político. O objetivo era fazer com que voltassem ao seu objetivo, que se organizassem “menos para a luta entre partidos do que para a racionalização do poder”³⁰¹.

300 CAFÉ FILHO, João. Conjuntura Nacional: Instituições Políticas. (Folheto). C – 51 – 54. 24/06/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 16.

301 Cavalcanti proporia que os partidos fossem mais bem regulamentados para conter o que ele via como o excesso de liberalismo. Diria: “Entre nós vigora um sistema multipartidário, em meu modo de entender, demasiado liberal. Nesta fase de formação dos partidos brasileiros, dever-se-ia usar de mais vigor para evitar que em torno de alguns partidos, cuja atuação deve ser criticada com certa severidade, se multipliquem partidos criados com interesse puramente demagógico ou para atender a considerações de ordem política sem qualquer base ideológica”. CAVALCANTI, Themístocles B. Conjuntura Nacional – Os Partidos Políticos . (Folheto). C –

De formas específicas, ambas conferências apontavam a necessidade de estabilizar e energizar o sistema político, de lhe dar feições claras, que permitissem a ele lidar com as demandas sociais e econômicas do momento. Em outras palavras, a democracia deveria ser capaz de realizar as aspirações de desenvolvimento. Ela precisava funcionar, tornar suas instituições operacionais e, com isso, fechar o caminho para seu oposto: o totalitarismo. Isso implicava, como apontavam Café Filho e Cavalcanti, aprimorar seus procedimentos.

A preocupação com o funcionamento do sistema político se tornou constante no CSG. À semelhança das conferências de Café Filho e Cavalcanti, existiriam outras, com a mesma temática. A razão para esta atenção foi sintetizada em 1958, pelo então deputado udenista Affonso Arinos de Mello Franco³⁰² quando, em conferência, afirmou que a “segurança nacional, de acordo com a Constituição, é a garantia da integridade material e da estabilidade institucional do Brasil, contra os riscos internos e externos que as possam ameaçar”³⁰³. Ao atrelar a organização institucional não apenas ao desenvolvimento, mas também à segurança, a sentença tinha como horizonte a ideia de Guerra Total. O sistema político era campo de batalha: através dele, a defesa dos valores cristãos, ocidentais, modernos, era disputada.

O atrelamento da democracia ao desenvolvimento e à segurança significava que o ritmo entre eles deveria ser compatível. As crises surgiam de seu descompasso. O pressuposto geral, de que estruturas econômicas e sociais em rápida transformação não poderiam conviver harmonicamente com instituições atravancadas, se tornou base para as reflexões. Ainda que seu conteúdo tenha sido atualizado na medida em que as mudanças eram percebidas e soluções para elas eram pensadas, a premissa permaneceu como eixo da reflexão.

52 – 54. 25/06/54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 3, 11 e 23.

302 Affonso Arinos de Mello Franco nasceu em Belo Horizonte, em 1906. Graduado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1927 tornou-se, naquele mesmo ano, promotor de Justiça da Comarca de Belo Horizonte, cargo que exerceu até o ano seguinte. Durante a década de 1930 e a primeira metade da década de 1940, se dedicaria a estudos universitários, passando por muitas instituições no Brasil e no exterior, como: Universidade do Distrito Federal, Universidade de Montevideu, Sorbonne, Universidade de Buenos Aires. Em 1946, foi nomeado professor do Instituto Rio Branco e nos anos seguintes lecionou, também, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade do Brasil. Eleito Deputado Federal pela UDN em 1947, foi reeleito para mais duas legislaturas. Na condição de Deputado, liderou a oposição ao Governo Vargas e redigiu a lei contra discriminação racial, de 1951, que carrega seu nome. Tornou-se senador em 1958 e, na gestão de Jânio Quadros, foi Ministro das Relações Exteriores, condição na qual deu origem à chamada Política Externa Independente. Apoiador do Golpe de 1964, redigiu o capítulo sobre Direitos da Constituição de 1967. A partir de então, se afastaria da vida política para lecionar nas universidades. Com o início do Governo Sarney, em 1985, foi nomeado para a presidência da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, encarregada de elaborar um anteprojeto para a nova Constituição. Eleito mais uma vez senador em 1986, foi constituinte. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1990. Ver: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-arinos-de-mello-franco>. Consulta em 02/02/2023.

303 FRANCO, Affonso A de M. As Doutrinas Políticas Contemporâneas e suas Relações com a Segurança Nacional. (Folheto). C – 08 – 58. 1958. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 6.

A passagem do quinquênio juscelinista intensificou a discussão. Naquele momento, entendia-se, o Brasil tinha acelerado seu processo de modernização, o que o tinha colocado em rápida transição. De agrária e rural, a vida brasileira passava a urbana e industrial, situação que envolvia não apenas mudanças na estrutura econômica, mas também nas formas de cultura e sociabilidade. Se o sentido geral da mudança era desejado, ele havia produzido reações não previstas. Deslocamento populacional; desequilíbrios regionais; pressão inflacionária; pauperização da classe trabalhadora e camponesa; eram alguns dos efeitos colaterais do processo. Juntos, formavam uma avalanche de pressão para a qual o sistema político não parecia ter respostas adequadas.

O Brasil entrava nos anos 1960 com muitos de seus problemas agravados. O processo de modernização, ao contrário do que se pretendia, estaria gerando instabilidade social e econômica, o que, conseqüentemente, gerava instabilidade política. O arcabouço institucional não apenas não resolvia a situação como a agravava: aprisionados por interesses imediatos e fragmentários, muitas vezes vinculados a grupos retrógrados, parlamento e partidos políticos estariam tornando o exercício da representação uma peça de ficção. Agindo assim, deixariam de desempenhar as funções para as quais haviam sido criados: tornavam-se estruturas inconsistentes, incapazes de organizar a relação do Estado com a sociedade. Em outras palavras, deixavam de promover mecanismos acertados de modernização.

A situação seria agravada pela atuação das elites. Desorganizadas durante o processo modernizador, elas estariam perdendo sua capacidade efetiva de governar, de conduzir o processo de modernização de maneira a responder às demandas e absorver os impactos decorrentes deste mesmo processo. Entre elites e massas, haveria um descolamento, o que agravava o desenraizamento das últimas e, conseqüentemente, as deixava vulneráveis às lideranças totalitárias.

O cenário explosivo não era especificidade brasileira. A leitura que se fazia da realidade do país estava assentada em uma reorganização de consenso, ocorrida em escala muito maior. No centro do problema estavam os resultados que os processos de modernização estavam produzindo nos países subdesenvolvidos. O entendimento era de que, de maneira diversa do que se havia previsto, tais processos não estavam conduzindo aqueles países à maior democratização e estabilidade. Ao contrário: a superação de sua condição de atraso implicava produzir mudanças que, no mais das vezes, provocavam desarranjos e,

consequentemente, intranquilidade política. Isso, entendia-se, era verdade para a África, a Ásia e, também, para a América Latina.

Dois acontecimentos seriam decisivos no encaminhamento das discussões e das soluções políticas que se seguiriam. A importância de ambos está na construção de novas análises a respeito do papel dos militares. O primeiro deles seria o surgimento de um livro: *The Soldier and the State* apareceria, em 1957, nos EUA³⁰⁴. Escrito pelo cientista político Samuel Huntington³⁰⁵, o livro, um estudo sobre as relações entre civis e militares, colocaria em xeque muitas das premissas liberais desenvolvidas desde o pós-guerra. Para o autor, os processos de modernização e democratização nem sempre eram compatíveis. A ligação entre eles, produzida pela visão excessivamente idealista do liberalismo, desconsiderava os resultados concretos de instabilização e insegurança que, cada vez mais, apareciam aos observadores. Não tendo atingido seus objetivos, as políticas liberais deveriam ceder à realidade ou, dito de outro modo, deveriam se tornar realistas.

Autointitulando-se neoconservador, Huntington deslocaria o debate. Não havendo relação direta entre democracia e estabilidade, a maneira como se distribuíam suas prioridades deveria ser reequacionada. O “novo equilíbrio”, como ele mesmo denominava a situação, deveria recompor a agenda de tal modo que as demandas de segurança ganhassem proeminência ainda que, muitas vezes, isso implicasse menor dose de democracia. Sua análise, centrada nos EUA, apontava para uma reconfiguração das maneiras através das quais aquele país via sua atuação no mundo, o que significava repensar suas prioridades.

O destaque dado ao tema da segurança colocava, de maneira direta, o papel desempenhado pelos militares. Através de exposição minuciosa, Huntington apontaria no realismo e no conservadorismo, características entendidas como complementares, aspectos essenciais da formação militar. A visão de homem, sociedade e história eram o substrato da análise. Os militares, argumentava, pensavam em termos hobbesianos, o que significava

304 O livro foi relançado em 2016, pela mesma Biblioteca. HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

305 Samuel P Huntington nasceu em Nova York, em 1927. “Aos dezoito anos, serviu no exército dos EUA. Graduou-se com elevada distinção na conceituadíssima Yale University. Obteve o mestrado na Chicago University e o Doutorado na Harvard University, onde iniciou a lecionar aos 23 anos de idade. Atuou como professor por mais de cinco décadas na Universidade de Harvard, onde foi também diretor do Centro para Assuntos Internacionais”. Ao longo dos anos 1960 e começo dos anos 1970 foi consultor do Departamento de Estado, posição na qual se tornou defensor da Guerra do Vietnã e apoiador dos golpes militares na América Latina. Durante o governo Carter, foi Coordenador de Planejamento da Segurança do Conselho de Segurança Nacional. Abertamente conservador, Huntington é autor de uma vasta obra que o faz um dos principais pensadores e articuladores das políticas de Guerra Fria. Morreu em Martha’s Vineyard, Massachusetts, em 2008. Ver: <https://contemporarythinkers.org/samuel-huntington/biography/>. Consulta em 03/02/2023. Ver, também: HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estrado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016. Orelha.

compreender os seres humanos como estando em constante disputa, o que trazia, como consequência, a impossibilidade de uma forma perfeita de organização social e o fato de que, nas tradições, estariam os subsídios para o enfrentamento dos problemas. Aos seus compromissos com as demandas do grupo, da nação, se somava sua percepção de que as guerras eram inevitáveis. Isso os tornava mais propensos a compreender a ação política em termos de realismo, segurança e exercício mais direto do poder, necessidades importantes no momento de acirramento das tensões. Num exercício geral de reflexão, Huntington mostrava a necessidade de recolocar a agenda de Guerra Fria em termos conservadores e apontava os militares, nos países considerados em transição, como grupo privilegiado para esta inflexão.

Às novas análises de Huntington, um segundo evento, igualmente decisivo, seria acrescentado. Em agosto de 1959, uma série de acadêmicos se reuniram, em Santa Mônica, para uma conferência que tinha por temática “o papel dos militares nos países subdesenvolvidos”. O encontro seria patrocinado pela Rand Corporation, órgão criado em 1948. Organizado para fornecer assessoramento militar aos governos dos EUA, o patrocínio da instituição indicava se tratar de evento destinado a produzir inteligência especializada a respeito da temática³⁰⁶. Dele participariam:

- Edward Shills, professor de ciências sociais no Comitê sobre Pensamento Social da Universidade de Chicago e Pesquisador do Kings College: *The Military in the Political Development in New States*;
- Lucien W. Pye, professor de ciência política e membro sênior do Centro de Estudos Internacionais do MIT: *Armies in the Process of Political Modernization*;
- John J. Johnson, professor de história na Universidade de Standford e consultor da Rand Corporation: *The Latin American Military as a Politically Competing Group in Transitional Society*;

306 O resultado das conferências seria publicado três anos depois, na forma de livro. Na apresentação do volume, seu editor, John J Johnson dá pista importante sobre o assunto: “Este volume, como o Dr Speier apontou no Prefácio, nasceu de uma conferência sobre o militarismo nos Estados em desenvolvimento. Foi decidido dar aos colaboradores liberdade, exceto que eles foram requeridos a não se preocupar com a elaboração de políticas. Cada artigo sustenta a marca da personalidade, interesses e intelectual orientação de seu autor. As recomendações políticas são mantidas em um mínimo, embora o volume contenha muito do quê decisões políticas poderiam logicamente derivar”. JOHNSON, John J. **The Role of the Military in Underdeveloped Countries**. Princeton: Princeton University Press, 1962. PP. 6. Para mais comentários a respeito do evento, ver: GILMAN, Nils. **Mandarins of the Future**. Modernization Theory in Cold War America. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2003. PP. 186.

- Edwin Lieuwen, professor-associado e coordenador do Departamento de História da Universidade do Novo México: *Militarism and Politics in Latin America*;
- Victor Alba, jornalista na Espanha, França e México: *The Stages of Militarism in Latin America*;
- Guy J. Pauker, professor-associado de ciência política e coordenador do Centro para Estudos do Sudoeste da Ásia, da Universidade da Califórnia em Berkeley: *The Role of the Military in Indonésia*;
- Lucien W. Pye, professor de ciência política e membro sênior do Centro de Estudos Internacionais do MIT: *The Army in Burmese Politics*;
- David A. Wilson, professor-assistente de ciência política na Universidade da Califórnia em Los Angeles: *The Military in Thai Politics*;
- Manfred Halpern, professor-associado de política no Programa de Estudos do Oriente Próximo na Universidade de Princeton: *Middle Eastern Armies and The Middle Class*;
- Ben Halpern, pesquisador associado no Centro de Estudos para o Oriente Médio, Universidade de Harvard: *The Role of The Military in Israel*;
- James S Coleman, professor de ciência política e diretor do Centro de Estudos Africanos, da Universidade da Califórnia em Los Angeles; e Belmont Brice Jr, membro do grupo de pesquisa no Escritório de Pesquisas Governamentais da Universidade da Califórnia em Los Angeles: *The Role of The Military in Sub-Saharan Africa*.³⁰⁷

A premissa geral das reflexões seria lançada pelo professor da Universidade de Stanford, consultor da Rand Corporation e organizador do evento, John J. Johnson³⁰⁸. Considerado grande especialista em América Latina, Johnson expandiria sua área original de

307 Ver: JOHNSON, John J. **The Role of the Military in Underdeveloped Countries**. Princeton: Princeton University Press, 1962.

308 John J Johnson nasceu em 1912. Graduado em história pelo Central Washington College of Education in 1940, cursou seu mestrado e doutorado na Universidade da Califórnia, Berkeley. Tornou-se professor na Universidade de Stanford em 1946, onde montou e dirigiu, entre 1966 e 1972, o Centro de Estudos sobre a América Latina. Especialista nesta região, trabalhou, nos anos 1950, junto ao Departamento de Estado, mais especificamente como diretor na South American Branch da Division of Research on the American Republics. Em várias ocasiões, ao longo das décadas de 1950 e 1960, prestou consultoria para a Rand Corporation, o Instituto de Serviço Internacional e a Enciclopédia Britânica. São de sua autoria livros que tentam, através das teorias de modernização, explicar a parte latino-americana do continente e as maneiras como o “militarismo” se organizava na região. Ver, por exemplo: JOHNSON, John J. *Political Change in Latin America: the emergence of the Middle Sectors*. Stanford: Stanford University Press, 1958. E: JOHNSON, John. *The Military and Society in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1964. Johnson se aposentou em Stanford em 1977, embora tenha continuado a escrever. Morreu em Gunnison, no Colorado, em 2004. Ver: <https://oac.cdlib.org/findaid/ark:/13030/c8rf62bd/admin/>. Ver também: <https://history.stanford.edu/people/john-j-johnson>. Consulta em 03/02/2023.

abordagem. Ao tratar do que entendia ser os países subdesenvolvidos, partia da constatação de que os processos modernizantes, empreendidos nestes países, estavam levando a importantes e por vezes dramáticas transformações. Velhas ordens estavam ruindo, com seus valores e práticas sendo substituídos por novas formas de sociabilidade e organização. A rápida modernização trazia implicações que passavam pela participação política das massas, pelas demandas colocadas pela industrialização e pelos novos arranjos institucionais, situações que colocavam desafios importantes, de nem sempre fácil resolução.

A distribuição geográfica das análises estava sedimentada em um ponto de unidade que tinha, nas ideias de subdesenvolvimento e transição, seus fundamentos. África, Ásia e América Latina, entendia-se, estavam saindo de sua condição colonial e atrasada, abandonando suas estruturas arcaicas e migrando para o progresso da modernidade. Eram sociedades em transição, o que equivalia a dizer que passavam por transformações modernizantes, que lhes suscitavam dificuldades partilhadas. Pensar o papel dos militares nas transformações que ocorriam e nas dificuldades que delas derivavam era o objetivo do evento.

Ainda que as conferências possuíssem especificidades de reflexão, estavam organizadas por um problema comum. Entender o papel político dos militares nos países subdesenvolvidos implicava, de antemão, estabelecer um mesmo arcabouço teórico de análise. A partir das reflexões das teorias de modernização, que se organizavam no vocabulário do subdesenvolvimento e da transição, os autores procuraram suprir aquilo que viam como uma carência fundamental: a ausência de estudos comparados sobre os militares ou, como por vezes chamavam, o militarismo. A construção do eixo analítico, que permitia assentar uma base segura sobre a qual as comparações pudessem ser feitas, evidenciava não apenas uma questão de método, mas a maneira como o problema político fundamental do momento estava colocado: dizia respeito aos encaminhamentos que seriam dados às tensões da Guerra Fria.

Àquela altura, acumulavam-se as críticas conservadoras ao consenso liberal que equacionava desenvolvimento, segurança e democracia. As sociedades tradicionais, na medida em que tinham começado seu processo de modernização, estavam se tornando mais instáveis. Ruídos e tensões de toda ordem marcavam a mudança. A combinação entre passado e futuro tornava os conflitos sociais e políticos mais agudos. Mesmo quando as instituições dos novos Estados estivessem organizadas em bases modernas, não conseguiam lidar com a velocidade e os entrecosques do processo. Enquanto a transição avançava e criava novas

demandas, não satisfeitas, as elites modernizantes ficavam isoladas e perdiam o controle da situação. Muitas vezes minoritárias, cindidas e sujeitas a pressões mais imediatas, elas sucumbiam frente a grupos e valores retrógrados. A modernização conduzia a uma dupla e complementar crise: das instituições e das elites. Combinada ao que se entendia ser o despreparo geral da população para a democracia, esta crise tendia a ser explosiva.

Os militares apareciam como alternativa a isso. O grupo militar ao qual se referiam os autores era aquele considerado profissional, ou seja, sedimentado em corporações com sólidos instrumentos de formação para as tarefas de segurança do Estado. Em linhas gerais, seu profissionalismo os tornava mais técnicos, planejadores e racionalistas; mais abertos às demandas de transformação das atividades produtivas, das quais seu trabalho dependia; e menos sujeitos à ideologização excessiva. Como corporação, os militares eram dos poucos segmentos sólidos com organização de escala nacional. Por operar em todo o território e recrutar membros de diversas classes sociais, colocavam as demandas da nação acima de suas próprias, o que os fazia menos suscetíveis a pressões grupais e interesses imediatos, além de menos vulneráveis à corrupção. Profissionalismo e nacionalismo lhes conferiam posição privilegiada em seu relacionamento com o conjunto da sociedade.

A vantagem só poderia ser assegurada se a corporação militar cumprisse requisitos importantes. As características positivas derivavam de treinamento sólido, da profissionalização, e só poderiam ser mantidas se os grupos militares que liderassem a instituição fossem comprometidos com a formação que tinham tido. Caso abandonassem estes princípios, tendiam a se corromper, a atuar menos como militares e mais como grupo de pressão. Além disso, seu nacionalismo precisava ser matizado. Se, de fato, eram instituições nacionais, isso não significava que as Forças Armadas devessem nutrir um nacionalismo excessivo, que facilmente descambaria para formas de totalitarismo. Ao contrário, deveriam pensar os problemas da nação inserindo-a no mundo. Sua infraestrutura nacional deveria ser acompanhada de visão cosmopolita.

Mais do que tudo, os fundamentos profissionalizantes das Forças Armadas faziam delas anteparo à ameaça totalitária: premissa que vinha se estabelecendo desde o pós-guerra.

Foi o general Castelo Branco³⁰⁹ quem, em conferência no CSG, a explicitou com mais clareza

309 Humberto de Alencar Castelo Branco nasceu em Fortaleza, em 1897. Graduou-se pela Escola Militar do Realengo em 1921. A partir daí, ao longo das décadas de 1920 e 1930, progrediu continuamente na carreira, tendo realizado cursos na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Aviação Militar e na Escola do Estado-Maior, escolas nas quais, depois, se tornaria instrutor. Participou, também, da Missão Militar Francesa, motivo pelo qual estudou em Paris. Em 1943, participou da FEB, motivo pelo qual realizou estágio nos EUA. Com seu retorno ao Brasil, ocuparia diversos cargos: Chefe da 3ª Sessão do Estado-Maior do Exército,

e sofisticação. Naquela ocasião, o General fazia uma distinção entre duas “mentalidades militares”: a profissional e a miliciana³¹⁰. Se a primeira se pautava pela defesa da legalidade e dos aspectos técnicos na organização militar, a segunda, marcada pela intrusão e instrumentalização da corporação *para e pela* política partidária, afastava-a de seus valores essenciais e a descaracterizava. As ações conduziam a resultados antagônicos: enquanto a mentalidade profissional resguardava a institucionalidade das Forças Armadas e, conseqüentemente, a institucionalidade do país, a miliciana, tal qual ocorrera em 1930, a destruía³¹¹. Uma era antitotalitária e a outra o caminho mais breve para o totalitarismo.

Não espanta que tenha sido Castelo Branco o primeiro presidente da ditadura. Não há incongruência em suas posições. Se, em 1955, defendia que o profissionalismo das Forças Armadas era essencial à defesa contra o totalitarismo, em 1964 fazia o mesmo: a equação profissionalismo/antitotalitarismo foi central para o golpe. O que havia mudado era o conteúdo antitotalitário: naquela ocasião, entendia-se, a salvaguarda contra o totalitarismo viria da estabilidade, não da democracia, mudança que tornava os militares atores chave. A reestruturação da institucionalidade, que garantisse a segurança, passou a opor duas faces de uma mesma moeda: modernidade/estabilidade/mentalidade profissional versus totalitarismo/instabilidade/mentalidade miliciana. A noção de profissionalismo não se contrapunha ao golpe. Fazia justamente o contrário: na medida em que assegurava um projeto de nação que preservava as Forças Armadas de desmoronarem em milícias, repropunha a relação dos militares com a política e fundamentava a ação golpista.

O golpe de 1964 é o resultado mais evidente destas análises: ele está atrelado ao reordenamento de diversas premissas do pós-guerra, que acabaram por recolocar as funções militares. Cada vez mais, começou a se firmar a compreensão de que características específicas faziam dos milhares atores chaves na condução das novas etapas do processo de

Comandante da 10ª Região Militar de Fortaleza, Subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas e Comandante da ECEME. Em 1955, passou a integrar o quadro permanente da ESG. Em 1958 assumiu o Comando Militar da Guarnição da Amazônia e do 8º RM e em 1960 tornou-se chefe da Diretoria de Ensino e Formação do Exército. Em 1963, depois de comandar o IV Exército em Recife, assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército. Foi nesta posição que participou ativamente das articulações para o golpe de 1964. Instalada a ditadura, foi seu primeiro presidente e, ao deixar o cargo, em 1967, voltou a lecionar na ESG. Morreu poucos meses depois, no mesmo ano, vítima de acidente aéreo. Ver: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/humberto-castelo-branco>. Consulta em 20/04/2023.

310 BRANCO, Humberto de A C. Os Meios Militares na Recuperação Moral do País. (Folheto). S/I-55. 1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

311 Castelo Branco destacaria que a Revolução de 1930 seria essencial na captura do exército para funções políticas. Este apresamento, segundo ele, seria a expressão da “mentalidade miliciana” e teria, muitas vezes, se inspirado pelos regimes fascistas. Ver: BRANCO, Humberto de A C. Os Meios Militares na Recuperação Moral do País. (Folheto). S/I-55. 1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 8 – 12.

modernização, assentadas em outras bases. Na medida em que o consenso liberal se esfacelava, que sobre a democracia se impunham as prioridades de segurança e estabilidade, não mais garantidas por ela, as Forças Armadas iam tendo seu papel reavaliado. Sua componente conservadora convergia com a reorganização das demandas do momento: não avessa às mudanças essenciais, mas atenta às possibilidades concretas, realistas, as Forças Armadas poderiam controlar o processo de modernização, o que diminuiria suas inconstâncias e consequentes riscos. Uma das principais explicações viria de Lucien Pye³¹²:

Seria errado subestimar o cuidado paciente destinado a desenvolver e treinar os exércitos coloniais, e nos recentemente independentes Estados os militares têm sido tratados relativamente com generosidade na alocação de recursos escassos. Mas em comparação com os esforços que tem sido gastos em desenvolver, digamos, administração civil e partidos políticos, ainda parece que exércitos modernos são mais fáceis de criar em sociedades transicionais do que são muitas outras formas de estrutura social moderna. O fato significativo para nossa consideração é que os exércitos criados pela administração colonial e pelos novamente emergentes países têm estado consistentemente entre as mais modernizadas instituições em suas sociedades. Vistos historicamente, alguns daqueles exércitos têm se distinguido: o Exército da Índia, os Regimentos da Malásia, os Escoteiros das Filipinas, a Legião Árabe, os Regimentos Gurkha e os Fuzileiros Africanos do Rei, para citar alguns dos mais celebrados³¹³.

Os militares haviam se organizado como forças modernizantes em sociedades ainda tradicionais. Seu apego a valores como hierarquia e ordem não eram incongruentes com as demandas de transformação: poderiam combinar, numa dose adequada, conservadorismo político com alguns dos preceitos liberais de desenvolvimento econômico e gestão social. Na medida em que a modernização do conjunto da sociedade, de suas elites e de suas estruturas econômicas e políticas parecia mais demorado, instável e cheio de acidentes, os militares surgiam como representantes mais adequados para um impulso modernizante seguro. Aos poucos, firmou-se a compreensão de que as prerrogativas singulares das Forças Armadas as colocariam em papel central no processo de transição.

312 Lucien Pye nasceu em Fenzhou, China, em 1921. Graduado pelo Carleton College em 1943, Pye concluiu seu doutorado em 1951, pela Universidade de Yale, trabalho no qual, orientado por Gabriel Almond, estudou a China. Em 1956, tornou-se professor no Center for International Studies, no MIT. Especialista em Ásia, Pye se dedicou à política comparada, sendo membro de instituições como American Political Science Association, Council on Foreign Relations e Social Science Research Council. Por três décadas, Pye assessorou o Departamento de Estado e o Conselho de Segurança Nacional dos EUA sobre assuntos relacionados ao “terceiro mundo” e, mais especificamente, sobre a Ásia. Morreu em Boston, em 2008. Ver: <https://www.nytimes.com/2008/09/12/us/12pye.html>. E: https://en.wikipedia.org/wiki/Lucian_Pye. Consulta em 04/02/2023.

313 PYE, Lucien. *Armies in the Process of Political Modernization*. In: JOHNSON, John J. **The Role of the Military in Underdeveloped Countries**. Princeton: Princeton University Press, 1962. PP. 74.

A interpretação da atuação dos militares estava ancorada nas releituras sobre a condução dos processos de transição. O entendimento mantinha a premissa de combate ao totalitarismo, embora atualizasse seus termos. Se no imediato pós-guerra a democracia aparecia como o oposto à ameaça totalitária, a compreensão, agora, era de que esta democracia poderia ser relativizada em nome do desenvolvimento. Sociedades em transição geravam instabilidade maior e se tornavam solos fecundos para o surgimento do totalitarismo. A desorganização de suas estruturas abria espaço para líderes demagógicos, populistas, e para inimigos internos, infiltrados, que por meio da sabotagem, espionagem e guerrilha subvertiam suas aspirações à modernidade. Sistemas políticos excessivamente democráticos não só não davam conta do problema como tendiam a agravá-lo.

O excesso de democracia precisava ser corrigido. As liberalidades do sistema precisavam ser suprimidas, provisoriamente, até que a instabilidade estivesse sob controle. A transição pela qual passavam as sociedades em vias de modernização impunha a necessidade de regimes fortes, que controlassem o processo de transformação, fazendo dele travessia segura. O sociólogo Edward Shills³¹⁴ colocaria o problema:

Em certo sentido, o regime de democracia política e tutelar que parece demandar muito dos homens, realmente oferece um mais realístico ajuste com as lentamente tratáveis realidades das sociedades tradicionais dos novos Estados. Se a democracia pode ser entendida em um sentido parcial, no qual instituições representativas funcionam frouxamente – ainda mais frouxamente do que no ocidente – e liberdades públicas são mantidas, é inteiramente possível que, entre os modelos alternativos, alguma forma de democracia tenha, a longo prazo, a melhor chance de sobreviver. Mas ainda então, nas décadas vindouras ela terá que fazer significativas concessões para o gap. Ela sobreviverá apenas se a elite tiver uma muito poderosa vontade de ser democrática, apenas se ela estiver disposta a ser o professor e mãe da democracia em uma sociedade que, pela sua própria natureza, não se inclina naquela direção e, se, além disso, ela recebe suficientemente o tipo certo de assistência do exterior³¹⁵.

A compreensão relativizava a democracia, apontando que ela deveria se realizar no futuro, quando a transição oferecesse condições para sua organização em bases estáveis.

314 Edward Shills nasceu em Springfield, Massachusetts, em 1910. Estudou literatura francesa na Universidade da Pennsylvania, onde obteve, em 1931, sua graduação. Tornou-se professor-assistente em 1934, na Universidade de Chicago, onde se dedicaria a estudos de sociologia. Após trabalhar no OSS durante a II Guerra, aumentou suas gradações na carreira: passou a ser professor-associado (1947) e professor efetivo (1950), sempre na Universidade de Chicago. Nesta mesma universidade, dirigiu o Comitê de Estudos Comparativos das Novas Nações. Shills foi, ainda, professor e pesquisador associado nas seguintes universidades: Cambridge, Harvard (onde trabalhou com Talcott Parsons), Sorbonne, Manchester. Morreu em Chicago, em 1995. Ver: <http://chronicle.uchicago.edu/950202/shills.shtml>. Consulta em 06/02/2023.

315 SHILLS, Edward. *The Military in the Political Development of the New States*. In: JOHNSON, John J. **The Role of the Military in Underdeveloped Countries**. Princeton: Princeton University Press, 1962. PP. 65.

Apontava, ainda, o papel das elites: parteiras da democracia, sua vinculação aos regimes de exceção não poderia ser definitiva, era necessário atrelá-las ao futuro democrático da transição. Mais uma vez, os militares surgiam como atores privilegiados, como a mão de obra qualificada para conduzir o processo.

Afora os muitos adjetivos que se seguiam ao conceito de democracia (tutelada, forte, relativa, parcial), firmava-se cada vez mais a ideia de que ditaduras, desde que não totalitárias, eram não apenas desejáveis, mas necessárias para conduzir, em bases estáveis e seguras, os processos de transição para a modernidade: premissa que Huntington, um dos estruturadores da ideia, chamaria de compressão.

Esta reorganização mundial do consenso marcou a Escola Superior de Guerra. Quando, em 1961, o Curso Superior de Guerra organizou um ciclo de conferências sobre ideologias políticas, coube a Antonio Martinho Garcez Netto tratar dos significados da “democracia”³¹⁶. Na ocasião, Garcez argumentou que em momentos de transição, com crise da democracia, o sistema político poderia sofrer fechamentos que tivessem por objetivo último assegurar sua sobrevivência. Tratava-se, como ele diria, de mecanismo de funcionamento histórico, que ele via reatualizado naquele momento:

Pode-se admitir que as ditaduras representam fenômeno de transição, quando um determinado tipo de sociedade sucede a outro, e disso é exemplo frisante o que se passou na antiguidade, no período de transição das sociedades agrárias para as sociedades urbanas, de artesanato. Modernamente, elas encarnam o fenômeno ideológico entre as ‘democracias de massa’ e as ‘democracias burguesas’ ao estilo do século XIX.

(...)

Consustanciam, portanto, um caso de temporária concentração de poder em mãos do Executivo, a fim de que sejam atendidas certas situações de extrema gravidade. Essas ditaduras, sem apresentar qualquer pretensão ao marginalismo constitucional vai (sic), justamente, buscar na Constituição o fundamento de sua legitimidade³¹⁷.

Diferentemente das “ditaduras ideológicas”, com caráter totalitário, estas eram “ditaduras constitucionais”. O que as distinguiu eram seus fundamentos. As primeiras se

316 As conferências se organizaram do seguinte modo: DANTAS, Francisco C S T. As Doutrinas Políticas e o Estado Moderno. (Folheto). C – 21 – 61.1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. GARCEZ NETTO, Antonio M. A Democracia. (Folheto). C – 23 -61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.. RAO, Vicente. O socialismo e o comunismo. (Folheto). C – 24 – 61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. LAMY FILHO, Alfredo. O capitalismo. (Folheto). C – 25 – 61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. BASÍLIO, Celestino de Sá F. O Nacionalismo. (Folheto). C – 27 – 61. 1961. Rio de Janeiro; Biblioteca General Cordeiro de Farias.

317 GARCEZ NETTO, Martinho. A Democracia. (Folheto). C – 23 -61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 26.

pretendiam eternas, tinham por objetivo totalizar o controle do líder e do Estado sobre a sociedade e, conseqüentemente, aprisioná-la e esterilizá-la. Já as segundas buscavam alargar provisoriamente o poder do Estado e reduzir, temporariamente, as liberdades sociais em nome da estabilidade e da pacificação necessárias aos momento de mudança. Se as primeiras eram finalidades em si mesmas, as segundas serviam aos processos de transição e deveriam ser, elas próprias, etapas deste mesmo processo: deveriam ser transitórias.

Na medida em que soluções de força começavam a aparecer no horizonte, o conceito de totalitarismo deixava de evocar o terror e a violência para acentuar a instabilidade, resultado de seus processos de organização. O culto ao líder, o partido único, a ausência de parlamento e a mobilização constante das massas tendiam a criar um sistema de governo inconstante que colocava em risco o equilíbrio e segurança internacionais. Somava-se a isso o fato de que os totalitarismos, ao se proporem criar um homem novo, moldado para nova era, de ruptura, desconsideravam a imutabilidade da natureza humana e seus reflexos na organização social, todos sedimentados pela história. A crítica ao totalitarismo se tornava, cada vez mais, conservadora³¹⁸.

Às mudanças de orientação a respeito da viabilidade da democracia se combinou a reavaliação do papel dos militares. Ambos faziam parte do mesmo processo. Em 1960, após balanço onde comentava a política imperial brasileira, José Honório Rodrigues diria:

(...) Os excessos dos liberais e dos conservadores eram coibidos pelo Poder Moderador, que se identificava, por sua vez, com duas das mais autênticas expressões do espírito brasileiro, a conciliação e moderação.

O Poder Moderador, exercido privativamente pelo Imperador, era a chave de toda a organização política. Pode-se dizer que ainda hoje ele é discretamente exercido pelas Forças Armadas que moderam, em defesa do interesse nacional, os excessos partidários³¹⁹.

A capacidade de absorver os ímpetus disruptivos, de conter excessos, era o que assemelhava a função dos militares na República com aquela desempenhada pelo Imperador ao longo do século XIX. O Poder Moderador teria sido, para Rodrigues, a chave para organizar um poder central, que evitasse secessões, promovesse a manutenção da “ordem e da tranquilidade” e, com isso, fechasse o espaço para o desmantelamento do sistema, para a

318 Sobre como a transformação do conceito em “monopólio crítico da cultura conservadora” foi fundamental para o Golpe de 1964, ver: CANCELLI, Elizabeth. O Golpe de 1964 e sua construção antitotalitária: âncoras teóricas e redes intelectuais. In: CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil na Guerra Fria Cultural**. São Paulo: Intermeios: USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.

319 RODRIGUES, José H. As Aspirações e Interesses Nacionais do Brasil. (Folheto). C – 35 – 60. 1960. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 29.

“anarquia”. Tratava-se de uma forma tutelar de exercer o poder, que conseguisse canalizar os impasses para soluções razoáveis e, assim, esvaziar posições extremas. No resguardo de uma autoridade isolada, plenamente identificada com os interesses nacionais, portanto superior às contendas mais imediatas, estava a garantia de estabilidade.

Este era o papel das Forças Armadas na República. O conceito de *Poder Moderador* estava sendo reinserido nas disputas daquele momento de Guerra Fria. Ele era a face mais assimilável dos novos preceitos teóricos que vinham sendo debatidos, tão decisivamente, em várias instituições, entre elas a Rand Corporation. A reatualização das leituras sobre o *Poder Moderador* destacava sua dimensão estabilizadora o quê, naquelas circunstâncias, significava evitar soluções extremas, de caráter totalitário. Preenchido o conceito com os conteúdos das teorias de modernização, os militares, mais modernos, formavam o grupo com os predicados para o exercício da moderação, o quê equivaleria dizer: da segurança. Era isso que, naquele momento, fazia com que ocupassem posição de autoridade.

O reordenamento do consenso, que reagrupava as prioridades da modernização em torno da segurança e da estabilidade, justificou o golpe de 1964. Os militares eram, agora, apresentados como o melhor segmento para capitanear o processo estável de transição rumo à modernidade. Em torno de sua liderança, as elites modernizantes se reagrupariam. Feitas “moderadoras”, as Forças Armadas apareceriam como o melhor grupo para combater as ameaças totalitárias. Em nome disso, marcharam sobre a Capital Federal e destituíram o Presidente da República, João Goulart. Marchavam para inserir o país na modernidade à força, autoritariamente, e, a partir do emprego das mais diversas formas de violência e abuso, fazer com que o Brasil fosse ao encontro do seu destino histórico.

Mais do que tudo, marchavam por ver, na política, parte da guerra total e não aquilo que de fato a política é: o exercício da liberdade humana.

CAPÍTULO 5

O BRASIL E O MUNDO: INTEGRAÇÃO DE GUERRA TOTAL

Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, em 14 de Agosto de 1945, uma verdade elementar se ergueu no horizonte. O mundo havia se transformado, se integrado em escala nunca antes vista. Novas formas de transporte e comunicação haviam encurtado distâncias. Não havia mais terras para serem descobertas ou territórios com fronteiras longínquas. O globo era, agora, alguma coisa conhecida, um todo conectado. Dito de outro modo, o mundo era um só.

A unidade, logo notada, era também uma unidade de destruição. A II Guerra era mundial em todos os sentidos. Se os países sofreram seus efeitos de forma mais ou menos intensa, se partilharam de forma mais ou menos direta suas consequências, o certo que nenhum passou incólume ao conflito. A II Guerra havia sinalizado o ponto limítrofe ao qual se poderia chegar. Barreiras foram transpostas e, como nunca antes, a humanidade se viu envolta em desorganização e ruína. A Guerra Fria, nascida de escombros, fez da destruição uma preocupação fundamental.

O arremesso de duas bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki foi decisivo. Quatro anos depois, em 1949, a URSS realizou suas primeiras explosões nucleares. O potencial destrutivo, que já não era pequeno, aparecia ampliado. A partir dali, o mundo teria de lidar com a possibilidade concreta de ser fisicamente aniquilado. Mais do que nunca, o futuro da humanidade pareceu interconectado. A sobrevivência do homem, como espécie, se tornou uma das questões centrais da Guerra Fria.

Se a destruição havia deixado de ser uma hipótese, administrá-la passou a ser uma necessidade cotidiana. Fato concreto, ela se tornou um dado da experiência da Guerra Fria e, como tal, realçou a compreensão de que o mundo havia se tornado um só. A variável da aniquilação acentuou o caráter civilizatório do conflito. Ela projetava, ao limite, a ideia de que o que estava em jogo era o destino da humanidade, entendido como alguma coisa ao mesmo tempo partilhada e disputada.

Disso fazia parte o entendimento da Guerra Fria como Guerra Total. A nova modalidade de guerra havia introduzido uma mudança significativa. Ela deixara de ser localizada, o que era entendido em dois sentidos: não estava mais circunscrita a objetivos

imediatos e tampouco estava limitada a territórios. Dito de outro modo, deixara de ser uma manobra militar com finalidades específicas e, num mesmo movimento, deixara de ser nacional. Seu embate era civilizatório, conseqüentemente, o teatro de suas operações era o mundo.

A escala global da Guerra Fria definiu sua agenda, o que equivale a dizer que configurou as maneiras de pensar e agir politicamente em relação às suas disputas. A ideia de um mundo interconectado significava que os países e suas populações não poderiam ser consideradas isoladamente. Eles faziam parte de um conjunto amplo, que os interligava e os posicionava, ativamente, nos arranjos da Guerra Fria.

O Brasil não escapou à regra. As discussões do Curso Superior de Guerra partiam da ideia de que o país tinha um lugar no mundo de Guerra Fria, de que era, ele também, parte integrante daquele confronto civilizatório. Isso obrigava os participantes do Curso a um olhar descentralizado, que pensasse o Brasil na relação com aquilo que acontecia no restante do globo.

A situação, como explicava o general Cordeiro de Farias, resultava de um deslocamento das noções de tempo e espaço, ocasionadas pela guerra:

A segurança de um país localizado fora da órbita política europeia, até antes da I Guerra Mundial, poderia repousar no isolacionismo e nas forças militares de cobertura de fronteiras. Com o advento da técnica moderna aplicada à arte da guerra, sobretudo o emprego maciço do submarino e do avião, tais condições não mais haveriam de oferecer as características de espaço e tempo suficientes para a reunião dos meios de defesa das nações que confiavam naquela proteção. E outros processos de garantia foram por elas adotados, os mesmos de que as antigas grandes potências europeias lançavam mão: a superioridade ou o equilíbrio de forças, por meio da aliança entre as nações.

Por outro lado, a guerra total, conforme vários conferencistas têm frisado nesta Escola, diversificou completamente a natureza destas ‘forças’ pois que não mais significam simples forças militares e sim todos os fatores econômicos, ideológicos, demográficos, geográficos e psicológicos que costumamos resumir na expressão ‘recursos para fazer a guerra’.

Assim, para que um país possa avaliar o grau de sua segurança e aquele estado de superioridade ou equilíbrio de forças, torna-se mister conhecer não só seus recursos, mas também os de seus amigos e adversários certos ou prováveis. Aquele trabalho, que se apoia quase que na pesquisa e busca de informações, é básico para o estabelecimento de uma condição mínima de segurança nacional e se processa ininterruptamente durante os tempos de paz³²⁰.

A fala de Cordeiro de Farias apontava o novo entendimento. O comandante da ESG sinalizava dois aspectos centrais. O primeiro, que a integração com o mundo deveria

320 FARIAS, Osvaldo C. Considerações Gerais sobre Áreas Estratégicas. (Folheto). C – 013 – 51. 11/09/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

acontecer nas mesmas dimensões da guerra total: econômica, psicossocial, política e militar. O segundo, que o posicionamento do Brasil em relação aos demais países deveria se apoiar na pesquisa e busca de informações sobre eles ou, dito de outro modo, na produção de inteligência a seu respeito. Foi este o motivo pelo qual a Escola Superior de Guerra se tornou, também, um espaço para a produção de conhecimento especializado a respeito das chamadas “relações internacionais”, tarefa para a qual contou com a colaboração ativa do Ministério das Relações Exteriores.

5.1. Planejamento Diplomático: o Curso Superior de Guerra e o Itamaraty

A proximidade do Ministério das Relações Exteriores com a Escola Superior de Guerra data da fundação da última. A ligação acontecia em vários níveis. Cabia ao Itamaraty designar um representante para operar junto ao Comando da Escola, o que significava desempenhar atividades de assessoramento em sua Direção e, conseqüentemente, ajudar a definir seus programas, currículos, conferencistas e alunos³²¹. A atuação conjunta fez com que, ao longo do tempo, militares e diplomatas construíssem relações estreitas. É muito provável que o MRE tenha fornecido a maior quantidade de conferencistas do Curso. Entre os Ministérios civis, foi o Itamaraty aquele que teve o maior número de diplomados do CSG: 62, entre os anos de 1949 e 1964, o que demonstra a solidez da interação.

Dadas as relações entre as instituições, não é de espantar a participação que a Escola teve na reestruturação administrativa do MRE, levada a cabo entre 1952 e 1953. Naquela ocasião, uma Comissão foi organizada para elaborar o projeto de reforma. A Vasco Leitão da Cunha, que a presidiu, se somaram:

- General Osvaldo Cordeiro de Farias, militar e político, então comandante da Escola Superior de Guerra e, em agosto de 1952, comandante da Zona Militar Norte;
- Francisco Clementino San Tiago Dantas, professor, advogado, jornalista, então assessor do presidente Getúlio Vargas;

321 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Métodos e processos de trabalho. (Folheto). D -001-52. 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 4. A Direção se subdivide em duas partes: Comando e Gabinete. A primeira era formada pelo Comandante da Escola e a segunda pelos Assistentes: um oficial-general de cada força (exército, marinha e aeronáutica) e um representante do Ministério das Relações Exteriores. A função dos assistentes era assessorar o Comandante em “assuntos técnicos”, na colaboração com os Ministérios, e nas questões pedagógicas em geral.

- Hermes Lima, professor, jurista, jornalista e político;
- Arízio de Viana, político, diretor-geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP);
- Rômulo Barreto de Almeida, professor e político, então membro do Gabinete Civil da Presidência da República;
- Roberto de Oliveira Campos, primeiro-secretário, então diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;
- Antonio Francisco Azeredo da Silveira, segundo-secretário, então auxiliar do chefe do Departamento de Administração³²².

A comissão possuía uma novidade. Diferentemente das anteriores, era composta não apenas por quadros do Itamaraty, mas também por pessoas ligadas a outras instituições. A influência da Escola se fez notar em seu relatório final. Ali, ao tratar da formação de diplomatas, recomendava-se que, antes de assumirem funções de chefia, passassem “por um novo curso de conhecimentos gerais, a exemplo dos ministrados na Escola Superior de Guerra”, o que deixaria “completo o ciclo de sua formação profissional”³²³. A recomendação baseava-se no paralelismo tecido entre a formação diplomática e militar. Ambas demandavam uma visão geral para, só depois, sofrerem especialização. Demandavam, ainda, contato com profissionais de elite de outras áreas, que pudessem supri-los com seus conhecimentos. Não por acaso, o CSG aparecia como modelo.

As motivações para a reforma do MRE explicam a referência ao Curso. Um ano antes do início dos trabalhos da Comissão, o representante do Ministério junto ao Comando da ESG, Abelardo Bretanha Bueno do Prado³²⁴, proferiu conferência em que discutia o significado e os métodos da “ação diplomática” no contexto de Guerra Total. “Como quer que

322 FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Cadernos do Centro de Documentação e História Diplomática**. Ano 16, nº 30. Rio de Janeiro: 2017. PP. 392.

323 FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Cadernos do Centro de Documentação e História Diplomática**. Ano 16, nº 30. Rio de Janeiro: 2017. PP. 584. É válido destacar que parte do relatório final elaborado Comissão foi lido, no CSG, em forma de conferência, por Vasco Leitão da Cunha. Ver: CUNHA, Vasco T L. O Planejamento da Política Externa. (Folheto). C – 78 – 54. 1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

324 Abelardo Bretanha Bueno do Prado nasceu em Jaguarão (RS), em 1896. Formado em pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ingressou no serviço diplomático em 1921. A partir daí, ao longo de vinte anos, serviria em diversas embaixadas: Tchecoslováquia, Venezuela, Alemanha, Portugal, Estados Unidos, Panamá, México e Índia. Diplomou-se no Curso Superior de Guerra em 1951, ano no qual exerceu, também a chefia do Departamento Econômico e Consular do Itamaraty. Foi, também, representante do Brasil na Comissão Mista Brasil-EUA naquele mesmo. Faleceu em 1962. Ver: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abelardo-bretanha-bueno-do-prado>. Consulta em 04/03/2023.

seja, a paz de 1945 foi apenas uma paz para os exércitos: a diplomacia continua em guerra”³²⁵, constatava. Se a Guerra Fria era global e total, a diplomacia era uma de suas partes. Em referência clara ao Secretário de Estado Norte-Americano, Dean Acheson, Prado mencionava a necessidade de uma “diplomacia total”³²⁶. À semelhança da guerra, a atividade diplomática deveria ser estruturada em torno dos campos político, econômico, psicossocial e militar. Deveria, conseqüentemente, ser “preparatória e planejada”.

A ideia de uma ação diplomática total e planejada se tornou central no Ministério. Para cumprir esta nova finalidade, o MRE foi reformado e passou a contar com sessões híbridas, compostas por “assunto” (político, econômico) e por áreas geográficas (América Latina, Ásia, Europa, África). O objetivo era tornar as operações mais eficazes, fragmentando-as tanto em relação aos campos quanto às regiões, uma operação que espelhava as premissas globais e totais da nova modalidade de guerra³²⁷.

Engajados em um mesmo combate, a ESG e o Itamaraty possuíam preocupações e operações inter-relacionadas. “O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (...) está entrelaçado com o nosso Curso Superior de Guerra, naquilo em que o nosso currículo lhe é aplicável, ou seja, o ciclo da Doutrina de Segurança Nacional, no que respeita ao Poder Nacional, e o ciclo que compreende a Conjuntura Internacional”, afirmaria Jorge Emílio de Souza Freitas³²⁸, então representante do MRE na Escola, em 1955³²⁹. Segundo ele, as

325 PRADO, Abelardo B B. Guerra Total: A Ação Diplomática. (Folheto). B – 001 – 51. 27/03/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 5

326 O texto fazia uma menção às palavras de Acheson reproduzidas no New York Times. Ver: NEW YORK TIMES. Acheson Urges U.S. to Use 'Total Diplomacy' on Soviet; 'Total Diplomacy's Asked by Acheson'. **New York Times**. Nova Iorque, 10 de Março de 1950. PP. 1.

327 Consta do Relatório Final, no tópico “combinação dos critérios da divisão por áreas geográficas e da organização funcional”, a seguinte observação: “em consequência, concluiu a Comissão pela impossibilidade da adoção exclusiva de um daqueles critérios e pela necessidade de combiná-los, optando, afinal, pela divisão da chancelaria em dois grandes setores funcionais de nível departamental: o Departamento Político e o Departamento Econômico; e pela subdivisão desses órgãos segundo o critério de áreas geográficas, a fim de obter-se uma síntese mais perfeita no conhecimento e na interpretação das questões de natureza política ou econômica. Razões de ordem técnica levaram à criação, no Departamento Político, de três divisões regionais: a Divisão da América Latina, da América do Norte, e da Europa, Ásia e África, enquanto no Departamento Econômico a subdivisão por áreas geográficas se fez, abaixo do nível de divisão, na distribuição dos setores dentro da Divisão de Relações Econômicas”. Ver: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Cadernos do Centro de Documentação e História Diplomática**. Ano 16, nº 30. Rio de Janeiro: 2017. PP. 578.

328 Não há muitas informações sobre Jorge Emílio de Sousa Freitas. Na contracapa de sua conferência, consta que tenha ocupado as seguintes funções: “serviu em Washington; adido ao gabinete do Ministro Osvaldo Aranha; Auxiliar de Gabinete do Ministro Freitas Valle; Chefe da Secretaria do Conselho de Imigração e Colonização; auxiliar de gabinete do Ministro Osvaldo Aranha; encarregado de negócios em Havana; auxiliar de gabinete do Secretário Geral do Itamaraty; Chefe de Gabinete do Ministro Hildebrando Accioly; Chefe de Gabinete do Secretário Geral do Itamaraty; encarregado de negócios em Lima; assistente do MRE junto à ESG”. FREITAS, Jorge E S. O Planejamento da Política Externa. (Folheto). C – 99 – 55. 18/10/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Contracapa.

329 FREITAS, Jorge E S. O Planejamento da Política Externa. (Folheto). C – 99 – 55. 18/10/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 14.

vantagens do CSG na formação diplomática seriam alargar sua compreensão mais geral sobre os problemas nacionais e internacionais; os habituar a trabalhos em grupo; e fornecer a eles noções elementares de planejamento: motivos pelos quais imaginava que o CSG deveria se tornar uma passagem necessária para a ascensão na carreira.

Embora não haja registro de que o Curso Superior de Guerra tenha se tornado obrigatório aos diplomatas, muitos quadros do Itamaraty o frequentaram. A Doutrina de Segurança Nacional servia como uma base partilhada de vocabulário e método, que unia as instituições. Através dela, militares e diplomatas foram socializadas em uma mesma compreensão sobre a Guerra Fria como Guerra Total e puderam construir alianças para enfrentá-la, uma tarefa que envolvia reavaliar as transformações pelas quais passava o mundo e a maneira como o Brasil se inseria nelas. Ou, dito de outro modo, uma tarefa que passava pelo planejamento das relações internacionais: um esforço conjunto de elaboração de diretrizes que tinha, na produção de inteligência, seu começo.

5.2. As Relações Internacionais e a Inteligência na agenda de Guerra Fria

As organizações internacionais, nesse sentido, em todos os países deixaram de ser propriamente militares, dos Estados-Maiores ou diplomáticas, de seus agentes, para mobilizarem não só todos os elementos e recursos de informação, todos os meios possíveis, como toda ciência, técnica e organização, as fraquezas como as fortalezas humanas, para penetrar, acompanhar, e, quase direi, viver a vida dos outros povos (...)³³⁰.

A afirmação era do ex ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha³³¹ e, embora tivesse sido proferida em 1958, trazia uma concepção conhecida desde antes: em um mundo de Guerra Fria, integrado e conflagrado, onde recursos e populações estavam interconectados, o planejamento da política externa demandava a produção de novas formas de inteligência.

330 ARANHA, Oswaldo. O Bloco Soviético no Panorama Mundial. Sua significação para o Brasil. (Folheto). C1 – 42 – 58. 1958. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 15.

331 Oswaldo Aranha nasceu em Alegrete (RS), em 1894. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1916. Participante ativo da política regional gaúcha, Aranha foi um dos aliados de primeira hora de Getúlio Vargas: apoiou a revolução de 1930 e, no ano seguinte, tornou-se Ministro da Fazenda do novo governo. Entre 1934 e 1937, Aranha ocuparia o cargo de embaixador em Washington e em 1938 seria nomeado Ministro das Relações Exteriores. No ano de 1947, foi nomeado chefe da delegação brasileira nas sessões da Assembleia Geral da ONU, função na qual se notabilizou pelas articulações para a criação do Estado de Israel. Eleito Vargas, Aranha se tornou, em 1953, seu Ministro da Fazenda pela segunda vez. O suicídio de Vargas o retirou provisoriamente da vida pública. Durante o governo JK voltou a chefiar a delegação brasileira na ONU. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1960. Ver: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-euclides-de-sousa-aranha>. Consulta em 04/03/2023

Aranha descrevia o próprio conflito como guerra de inteligência, um embate que “parte do pressuposto de que ganhará a luta, seja pacífica ou bélica, o povo mais bem informado”, ou seja, aquele que dominasse melhor o que se definia como “nova técnica, que mobiliza todo o conhecimento humano”. Planejar as relações exteriores para o cenário de Guerra Fria implicava, portanto, repensá-la no interior de novas referências de inteligência.

O pressuposto era que a inserção do país no mundo não poderia ser improvisada. Ao contrário, deveria ser organizada em suas dimensões fundamentais e articuladas: militar, econômica, política e psicossocial. Produzir inteligência sobre estes campos, interna e externamente, era um esforço essencial para planejar o papel do Brasil nos arranjos e disputas da Guerra Fria.

No centro da questão estava a agenda da guerra total e seu dispositivo correlato: o poder. Uma vez que as demandas de segurança e desenvolvimento eram compreendidas em escala global, o poder, entendido como as possibilidades efetivas da realização destas demandas, era pensado em termos igualmente globais. Na medida em que as dimensões que o compunham (econômica, militar, psicossocial e política) se integravam às de outros países, o poder se tornava essencialmente relacional e conectado³³². Não havendo separação rígida entre interno e externo, a produção de inteligência sobre estes campos era tida como essencial para definir tanto o conjunto de interesses do país quanto para traçar diretrizes políticas gerais e articuladas para alcançá-los, sempre considerando sua interação com o restante do mundo.

Um sofisticado aparato de inteligência foi produzido no CSG com a finalidade de pensar a inserção do Brasil no mundo. Sua base era o que se chamava de estudos de áreas e/ou geopolítica: campos que possuíam uma fronteira intercambiável e tinham, no levantamento de informações e na consequente produção de inteligência, sua razão de ser. O objetivo era que estes campos pudessem fornecer conhecimento especializado a respeito das diversas regiões do globo e, com isso, auxiliar no planejamento da política internacional que o país deveria seguir: função para a qual a Escola Superior de Guerra aparecia como espaço privilegiado³³³.

332 Ampla bibliografia, que vinha sobretudo dos teóricos das relações internacionais, embasava esta compreensão a respeito do poder. Ver capítulo 1.

333 Como afirmaria o general de brigada Emílio Rodrigues Ribas Júnior: “mas a complexidade e vulto desses estudos (de áreas e geopolíticos) não permitem a sua descentralização se queremos receber um rendimento útil. Ao contrário, é imprescindível que exista um órgão que oriente esses estudos e concatene as decisões a serem tomadas em face das informações obtidas. Nenhum outro órgão está, a nosso ver, mais credenciado para o desenvolvimento desses estudos do que a Escola Superior de Guerra, em cujo recinto se discutem os mais palpitantes assuntos nacionais e internacionais e onde, anualmente, um grupo dos mais destacados homens públicos, a elite representativa de todas as atividades nacionais, se reúne não somente para estudar, em conjunto, os grandes problemas existentes, mas, também, para lhes propor uma solução”. RIBAS JÚNIOR, Emílio. Aspectos da Geopolítica e Noções Fundamentais de Áreas Estratégicas. (Folheto). C – 009 –

Embora muitas vezes as áreas fossem classificadas em nacionais e internacionais, o procedimento, como reconheciam os próprios conferencistas do CSG, era artificial, meramente didático e tinha a única função de operacionalizar recortes de pesquisa³³⁴. A integração mundial impedia cisão rígida, motivo pelo qual, em 1953, o então tenente-coronel Golbery do Couto e Silva propôs que a divisão nacional/internacional fosse substituída pela ideia de “áreas estratégicas de um modo geral e mais amplo, independentemente de sua localização”³³⁵.

A divisão do mundo em áreas estratégicas era maneira de aprofundar a inteligência sobre relações internacionais. Uma metodologia de trabalho que considerasse elementos como localização, delimitação, classificação e integração das áreas era tida por essencial³³⁶. O levantamento de informações; a avaliação dos aspectos positivos e dos obstáculos; e as estimativas estratégicas de linhas de ação correspondiam às tarefas de identificar, classificar e planejar cada área: exercícios fundamentais para a definição dos programas a serem implementados e das diretrizes políticas a serem adotadas pelo Estado brasileiro³³⁷.

A depender dos critérios estabelecidos, a compreensão sobre o que era uma região poderia variar. Tomado o ponto de vista militar, por exemplo, a criação da OTAN transformaria o Atlântico Norte em uma região. O mesmo aconteceria com a categoria de subdesenvolvimento, que reunia quase todo o sul do planeta, ainda que com variações. Regimes coloniais, por sua vez, englobavam muitos países asiáticos e africanos, o chamado bloco afro-asiático. Bloco ocidental e soviético também eram conceitos para pensar agrupamentos por áreas, estabelecidos de acordo com o grau de alinhamento à frente capitaneada pelos Estados Unidos ou pela URSS.

52. 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP 27.

334 Cordeiro de Farias, em conferência sobre o assunto, afirmaria: “antes, porém, queremos deixar bem claro que esta divisão de áreas estratégicas em nacionais e internacionais, visa mais a orientação e a facilidade de nossos estudos, que propriamente um sentido de diferenciação ou de distinção entre elas; na verdade, o que a prática demonstra quase sempre, é a sua interpenetração, a sua conexão e a sua interdependência”. Farias reconheceria, ainda, que a orientação para os estudos de área havia sido fornecida pela Missão Militar Norte Americana, que operava na ESG. Ver: FARIAS, Osvaldo. Considerações Gerais sobre Áreas Estratégicas. (Folheto). C – 13 – 51. 11/09/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2.

335 Golbery argumentaria: “dúvidas e confusões surgidas em aplicações de trabalhos posteriores da ESG parecem recomendar, a nosso ver, o abandono da classificação em áreas nacionais e internacionais, pelo que buscamos caracterizar as áreas estratégicas de um modo geral e mais amplo, independentemente de sua localização”. Ver: SILVA, Golbery do C. Os Estudos Estratégicos de Áreas: conceito e caracterização de áreas estratégicas. (Folheto). A – 16 – 53. 23/04/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 58.

336 Ver: MURICY, Antonio C. Áreas Estratégicas. (Folheto). C – 28 -55. 15/04/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

337 SILVA, Golbery do C. Os Estudos Estratégicos de Áreas: conceito e caracterização de áreas estratégicas. (Folheto). A – 16 – 53. 23/04/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP 27 a 35.

A mudança metodológica preconizada no CSG não era acidental: vinha ancorada em nova forma de pensar o mundo.. Era o que defendia San Tiago Dantas, ao propor uma abordagem menos centrada nos Estado nacionais e mais voltada às regiões:

O ‘approach’ histórico será sempre indispensável a qualquer conhecimento completo da realidade social, mas deve ser completado, e num certo sentido corrigido pelo ‘approach’ comparativo, que examina os problemas de um Estado, em determinada época, não em função do que poderíamos chamar de os antecedentes históricos internos, mas em função de outros problemas que, simultaneamente, ocorrem em outras áreas e se influenciam reciprocamente.

Note-se que os estudos de áreas trazem, igualmente, correções às imperfeições e desvios do método simplesmente comparativo. Comparar um problema político ou econômico de um país com o mesmo problema em outro país, conduz, quase sempre, a conclusões errôneas, por não se tomar consciência da interdependência em que esse problema se encontra, com outras situações específicas de cada um dos países considerados. O estudo de área visa à construção de sínteses regionais e não à comparação de problemas isolados. Eis porque são esses estudos o meio mais adequado à obtenção de um conhecimento objetivo das realidades sociais³³⁸.

A depender dos aspectos e problemáticas analisadas nos campos político, econômico, psicossocial e militar, a visão integrada forçaria a mobilidade das fronteiras: uma decorrência da impossibilidade de entender os objetos de pesquisa em termos meramente nacionais. Embora a mobilidade pudesse acontecer de várias formas, de acordo com a ênfase apresentada, na maioria dos casos as análises correspondiam às definições continentais. Assim, EUA, América Latina, Ásia (Oriente Médio e Oriente Extremo), África, Europa Ocidental, URSS e Europa Oriental costumavam ser tomadas como delimitações mais frequentes, embora pudessem ser combinadas de várias formas.

À semelhança dos estudos de áreas, estava a geopolítica. A fronteira entre eles era praticamente inexistente: estavam alicerçados nos mesmos fundamentos, na mesma bibliografia, a ponto de sua distinção, quanto tentada, ser apenas uma formalidade. “A geopolítica consiste no estudo da situação e dos recursos de seu país, existentes ou a desenvolver, tendo em vista a determinação de seu justo lugar, no conjunto das nações”, afirmaria o general de Brigada Emílio Ribar Júnior³³⁹. A definição trazia, em si mesma, um

338 DANTAS, Francisco C de S T. Problemas do Extremo Oriente. (Folheto). B – 033 – 51. 1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2-3.

339 Emílio Ribas Júnior nasceu no Amazonas, em 1897. Ingressou na carreira militar no ano de 1916. A partir daí faria sua formação: Escola do Realengo (1916); Escola de Aviação Militar (1920); Escola de Aperfeiçoamento de Militares (1925); Escola de Estado-Maior (1926); Curso Preparatório de Oficiais da Reserva (1928). Ao longo dos anos 1930, exerceu diversas funções junto ao Estado-Maior do Exército. Quando da entrada do Brasil na II Guerra, serviu na FEB. No pós guerra, ao longo dos anos 1950, serviu no Conselho Nacional de Petróleo, no Estado-Maior das Forças Armadas e na ESG. Em 1961 assumiu o comando do IV Exército, em Recife. No ano seguinte, representou o Brasil nas conferências sobre o desarmamento, organizadas

fundamento antitotalitário. Ao contrário das teses geopolíticas russas e alemãs (soviéticas e nazistas) que, devido às suas pretensões de domínio mundial, fomentavam um processo de expansão constante, a geopolítica defendida pelo General dizia respeito ao espaço singular de cada país no concerto das nações. Elaborar este espaço, entendê-lo, era o objetivo dos estudos de geopolítica do CSG.

A base territorial e material do país, sua extensão, suas fronteiras, seus recursos, a distribuição de sua população, eram importantes para pensar seus projetos, suas alianças e a maneira como se projetaria no globo. Igualmente importante era entender os mesmos aspectos de outros países e regiões. Em um mundo integrado, era preciso que os espaços físicos e políticos fossem conhecidos, mapeados, que sobre eles se produzisse expertise adequada.

Um livro se tornaria central na concepção de geopolítica da Escola Superior de Guerra: *America's Strategy in World Politics*, escrito em 1942 pelo geógrafo holandês radicado nos EUA, Nicholas Spykman, a quem o general Golbery do Couto e Silva descreveria como “o ilustre mestre da geopolítica entre os norte-americanos”³⁴⁰. Embora a obra de Spykman tratasse da situação específica dos EUA, seu trabalho foi lido como uma espécie de manual para pensar a função estratégica da geopolítica. A premissa de que, em um mundo conflagrado pela guerra total, a atuação internacional dos EUA era essencial para garantir sua própria integridade foi adotada também para o Brasil. Em verdade, o argumento poderia ser generalizado para qualquer outro país. Ainda que tivessem suas especificidades, a sobrevivência de qualquer nação, isso é, sua segurança e desenvolvimento, impediam que se isolasse.

Pensando a posição dos países em termos de poder, o livro de Spykman apontava sua dimensão física. O lugar no mundo e nas relações internacionais derivava, também, de um lugar geográfico. A variável espacial, sobre a qual incidiam as dimensões econômica, militar, psicossocial e política, era tida por fundamental. Daí que seu trabalho apontasse uma série de coordenadas, critérios e técnicas a partir dos quais mapear o espaço geopolítico com vistas à definição de estratégias de inserção no mundo: um know-how considerado de altíssimo valor no CSG.

na ONU. Apoiador do golpe de 1964, Ribas foi nomeado interventor no estado de Goiás, cargo que exerceu até 1966. Morreu no Rio de Janeiro, em 1973. Ver: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ribas-junior-emilio-rodrigues>. Consulta em 04/03/2023.

RIBAS JÚNIOR, Emílio. Aspectos da Geopolítica e Noções Fundamentais de Áreas Estratégicas. (Folheto). C – 009 – 52. 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2.

340 SILVA, Golbery do C. Aspectos Geopolíticos Nacionais. (Folheto). C – 018 – 52. 1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 15.

No decorrer do tempo, os Estudos de Áreas e as pesquisas sobre Geopolítica se tornaram importantes ferramentas na produção de inteligência especializada a respeito das relações internacionais. Dispositivos de Guerra Fria Total, construíram-se como instrumentos a partir dos quais as demandas de segurança e desenvolvimento, colocadas por aquele conflito, puderam ser avaliadas, organizadas e tratadas de acordo com sua dimensão global. Acumulados ao longo dos anos, passaram a se constituir como um corpus crescente de conhecimentos e referências voltados à construção de políticas para lidar com o novo mundo que, saído dos escombros da II Guerra, parecia mais integrado do que nunca.

5.3. A Comunidade Internacional

Duas guerras mundiais, com extensões inéditas, modificaram o conceito de soberania nacional. Este era o ponto central de uma conferência, realizada no CSG em 1949, pelo então Chanceler Raul Fernandes³⁴¹. Após apontar a situação de interdependência mundial, Fernandes argumentava que a ideia de soberania, tal como surgida no começo da modernidade, se tornara insustentável. Integrado o globo, os Estados não poderiam tirar, de si mesmos, legitimidade irrestrita. Tampouco poderiam resolver sozinhos os problemas que afligiam suas populações. Era impossível que os países se fechassem em si mesmos: deveriam, antes, construir novas formas de deliberação e procedimentos de atuação³⁴².

Soberanias irrefreadas haviam produzido um sistema internacional anárquico, com entrechoques constantes e desastrosos. A balança de poder, se assegurava algum equilíbrio, o tornava igualmente frágil, na medida em que era sustentada por interesses nacionais. Organizar o sistema internacional em novas bases, que garantissem segurança e paz, se tornou uma prioridade após a II Guerra Mundial. Para isso foram criados os órgãos internacionais.

341 Raul Fernandes nasceu em Valença (RJ), em 1877. Graduou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1898. Depois de ocupar a vereança na cidade de Vassouras (RJ), elegeu-se, ao longo dos anos 1910, Deputado Federal por três legislaturas. Terminada a Primeira Guerra Mundial, tornou-se delegado brasileiro nas Conferências de Paz de Versalhes, representou o Brasil na Comissão de Reparação da Liga das Nações e participou de muitas de suas Assembleias. Foi nomeado Consultor Jurídico para o Tribunal de Haia, em 1926, e, também, embaixador em Bruxelas. Consultor-Geral da República em 1932 foi eleito Deputado Constituinte em 1934. Opositor do Estado Novo, Fernandes assumiu a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, em 1944 e um ano depois ajudou a fundar a União Democrática Nacional (UDN). Foi Ministro das Relações Exteriores durante todo o governo de Eurico Gaspar Dutra 1946-1951. Voltou ao cargo durante o governo de Café Filho, em 1954. Entre 1958 e 1968 presidiu a Comissão Jurídica Interamericana. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1968. Ver: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernandes-raul>. Consulta em 07/03/2023.

342 FERNANDES, Raul. A Modificação do Conceito de Soberania. (Folheto). B – 001 – 49. 1949. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Sua função era regular as relações entre os países, o quê implicava reequilibrar seu grau de autonomia. A relativização da soberania, se não a eliminava, deveria subtrair dela o caráter ilimitado.

“A existência da comunidade internacional assinala o compromisso entre duas realidades possíveis: o mundo unificado (Estado mundial ou imperialismo triunfante) e pluralidade de Estados (domínio puro das soberanias)”, afirmaria o cônsul Heitor Pinto de Moura³⁴³, em 1951, numa síntese do argumento³⁴⁴. A discussão fundamental dizia respeito tanto à maneira como deveria ser organizada a nova ordem mundial quanto à participação que o Brasil deveria ter nela. Segundo o mesmo diplomata, a composição da comunidade internacional derivava da necessidade de construir uma superestrutura (jurídica e institucional) que se adequasse à infraestrutura mundial, marcada pela unidade geográfica (territorial) e humana (populacional). Era o encontro das duas dimensões que viabilizaria a construção de um sistema estável, com estruturas supranacionais: tarefa para a qual o Brasil deveria colaborar.

A Organização das Nações Unidas (ONU) apareceu como peça chave na nova configuração. Dada sua importância, o CSG dedicou um sem número de conferências a explicar sua estruturação. O objetivo era que os alunos compreendessem seu funcionamento e se familiarizassem com as novas formas de tratar assuntos internacionais. Às dimensões militares, territoriais e de deliberação sobre conflitos, as conferências somavam os aspectos econômicos, sociais e culturais das agências especializadas da ONU, destacando que também nestes campos a atuação ultrapassava os limites nacionais. Se à instituição cabia zelar pela paz e segurança, deveria procurar meios de lidar com os desequilíbrios mundiais de riqueza, que agravavam a questão social e se tornavam focos potenciais de conflitos. Em outras palavras, a ONU era agente supranacional para projetos de desenvolvimento.

Da ONU esperava-se, também, que pudesse inaugurar nova moralidade nas relações internacionais. Ali, o arbitramento deveria se substituir ao belicismo: mudança que se tornava ainda mais desejável depois das explosões atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. Ao atuar

343 Não há muitas informações biográficas sobre Heitor Pinto de Moura. No registro de sua conferência, consta que teria ocupado as seguintes funções: “bacharel em Direito pela Universidade do Recife; Assistente de Pesquisa na Sessão de Questionários do Departamento de Tutela, do Programa Internacional de Estágios das Nações Unidas; Técnico das Nações Unidas, durante a estada em Recife do Dr Leo Elosser”. Ver: MOURA, Heitor P. *Cooperação Internacional: as agências especializadas da ONU e as comissões regionais da OEA.* (Folheto). B – 007 – 51. 29/05/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Contracapa.

344 MOURA, Heitor P. *Cooperação Internacional: as agências especializadas da ONU e as comissões regionais da OEA.* (Folheto). B – 007 – 51. 29/05/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 5.

como fórum internacional, a instituição, através de ampla maquinaria administrativa, balancearia os litígios, transformando conflitos em acordos. A intenção inicial era que o direito internacional substituísse medidas de força, reservando-as para casos limítrofes: passo essencial na construção da nova ordem mundial, assentada em paz estável e duradoura.

Se este era o horizonte aspirado, os membros do CSG se apressaram em denunciar sua incompatibilidade com o sistema soviético. Inspirados pelo famoso artigo do embaixador americano em Moscou, George Kennan³⁴⁵, os conferencistas do Curso apontavam, no totalitarismo daquele governo, o problema. Essencialmente totalitária, a URSS combinava sua ideologia comunista às aspirações imperialistas russas, junção que funcionava como motor a impulsioná-la continuamente à expansão política e territorial. Se o conteúdo totalitário do comunismo fazia dela oportunista, sempre disposta a rever suas táticas em nome de ideais maiores, o pan-eslavismo, imperial por natureza, impelia à expansão de suas fronteiras. A combinação explosiva entre uma ideologia que se propunha universal e o caráter de um povo que se pensava como líder parecia incompatível com as aspirações de pacificação do mundo.

O caráter totalitário do regime soviético, avaliava-se, dotava-a de uma tendência à instabilidade e ao belicismo, características que a tornavam pouco propensa a soluções de compromisso. Sua natureza fazia com que, incessantemente, produzisse conflitos: argumento reafirmado pela Guerra da Coreia. A rigor, a União Soviética era apresentada como violadora sistemática dos tratados da ONU, parceira não confiável, que tendia a ver, nos ambientes externos a si mesma, hostilidade. Usando a instituição como mero palco para sua propaganda, os soviéticos solapavam os esforços mais resolutos para a construção de uma paz duradoura e mantinham o mundo em estado de permanente tensão³⁴⁶.

Em oposição aos procedimentos e valores do bloco soviético, encontrava-se o bloco ocidental. Não totalitário, o bloco era entendido como união democrática e cristã, baluarte na defesa dos valores modernos. Pouca discussão havia sobre o pertencimento do Brasil ao conjunto. A situação era ponto pacífico e tinha, de imediato, seis desdobramentos consensuais e relacionados:

1- O país deveria participar ativamente da comunidade internacional, de seus fóruns, discussões e instituições;

345 KENNAN, George F. The Sources of Soviet Conduct. In: **Foreign Affairs**. An American Quarterly Review. July 1947, No 4; Vol. 25. New York: Council of Foreign Affairs.. PP. 566-582.

346 Os argumentos perpassaram uma série de palestras. Especialmente relevante a este respeito, foi a conferência do então Chefe da Divisão de Assuntos Internacionais da ESG, o ministro Álvaro Teixeira Soares. Ver: SOARES, Álvaro T. Exame e crítica da atuação da Rússia na ONU. (Folheto). B – 018 – 52. 07/11/1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

2 - O país deveria ajudar a neutralizar os avanços soviéticos, colaborando, naquilo que fosse possível, com a política de contenção ao comunismo;

3 – O país deveria investir em soluções pacíficas, na observância dos princípios de Direito Internacional e nas técnicas de arbitramento de conflitos;

4 – O país deveria ajudar nos esforços desenvolvimentistas, defendendo e articulando políticas que tivessem, no desenvolvimento, sua finalidade;

5- O país, dada sua posição de relativa proeminência no “mundo subdesenvolvido”, deveria exercer um papel de destaque na América Latina;

6- O país, sustentado nesta mesma posição, deveria assumir uma postura anticolonial, contribuindo para que, por meio de transições estáveis, regimes daquele tipo fossem paulatinamente substituídos por Estados independentes.

Esperava-se que, através destas diretrizes, o Brasil desse sua contribuição para aquilo que era entendido como esforço civilizatório de cooperação internacional³⁴⁷.

A posição geral era a de que o Brasil deveria fortalecer a ONU, o que implicava aderir a seus valores gerais, operacionalizar suas ações e negociações. O objetivo era que o país surgisse como parceiro confiável na comunidade internacional, disposto a participar cooperativamente na garantia dos princípios de paz, segurança e desenvolvimento, essenciais

347 Tais posições foram sintetizadas em um ciclo de conferências ocorrido em 1951, que tinha o sugestivo título de “Cooperação Internacional”. Falaram: José Jobson (cônsul e membro brasileiro na ONU – Sessão de Territórios sem governo); Mário Gibson Alvez Barboza (primeiro-secretário de embaixada); Heitor Pinto de Moura (cônsul de terceira classe); Oscar Accioly Tenório (juiz); Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga (cônsul de segunda classe) e Cleanto de Paiva Leite (advogado especialista político sobre o Secretariado Geral da ONU). Ver:

JOBSON, José. Cooperação Internacional: o problema colonial. (Folheto). B – 005 – 51. 11/05/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. BARBOZA, Mário G. Cooperação Internacional: a OEA e o Sistema de Segurança Interamericano. (Folheto). B – 006 – 51. 28/05/51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

MOURA, Heitor P. Cooperação Internacional: as agências especializadas da ONU e as comissões regionais da OEA. (Folheto). B – 007 – 51. 29/05/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. TENÓRIO, Oscar A. Cooperação Internacional: justiça internacional. (Folheto). B – 009 – 51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. BRAGA, Pedro S F G. Cooperação Internacional: compromissos, garantias e política do Brasil na OEA. (Folheto). B – 008 – 51. 30/05/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. LEITE, Cleanto de P. Cooperação Internacional: compromissos, garantias e política do Brasil na ONU. (Folheto). B - 016 – 51. 31/05/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

aos arranjos da nova ordem mundial. Do diplomata Ramiro Saraiva Guerreiro³⁴⁸, em 1953, viria a síntese do argumento:

Já se disse que o Brasil, com o apoio latino-americano, ofereceu a solução adotada nos casos da Tunísia e do Marrocos. Na mesma VII Sessão da Assembleia, o Brasil propôs a questão de um apelo às potências interessadas para que concluíssem o Tratado de Estado da Áustria. Na mesma sessão, ainda, propôs a resolução que foi adotada unanimemente, coisa raríssima, a respeito da discussão sobre os prisioneiros de guerra na Coreia e o armistício serem levados avante em Pan Mun Jon. Tudo isso se refere a uma única comissão, a política, por certo a mais importante, mas apenas uma das seis da Assembleia Geral, e durante uma única sessão. A atuação do Brasil não tem sido menos fecunda em outras comissões e em sessões anteriores. O Brasil é um país-chave na organização internacional. Sem alimentar pretensões de líder do bloco latino-americano, é um elemento moderador em torno do qual frequentemente se forma a unidade do grupo, e o grupo representa um terço dos votos da Assembleia Geral. Jamais os representantes do Brasil tomaram atitudes demagógicas ou destinadas a efeitos de publicidade na imprensa de seu país. Por seu peso intrínseco, sua situação de potência média estrategicamente importante e pela acuidade política, noção de responsabilidade e equilíbrio de sua representação, o Brasil ocupa, nas Nações Unidas, uma posição de maior significado do que se dá conta a opinião pública brasileira³⁴⁹.

A inserção internacional do Brasil, dizia-se, passava pelo reconhecimento de sua capacidade de intermediar negociações: papel viabilizado pela temperança com a qual se conduzia. Com frequência, o país assumia a liderança do continente ao qual pertencia, fato possibilitado pela atuação comedida e segura. Desprovida de arroubos e sobressaltos, a diplomacia brasileira era interpretada como possuindo caráter estável e apaziguador, o que aumentava suas credenciais entre os países latino-americanos e a enobrecia aos olhos do restante do mundo.

A posição essencialmente pacifista do Brasil era apresentada sob duplo aspecto: estratégico e doutrinário. A fusão fazia com que o ideal de paz e a defesa dos interesses

348 Ramiro Saraiva Guerreiro nasceu em Salvador, em 1918. Diplomou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Seus estudos no Itamaraty, iniciados logo após a graduação, foram concluídos em 1942. A partir daí, seguiria a carreira diplomática. Ao longo dos anos 1950 e 1960 ocupou cargos nas embaixadas de La Paz, Madri e Montevideu. Participou, ainda, de uma série de Assembleias das Nações Unidas, de reuniões da Organização dos Estados Americanos e da Organização Internacional do Trabalho. Em 1974, após a posse de Ernesto Geisel, assumiu a Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores, função que exerceu até 1978, quando se transferiu para a embaixada da França. Com a entrada de João Batista Figueiredo na presidência, Saraiva Guerreiro assumiu o Ministério das Relações Exteriores, cargo que ocupou até 1985, portanto durante todo este governo. Depois de passar um breve período na embaixada em Roma, foi nomeado por José Sarney embaixador extraordinário para assuntos da dívida externa. Na primeira metade dos anos 1990, participou da Comissão Jurídica Interamericana. Faleceu no Rio de Janeiro, em 2011. Ver: <https://www18.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ramiro-elisio-saraiva-guerreiro>. Consulta em 08/03/2023.

349 GUERREIRO, Ramiro S. O Panorama Mundial: a Organização das Nações Unidas. (Folheto). B – 02 – 53. 19/05/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 28.

nacionais, pela utilização do poder, não fossem irreconciliáveis. A rigor, elas poderiam ser unidas em uma mesma linha de ação e se tornarem complementares.

Advogando conduta não ortodoxa nas relações internacionais, os conferencistas do CSG propunham que ao contrário da fixidez das linhas realista e idealista, a política internacional brasileira se pautasse por critérios flexíveis. O país, defendiam, poderia trafegar por ambas. Movido pelas circunstâncias, poderia enfatizar ora uma tendência, ora outra, o que garantiria atitude equilibrada. O raciocínio apontava para um esforço de síntese: no cômputo geral, as tendências se tornariam convergentes.³⁵⁰

O argumento reconhecia que na defesa da paz ocidental estava um interesse vital para o Brasil. Mais uma vez, as premissas de segurança e desenvolvimento embasavam a reflexão. Para uma potência intermediária, sem grande potencial bélico, um ambiente internacional pacífico era a melhor garantia contra ameaças externas, o melhor caminho para a manutenção da segurança. Além disso, a estabilidade do cenário mundial era essencial para que o país conseguisse se desenvolver. Ela não apenas permitiria a integração econômica e social, com aporte de capitais internacionais, mobilidade de quadros de elite e aumento dos padrões de bem-estar social, como desobrigaria investimentos mais imediatos na área militar, o que liberaria o Estado para outras tarefas³⁵¹. Para países subdesenvolvidos, para quem a cooperação internacional era fundamental, a paz era altamente desejável. Interesses nacionais e pacifismo mundial, arbitramento e poder, realismo e idealismo, flexibilizados, acabavam por se completar³⁵².

Da mesma flexibilidade entre realismo e idealismo resultava a posição anticolonial. A necessidade de emancipar as colônias africanas era apresentada sob duplo ponto de vista. Por um lado, o processo deveria conduzir aqueles países à democracia, garantir seu maior desenvolvimento econômico e social e, com isso, afastá-los da órbita soviética. A quebra do regime colonial permitiria, também, a reorganização do fluxo de capital internacional e do

350 Para argumentações a este respeito, ver:

DANTAS, Francisco C. O Poder Nacional – seus móveis, interesses e aspirações: realismo e idealismo políticos. (Folheto). A – 02 – 53. 24/03/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. CUNHA, Vasco T L. O Poder Nacional – Seus fundamentos políticos – A ação política no âmbito externo. (Folheto). C – 10 -54. 1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. FREITAS, Jorge E S. O Planejamento da Política Externa. (Folheto). C – 99 – 55. 18/10/1955. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

351 O argumento foi desenvolvido com bastante ênfase por Roberto Campos em: CAMPOS, Roberto O. O Poder Nacional – Seus Fundamentos Econômicos. Parte I. (Folheto). A – 06 -53. 30/03/1953.

352 “O poder é indispensável ao Estado não só para sobreviver e afirmar-se, como para realizar seus objetivos éticos, jurídicos ou ideológicos. Não existe assim incompatibilidade entre o poder e a moral, o realismo e o idealismo. O poder é bom ou mau conforme o fim para que é empregado”, afirmaria o Secretário do Instituto Rio Branco, Antonio Lago. Ver: LAGO, Antonio C. O Poder Nacional, suas limitações de ordem interna e externa. (Folheto). C – 15 – 54. 07/04/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

mercado consumidor, além da mudança nos padrões de exploração, que barateavam em excesso os produtos africanos e dificultavam a competição econômica brasileira em relação aos mesmos produtos. As duas situações beneficiariam o Brasil: a primeira pela convergência de ideais, a segunda pelos interesses econômicos imediatos³⁵³.

A posição anticolonial, que se manteve ao longo da década de 1950, ficou acentuada no início da década de 1960. Na medida em que o processo de descolonização se intensificou, o Brasil apareceu, de maneira ainda mais significativa, como parceiro importante, que poderia desempenhar papel estratégico mais ativo na aproximação do continente africano com o bloco ocidental. O objetivo era que o país desse “valiosíssima contribuição, através da qual conseguíssemos trazer definitivamente para o campo da democracia e da liberdade aquelas jovens nações”³⁵⁴, avaliava, em 1961, o embaixador Paulo Leão de Moura³⁵⁵. As credenciais nacionais para a função estavam na proximidade histórica e geográfica com a África; nos problemas comuns enfrentados por brasileiros e africanos; no anseio de emancipação econômica, partilhado por ambos; e no fato de o Brasil ser uma “autêntica democracia racial”. A conclusão era que o continente, que passava por dificuldades análogas às encontradas no Brasil, poderia se beneficiar da “experiência” brasileira.

Havia, ainda, a percepção de que o desenvolvimento brasileiro poderia se vincular ao africano sob, ao menos, dois aspectos. Num primeiro plano, o enriquecimento e fortalecimento do país o habilitaria a participar, com mais vigor, na divisão internacional dos custos necessários à superação geral da condição de subdesenvolvimento, o que beneficiaria os países africanos. Nesse sentido, o Brasil poderia funcionar como exemplo. Através de seu desenvolvimento, as nações da África entenderiam não apenas que a ajuda ocidental não era incompatível com suas soberanias, mas que as instituições democráticas, tais como forjadas no ocidente, eram desejáveis para o processo de desenvolvimento. Estrategicamente, o Brasil

353 Ver: JOBSON, José. *Cooperação Internacional: o problema colonial*. (Folheto). B – 005 – 51. 11/05/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

354 MOURA, Paulo L. *Aspectos Particulares da Conjuntura – As Relações Comerciais com o Exterior*. (Folheto). C – 68 – 61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. 26.

355 Não há muitas informações biográficas sobre Paulo Leão de Moura. Na contracapa de sua conferência, consta que tenha ocupado alguns dos seguintes cargos: Professor de Civilização Brasileira na Boston University, Cônsul do Brasil em Funchal e em Boston; Presidente da Comissão Nacional da FAO; Chefe da Delegação Comercial do Brasil à União Soviética; Presidente da Comissão Executiva de Intercâmbio de Produtos com a União Soviética. Ver: MOURA, Paulo L. *Aspectos Particulares da Conjuntura – As Relações Comerciais com o Exterior*. (Folheto). C – 68 – 61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Contracapa.

funcionaria como vitrine através da qual o continente africano pudesse constatar as realizações do mundo livre, cristão, democrático e moderno³⁵⁶.

A compreensão do Brasil em relação à África vinha do entendimento a respeito do papel do país no mundo. Parte integrante do bloco ocidental, o Brasil deveria contribuir para o fortalecimento daquele bloco. A premissa, evocada sempre, informou de maneira decisiva seu comportamento diplomático: sedimentou tanto sua atuação no continente africano, quanto no continente americano. Este último, entretanto, merece capítulo à parte.

5.4. Guerra Fria nas Américas

Se tivéssemos que arrolar os acontecimentos diplomáticos decisivos para a América no pós-guerra, a lista seria encabeçada pela assinatura de três documentos: a Ata de Chapultepec (Cidade do México – 1945); o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR (Rio de Janeiro – 1947); e a Carta da Organização dos Estados Americanos – OEA (Bogotá – 1948). Através deles, o continente americano não apenas foi considerado jurídica e politicamente uma região como passou a ser dotado de instituições e instrumentos que pudessem organizá-lo como tal, isso é, como região. Integrada à ONU como organismo regional, a OEA formalizava o estatuto da América perante o resto do mundo.

A formalização da posição regional da América, se não era inteiramente nova, assumiu novas diretrizes. A ideia de que o continente americano possuía lugar específico no mundo foi uma das marcas do pan-americanismo. Ainda que com variações ao longo do tempo, o princípio geral se manteve: a América foi pensada como unidade, em torno da qual deveria haver integração. Se num primeiro momento o pan-americanismo propugnava a singularidade continental, com a América se unindo perante o mundo para garantir a superação de sua situação colonial, num segundo adotava propostas de universalização quando, já unido, o continente se integrava à ordem mundial, situação que se intensificava naquele momento³⁵⁷.

356 Paulo Leão de Moura expressaria os argumentos. MOURA, Paulo L. Aspectos Particulares da Conjuntura – As Relações Comerciais com o Exterior. (Folheto). C – 68 – 61. 1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. 26.

357 A respeito da divisão ver, por exemplo: BARBOZA, Mário G. Cooperação Internacional: a OEA e o Sistema de Segurança Interamericano. (Folheto). B – 006 – 51. 28/05/51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Ressignificada no pós-guerra, a premissa geral do pan-americanismo, a unidade continental, foi acolhida para os arranjos de Guerra Fria no continente ao mesmo tempo em que era transformada pelas demandas do conflito. Pensada como fruto do amadurecimento histórico³⁵⁸, a OEA aparecia como maneira de organizar as articulações dos países americanos para o enfrentamento da Guerra Total. Tratava-se de instituição organizada para implementar a agenda de segurança e desenvolvimento no continente, o que significava, também, definir suas relações com o restante do mundo.

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), incorporado pela OEA, era uma das peças mais importantes neste agendamento, motivo pelo qual foi debatido reiteradas vezes no CSG. Três de suas cláusulas foram objeto de destaque. A primeira, contida no artigo terceiro, definia que um “ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado um ataque contra todos os Estados Americanos”. A partir de então, os países, numa clara sinalização de união continental, se comprometiam a trabalhar juntos para repelir o ataque. O dispositivo, como o Tratado assinalava, vinha assentado no princípio da legítima defesa, descrito no artigo 51 da Carta das Nações Unidas³⁵⁹: um respaldo na jurisdição internacional que, como explicava o Secretário-Geral da OEA, Alberto Lleras

358 Isso explica que muitas vezes os conferencistas do CSG tenham se referido à OEA como o resultado de longo processo de integração. A título de exemplo, ao falar no CSG em 1949, o secretário Everaldo Dayrell de Lima, após fazer extenso balanço histórico sobre as conferências pan-americanas, veria, na OEA, seu resultado e sobre ela afirmaria: “Da Nona Conferência Pan-Americana, que se reuniu em Bogotá, em 1948, saiu a Carta da Organização das Nações Americanas, quer dizer, a própria constituição do sistema interamericano e outros instrumento corolários do sistema. As Nações Americanas, que apenas pelo advento da guerra europeia deixaram de festejar os cinquenta anos de sua integração, parecem ter alcançado, após laboriosa jornada, o ponto mais alto de sua sistematização coletiva. (...)”. Ver: LIMA, Everaldo D. *As Conferências Pan-Americanas – A União Pan-americana*. (Folheto). B – 008 – 49. 1949. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. 143.

359 O princípio da legítima defesa previa que o país agredido por forças militares poderia reagir ao ataque imediatamente, sem esperar deliberações da ONU, no intuito de defender a si próprio. Em diversas ocasiões, os conferencistas do CSG enfatizaram a compatibilidade entre o TIAR e este dispositivo. Do general José Bina Machado, que mais tarde ocuparia a Junta Interamericana de Defesa, viria a melhor síntese do argumento. Sua conferência arrolava uma série de documentos que faziam da ação, do ponto de vista internacional, ato legítimo. Ver: MACHADO, José Bina. *Consequências Militares do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*. (Folheto). C – 012 – 50. 1950. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Camargo³⁶⁰, ao falar no CSG, fazia do documento menos um ato de “autonomia para ações de força indiscriminadas, senão para ações de direito”³⁶¹.

O Tratado vinha sedimentado em princípios de segurança coletiva. Problema mais amplo, que relativizava as soberanias, a manutenção da segurança precisava ser feita por regiões: através de maior agregação econômica, política, psicossocial e militar, as regiões aumentariam seu poder conjunto, o que garantiria sua preservação. Foi com o objetivo de transformar a América em um sistema deste tipo, sistema regional de segurança coletiva, que o TIAR foi assinado.

Também o artigo sexto do Tratado estabelecia, ainda, que situações que colocassem em risco a integridade territorial, a soberania e a independência política dos Estados americanos deveriam ser submetidos à consulta coletiva a fim de que fossem tomadas medidas para a “defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança no continente”³⁶². Em outras palavras, o sistema incidia sobre a ordem político-institucional interna de cada país e tornava sua subversão alvo de ações coletivas. Por fim, o artigo sétimo definia que, em caso de conflitos entre dois países americanos, os demais aplicariam medidas para cessar hostilidades. Enquanto o artigo sexto sinalizava a necessidade de manutenção de estruturas políticas sólidas, o sétimo apontava para o arbitramento como método mais eficaz na resolução de conflitos. Através deles, os países americanos se comprometiam com o que se entendia ser a democracia e a pacificação do continente.

O objetivo geral do TIAR era manter a unidade continental e sua integração ao bloco ocidental. Repelir as ameaças de agressão externa; garantir a ordem interna contra infiltração e subversão; além de apostar no arbitramento dos conflitos eram maneiras de manter o

360 Alberto Lleras Camargo nasceu em Bogotá, em 1906. Sem ter concluído estudos universitários, Lleras Camargo atuou como jornalista na década de 1920 e foi nesta condição que se alçou à política. Ligado ao Partido Liberal, ao longo dos anos 1930 e começo dos anos 1940 se tornaria membro da Câmara dos Representantes, além de ocupar os cargos de Ministro da Educação, Ministro de Governo e Ministro das Relações Exteriores. Ocupou a Presidência da Colômbia entre 1945 e 1946. Com a fundação da OEA, tornou-se seu primeiro-secretário, cargo que exerceu entre 1948 e 1954. Entre 1958 e 1962, ocupou a Presidência de seu país uma segunda vez. Após deixar o cargo, manteve sua atividade partidária, tornou-se reitor da Universidade dos Andes e continuou a se dedicar ao jornalismo. Morreu em Bogotá, em 1990. Ver: <https://www.senalmemoria.co/la-voz-del-poder/alberto-lleras-camargo>. Consulta em 06/04/2023.

361 CAMARGO, Alberto L. Organização dos Estados Americanos. (Folheto). B – 013 – 52. 15/09/1952. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 8.

362 TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA. Rio de Janeiro: 2 de setembro de 1947. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/306366/mod_resource/content/0/tratado_interamericano_assistencia_reciproca_riodejaneiro.pdf. Consulta em 14/03/2023.

É válido destacar que o artigo oitavo estabelecia, como medidas a serem aplicadas para restauração da paz e da segurança, as seguintes: “a retirada de chefes de missão; a ruptura de relações diplomáticas; a ruptura de relações consulares; a interrupção parcial ou total das relações econômicas ou das comunicações ferroviárias, marítimas, aéreas, postais, telegráficas, telefônicas, radiotelefônicas, ou radiotelegráficas, e o emprego das forças armadas”.

continente estável e, portanto, resguardado contra as investidas totalitárias. Dado o caráter bélico e expansionista dos totalitarismos, a violação da segurança em qualquer país americano consistia não só em risco para os demais, como poderia afetar todo o mundo ocidental.

Para os conferencistas do Curso, mais do que mera aliança bélica, o Tratado sinalizava um vínculo ideológico. Se, durante a II Guerra, a América havia se unido para enfrentar a ameaça totalitária do nazifascismo, agora deveria fazer o mesmo em relação ao totalitarismo soviético. Seis anos após a assinatura do TIAR, o então Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral do Itamaraty, Luiz de Almeida Nogueira Porto³⁶³, destacaria este aspecto:

A experiência da guerra, os progressos acelerados por ela em todos os setores do sistema associativo das nações americanas, tornaram possível o Tratado do Rio de Janeiro.

De longe vinha preparado o terreno, pois o sistema de defesa mútua contra a agressão, iniciado como já foi dito na Conferência de Buenos Aires em 1936, e desenvolvido na 2ª Reunião de Consulta em 1940, ampliou-se na Conferência Geral de Problemas da Guerra e da Paz reunida no México em 1945, da qual resultou a resolução VIII, conhecida como 'Ato de Chapultepec'. Essa resolução estabeleceu normas de defesa conjunta em caso de agressão por parte de qualquer Estado o que inclui os próprios Estados americanos e conferiu, nessa emergência, maior autoridade e responsabilidade ao Conselho da Organização.

As conquistas assim consolidadas no terreno da segurança coletiva, permaneciam, entretanto, no domínio dos deveres morais. Era chegado o tempo de convertê-las em obrigações jurídicas por meio de um Tratado que as tornasse compulsórias. Essa necessidade foi satisfeita em 1947, com a assinatura no Rio de Janeiro e retificação posterior por parte de todos os signatários, do Tratado de Assistência Recíproca, conhecido como Tratado do Rio de Janeiro³⁶⁴.

Acumulados no enfrentamento da Segunda Guerra Mundial, os deveres morais de combate ao totalitarismo consistiam na base sobre a qual o Tratado se edificara: em realidade, ele apenas os formalizava. A premissa antitotalitária, acolhida pelo pan-americanismo do pós-guerra como sinônimo de anticomunismo, era o suporte sobre o qual o continente se unira durante o antigo conflito e deveria permanecer unido no atual. Através desta premissa, a América não apenas consolidava os laços entre seus países como solidificava seu

363 Não há muitas informações biográficas sobre Luiz de Almeida Nogueira Porto. Em sua ficha, consta que tenha ocupado os seguintes cargos: "Secretário da Missão Brasileira em Berlim; Secretário da Delegação do Brasil à Comissão de Inquérito Balcânica da ONU em Atenas e Salônica; Delegado Assessor do Brasil à Comissão da ONU para os Bálcãs; Membro da Comissão Nacional de Assistência Técnica; Chefe de Gabinete do Secretário-Geral do MRE". PORTO, Luiz de A. N. *A Conjuntura Internacional – O Panorama do Hemisfério e a política dos EUA na América Latina*. (Folheto). C – 33 – 54. 20/05/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Contracapa.

364 PORTO, Luiz de A. N. *A Conjuntura Internacional – O Panorama do Hemisfério e a política dos EUA na América Latina*. (Folheto). C – 33 – 54. 20/05/1954. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 9.

compromisso conjunto de pertencimento ao mundo cristão e ocidental. Ao fazê-lo, se tornava área estratégica no esforço de sustentação civilizatório daquele mundo.

O mesmo esforço vinha subscrito pela Organização dos Estados Americanos. Além de ratificar os princípios da consolidação da democracia, do arbitramento dos conflitos, e da união frente a agressão externa, a Carta de Bogotá enfatizava a necessidade de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural da região, pontos tidos como essenciais à sustentação do ocidente cristão. Em 1951, quando da realização da IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, três foram os eixos definidos para discussão: 1) cooperação política e militar para defesa das Américas; 2) fortalecimento da segurança interna das Repúblicas Americanas ; 3) cooperação econômica³⁶⁵. Ainda que centrados em campos específicos, os pontos tentavam organizar e operacionalizar os princípios da OEA e se tornaram, ao longo dos anos, centrais em seu programa.

O Ato de Chapultepec, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e a Carta de Bogotá mostravam o quanto as agendas de segurança e desenvolvimento, entendidas em seu sentido amplo, haviam adquirido centralidade no continente americano. Através de seu arcabouço político e institucional, definiram alianças e apontaram algumas das estratégias fundamentais, através das quais a Guerra Fria foi pensada e enfrentada na região. Em suas formulações, estava a ideia de que a América deveria ser integrada e fortalecida em suas dimensões política, econômica, psicossocial e militar já que, como área estratégica, fazia parte de um esforço de luta pela preservação do mundo livre, isso é, não totalitário.

A construção de uma América não totalitária pressupunha sua incorporação à modernidade. Aí, então, uma clivagem aparecia. Se o continente estava relativamente unido por uma história comum de enfrentamento ao totalitarismo, se isso decorria de sua posição partilhada no globo, ainda assim havia uma diferença significativa entre os níveis de desenvolvimento de seus países, o que equivale a dizer, entre seus níveis de modernização. Enquanto os EUA apareciam como modelo de modernidade, democracia e progresso econômico, a América Latina era apresentada como tradicional e atrasada, região encrustada na herança semicolonial. Fortalecer a parte latino-americana do continente significava transformá-la, produzir nela valores e padrões modernos.

365 ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Fourth Meeting of Consultation of Ministers of Foreign Affairs. Final Act.** 1951. Washington, D.C.. PP. 162-163. Disponível em: <http://www.oas.org/consejo/MEETINGS%20OF%20CONSULTATION/Actas/Acta%204.pdf>. Consulta em 15/03/2023.

Aos EUA, por sua posição privilegiada, caberia auxiliar a porção latina do continente a superar aquilo que era entendido como seu arcaísmo e, através do processo de modernização, conduzi-la à prosperidade. O projeto se apresentava já na escolha do vocabulário. A premissa do atraso, em oposição ao progresso, permitia unificar realidades bastante distintas. Embora houvesse muita diversidade naquilo que se chamava de América Latina, seus países, formados na tradição ibérica, dividiriam a mesma condição: seriam subdesenvolvidos. Isso era o que permitia articular a noção de América Latina como bloco de nações que, a despeito de suas diferenças, partilhavam uma falta, uma não realização: a modernidade.

A organização do vocabulário e do projeto que dele derivava, processo no qual as elites dos países latino-americanos foram partes ativas, estabelecia uma espécie de mapa mental, através do qual a América Latina era situada no mundo: um mundo pensado, aliás, sempre a partir de categorias hierarquizantes. Se com a África e a Ásia ela dividia o subdesenvolvimento, com os EUA dividia o continente. Vizinha ao líder do bloco ocidental, era a parte subdesenvolvida da América: uma situação que precisava ser revertida.

Garantir a segurança; fortalecer a democracia e promover o desenvolvimento econômico, social e cultural foram tomados como tarefas dos EUA no continente: situação que derivava não apenas daquilo que era entendido como seu estado avançado, de progresso, mas também de sua posição moral de guardião dos valores cristãos e ocidentais³⁶⁶. Mais uma vez, a estratégia era apresentada como maneira de afastar a ameaça do totalitarismo, o que só poderia ocorrer com construção institucional sólida e com a realização de projetos de justiça social que, ao aumentar os padrões de vida e erradicar a pobreza, impedissem o surgimento de terreno fértil para a propaganda totalitária. Tomando a si mesmo como modelo de modernidade, caberia aos EUA papel ativo no processo de mudança na América Latina, que a transformasse em algo próximo do que ele próprio se tornara.

Ainda que aos EUA fosse reservada posição de destaque, ele, evidentemente, não estava sozinho. O projeto da Organização dos Estados Americanos e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca apontavam a necessidade de atuação conjunta no esforço de transformação, de modernização. Os países latino-americanos eram partes integrantes no enfrentamento da Guerra Fria Total e deveriam, cada qual a seu modo, contribuir para a construção e implementação de programas para o enfrentamento do conflito no continente.

366 A este respeito, ver: CARNEIRO, Octávio A D. Interesses dos EUA na América Latina. B – 025 – 51.1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

A avaliação geral dos conferencistas do CSG era a de que o duplo pertencimento do Brasil, à América e ao bloco ocidental, deveria torná-lo parceiro importante na implementação das medidas de segurança e desenvolvimento no continente. “A) defesa contra a agressão de uma ou mais nações limítrofes ao continente; B) cooperação com as Nações Unidas e com as Nações Americanas, consoante os compromissos assumidos nos Tratados de São Francisco e do Rio de Janeiro”, era assim que, em 1951, o general César Obino definia a estratégia nacional³⁶⁷. O papel do país era cumprir e apoiar as determinações da ONU e da OEA. Com isso, garantiria o fortalecimento do mundo ocidental e do continente, entendidos como mutuamente complementares.

Mais uma vez, a posição brasileira era apresentada como amálgama entre realismo e idealismo. Para o Brasil, a estabilidade política e a pacificação continental, a democracia e a harmonia, garantiriam sua segurança interna e externa, o que preservaria sua integridade territorial e institucional e, ao mesmo tempo, expandiria suas possibilidades econômicas. Na medida em que os projetos desenvolvimentistas latino-americanos eram alavancados, o país se tornaria repositório importante de capitais, poderia contar com a maior circulação de mão de obra técnica, mais mercados consumidores, mais trocas comerciais e, conseqüentemente, aumento do bem-estar de sua população. Aos ideais de democracia, paz e justiça social correspondiam, portanto, os interesses nacionais.

Extenso territorialmente; com muitos recursos naturais; com uma economia e uma sociedade tidas como cada vez mais dinâmicas; dividindo fronteiras com quase todos os países sul-americanos, o Brasil era apresentado como potência de nível médio. Se sua condição continuava a ser a de subdesenvolvimento, seu quadro geral mostrava movimentos no sentido de superá-la, situação que, tomada em perspectiva comparada, o deixava em relativa vantagem. Além disso, resguardadas as especificidades de sua história, como a manutenção da unidade territorial alcançada pela monarquia e a diferença linguística com os demais países do continente, o Brasil era tomado por apoiador do sistema pan-americano, o que fazia dele parceiro credibilizado, possuidor de vínculos consideráveis com seus vizinhos fronteiriços.

A posição específica, ocupada pelo Brasil, o tornava líder de relevo na América Latina. Dadas suas características, o Brasil era país estratégico para a construção das maneiras através das quais a Guerra Fria era travada no continente. Daí derivava o fato de que o país

367 OBINO, Salvador C. Conceito Estratégico Nacional. (Folheto). C – 025 – 51. 16/11/1951. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 10.

funcionasse, em muitas ocasiões, como aglutinador do bloco latino-americano na ONU. Dito de outro modo, sua ação gregária, sintonizada com o projeto que encampava, fazia com que o país assumisse protagonismo na contribuição que a América Latina poderia dar para a construção de uma ordem global assentada nos programas ocidentais de desenvolvimento, segurança e paz e, conseqüentemente, para a sustentação do chamado mundo livre.

A proeminência do Brasil na América Latina também criava relação especial com os EUA. A síntese do argumento viria do representante do Itamaraty na ESG, Jorge Emílio de Souza Freitas:

Hoje, mais do que nunca, a colaboração brasileiro norte-americana sobremaneira nos interessa, ela é essencial para a defesa do nosso hemisfério, para a manutenção do equilíbrio da América do Sul e para a nossa própria segurança no mundo convulsionado em que vivemos. Reciprocamente, por esses mesmos motivos e para a sua própria segurança, essa amizade interessa aos EUA, sendo relevante para eles a posição que frequentemente assumimos de intermediário e intérprete entre eles e as nações de origem espanhola, cujo temperamento e mentalidade nos é mais compreensível e familiar que à grande república anglo-saxônica. Em diferentes conferências interamericanas, muitos dos resultados alcançados só o foram pela união de esforços entre as delegações brasileira e norte-americana. Assim também na política mundial exercida através da ONU, a interferência do Brasil junto aos hispano-americanos tem sentido de real importância para os EUA.³⁶⁸

Uma vez que a política norte-americana para o continente estivesse orientada pelo binômio segurança/desenvolvimento, caberia ao Brasil apoiá-la, o que significava facilitar os diálogos dos EUA com a América hispânica. As boas relações que possuía com os EUA, somadas à sua projeção em meio aos países latino-americanos, colocavam o Brasil em uma posição estratégica de intermediador: situação que, pela convergência de agendas, correspondia aos interesses nacionais. Elemento definidor na preservação da unidade continental, sua tarefa era dissipar “malquerenças, desfazendo mal-entendidos e afastando discórdias”, o que significava “criar para estes (EUA) na América espanhola um ambiente de simpatia e boa vontade”³⁶⁹. Daí que, em perfeita sintonia com os princípios defendidos no CSG, a posição firmada em seu interior era de que, como ator chave no continente, o Brasil trabalharia para viabilizar o pan-americanismo, robustecendo os fundamentos através dos quais esse era reestruturado na Guerra Fria: situação que beneficiaria a si mesmo e aos seus vizinhos, além, é claro, de fortalecer a parcela do mundo a qual pertencia, o bloco ocidental.

368 FREITAS, Jorge E de S. A Conjuntura Internacional – Iº Parte. (Folheto). A – 18 – 53. 28/04/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 60.

369 FREITAS, Jorge E de S. A Conjuntura Internacional – Iº Parte. (Folheto). A – 18 – 53. 28/04/1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 60.

A premissa de base, aquela de que o Brasil deveria ser ator estratégico na viabilização do projeto pan-americano, foi (re)atualizada de acordo com as circunstâncias e possuiu desdobramentos ao longo do tempo. Foi ela que sustentou a Operação Pan-Americana. Lançado por Juscelino Kubistcheck em 1958, o programa tinha por objetivo robustecer os projetos de desenvolvimento no continente e, com isso, consubstanciar a integração nos campos econômico e psicossocial que, naquele momento, parecia ameaçada. No início daquele mesmo ano, o vice-presidente norte-americano, Richard Nixon, fizera viagem pela América Latina. Tratado com aberta hostilidade pelas populações locais, sua passagem pelos países latino-americanos indicava que a relação entre eles e os EUA não ia bem, situação que enfraquecia a união pan-americana e que, portanto, precisava ser revertida.

O problema vinha desde antes. Entre os meses de agosto e setembro de 1957, realizou-se a Conferência Econômica Interamericana de Buenos Aires, evento da OEA que, como seu nome deixava ver, se centrava no problema econômico. A avaliação, feita à época, era de que, se o continente americano havia tido êxito em se integrar nos campos político e jurídico, faltava-lhe a integração econômica e, conseqüentemente, social. A administração republicana de Eisenhower, articulada pelo secretário de Estado John Foster Dulles e informada pelo realismo de Hans Morgenthau, dera pouca prioridade aos projetos desenvolvimentistas na América Latina. Centrada em uma compreensão mais estreita dos interesses nacionais norte-americanos, preferindo operar por acordos bilaterais e afundada em gastos de defesa, pouco espaço e dinheiro sobravam para aquela parte do continente que, naquele momento, era entendida como região de menor risco imediato para a segurança dos EUA e, portanto, menos prioritária.

Apenas a assistência técnica e o uso de capital privado não eram suficientes para entregar as promessas de modernidade econômica e justiça social. Ao contrário. O menor volume de aplicações governamentais apenas acentuava uma crítica feita desde sempre ao programa do Ponto IV de Truman: o de que, à diferença do Plano Marshall, tomado como modelo, ele não priorizava os investimentos estatais para a América Latina, relegando-os à iniciativa privada. Isso, somado à desvalorização dos produtos primários latino-americanos e à deterioração dos termos de troca, tornava ainda maior as diferenças de riquezas entre a América Latina e os EUA. O resultado era que, na medida em que as discrepâncias se acentuavam e as críticas se acumulavam, as tensões cresciam: uma situação que colocava em risco o funcionamento do sistema interamericano e, portanto, precisava ser sanada.

O hiato de realidades, que fazia com que os desentendimentos se proliferassem, enfraquecia o multilateralismo na região. “As deficiências da Organização (OEA) decorrem da incapacidade dos governos de atuarem coordenadamente e em conjunto com os demais”, afirmaria Armando Salgado Mascarenhas³⁷⁰, um dos delegados brasileiros na Conferência de Buenos Aires, ao falar no CSG. Segundo ele, esta incapacidade, em boa medida ocasionada por aqueles que levavam o “conceito de soberania ilimitada e do nacionalismo individualista a extremos”, produzia uma ameaça: tornar a organização internacional uma “entidade amorfa e apática, completamente dissociada dos governos que a compõe”. Ainda assim, Mascarenhas defendia que não se tratava de reorganizar a OEA. A instituição já possuía órgãos e mecanismos necessários para lidar com os desafios da região. O essencial era fazê-los funcionar, criar “a consciência e a convicção de que uma OEA forte e revigorada é indispensável ao bem-estar geral dos povos do Continente”³⁷¹.

A Operação Pan-Americana derivava desta compreensão. Ela reafirmava o compromisso do Brasil com o fortalecimento do sistema interamericano, seu protagonismo no continente e seu papel de interlocutor entre latinos e norte-americanos: motivo pelo qual os governos do Brasil e dos EUA articularam, conjuntamente, a Operação³⁷². Reafirmava, também, o pertencimento do país ao bloco ocidental: na medida em que ancorava suas propostas nas premissas civilizatórias daquele bloco, estabelecia claramente seu lugar na batalha ideológica da Guerra Fria³⁷³.

370 Na ficha de Mascarenhas, consta que tenha sido: “Secretário Brasileiro da Delegação do Brasil na Organização dos Estados Americanos de 1952 a 1957; Secretário Brasileiro da X Conferência Interamericana, em Caracas; Assessor do Brasil à Conferência Econômica de Buenos Aires; Secretário-Geral da Reunião Interamericana de Normas Técnicas; Representante do Brasil no Instituto Interamericano de Estatística; Representante do Brasil na Comissão Especial do Café do CIES (Conselho Interamericano Econômico e Social); Representante Suplente do Brasil no CIES”. MASCARENHAS, Armando S. Resultado da “Conferência Econômica de Buenos Aires”. (Folheto). C1 – 98 – 57. 1957. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Contracapa.

371 MASCARENHAS, Armando S. Resultado da “Conferência Econômica de Buenos Aires”. (Folheto). C1 – 98 – 57. 1957. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP.44.

372 A respeito desta articulação, que envolveu o Departamento de Estado norte-americano, ver: PENHOLATO, Diego. **José Garrido Torres nas sombras do poder: um economista na construção do projeto de modernização de 1964**. 2017. São Paulo: USP, dissertação de mestrado. Verificar o anexo, contido na página 118, onde consta carta do então Secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles, para o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek tratando da Operação Pan-Americana.

373 Em 1959, o secretário Celso Antonio de Souza e Silva, que vinha realizando seu trabalho diplomático junto à OPA (havia sido assessor da delegação brasileira na I e II reuniões do Comitê dos 21 da OPA), deixaria claro este aspecto ao afirmar: “Ao ser lançada a Operação Pan-Americana, não pretendeu o Brasil, em um só momento, alterar em nada a sua posição dentro do bloco ocidental nem pôr em dúvida a sua fé inabalável nos ideais defendidos pelos seus aliados democráticos. O que pretendemos, e tudo devemos fazer para consegui-lo, é traduzir em ações e fatos concretos os princípios que unem e informam e comunidade das nações livres. Desde o discurso de 20 de junho, reservamos o nosso direito, e reconhecemos ser mesmo obrigação, de levantar nossa voz e emitir nosso pensamento mesmo que seja para discordar de atitudes assumidas pelos nossos aliados. Só assim se poderá conceber uma aliança livre entre povos livres. Se nos empenhamos todos na luta pelos mesmos

Menos do que se contrapor aos EUA, o objetivo da Operação era repactuar suas relações com o restante do continente. A evocação do caráter internacional da agenda desenvolvimentista, em torno da qual deveriam se refazer os entendimentos e reconciliar os programas, apontava o multilateralismo e a cooperação como imperativos para articulação política regional. A maneira de organizar os vínculos continentais, assim como as razões pelas quais deveriam ser reenergizados, não consistiriam de uma ruptura, mas do desdobramento dos princípios ocidentais de modernidade e democracia. Ao acolher os ideais modernizantes como seu fundamento, a OPA tentava robustecer o pan-americanismo em sua formulação de após-guerra.

Dois eventos seriam decisivos nos rumos que o pan-americanismo tomaria a partir dali. A Revolução Cubana mostrava que o continente poderia ser violado: ela despontava como uma ferida aberta, a indicar a fragilidade no sistema montado desde o pós-guerra. Já a eleição de John Kennedy significava uma mudança de administração: depois de oito anos de governo republicano, os democratas voltariam ao poder, o que abria novas possibilidades nas relações EUA/América Latina. As duas situações dariam origem à Aliança para o Progresso (AP): um programa que visava aumentar os investimentos dos EUA na América Latina. O objetivo era integrar melhor o continente, acelerar seus projetos sociais e econômicos. Mais uma vez, o desenvolvimento e a justiça social, somados à remodelação institucional, eram apresentados como o caminho para estabilizar a região e, conseqüentemente, afastá-la das ameaças do totalitarismo soviético.

Em geral, a AP receberia apoio no Curso Superior de Guerra. A proposta carregava uma convergência geral com as premissas que, há tempos, os conferencistas sustentavam em relação ao pan-americanismo. Quatro meses após o lançamento de seu programa, Lincoln Gordon³⁷⁴, que então lecionava Relações Econômicas Internacionais em Harvard, o explicaria

ideais, a todos deve ser permitida a crítica ao procedimento que não nos parecer de acordo com os objetivos comuns que perseguimos. E, guiados por essas premissas, começamos por apontar os erros e deficiências que existem na colaboração das nações ocidentais". SILVA, Celso A de S. A Operação Pan-Americana. (Folheto). C – 43 – 59. 1959. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 14.

374 Lincoln Gordon nasceu em Nova Iorque, em 1913. Bacharel em economia pela Universidade de Harvard e Doutor pela Universidade de Oxford, Gordon tornou-se professor de Harvard em 1936. Durante a Segunda Guerra Mundial trabalhou no Conselho Nacional de Defesa e, com o término do conflito, passou a integrar a equipe do Plano Marshall. Na década de 1950 trabalharia na OTAN e na embaixada de Londres. Membro do Partido Democrata, passou a integrar, na administração de Kennedy, um grupo encarregado de formular a política dos EUA para a América Latina, sobretudo no que dizia respeito à Aliança para o Progresso. Em agosto de 1961, foi nomeado embaixador no Brasil, condição na qual apoiou o Golpe de 1964. Gordon permaneceu no cargo até 1965, quando assumiu a função de Secretário de Estado assistente para assuntos interamericanos. Afastou-se do cargo em 1967 para assumir a Direção da Johns Hopkins University. A partir de então, se afastaria do serviço público para se dedicar a atividades acadêmicas. Morreu em Mitcheville, em 2009. Ver: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gordon-lincoln>. Consulta em:

na ESG. Gordon veria, na Ata de Bogotá e na Operação Pan-americana, os “alicerces” da Aliança. Em que pesassem algumas diferenças, concentradas em detalhes programáticos, em nuances quanto a métodos e escala de objetivos, os unia a “tese básica – a necessidade de um grande esforço cooperativo para modernizar as instituições sociais e econômicas da América Latina e fazer com que seus padrões de vida e sua produção econômica se aproximassem do grande potencial que seus recursos permitem”³⁷⁵. Em outras palavras, faziam parte da mesma agenda: a modernização.

Isso explica a maneira positiva como foi recebida no CSG. Concebida como projeto modernizante, a Aliança convergia com o horizonte de expectativa política que, desde o pós-guerra, vinha balizando as reflexões do Curso. Ao tratar de seu programa, Tancredo Neves³⁷⁶ destacou o ancoramento nos “princípios básicos do neocapitalismo liberal e cristão”³⁷⁷, ou seja, de um capitalismo reformulado, capaz de promover desenvolvimento e justiça social. Destacou, ainda, que trazia a necessidade de reformas importantes, que abrissem “justo caminho entre a histeria reacionária das direitas e a pregação revolucionárias das esquerdas”³⁷⁸: caminho alternativo aos extremos totalitários³⁷⁹. Forjada na agenda de combate ao totalitarismo, reafirmando seus pressupostos modernizantes, a Aliança para o Progresso nascia de um projeto civilizatório cujos fundamentos e diretrizes essenciais eram partilhadas de há muito pelos membros do CSG: projeto que trazia, embutido em si, leitura da América Latina como lugar do atraso, do tradicional.

10/04/2023.

375 GORDON, Lincoln. Relações dos Estados Unidos com a América Latina especialmente com o Brasil. (Folheto). C – 58 – 61. 18/07/1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 4.

376 Tancredo de Almeida Neves nasceu em São João del Rei, em 1910. Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, foi vereador em sua cidade natal até o ano de 1937, quando, após a implementação do Estado Novo, foram fechados os órgãos legislativos. Membros do Partido Social Democrático (PSD) se elegeram deputado estadual em 1947 e deputado federal em 1950. Entre 1953 e 1954, ocupou a pasta de Ministro da Justiça do Governo Vargas. Ligado a JK, foi nomeado por ele para a presidência do BNDE, em 1960. Com a crise decorrente da renúncia de Jânio Quadros, assumiu a chefia do gabinete parlamentarista do governo Goulart. Após o golpe de 1964, elegeram-se três vezes deputado, sempre pelo MDB (1966-1970-1974). Foi eleito senador por Minas Gerais em 1978 e, em 1982, governador do mesmo estado. Participou da Campanha pelas Diretas Já. Derrotada a proposta, foi eleito, indiretamente, presidente da República em 1984. Morreu no ano seguinte, sem assumir o cargo. Ver: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/tancredo-neves>. Consulta em 10/04/2023.

377 Tancredo Neves destacaria o fato de o “novo capitalismo” estar alicerçado na Doutrina Social da Igreja Católica, sobretudo nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Mater et Magistra*. Ver: NEVES, Tancredo de A. O Panorama Mundial e a Segurança Nacional. (Folheto). C- 01 – 62. 1962. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 12.

378 NEVES, Tancredo de A. O Panorama Mundial e a Segurança Nacional. (Folheto). C- 01 – 62. 1962. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 14.

379 A premissa antitotalitária estaria no centro deste capitalismo renovado. Como Neves destacaria: “é esse neocapitalismo ou neoliberalismo econômico, humanista, solidarista e cristão que se confronta hoje, de fato, com as concepções materialistas, totalitárias, opressoras, inexoráveis, cruéis, anticristãs, que informam todo o sistema comunista”. Ver: NEVES, Tancredo de A. O Panorama Mundial e a Segurança Nacional. (Folheto). C- 01 – 62. 1962. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 10.

De novo, o papel do Brasil no continente era tido por essencial. “Sem a ativa participação do Brasil, seriam bem poucas as chances de êxito da Aliança para o Progresso e de outras campanhas de âmbito ainda maior que surgem na política mundial”³⁸⁰, concluiria Lincoln Gordon. A posição de liderança do Brasil na América Latina o tornava um ator chave, com destaque na AP: estrategicamente, ele poderia funcionar como articulador e, novamente, intermediar as negociações no continente, viabilizando-as. Uma vez mais, ideais de modernidade, solidariedade pan-americana, exercício realista do poder, posições geopolíticas e estratégicas desaguavam em uma convergência. Em linhas gerais, a Aliança para o Progresso se ajustava àquilo que, no Curso, se pensava como as aspirações e o lugar do Brasil: posição que parecia ameaçada pelo governo Goulart³⁸¹.

Em 1963, Lincoln Gordon voltou à ESG. Naquela ocasião, Gordon já havia sido nomeado embaixador dos EUA no Brasil e trataria mais uma vez das relações entre os dois países. Depois de fazer apanhado a respeito dos últimos acontecimentos da Guerra Fria, o embaixador rebateria algumas críticas feitas pelo governo brasileiro ao programa da Aliança para o Progresso. Seu objetivo era marcar posição a respeito das tensões crescentes entre o governo Goulart, o governo norte-americano e a AP. Alguns dos pontos levantados seriam os supostos exageros contidos na teoria da deterioração dos termos de troca; a ideia de que os recursos estavam privilegiando determinados setores políticos em detrimento de outros; e as acusações de que, a despeito dos esforços realizados, os EUA se oporiam à “modernização industrial da América Latina”³⁸². Gordon recuperaria a premissa geral de que o subdesenvolvimento não poderia ser enfrentado em bases exclusivamente nacionalistas, mas apenas em cooperação internacional; reafirmaria a convergência de valores e interesses entre EUA e Brasil; e apontaria a necessidade de se substituir os “mal-entendidos e deturpações deliberadas” por “cooperação positiva” entre os dois governos. Ao final, citaria carta enviada por Kennedy a Jango, onde o papel de liderança do Brasil no hemisfério e no mundo aparecia atrelado à adesão aos valores e projetos defendidos na Aliança para o Progresso³⁸³. Ao fazê-lo,

380 GORDON, Lincoln. Relações dos Estados Unidos com a América Latina especialmente com o Brasil. (Folheto). C – 58 – 61. 18/07/1961. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 15.

381 A respeito das relações entre o programa da Aliança para o Progresso e o governo de João Goulart, ver: LOUREIRO, Felipe. **A Aliança para o Progresso e o Governo João Goulart (1964-1964)**. São Paulo: Edunesp, 2020.

382 GORDON, Lincoln. O Panorama Mundial e as Relações Brasileiro – Norte Americanas. (Folheto). C – 30 -63. 30/07/1963. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.. PP. 20.

383 O trecho da carta, tal como citado: “Gostaria de aproveitar esta oportunidade para reafirmar o meu profundo interesse no progresso do povo brasileiro e no êxito dos esforços do Governo de Vossa Excelência para promover o desenvolvimento econômico, uma estabilidade financeira crescente, a maior justiça social e fortalecimento das instituições democráticas de modo que o Brasil possa dar a sua contribuição à liderança

Gordon indicaria aos alunos do CSG a posição dos EUA: para a manutenção do sistema interamericano e, conseqüentemente, do papel da América Latina no bloco ocidental, as tensões entre os governos precisavam ser sanadas o mais rápido possível.

Meses após a fala de Lincoln Gordon, o Curso Superior de Guerra receberia um convidado especial: a abertura do ano letivo de 1964 seria feita pelo então presidente da República, João Goulart. Tomando por tema central a ideia de *Soberania Nacional*, Goulart defenderia que o conceito havia passado por uma mudança: ao aspecto exclusivamente territorial, se aglutinariam elementos econômicos e sociais. Ao final, vincularia sua ideia ao papel dos militares:

A noção territorial de soberania consagrava as Forças Armadas como instrumento, natural e único, de sua preservação. A noção nacional amplia a tarefa das Forças Armadas, que supera a missão de defesa territorial, incorporando a de defesa das riquezas e de preservação e ampliação do regime democrático.

Pretender a utilização das Forças Armadas contra o livre aproveitamento das riquezas nacionais em benefício do nosso povo, ou contra a manutenção e ampliação do regime democrático, é, no fundo, o mesmo que pretender utilizá-las contra a integridade territorial do país.

E isso representa hipótese inaceitável, uma vez que as próprias Forças Armadas, acompanhando o processo histórico que condicionou as transformações na economia, na sociedade, na política brasileira evoluíram, de sorte a adaptar-se, naturalmente à sua mais ampla missão dos dias em que vivemos. A soberania hoje, não é apenas objeto da missão das Forças Armadas, mas de todo o povo brasileiro. Ampliou-se necessariamente a sua base, e a sua defesa³⁸⁴.

É possível imaginar que a conferência de Jango tenha aumentado a tensão política. Suas concepções não apenas colidiam com as premissas que formavam a base de discussões do CSG desde sua origem, como também criticavam os militares por não acatá-las. A ideia de soberania que apresentava, entendida como excessivamente nacionalista, de tendências totalitárias, colocava em risco aquilo que os membros do Curso imaginavam que deveria ser a posição do Brasil no mundo e, também, suas alianças no cenário internacional. O papel estabilizador que o país possuía na América Latina, fruto de seu compromisso com a agenda de combate ao totalitarismo, periclitava. Os princípios de segurança e desenvolvimento, tais

construtiva em assuntos do hemisfério e do mundo.

São estes os objetivos básicos da Aliança para o Progresso, na qual ambos os nossos povos tem depositado tantas esperanças. É o meu sincero desejo que nenhuma dificuldade de caráter transitório venha impedir a colaboração efetiva entre nossos Governos e os nossos povos. Aguardo com prazer contato contínuo com Vossa Excelência visando alcançar as nossas metas comuns". GORDON, Lincoln. O Panorama Mundial e as Relações Brasileiro – Norte Americanas. (Folheto). C – 30 -63. 30/07/1963. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.. PP. 23.

384 GOULART, João B M. A Soberania Nacional. (Folheto). C – 01 – 64. 1964. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 5.

como endossados pelo Brasil desde o pós-guerra, pareciam estar se decompondo. O resultado mais imediato era que a Aliança para o Progresso e o pan-americanismo, conseqüentemente o equilíbrio do bloco ocidental e do modelo de modernidade que ele sustentava, pareciam ameaçados. Foi em nome deste projeto civilizatório que os militares, entendendo a si mesmos como poder moderador, depuseram Jango e instituíram a ditadura.

6. A TÍTULO DE EPÍLOGO: OS MILITARES E O PODER MODERADOR

É a mentalidade do Estado Cartorial (ou escritural, como dizem outros) em contraste com o da Common Law anglo-saxônica, que me seduz muito mais. A experiência tem nos mostrado em 70 anos de República que nas grandes crises, são as Forças Armadas que rasgam o abcesso. O mais não tem funcionado. Elas o tem feito menos mal. Houve é verdade a quartelada de 1889 e a de 1955, mas nas demais a intervenção das Forças se verificou em função de vasto movimento de opinião pública. E os militares do Brasil, ao contrário do que acontece nas repúblicas hispano-americanas, não se tem apoderado do Governo³⁸⁵.

O trecho acima foi escrito por Eugênio Gudín como parte de uma carta endereçada a João Camillo Torres. Na ocasião, os dois membros do IPES tratavam de problema que, cada vez mais, entrava na ordem do dia: o suposto Poder Moderador exercido pelas Forças Armadas.

O argumento de Gudín trazia, em seu centro, uma premissa que se tornaria crucial para a reflexão: a inadequação do país à democracia. A origem ibérica, com seu processo específico de colonização, teria produzido uma sociedade e um Estado não modernos e, portanto, despreparados para o exercício democrático. O atraso, condição inerente à América Latina, criava um “mal crônico”: o apresamento de parte do parlamento pelo caudilhismo, somado ao aparelhamento do judiciário, conduziram a baixos níveis de institucionalização que tendiam a produzir crises e desorganização. Instituições desestruturadas, elites inaptas e população retrógrada formavam uma combinação explosiva³⁸⁶. Ao desarranjo do sistema deveria se substituir a ação dos militares que, como poder à parte, se constituiriam em elemento estabilizador.

A interpretação sobre o papel moderador dos militares se organizava em torno de algumas coordenadas políticas e intelectuais que não apenas revisitavam o período imperial

385 GUDÍN, Eugênio. (Correspondência). Destinatário: João Camillo Torres. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1963. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundo: Eugênio Gudín. Classificação: EUG c 1963.09.28. Os grifos são do original.

386 As palavras de Gudín seriam: “Precisamos ser pragmáticos. A crise atual é talvez a pior, mas outras houve antes dela. O mal é crônico. Na América Latina a aprendizagem da Democracia pode conduzir ao caos e hoje o caos quer dizer Comunismo. Qual o remédio? Se o Legislativo não funciona porque uma parte dele se alia ao caudilhismo e se o Judiciário também é inoperante, até porque, como agora acontece, é plenamente enxertado pelo Executivo?” Ver: GUDÍN, Eugênio. (Correspondência). Destinatário: João Camillo Torres. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1963. Rio de Janeiro, RJ: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundo: Eugênio Gudín. Classificação: EUG c 1963.09.28.

como também reanalisavam a atuação das Forças Armadas ao longo da história³⁸⁷. A evocação do conceito de Poder Moderador era a mais evidente e não vinha ao acaso. Em verdade, se tratava de uma releitura assentada na revisão dos processos de modernização. Na medida em que o consenso liberal se dissolvia e a equação segurança/democracia era substituída por segurança/estabilidade, a Constituição do Império passou a ser recuperada³⁸⁸. Ela parecia corresponder aos anseios do momento. Por mais de meio século, havia evitado crises com potencial disruptivo, mantido as instituições intactas, aglutinado as elites e gerido tensões sociais. Operava por reformas, por mudanças paulatinas e não bruscas e, com isso, conseguia promover alterações sem colocar em risco a ordem. Preenchido com os conteúdos da Guerra Fria, o caráter autoritário da Constituição de 1824 passou a ser assinalado como positivo, como uma estrutura política capaz de conter os solavancos do processo de modernização, conduzindo-o com segurança.

Por outro lado, o papel das Forças Armadas foi reavaliado. O apego à racionalização; o profissionalismo; a qualidade técnica; os padrões de sociabilidade; o apreço pela industrialização; além da infraestrutura nacional, conciliada com visão e treinamento internacionais; faziam delas atores privilegiados para a modernização. A isso se somava seu caráter conservador, sua apreciação pela ordem. Reunidos, os dois conjuntos davam aos militares uma posição única. Agentes modernos incrustados em ordens atrasadas, eles eram ao mesmo tempo atores de mudança e de conservação: reformavam sem colocar em risco a estabilidade.

Este era o motivo pelo qual, supunha-se, os militares poderiam desempenhar a mesma função do Imperador. Eles eram o fiel da balança: agiam para restabelecer o equilíbrio. A premissa, antidemocrática na origem, supunha uma força externa que moderasse o sistema

387 A ideia de que as Forças Armadas eram Poder Moderador (ou estabeleciam “Padrão Moderador”), ao menos durante os anos de 1945 e 1964, ganhou versão historiográfica no texto de Alfred Stepan. A pesquisa, como ele próprio diz, foi financiada pela Rand Corporation, instituição para a qual trabalhava. No texto, Stepan afirma sua principal hipótese de trabalho: “Este fato – a sobrevivência dos movimentos militares quando as elites políticas se achavam profundamente cindidas – coincide com o argumento, proposto anteriormente, de que a propensão para o envolvimento militar na política aumenta em proporção direta com as dúvidas existentes entre a elite política sobre a questão de quem deveria governar o país”. O trabalho, como é fácil notar, é profundamente inspirado pelas análises de Samuel Huntington. Ver: STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política: changing patterns in Brazil*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. PP. 67.

388 Em conferência de 1962 no CSG, Milton Campos diria que, durante o Segundo Reinado, a Constituição Imperial teria permitido uma prática parlamentarista. Consumado o golpe, Campos se tornaria Ministro da Justiça. Ver: CAMPOS, Milton S. *Parlamentarismo no Brasil*. (Folheto). C1- 11 62. 1962. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 10-12. Um ano depois, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Prado Kelly, afirmaria caber aos militares o zelo pela “intangibilidade do regime”, uma “missão secular”, prescrita já na Constituição de 1824. Kelly seria nomeado, também por Castelo Branco, para o Supremo Tribunal Federal. Ver: KELLY, José Eduardo P. *Campo Político Interno. Aspectos Estruturais*. (Folheto). C1-04-63. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2.

político e sua conseqüente relação com a sociedade: uma ação paternalista, que aumentasse o controle sobre ambos. Numa espécie de ato falho, a evocação da ideia de Poder Moderador apresentava a incompatibilidade do país com o regime republicano como derivação de sua imaturidade democrática e propunha, como solução, a tutela. A ditadura era o caminho: espécie de mal necessário, ela era um trauma útil para vencer o infantilismo totalitário e promover o amadurecimento em direção ao futuro moderno.

As interpretações reorganizavam o consenso. A partir delas, surgia nova coalização política, uma frente ancorada nas mesmas concepções a respeito da estrutura do poder, sobre quem deveria exercê-lo e as finalidades pelas quais deveria fazê-lo. Tornadas forças de tutela de uma nação entendida como inapta para a democracia, às Forças Armadas caberia o papel de evitar a ameaça totalitária, de conduzir a implementação das demandas de segurança e desenvolvimento e, desta forma, colocar o país nos trilhos da modernidade. Propósitos nobres que, é claro, informariam o autoritarismo e justificariam ações bem menos elevadas, baseadas em arbítrio e degradação.

O golpe de 1964 é o resultado dessas convergências: dos princípios de Guerra Fria a partir dos quais o papel dos militares, o poder e suas finalidades foram pensados. Em seu cerne estão as estruturas a partir das quais uma guerra, entendida como total, foi travada. A implementação da ditadura era uma maneira de impelir, à força, um processo de modernização e extirpar, também à força, aquilo que era lido como passado. Aos olhos de seus apoiadores, surgiu não apenas como instrumento útil, mas essencial para garantir o pertencimento do país ao mundo ocidental e cristão. Nela se concentrava as premissas, sempre reatualizadas, da disputa civilizatória em torno da qual, por mais de quarenta anos, se debateu o globo.

O regime implementado em 1964 é resultado de uma visão hierarquizante do mundo. Os princípios em torno dos quais se construiu trazem, em si, uma visão bélica. Produto de uma Guerra, a Ditadura se estruturou como combate e, a partir daí, promoveu e justificou as mais diversas formas de violência: física, ideológica, política, social. Através de uma ancoragem moral, fundamentou sua tirania em uma disputa civilizatória na qual a democracia, já reduzida e esvaziada de suas dimensões mais amplas, foi vista como incompatível com a realidade imediata do país: transformou-se em promessa, em possibilidade para um futuro longínquo. Agindo assim, imaginou que o sacrifício da liberdade era não apenas necessário,

mas legítimo e desejável, e que o autoritarismo poderia ser aquilo que, de fato, não é: uma forma aceitável de organização política.

Aí, provavelmente, está seu principal legado. A herança se faz notar não apenas pelas arbitrariedades, mas pela redução das possibilidades e expectativas políticas. A transição pactuada, que encerrou o regime militar, ainda atravança enfrentamentos mais decididos. Verticalização institucional, hierarquização social e exclusão econômica continuam a marcar o Brasil e impedem o aprofundamento democrático do país. A conciliação, desenhada como parte da “moderação”, permanece como abrigo seguro no qual, muitas vezes, é gestado o ovo da serpente.

Os significados políticos da Ditadura continuam a ser disputados. O sentido daquele período deixou de ser assunto acadêmico e ganhou público mais amplo: discussão que, não fosse pela imensa vulgaridade de que se revestiu, seria salutar. Embora os fundamentos da atual extrema-direita sejam diferentes daquele regime, ela foi colher, dele, a violência. Fascina-se com a tortura e exulta os agentes ligados diretamente a ela. Ao recorrer a crime de covardia sem par, espelha seu mundo interior: igualmente pequeno e covarde. Ódio, morte, humilhação e as mais diversas formas de degradação humana, físicas ou psíquicas, são seus estímulos. Incapazes de realizar sua humanidade, tentam destruir a dos demais.

A ideia de que as Forças Armadas são Poder Moderador voltou a ser evocada, embora em registro completamente diverso daquele dos anos 1960. Alguns militares ocuparam o centro da cena política e participaram ativamente de um governo de extrema-direita. Parte da população, que dizia enxergar neles eficiência, técnica e moralidade nos assuntos de Estado, ao se ver confrontada com os fatos, teve que colocar a nu as verdadeiras razões de sua identificação: as medidas de exceção, de arbítrio, de violência. Mais do que nunca, a corporação precisa exumar seu fascismo, enfrentá-lo e dar cabo dele. O país deve fazer o mesmo.

Há, ainda, herança mais ampla deixada pela Guerra Fria. Do modo que lhe é peculiar, aquele conflito continua a colonizar o imaginário, o vocabulário e, conseqüentemente, os horizontes políticos. A democracia ainda aparece como seqüência de procedimentos formais, em torno dos quais demandas são operacionalizadas por segmentos qualificados: elites. O trato da questão social permanece como forma de administração da população, maneira de gerenciá-la, estabilizá-la sem ouvi-la. Desenvolvimento econômico traz as marcas da “expertise científica” na produção de bens e continua a tomar a economia como aquilo que

não é: campo autônomo, técnico, com leis próprias e, portanto, desvinculado de ideologia e ação políticos. Numa espécie de mal de conjunto, a atividade política vai se reduzindo a uma confusão seguida de esvaziamento: de exercício de cidadania, se transforma em gestão verticalizada. A promessa de uma vida civil plena é capturada pela burocracia. A construção da esfera pública, assentada na liberdade de participação efetiva e na responsabilização conjunta, não existe.

Os ideais de modernidade, com aprofundamento da racionalização, do planejamento, da cientificização e da tecnicização estão não apenas vivos, mas naturalizados. A produtividade está na ordem do dia e, como ideário, funciona com toda energia. O mesmo acontece com critérios de mensuração. Estatísticas, planilhas e gráficos se proliferam: números invadem cada vez mais o cotidiano e, através deles, muitas vezes justifica-se o injustificável. Há índices para medir o grau de liberdade ou de democracia: contrassenso flagrante. A industrialização, a ampliação de bens e a expansão de renda aparecem como soluções para males sociais e reatualizam constantemente a agenda de consumo que, aos poucos, vai se expandindo da sua materialidade: consomem-se conhecimentos, viagens, lugares, imagens, informações, opiniões, dados e pessoas. Os últimos, aliás, se confundem com cada vez mais frequência. O sistema, massificado por excelência, padroniza gostos, valores e comportamentos, esvazia o exercício elaborado do pensamento e, depois de comprimir as emoções, tenta eliminá-las em seu aspecto mais genuíno. O resultado é uma vida social tecnicizada, burocratizada, em cujo princípio de operacionalização se encontram valores capitalistas essenciais. Embaixo da enxurrada de críticas endereçadas à Guerra Fria, boa parte da maquinaria que ela produziu permanece azeitada e opera a pleno vapor.

Enfrentar o último século e reconfigurar seus legados passou a ser essencial. Suas expectativas, elaborações, o que dele sobrevive e o que desmoronou, precisa ser reavaliado. A tarefa é de sobrevivência pessoal e coletiva. Mais do que nunca, aquilo que faz de nós o que somos, nossa humanidade, deve entrar na agenda. É preciso que os seres humanos possam se realizar em suas múltiplas possibilidades, na plenitude de seus desejos, afetos, sensibilidades, pensamentos e aspirações. É preciso, ainda, que se constituam em comunidade política efetiva; que se liguem aos demais; que se reúnam nas suas diferenças, sem hierarquizá-las; enfim, que se deixem transformar e vejam, nos outros, algo de si. Liberdade e igualdade precisam florescer como parte da mesma essência para garantir que a barbárie não se torne, sob nenhuma hipótese ou justificativa, uma opção.

7. ANEXOS

Perfil Profissional dos Alunos Civis do CSG³⁸⁹

Profissão	Alunos
A	
Administrador	1
Advogado	63
Agrônomo	2
B	
Bacharel	36
Bibliotecário	1
C	
Capitão de Longo Curso	1
Comandante da Aviação Civil	1
Conselheiro CFC (Conselho Federal de Contabilidade)	1
Conselheiro CFEA (Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura)	1
Conselheiro CNE (Conselho Nacional de Economia)	2
Conselheiro do Itamaraty	6
Consultor Jurídico	1
Contador	1
Curador	2
D	
Delegado de Polícia	1
Deputado Federal	23
Dentista	1
Desembargador	15
E	
Economista	21

389 Os levantamentos, contidos em todas as tabelas, foram baseados em: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Almanaque dos Diplomados na Escola Superior de Guerra, 1949-1999**. Rio de Janeiro: Editora ESG, 1999.

Embaixador	4
Empresário	3
Engenheiro	98
Estatístico	3
F	
Funcionário Autárquico ABADE	1
Funcionário Autárquico IBGE	1
G	
Geógrafo	3
I	
Inspetor Médico	1
J	
Jornalista	6
Juiz	1
Juiz Auditor	1
M	
Médico	38
Ministro (Itamaraty)	20
Ministro (Superior Tribunal Militar - STM)	1
Ministro (Tribunal Superior do Trabalho - TST)	1
Ministro (Ministro Tribunal de Contas)	2
N	
Não declarado	23
O	
Oficial de Administração	3
Oficial de Registro Civil	1
P	
Padre	1
Procurador	10
Procurador (do Itamaraty)	1
Professor	66
Promotor	1
Q	

Químico	1
Químico Farmacêutico	1
S	
Secretário (Itamaraty)	31
Senador	16
T	
Técnico Administração	1
V	
Veterinário	4
Z	
Zootécnico	1

Perfil Parlamentar dos Alunos do CSG

Perfil Parlamentar	
Deputados	Alunos
PSP	3
PTB	2
PTN	1
PR	1
PSD	12
UDN	4
Total	23
Senadores	
PSD	6
PSP	2
PTB	3
PST	1
UDN	4
Total	16

Perfil Militar dos Alunos do CSG

Forças Armadas	
Exército	278
General de Exército	1
General de Divisão	22
General de Brigada	68
Coronel	153
Tenente Coronel	31
Major	3
Marinha	129
Vice-Almirante	17
Contra-Almirante	25
Capitão de Mar e Guerra	70
Capitão de Fragata	17
Aeronáutica	110
Marechal do Ar	1
Tenente Brigadeiro do Ar	2
Major Brigadeiro do Ar	15
Brigadeiro do Ar	31
Coronel Aviador	49
Tenente Coronel Aviador	12

Perfil Institucional do CSG

Instituição	Alunos
A	
Academia Brasileira de Ciências (ABC)	5
Academia Brasileira de Veterinária	1

Associação Bancária do Rio de Janeiro	1
Associação Brasileira das Administrações Portuárias	1
Associação Brasileira de Imprensa (ABI)	5
Associação Brasileira do Livro	1
Academia Brasileira de Medicina Militar	1
Associação Comercial do Rio de Janeiro	3
Associação dos Magistrados Brasileiros	2
Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças	1
B	
Banco do Brasil S.A	7
Banco Nacional de Crédito Cooperativo	1
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)	3
Banco da Prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro)	1
C	
Caixa Econômica Federal	3
Câmara dos Deputados	23
Clube de Engenharia	6
Companhia Nacional de Navegação Costeira (CNNC)	1
Companhia Siderúrgica Belgo Mineira	1
Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	2
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP)	1
Companhia Vale do Rio Doce	1
Confederação Nacional do Comércio (CNC)	11
Confederação Nacional de Empresas de Seguro Privadas	1
Confederação Nacional da Indústria (CNI)	11
Confederação Nacional das Profissões Liberais	2
Confederação Rural Brasileira	11
Conselho Federal de Contabilidade	1

Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura	2
Conselho Federal de Medicina	1
Conselho Nacional de Economia (CNE)	5
Conselho Nacional de Pesquisa	1
Conselho Nacional do Petróleo (CNP)	5
Conselho Nacional de Transporte	1
Conselho Nacional de Trânsito	1
Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP)	3
D	
Departamento de Administração do Serviço Público (DASP)	6
F	
Faculdade de Ciências Econômicas do RJ	1
Faculdade de Direito de São Luís (MA)	1
Faculdade Nacional de Filosofia	1
Federação das Associações Comerciais do Brasil	5
Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo	1
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro	1
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)	1
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	3
Federação Nacional Empresas Seguros Privados e Capitalização	1
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	5
Furnas Centrais Elétricas S.A	1
G	
Governo do Estado de Alagoas	1
Governo do Estado da Bahia	2
Governo do Estado do Ceará	1
Governo do Distrito Federal (Rio de Janeiro)	7

Governo do Estado de Goiás	1
Governo do Estado da Guanabara	2
Governo do Estado de Mato Grosso	2
Governo do Estado de Minas Gerais	2
Governo do Estado do Paraná	2
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	1
Governo do Estado de São Paulo	3
I	
Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social	1
Instituto dos Advogados do Brasil	2
Instituto dos Arquitetos do Brasil	2
Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes	2
Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários	1
Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado	1
Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários	1
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	28
Instituto Brasileiro do Petróleo	2
Instituto de Engenharia de São Paulo	2
Instituto Nacional de Imigração e Colonização	3
Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	1
Liga Nacional de Prevenção à Cegueira	1
Light Serviços de Eletricidade S.A	1
Lóide Aéreo Nacional	1
LLOYDBRÁS	1
M	
Ministério da Aeronáutica	110
Ministério da Agricultura	23
Ministério da Educação	2

Ministério da Educação e Cultura	12
Ministério da Educação e Saúde	4
Ministério do Exército	278
Ministério da Fazenda	19
Ministério da Indústria e Comércio	4
Ministério da Justiça e Negócios Interiores	13
Ministério da Marinha	129
Ministério Público Distrito Federal	1
Ministério das Relações Exteriores	62
Ministério da Saúde	9
Ministério do Trabalho	4
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	1
Ministério do Trabalho e Previdência Social	2
Ministério de Viação e Obras Públicas	17
N	
Não Declarado	51
P	
Panair do Brasil S.A	2
PETROBRÁS	2
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)	4
Presidência da República	1
Procuradoria da República	1
R	
Rede Ferroviária Federal S.A	2
Rede Ferroviária Paraná – Santa Catarina	1
S	
Senado	16
Sociedade Brasileira de Direitos Aeronáuticos	1
Sociedade Rural Brasileira	1
Superior Tribunal Militar	4
Superior Tribunal Militar / Procuradoria da Justiça Militar	1
Superintendência da Moeda e do Crédito	2

(SUMOC)	
T	
Tribunal de Contas do Distrito Federal	1
Tribunal de Contas da União	1
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	5
Tribunal de Justiça Guanabara	2
Tribunal de Justiça Mato Grosso	1
Tribunal de Justiça do Paraná	1
Tribunal Superior do Trabalho	3
U	
Universidade do Brasil (atual UFRJ)	6
Universidade Católica de Campinas	1
Universidade do Distrito Federal (atual UERJ)	1
Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ)	1
Universidade Federal de Minas Gerais	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2
Universidade Federal do Pará	1
Universidade de São Paulo (USP)	5
V	
Varig S.A	1

APONTAMENTOS SOBRE OS PERFIS DOS ALUNOS DO CURSO SUPERIOR DE GUERRA

O levantamento contido nas tabelas aponta algumas tendências que merecem destaque.

1 – O primeiro e mais evidente aspecto é que o CSG formou quase a mesma quantidade de civis e militares. Dos 1042 alunos diplomados pelo Curso no período estudado, 525 (50,38%) foram civis, e os outros 517 (49,62%) eram militares.

2 - Muitos alunos do CSG eram graduados em direito, decorrência provável de ser este curso comum para o ingresso no mundo das profissões liberais: espécie de formação inicial difundida entre as elites do período.

3 – Há muitos economistas e engenheiros, o que pode ser explicado pelo papel que a política desenvolvimentista, central para a Escola, conferia a eles: o de técnicos.

4 - Embora não seja a mais numerosa, há presença expressiva de membros do Poder Judiciário (desembargadores e procuradores), situação explicável pela maneira como se entendia a organização do Estado no pós-guerra, com seu sistema de freios e contrapesos.

5 – A maioria dos parlamentares que cursaram o CSG era filiada ao PSD, seguidos por aqueles filiados à UDN. A presença de parlamentares do PTB é significativa, ainda que menor que aquela dos dois primeiros. De qualquer maneira, o quadro geral aponta capilaridade entre partidos.

6 – Destaque-se, ainda, que proporcionalmente os senadores aparecem em maior número.

7 – No que diz respeito ao perfil dos militares, nas três forças há maior concentração de quadros ainda em ascensão, seguidos por aqueles no topo da hierarquia: o que indica que o Curso era canal de progressão e/ou consolidação da carreira. De fato, ele era operado *por* e dirigido *para* elite militar.

De um ponto de vista institucional:

1 – Há presença significativa de pessoas vinculadas às entidades da classe empresarial, notadamente Confederação Nacional das Indústrias, Confederação Nacional do Comércio e Confederação Rural Brasileira, seguidas por Federações de diversos estados.

2 - Há presença considerável de associações ligadas a profissões liberais, sobretudo associações, que funcionam como segmentos organizados da sociedade civil.

3 - Para além dos ministérios militares, muitos alunos são provenientes de ministério civis: provável consequência do aparelhamento criado pela Escola. Dentre os últimos, o ministério com maior número de alunos do CSG foi o Itamaraty. (para explicações a respeito, ver o capítulo V).

4 - O IBGE forneceu número expressivo de alunos. Dado que um dos problemas centrais do Curso era o levantamento de inteligência, a presença de membros daquela instituição parecia estratégica. O Instituto era máquina de levantamento de dados e produção de estatísticas a respeito dos mais diversos assuntos. Produtor e abastecedor constante de informações, suas funções estavam em sintonia com o projeto do CSG.

5 - A presença de professores universitários é expressiva. UFRJ e USP, respectivamente, fornecem o maior número deles, seguidas pela PUC- RIO. Havia, portanto, vínculo não desprezível entre a Escola e a Universidade.

8. BIBLIOGRAFIA

- ADERALDO, Vanda M. R. C.. *ESG: um estudo de currículos e programas*. Rio de Janeiro: IUPERJ (Dissertação de Mestrado), 1978.
- AGUIAR, Rosa F. (2021). *Celso Furtado: correspondência intelectual (1949 – 2004)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ALVES, Maria H. M. *Estado e Oposição no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- AMORIM, Felipe C. “*The Birth of a Discipline*”: o convênio Ford-Iuperj e a modernização da Ciência Política no Brasil. São Paulo: USP, 2021. (Dissertação de Mestrado).
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2014.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua doutrina*. São Paulo: GRD, 1980.
- BETHELL, Leslie, ROXBORGOUGH, Ian. *A América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004
- BUSH, Vannevar. *Modern Arms and Free Men*. New York: Simon and Schuster, 1949
- CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil na Guerra Fria Cultural*. São Paulo: Intermeios, 2017.
- CARVALHO, José M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV e Editora Bom Texto, 2004.
- CATTAI, Júlio B P. *Guerra Fria e Propaganda: a U.S. Information Agency no Brasil, 1953-1964*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- CATTAI, Júlio B P. *U.S. Power and the Social State in Brazil: Legal Modernization in the Global South*. London & New York: Routledge, 2022.
- CHIRIO, Maud. *A Política nos Quartéis*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CLAUSEWITZ, Carl V. *On War*. Londres: Wordsworth Editions Limited, 1997

CHALMERS, Douglas. *Internationalized Domestic Politics in Latin America: the Institutional Role of Internationally Based Actors*. New York: Columbia University, Press 1993.

CHAUÍ, Marilena de S; FRANCO, Marya Silvia de C. *Ideologia e Mobilização Popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

CHAVES, Wanderson S. A. *Questão Negra: a Fundação Ford e a Guerra Fria (1950-1970)*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

COELHO, Edmundo C. *Em busca de identidade*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1976.

COHN, Deborah. *The Latin American Literary Boom and U.S.* Nashville: Vanderbilt University Press, 2012

COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: DIFEL, 1968.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

COWAN, Benjamin. *Securing Sex*. Raleigh: University of North Carolina Press, 2016.

DAVIS, Sonny. *A Brotherhood of Arms*. Denver: University Press of Colorado, 1996.

D'ARAUJO, Maria C; SOARES, Gláucio A. D.; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

DEBERT, Guita. *A política do significado no início dos anos 60*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado – Ciências Sociais), 1986.

DEBRUN, Michel. Os dois níveis da ideologia militar. In OLIVEIRA, Eliézer R. *Militares: pensamento e ação política*. Campinas, SP: Papirus, 1987.

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARIAS, Oswaldo C de. Razões que levaram o Governo a pensar na organização da ESG, 1949. Reproduzida em: *Revista da ESG*, ANO VII, nº 20.

FERNANDES, Ananda S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra. In: *Antíteses*, vol 2, nº 4, jul/dez de 2009.

FERRAZ, Francisco C A. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FERRAZ, Francisco C A.. *À Sombra de Carvalhos*. Londrina, Editora UEL, 1997.

- FERRAZ, Francisco C A. Relações entre civis e militares no Brasil: um esboço histórico. In: *História e Ensino*, Londrina, Vol 4, outubro de 1998.
- FERREIRA, Oliveira S. A Escola Superior de Guerra no Quadro do Pensamento Político Brasileiro. In: CRIPPA, Adolpho. *As Ideias Políticas no Brasil*. São Paulo: Editora Convívio, 1979.
- FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946 -1964). In: Motta, Carlos G. *Viagem incompleta*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. In: *Tempo e Argumento*, vol 9, nº 20, 2017.
- FIGUREIDO FILHO, Celso R. ESG e Estadão em 1964. In: *Revista ADUSP*, Maio de 2005.
- FIGUREIDO FILHO, Celso R. *A Escola Superior de Guerra e o jornal "O Estado de São Paulo" na passagem do regime democrático para o regime militar: afinidades e discordâncias (1963-1965)*. São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado), 2001.
- FREITAS, Lena C B F. *As Elites Brasileiras e a ESG*. Dissertação (Mestrado em História): USP, São Paulo, 1985.
- FORJAZ, Maria Cecília S. *Tenentismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FORJAZ, Maria Cecília S. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Polis, 1978.
- GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future*. Modernization Theory in Cold War America. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2003.
- GÓES MONTEIRO, Pedro A. *A Revolução de 1930 e da finalidade política do exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, s/d.
- GOMES, Luiza das N. Acervo da Escola Superior de Guerra: novas fontes de estudo das elites civis e militares. In: *Anais XXIX encontro ANPUH: Contra os preconceitos, história e democracia*. Brasília, 2017.
- HAINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil*. Wilmington, Delaware: SR Books, 1989.
- HOBSWAM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNTINGTON, Samuel. *Chaging Patterns of Military Politics*. NY: Free Press Glencoe, 1962.

- HUNTINGTON, Samuel. *The Soldier and the State*. Cambridge-Mas/London: The Belknap Press – Harvard University Press, 1957.
- IORIS, Rafael R. *Qual Desenvolvimentismo? Os debates, sentidos e lições da Era Desenvolvimentista*. Jundiaí (SP): Paco, 2007.
- JOHNSON, John J. *Political Change in Latin America: the emergence of the Middle Sectors*. Stanford: Stanford University Press, 1958.
- JOHNSON, John J. *The Role of the Military in Underdeveloped Countries*. Princeton: Princeton University Press, 1962.
- JOHNSON, John. *The Military and Society in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1964.
- JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história europeia desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- LEINER, Piero de C. *Meia volta, volver: um estudo antropológico sobre a instituição militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- LEMOS, Renato L C N. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. In: *Tempos Históricos*. Vol XVIII, 2º semestre 2014.
- LIMA FILHO, Sebastião Alves de. *O que a ESG ensinava*. Fortaleza: UFC (Tese de Doutorado), 2011
- LIPPMANN, Walter. *U.S. Foreign Policy*. New York: Pocket Books, 1943.
- LOUREIRO, Felipe. *A Aliança para o Progresso e o Governo João Goulart (1964-1964)*. São Paulo: Edunesp, 2020.
- MANKE, Albert; BREZINOVÁ, Katerina; BLECHA Laurin. Leituras Conceituais na Guerra Fria: rumo a abordagens transnacionais a partir da perspectiva dos estudos latino-americanos na Europa Oriental e Ocidental. *Estudos Históricos*. Vol 30, nº 60.
- MARTINS FILHO, João Roberto. As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989). In: *Teoria e Pesquisa*. São Carlos, n. 46, jan. 2005.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna*. São Paulo, Alameda, 2019.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Ordem Desunida. In: *Perseu: história, memória, política*, Nº 18, Ano 13, outubro de 2019.
- MATTOS, Carlos de M. *A Geopolítica e as projeções de poder*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- MATTOS, Carlos de M. *Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

- MCCANN, Frank. *A nação armada*. Recife, Guararapes, 1982.
- MCCANN, Frank. *A aliança Brasil-EUA*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- MCCANN, Frank. *Soldados da Pátria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)*. São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado – Ciências Sociais), 1981.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. A ESG: Mito e Realidade. *Política e Estratégia*, Vol. V. N 1, jan. mar. 1987.
- MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations*. New York: Alfred Knopf, 1948.
- MORGENTHAU, Hans J. *In Defense of the National Interest*. New York: Alfred Knopf, 1951
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.
- MUNHOZ, Sidnei J. *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba: Appris, 2020.
- NASCIMENTO, Luiz H F. *O ocidente como ideal, propósito e programa: a ESG e a geopolítica do Brasil de Golbery do Couto e Silva*. Natal: UFRN (Dissertação de Mestrado), 2016.
- O'DONNELL, Guillermo. *El Estado Autoritario Burocratico*. Buenos Aires: Fundación Editorial de Belgrano, 1996.
- OLIVEIRA, Eliézer R. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Eliézer R. *Militares: pensamento e ação política*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.
- OLIVEIRA, Nilo D. Os primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra. In: *História*. São Paulo, Vol 29, nº 2, 2010.
- PARMAR, Inderjeet. *Foundations Of American Century: the Ford, Carnegie, Rockefeller Foundations in the Rise of American Power*. New York: Columbia University Press, 2015
- PENHOLATO, Diego. *José Garrido Torres nas sombras do poder: um economista na construção do projeto de modernização de 1964*. 2017. São Paulo: USP. (Dissertação de mestrado)

- PUGLIA, Douglas B. *As ideias políticas como alicerce: os padrinhos do Brasil e a formação da Escola Superior de Guerra (1949 – 1954)*. Franca, SP: UNESP (Doutorado em História), 2012.
- PUGLIA, Douglas B. *ADESG: elites locais civis e projeto político*. Franca, SP: UNESP (Doutorado em História), 2006.
- QUADRAT, Samantha V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). In: *Varia História*, vol 28, nº 47, jan/jun 2012. PP. 19-41.
- REIS, Daniel A. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- REIS, Daniel A; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P S. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- REMOND, René. *Por uma história política*. Editora FGV, 2015.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- ROCHA, Maria S. M. *A evolução dos conceitos da doutrina da ESG nos anos 70*. São Paulo, USP (Dissertação de Mestrado), 1996.
- ROSTOW, Walt W. *The Stages of Economic Growth: a non-communist manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960
- ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- SALA, Laura Y. La Doctrina de Seguridad Nacional em América Latina. Un repaso por los estudios clásicos y sus críticos. In *Revista electrónica de estudios latinoamericanos*. Vol. 20, núm. 80, 2022
- SARDENBERG, Idálio. Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra, 1949. Reproduzido em: *Revista da ESG*, ANO III, nº 8.
- SAUNDERS, Frances S. *Quem Pagou a Conta?* Rio de Janeiro: Record, 2008
- SCHLESINGER, Arthur M. *The Vital Center*. New York: Routledge, 2017.
- SCHUMAN, Frederick L. *International Politics*. New York: McGraw-Hill Book Company , 1958
- SILVA, Êça P. *O Centro de Altos Estudos Militares (Peru) e a Escola Superior de Guerra (Brasil) 1948-1968*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2016.
- SILVA, Francisco C T; MEDEIROS, Sabrina E; VIANNA, Alexandre M. *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- SILVA, Golbery C. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.

- SILVA, Golbery. *Planejamento Estratégico*, Brasília: Cadernos UnB, 1981.
- SILVA, Michel G. Os ciclos de estudos da ADESG e a formação de “elites civis”. In: *Revista Técnico Científica (IFSC)*, vol 3, nº 1, 2012.
- SIMONDS, Frank H; BROOKS, Emeny. *The Great Powers in World Politics*. New York: American Book Company, 1935.
- SNYDER, Sarah. *Human Rights Activism and the End of The Cold War*. London: University College, 2013.
- SPYKMAN, Nicholas J. *America's Strategy in World Politics*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- STRAUSZ-HUPÉ, Robert; POSSONY, Stefan. *International Relations*. 2º Edição. New York: McGraw-Hill Book Company, 1954.
- SVARTMAN, Eduardo M. *Guardiões da Nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Porto Alegre: UFRGS (Tese de Doutorado), 2006.
- SVARTMAN, Eduardo M. Da II Guerra à Guerra Fria: conexões entre os exércitos do Brasil e dos EUA. In: *Latin American Research Review*. Vol 49, n. 1, 2014.
- SOARES, Glaucio A D. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.
- SODRÉ, Nelson W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- TÁVORA, Juarez F. *Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do alto plano*. Vol I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- TÁVORA, Juarez F. *Uma vida e muitas lutas: caminhada no altiplano*. Vol II. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- TÁVORA, Juarez F. *Uma vida e muitas lutas: voltando à planície*. Vol III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- TIBOLA, Ana Paula L. *A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional*. Passo Fundo, RS: UPF (Dissertação de Mestrado), 2007.
- WILLIAMS JR, Ralph. National Security and Military Policy, March, 1951. *United States Naval Institute Proceedings*, Vol Nº 77, Nº 3, Whole Nº 577. PP. 236-237.

WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War*. New York: Cambridge University Press, 2005.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. In: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, nº 14, jan/jun de 2013.